

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO**

MARTA ROSANI TARAS VAZ

**SINDICALISMO DOCENTE E AS PARTICULARIDADES ORGANIZATIVAS,
IDEOLÓGICAS E REIVINDICATIVAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

**PONTA GROSSA
2020**

MARTA ROSANI TARAS VAZ

**SINDICALISMO DOCENTE E AS PARTICULARIDADES ORGANIZATIVAS,
IDEOLÓGICAS E REIVINDICATIVAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Política Educacionais, para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Masson

**PONTA GROSSA
2020**

V392 Vaz, Marta Rosani Taras
Sindicalismo docente e as particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas do magistério público municipal / Marta Rosani Taras Vaz. Ponta Grossa, 2020.
247 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Masson.

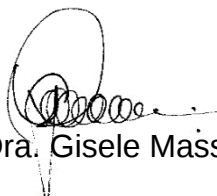
1. Magistério público municipal. 2. Sindicalismo docente. 3. Organização sindical. I. Masson, Gisele. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.115

MARTA ROSANI TARAS VAZ

**SINDICALISMO DOCENTE E AS PARTICULARIDADES ORGANIZATIVAS,
IDEOLÓGICAS E REIVINDICATIVAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador (a) Prof. Dra. Gisele Masson - UEPG



Prof. Dra. Savana Diniz Gomes Melo - UFMG



Prof. Dra. Andréa Barbosa Gouveia - UFPR



Prof. Dra. Simone de Fátima Flach - UEPG



Prof. Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta - UEPG

Ponta Grossa, 28 de outubro de 2020.

Dedico aos meus pais, Jorge e Joana.

AGRADECIMENTOS

Na finalização destes quatro anos de pesquisa, algumas considerações devem ser feitas para agradecer às pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória.

À Prof.^a Dr.^a Gisele Masson, pela sabedoria e generosidade com que socializou seus conhecimentos e experiências desde o meu ingresso no mestrado no ano de 2014. Obrigada pelas orientações, aulas, encontros de grupo de pesquisa e pelos diversos momentos de convivência que me oportunizou o enriquecimento profissional e pessoal. Obrigada pela condução, confiança e liberdade depositada ao longo de mais de seis anos.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial àqueles que pertencem ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado e Educação, pelas inumeráveis manhãs e tardes em que nos reunimos para estudar e refletir criticamente sobre da realidade que nos cerca.

À banca examinadora Prof.^a Dr.^a Simone de Fátima Flach, Prof.^a Dr.^a Carina Alves da Silva Darcoletto, Prof.^a Dr.^a Savana Diniz Gomes de Melo e Prof.^a Dr.^a Andrea Barbosa Gouveia, pelas fundamentais críticas sugestivas que contribuíram para o aprimoramento da pesquisa e da tese no momento da qualificação.

Aos professores e colegas da UNICENTRO, em especial ao Prof. Dr. Mário de Souza Martins, pelas orientações e inspirações durante a graduação.

Aos meus pais, Jorge e Joana, exemplos de honestidade e trabalho que, estando sempre ao meu lado, me ofereceram apoio incondicional. Agradeço imensamente pelos ensinamentos e valores fundamentais que foram o alicerce da minha formação.

Às minhas irmãs Ledilaine e Cinthia e meus sobrinhos Pedro Lucas, Ruan Miguel, João Henrique e Yasmin Gabriela, cuja inspiração possibilitou a escrita dessa tese. Em especial, à minha irmã, amiga e colega de profissão Ana Eduarda, pelas incontáveis horas de conversa sobre política, filosofia, ciência e educação.

Ao Thales, pelo amor, companheirismo, incentivo, paciência e por sempre deixar a vida mais leve e descomplicada.

Aos meus tantos amigos, pelas conversas, inspirações e momentos de alegria que me proporcionaram. Em especial, aos amigos Cleide, Ana Karla e Juliano que sempre estiveram comigo, direta ou indiretamente, na construção desse estudo.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a dedicação à pesquisa.

A todas as pessoas que, em virtude do espaço, não mencionei, mas que contribuíram para a realização deste doutorado. Em especial, àqueles que, de alguma forma, atribuíram beleza e alegria ao processo!

Aos olhos dos conservadores, a revolução aparece como uma loucura coletiva, porque aguça ao extremo a loucura ‘normal’ dos antagonismos sociais. Assim é que muita gente não se reconhece nas caricaturas mais ousadas. Mas toda a evolução moderna agrava, estende, aguça os antagonismos, torna-os intoleráveis e prepara, por consequência, aquele estado de coisas em que a imensa maioria ‘enlouquece’. Nestes casos, a maioria louca é que subjuga a minoria de ajuizados e, a esse preço, é que a história continua seu curso. O caso revolucionário é absolutamente diverso do terremoto ou de uma inundação. Em meio à desordem da revolução, forma-se imediatamente uma outra ordem; homens e ideias se põem a andar em nova direção.

(Leon Trótski)

VAZ, M. R. T. **Sindicalismo docente e as particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas do magistério público municipal**. 2020. 247f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa: UEPG, 2020.

RESUMO

Esta tese teve como objetivo geral desvelar em que medida o sindicalismo docente – do magistério público municipal –, a partir de suas contradições e particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas, pode desempenhar uma atuação na perspectiva classista. Para tanto, identificamos os principais elementos que caracterizam o movimento sindical docente nas redes públicas municipais de ensino, bem como relacionamos as particularidades do sindicalismo docente (do magistério público municipal) com as perspectivas teóricas de sindicato e apontamos os seus limites e possibilidades no que diz respeito à atuação na perspectiva revolucionária. Esta tese se fundamenta no referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico-Dialético, portanto partimos do pressuposto da luta de classes como antagonismo fundamental da história e desencadeadora de inúmeras outras contradições presentes na sociedade capitalista. Empiricamente, realizamos um recorte de pesquisa no âmbito do magistério público municipal selecionando três entidades sindicais que correspondem às três formas de organização docente, localizadas na região sudeste do estado do Paraná: sindicato regional próprio dos professores, seção sindical vinculada ao sindicato estadual e sindicato de servidores públicos municipais. Com base em materiais estatísticos – sobretudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) –, documentos como estatutos e regimentos das entidades sindicais, entrevistas com a direção das três entidades e questionários aplicados a professores das redes municipais, identificamos aspectos da particularidade do sindicalismo dessa categoria, relacionados à forma organizativa, à materialidade da consciência sindical docente e ao conteúdo das reivindicações. Quanto às formas organizativas, destacamos os limites apresentados pelas três entidades em relação ao baixo índice de filiados (locais) e o fato de as lutas serem municipalizadas, embora algumas formas organizativas favoreçam a ampliação do número de docentes na base (caso dos sindicatos estadual e regional). Quanto à materialidade da consciência sindical, destacamos a contradição entre a concepção dos docentes acerca dos sindicatos e sua pouca participação na luta sindical. Quanto às reivindicações, destacamos a aproximação da luta docente com as políticas educacionais, o que representa um avanço na perspectiva da legislação da carreira docente e, contraditoriamente, condiciona o sindicalismo ao ritmo das políticas do Estado. Destacamos, ainda, que, apesar de possuir demandas particulares e aderir a pautas políticas mais abrangentes, a mobilização da categoria tende a acontecer com as reivindicações diretamente ligadas à remuneração. Tendo em vista tais singularidades, defendemos que existe a possibilidade de uma atuação sindical dos professores em uma perspectiva classista e revolucionária, que se dá por meio da adesão dos sindicatos ao programa político da classe trabalhadora – da dialética entre luta econômica e política sintetizada por Trótski. Isso porque a unidade de classe que supera a fragmentação da luta das diversas categorias específicas se dá, prioritariamente, em torno do conteúdo das reivindicações, apesar das diferenças organizativas e ideológicas que caracterizam a sua heterogeneidade. Nesse sentido, o sindicalismo docente, incluindo o do magistério público municipal, embora tenha contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, possui uma relação com o sindicalismo operário, mediado pela reivindicação por salário, possibilitando sua aproximação com uma atuação de sindicato que atenda os interesses em comum de toda a classe trabalhadora na perspectiva revolucionária.

Palavras-chave: Magistério Público Municipal; Sindicalismo Docente; Organização sindical.

VAZ, M. R. T. **Sindicalismo docente y las particularidades organizativas, ideológicas y reivindicativas del magisterio público municipal**. 2020. 247f. Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa: UEPG, 2020.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo general desvelar hasta qué punto el sindicalismo docente -del magisterio público municipal-, a partir sus contradicciones y particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas, puede jugar un papel en la perspectiva clasista. Para ello, identificamos los principales elementos que caracterizan al movimiento sindical docente en las redes públicas de educación municipal, así como relacionamos las particularidades del sindicalismo docente (del magisterio público municipal) con las perspectivas teóricas de sindicato e indicamos sus límites y posibilidades en cuanto a su actuación desde la perspectiva revolucionaria. Esta tesis se basa en el marco teórico-metodológico del Materialismo Histórico Dialéctico, por lo que partimos del supuesto de la lucha de clases como antagonismo fundamental de la historia y desencadenante de un sin número de distintas contradicciones presentes en la sociedad capitalista. Empíricamente, realizamos un recorte de investigación en el ámbito del magisterio público municipal, seleccionando tres entidades gremiales que corresponden a las tres formas de organización docente, ubicadas en la región Sureste del Estado de Paraná - sindicato regional propio de maestros, gremio sindical vinculado al sindicato estatal y sindicato de funcionarios públicos municipales. A partir de materiales estadísticos - principalmente del Departamento Intersindical de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE) -, documentos como estatutos y reglamentos de entidades sindicales, entrevistas al directivo de las tres entidades y cuestionarios aplicados al profesorado de redes municipales, identificamos aspectos de la particularidad del sindicalismo de esta categoría, relacionado con la forma organizativa, la materialidad de la conciencia sindical docente y el contenido de sus reivindicaciones. En cuanto a las formas organizativas, destacamos los límites presentados por las tres entidades con relación a la baja tasa de afiliados (locales) y el hecho de que sus luchas están municipalizadas, aunque algunas formas organizativas favorezcan la expansión del número de profesores en su base (caso del sindicato estatal y regional). En cuanto a la materialidad de la conciencia sindical, destacamos la contradicción entre la concepción de los sindicatos por parte de los profesores y su poca participación en la lucha sindical. En cuanto a las reivindicaciones, destacamos el acercamiento de la lucha docente a las políticas educativas, lo cual representa un avance en la perspectiva de legislación de la carrera docente y, contradictoriamente, condiciona el sindicalismo al ritmo de las políticas del Estado. Destacamos, además, que, a pesar de tener demandas particulares y adherirse a agendas políticas más amplias, la movilización de la categoría tiende a darse con reclamos directamente relacionados a su sueldo. En vista de estas singularidades, abogamos que existe la posibilidad de una acción sindical del profesorado desde una perspectiva clasista y revolucionaria, que se produce a partir de la adhesión de estos sindicatos al programa político de la clase obrera – de la dialéctica entre lucha económica y política sintetizada por Trótski. Esto se debe a que la unidad de clase que supera la fragmentación de la lucha de las distintas categorías específicas se produce principalmente en torno al contenido de sus reivindicaciones, a pesar de las diferencias organizativas e ideológicas que caracterizan su heterogeneidad. En este sentido, el sindicalismo, incluido el del magisterio público municipal, aunque experimente contradicciones y particularidades organizativas, ideológicas y reivindicativas, presenta una relación con el sindicalismo laboral, mediada por la reivindicación salarial, posibilitando su acercamiento a una acción sindical que responda a los intereses comunes de toda la clase trabajadora desde una perspectiva revolucionaria.

Palabras clave: Magisterio Público Municipal; Sindicalismo Docente; Organización sindical.

VAZ, M. R. T. **Teacher trade unions and the organisational, ideological and demanding particularities of public city schools.** 2020. 247f. Thesis (PhD in Education) – Ponta Grossa State University, Ponta Grossa: UEPG, 2020.

ABSTRACT

The general purpose of this thesis was to determine the role that trade unions of public school teachers can play from a classist perspective, considering their organisational, demanding, and ideological contradictions and particularities. In order to do so, we identified the main elements that characterise teacher syndicalism in public city schools and compared them with the theoretical perspectives of the trade union movement, pointing out their limits and possibilities in what refers to a revolutionary activity. Based on the Dialectical and Historical Materialism, this work understands the class struggle as an essential antagonism in history that causes a number of contradictions in capitalist societies. Empirically, we conducted a research on public city teachers by selecting three union entities that represent the three forms of teaching organisation, all located in Southeastern Paraná, Brazil: the regional teacher trade union, a division associated with the Paraná state trade union, and the unions of city public servants. Based on statistical materials – especially from the Interunion Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE) – as well as documents such as statutes and by-laws of union entities, interviews with the directors of the three aforementioned entities, and questionnaires administered to city school teachers, we identified some particular aspects of teacher syndicalism related to its organisation, materiality of teacher union consciousness, and content of its demands. Regarding its organisation, we point out the limits shown by the three union entities in the low number of (local) members, and the fact that their demands are municipalised, although some organisations (such as the regional and state trade unions) favour the expansion of the number of teachers at the base. With respect to the materiality of union consciousness, we highlight the contradiction between the teachers concept of trade unions and their low participation in union struggle. In relation to the demands of teacher trade unions, we noticed their approach to education policies, which represents an advance from the perspective of the legislation of the teaching career, but contradictorily it conditions the union movement to the State policies. We also point out that, even though they have specific demands and join more comprehensive political themes, these teachers tend to take action for demands directly related to their remuneration. Taking into account these particularities, we understand that teachers can have a union activity under a classist and revolutionary perspective as trade unions join the political programmes of the working class, in the dialectics between economics and politics synthesised by Trotsky. This happens because the class unity that overcomes the fragmentation of the struggles among many specific categories is primarily related to the content of the demands, in spite of the organisational and ideological differences that define their heterogeneity. In this regard, teacher syndicalism, including the manifestations found in public city schools, despite its organisational, ideological and demanding contradictions and particularities, is related to the working-class syndicalism and driven by salary demands, so it can perform a union activity that effectively addresses the common interests of all workers following a revolutionary perspective.

Keywords: Public City Schools; Teacher Syndicalism; Trade Union.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das greves na Educação Básica, no Brasil, por esfera administrativa (1988-2007)	80
Gráfico 2 – Caráter das greves da Educação Básica no Brasil (1988-2017).....	82
Gráfico 3 – Evolução das greves da Educação Básica no Brasil (1988-2017).....	84
Gráfico 4 – Grau de importância das reivindicações sindicais atribuído pela categoria docente do magistério público municipal (2019).....	129
Gráfico 5 – Evolução do caráter das greves no Brasil (2004-2018).....	162
Gráfico 6 – Comparação da evolução das greves e das reivindicações por reajuste salarial no Brasil (2004-2019).....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação do Salário Mínimo Nominal Necessário e Piso Salarial Profissional Nacional do Professor – 40 h (2009-2020)	91
Tabela 2 – Reivindicações por Reajuste e Piso salarial no Brasil (2004 – 2019)	163

LISTA DE SIGLAS

ABPPSP	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP/PR	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná
APPMG	Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOC	Bloco Operário Camponês
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Confederação dos Educadores Americanos
CEP	Comitê de ética de Pesquisa
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB	Confederação Geral do Trabalho do Brasil
CIG	Comitê Intersindical de Greve
CIOSL	Central Sindical Internacional
CLATE	Confederação Latino-americana e Caribe de Trabalhadores Estatais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCLAT	Coordenação Geral da Classe Trabalhadora
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPLP	Sindicato de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPP	Centro do Professorado Paulista
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPPP	Centro do Professorado Primário de Pernambuco
CSN	Congresso Sindical Nacional
CSP	Central Sindical e Popular
CSPB	Confederação de Servidores Públicos do Brasil
CSUB	Confederação Sindical Unitária do Brasil
CTB	Confederação do Professorado Brasileiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DM	Direção Municipal
DS	Dirigente Sindical
FESMEPAR	Federação dos Sindicatos de Servidores Municipais e Estaduais do Paraná
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FISE	Federação Internacional de Sindicatos de Educadores
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUS	Frente Única Sindical
GPCATE	Grupo de Estudo e Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais
GPEPGE	Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Internacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LCI	Liga Comunista Internacionalista
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NAP	Núcleo Ampliado de Professores
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
OSM	Oposição Sindical Metalúrgica
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROIFES	Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade e Ação
REDEASTE	Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação
SAG	Sistema de Acompanhamento de Greves
SAM	Secretarias de Assuntos Municipais
SEEB	Sinopse Estatística da Educação Básica
SINPRO-RIO	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
SISMI	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati
SISMMAC	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SMMUV	Sindicato do Magistério Municipal de União da Vitória e Região
STF	Supremo Tribunal Federal
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UGT	União Geral dos Trabalhadores

UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
VAA	Valor Anual por Aluno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – O SINDICALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA.....	35
1.1 SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA CAPITALISTA BRASILEIRA	36
1.2 A POLÍTICA E O SINDICALISMO BRASILEIRO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO	44
1.3 O “NOVO SINDICALISMO” DAS DÉCADAS DE 80 E 90	59
CAPÍTULO 2 – SINDICALISMO DOCENTE: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SUA RELAÇÃO COM A CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	67
2.1 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ASSOCIATIVISTA DOS PROFESSORES NO BRASIL	68
2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O SINDICALISMO DOCENTE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	78
2.3 SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E A REMUNERAÇÃO DOCENTE.....	86
CAPÍTULO 3 – SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: AS ESPECIFICIDADES IDEOLÓGICAS, ORGANIZATIVAS E REIVINDICATIVAS DA CATEGORIA DOCENTE	95
3.1 A MATERIALIDADE DA CONSCIÊNCIA SINDICAL DA CATEGORIA DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.....	99
3.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO DOCENTE MUNICIPAL.....	113
3.2.1 Sindicato de servidores: Sindicatos de Servidores Públicos Municipais de Irati (SISMI).....	115
3.2.2 Sindicato estadual: Direção Municipal de Professores de Prudentópolis, Seção Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato)	118
3.2.3 Sindicato Próprio: Sindicato dos Professores do Magistério Público Municipal de União da Vitória e região	124
3.3 AS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.....	128
CAPÍTULO 4 -A TRANSIÇÃO ENTRE A LUTA ECONÔMICA E POLÍTICA E O PAPEL DOS SINDICATOS NA REVOLUÇÃO	133
4.1 MARX E SEU PROJETO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO	134
4.2 TRÓTSKI E O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO	139
4.3 SINDICATOS E COMITÊS DE FÁBRICA NO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO	147
4.4 OS DESAFIOS DO SINDICALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	153
4.5 CONTRADIÇÕES DO SINDICALISMO (DOCENTE) E PERSPECTIVAS PARA TRANSFORMAÇÃO	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS	177
ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	189

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS SINDICATOS	194
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS ENTREVISTADOS.....	196
ANEXO D – TERMO DE USO DE SOM E IMAGEM.....	198
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE IRATI.....	200
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA.....	203
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA APP – SINDICATO A RESPEITO DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS	206
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM OS PROFESSORES.....	210
APÊNDICE E – RELAÇÃO DE REFERÊNCIAS DAS TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS DA REVISÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	219
APÊNDICE F – PALAVRAS-CHAVE UTILIZADAS NOS ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (2001-2016)	225
APÊNDICE G - UTILIZAÇÃO DE AUTORES CLÁSSICOS DO MARXISMO NOS ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (2001-2016).....	227
APÊNDICE H – PALAVRAS-CHAVE UTILIZADAS POR TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (1998-2017) ..	229
APÊNDICE I – ÊNFASES TEMÁTICAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (1998-2017).....	231
APÊNDICE J – CONTEXTOS ANALISADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (1998-2017).....	233
APÊNDICE K – AUTORES E TEXTOS CLÁSSICOS DO MARXISMO NAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE (1998-2017).....	235
APÊNDICE L - MARCOS HISTÓRICOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO.....	237
APÊNDICE M – EVOLUÇÃO DAS GREVES NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, POR ESFERA ADMINISTRATIVA (1988-2017)	242
APÊNDICE N – CARÁTER DAS GREVES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1988-2017).....	244
APÊNDICE O - NÚMERO DE REIVINDICAÇÕES DAS GREVES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1988-2017)	246

INTRODUÇÃO

O sindicalismo docente é o tema central desta tese, que trata das particularidades e contradições do movimento sindical no magistério público municipal e o relaciona com o movimento sindical da classe trabalhadora em geral. Nesse sentido, expomos as possíveis mediações entre o singular e o universal¹ no âmbito da luta sindical, tendo em vista as particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas da categoria docente.

Os sindicatos, embora possuam uma importância na sociedade capitalista, não podem ter um fim em si mesmos, mas devem se constituir em um tipo de mediação caso queiram contribuir para o processo de transformação social. Nessa perspectiva, conhecer as características do movimento sindical de cada categoria de trabalhador é fundamental se quisermos avançar nos diagnósticos e propor ações de enfrentamento para os problemas que emergem no âmbito do trabalho.

Na tentativa de compreender dialeticamente a transição das lutas econômicas e imediatas (sindicais) para uma luta política mais ampla (revolucionária) que edifique o poder à classe trabalhadora, temos como objeto de investigação, o sindicalismo docente.

A motivação por este objeto de pesquisa é, em certa medida, resultado de um caminho que trilhei ao longo da minha formação acadêmica. Primeiro, ao adentrar no curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), surgiu a oportunidade de aproximação com uma perspectiva crítica da história, da filosofia, da sociologia, da política e da educação. Esse contato inicial contribuiu para dar continuidade aos estudos, levando-nos ao curso de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de História e Política Educacional, junto ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado e Educação (GPCATE).

No mestrado, desenvolvemos uma pesquisa intitulada *A oferta e a demanda de pedagogos no Paraná (2009-2013): análise da relação entre trabalho e formação e suas implicações na (des) valorização profissional*, que refletiu, entre outras coisas, sobre a relação entre mercado de trabalho e valorização profissional. Os estudos desenvolvidos sobre educação, trabalho,

¹ Para a perspectiva dialética, a universalidade pode ser compreendida como o conjunto de relações e determinações que juntos constituem uma totalidade, por sua vez, a singularidade é a parte que constitui o todo. Desse modo, quando falamos em singular estamos nos referindo ao objeto de estudo específico, neste caso o sindicalismo docente do magistério público municipal, e ao falar em universal estamos nos referindo a totalidade da classe social e, portanto, a luta de classes. No que se refere a particularidade, a compreendemos, à luz de Masson (2018) ao analisar essa categoria em Lukács, como mediação entre universal e singular. Dessa forma, ao falar em particularidades do sindicalismo docente nos esforçamos em dialogar com as categorias teóricas mais abrangentes.

políticas educacionais e valorização docente motivou-nos a estudar os sindicatos – compreendendo que o sindicalismo está diretamente relacionado à questão da valorização do professor e é uma organização importante no processo de emancipação da classe trabalhadora².

A motivação pelo tema do sindicalismo docente também está relacionada com os nossos estudos sobre a valorização do professor, realizado no interior GPCATE/UEPG e do Grupo de Pesquisa Estado Políticas e Gestão da Educação (GPEPGE) da UNICENTRO.³ Os estudos acerca da valorização docente possibilitou que conhecêssemos melhor as condições de carreira e remuneração dos professores do magistério público nos municípios da Região Sudeste e Centro Oriental do estado do Paraná. Com isso, surgiram questionamentos sobre as organizações sindicais que representam esses professores nos municípios dessa região.

Não obstante isso, a atualidade histórica tem contribuído com a necessidade de resgatar os estudos sobre o sindicato, com a responsabilidade de problematizar os limites, as contribuições e os desafios dessa organização para a valorização dos professores.

A valorização docente é objeto de discussão de intelectuais, acadêmicos, militantes políticos e sindicais e profissionais da educação. Todos discorrem, em certa medida, sob pontos de vista diferentes, a respeito dos limites e das possibilidades da valorização do professor, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior, seja pública ou privada. Ela pode ser compreendida como um conjunto de mecanismos legais vinculados à carreira do professor, atendendo os aspectos da formação, condições de trabalho e remuneração. (GROCHOSKA, 2015). As demandas relativas à valorização do professor foram se modificando ao longo dos anos, tanto devido às novas necessidades sociais quanto ao atendimento de determinadas pautas.

Nos últimos anos, os profissionais da educação vêm enfrentando inúmeras ameaças, por parte de governos e de movimentos político-ideológicos, que colocam em risco os vários determinantes do processo de valorização docente. Do ponto de vista das condições de trabalho e da formação inicial e continuada, há inúmeros mecanismos de controle e avaliação sendo implementados, visando à burocratização da atividade docente e a quantificação dos processos

² Nos textos *Sobre a Questão Judaica* e *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*, Marx diferencia a emancipação humana da emancipação política. Segundo o autor, a emancipação política, fruto da revolução burguesa, possibilitou apenas a liberdade formal, ela “[...] de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. (MARX, 2010, p. 41). Por sua vez, a emancipação humana, fruto de uma revolução social, possibilitará, por meio de uma sociedade comunista, a igualdade real. Segundo Marx, “a revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político”. (MARX, 2010, p. 78).

³ A exemplo disso ver Lima; Masson e Machado (2018).

de ensino-aprendizagem, aliados, ainda, ao controle ideológico do pensamento crítico educacional. No que tange às questões relativas ao salário e à remuneração⁴, o professor vem sofrendo ataques de diversas formas, seja por meio do não cumprimento do piso salarial e da data-base, da retirada de direitos, como licenças e avanços (promoções e progressões) nas carreiras docentes, de reajustes inferiores à inflação e, sobretudo, da instabilidade na contratação de novos professores – pela não implementação de novos concursos públicos e crescimento no número de contratações de professores temporários e estagiários.

Mediante todo esse contexto, delimitamos como objeto de investigação o movimento sindical dos professores do magistério público municipal, pois essa categoria de professores constitui, praticamente, a metade dos professores brasileiros e são, em média, os que possuem a menor remuneração.

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica (SEEB) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil possuía, em 2018, cerca de 2.226.423 milhões de professores trabalhando na Educação Básica, dos quais 1.352.777 milhões atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Dentre os profissionais que atuam nessas etapas de ensino, 914.012 mil trabalham no magistério municipal, o restante se divide em esferas federais, estaduais e privada. Desse modo, mais da metade dos professores da Educação Básica trabalham nas etapas iniciais de ensino, sendo que, na sua maioria, trabalham no magistério público municipal.

Nessa perspectiva, o problema central que motivou a pesquisa pode ser sintetizado da seguinte maneira: Quais contradições caracterizam o movimento sindical dos professores – do magistério público municipal – e em que medida podemos pensar esse sindicalismo como parte de um projeto político de classe? Com a pesquisa realizada e identificado algumas categorias que caracterizam as contradições do movimento sindical docente, o problema precisou ser reestruturado, agora, da seguinte maneira: *Em que medida o sindicalismo docente – do magistério público municipal –, mediante suas contradições e particularidades organizativas,*

⁴ Segundo Camargo et al. (2009, p. 342) “o salário é definido juridicamente como uma retribuição paga diretamente pelo empregador ao empregado pelo tempo de trabalho realizado. Assim, só o montante pago pelo empregador a título de retribuição é considerado “salário” – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o termo “vencimento” é definido legalmente (Lei n. 8.112, de 11/12/1990, art. 40) como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”. Os vencimentos dos cargos efetivos são irredutíveis e, para cargos de mesma atribuição ou de atribuição semelhante na mesma esfera administrativa, é garantida isonomia. O conceito de “remuneração”, por sua vez, pode ser definido como o montante de dinheiro e/ ou bens pagos pelo serviço prestado, incluindo valores pagos por terceiros. A remuneração é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o salário, acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador. O salário é, assim, uma parte da remuneração.”

reivindicativas e ideológicas, pode desempenhar uma atuação articulada com o conjunto da classe trabalhadora no sentido da transição revolucionária?

O problema na sua primeira versão carecia de mediações empíricas, ou seja, dependia da própria pesquisa, embora já buscasse dialogar com um pressuposto teórico mais amplo. Por sua vez, na sua versão final, o problema se apropriou das particularidades do objeto e pôde, desse modo, torna-se mais concreto mediante os pressupostos teóricos adotados. Resumidamente, ambas as versões do problema buscam a mesma resposta, entretanto, a versão final se tornou mais concreta em relação à primeira, na medida em que a pesquisa foi se realizando.

Para nos ajudar a responder essa questão, temos como objetivo principal de pesquisa:

- Desvelar em que medida o sindicalismo docente do magistério público municipal, a partir das suas contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, pode desempenhar uma atuação na perspectiva classista e revolucionária.

Para tanto, destacamos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os principais elementos que caracterizam o movimento sindical docente das redes públicas municipais de ensino:

- Assinalar as principais discussões acerca do sindicalismo (docente) no Brasil e no marxismo;

- Relacionar as particularidades do sindicalismo docente (do magistério público municipal) com as perspectivas teóricas de sindicato; e,

- Apontar limites e possibilidades de o sindicalismo docente desempenhar uma atuação na perspectiva classista e revolucionária.

Recorte de pesquisa e questões metodológicas

Para alcançar nossos objetivos e responder ao problema, utilizamos diversas fontes de pesquisa, caracterizando a investigação como bibliográfica, documental e de campo (com aplicação de questionários e entrevistas, a fim de ampliar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno do objeto).

Desse modo, além das fontes bibliográficas como livros, teses, dissertações e artigos sobre o tema, utilizamos fontes de informações estatísticas. No âmbito do sindicalismo brasileiro, os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) foram de grande importância. Por meio dele, identificamos a evolução do número de greves de diversos segmentos da classe trabalhadora, em especial dos professores, suas

pautas de reivindicações e caráter de suas greves. Os dados do DIEESE que utilizamos foram os *Balanços de Greves e Paralisações*, divulgados anualmente e, também, dados disponibilizados por e-mail, conforme solicitado.

As publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia nos proporcionaram um panorama acerca de questões socioeconômicas – inflação e desemprego. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisa e Estatística Anísio Teixeira (INEP) forneceram um panorama de questões relativas ao quadro docente da educação básica.

No que tange à pesquisa empírica, estabelecemos, primeiramente, um recorte que abrange três entidades sindicais – as quais representam, ao todo, professores de 14 redes públicas de ensino municipais, localizadas nas regiões Sudeste do Estado do Paraná: o Sindicato do Magistério Municipal de União da Vitória e Região (SMMUV); o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) – Direção Municipal de Prudentópolis-PR; e, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati-PR (SISMI).

A opção por essas entidades, como fonte para coleta de dados, aconteceu mediante o levantamento das organizações sindicais que representam os professores da nossa região. Por meio desse levantamento, identificamos que os professores do magistério público municipal eram representados por três principais formas de organização: Sindicato de servidores municipais (a exemplo de Irati –PR), que chamaremos de SISMI; Sindicato próprio de professores municipais (a exemplo de União da Vitória-PR), que chamaremos de SMMUV; Sindicato estadual (a exemplo de Prudentópolis-PR), que chamaremos de APP-DM.

A partir da possibilidade de realização da pesquisa sobre o magistério público municipal nas três entidades citadas acima, submetemos a pesquisa ao Comitê de Ética de Pesquisa da Plataforma Brasil, que foi aprovada conforme o Parecer Consubstanciado do CEP, nº 2.414.047. (ANEXO A). Com a aprovação do comitê de ética, providenciamos os documentos necessários para a oficialização da pesquisa e encaminhamos a Carta de Apresentação, o Termo de Compromisso da Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo no ANEXO B) às entidades que participaram da referida pesquisa.

Com isso, as entidades disponibilizaram, por e-mail, os seus estatutos que serviram como fonte documental para a caracterização dos sindicatos. Contudo, o enriquecimento maior da pesquisa se deu por meio da realização de entrevista com os três sindicalistas, no caso do

SISMI⁵ e do SMMUV⁶. Os referidos entrevistados foram os presidentes do sindicato e, no caso do APP/DM⁷, a entrevistada foi a secretária de assuntos municipais da APP-sindicato, já que a Direção Sindical Municipal de Prudentópolis-PR estava ainda em formação. Em relação aos documentos necessários para a realização da pesquisa, tais como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo no ANEXO C) e o Termo de Uso de Som e Imagem (modelo no ANEXO D), foram assinados devidamente e estão em posse da pesquisadora.

As entrevistas buscaram, conforme objetivo da pesquisa, identificar elementos que determinam e caracterizam o movimento sindical dos professores do magistério público municipal. Desse modo, foram abordados temas relativos às reivindicações, greves, consciência sindical, mobilização dos professores, entre outros. Apesar de ser elaborado um roteiro prévio para as três entrevistas, levando em consideração as especificidades de cada entidade, cada entrevista foi conduzida e desenvolvida de acordo com suas particularidades. (APÊNDICE A, B e C). As três entidades sindicais foram prestativas e solícitas à participação na pesquisa, demonstrando interesse em disponibilizar os estatutos e conceder as entrevistas que foram realizadas no último quadrimestre de 2019 e transcritas na sequência.

Ainda no que diz respeito à pesquisa empírica, utilizamos questionários (APÊNDICE D) como instrumento para coleta de dados que foram montados utilizando o recurso do *formulário online* do *Google Forms*. Para tanto, solicitamos a ajuda dos dirigentes dos sindicatos para a divulgação do link do mesmo entre os professores de sua base filiada. Contudo, não tivemos muito retorno, apenas nove professores responderam na ocasião (início de 2019). Com isso, no ano de 2019, encontramos outros caminhos que permitiram a divulgação do questionário entre os professores das redes públicas municipais, onde se localiza a sede das três entidades.

Sendo assim, entramos em contato com as secretarias municipais de educação e solicitamos auxílio na divulgação, que nos indicaram os endereços de e-mails das escolas e diretores municipais, para que estes pudessem encaminhar o questionário aos docentes. Dessa forma, o questionário foi encaminhado para 38 escolas de União da Vitória-PR, 28 escolas de Irati-PR e para cerca de 300 endereços de e-mails de professores das escolas de Prudentópolis-PR. Com isso, conseguimos obter mais respostas, no entanto, o número ainda foi relativamente

⁵ O presidente dessa entidade tem formação em Ciências Contábeis e estava há um ano e meio como presidente na ocasião da entrevista (2019). Mas já possuía vínculo de vice-presidente desde 2013. Conta que está há mais ou menos 9 anos atuando na direção sindical.

⁶ O presidente dessa entidade tem formação em Educação Física (licenciatura) e estava há 6 anos atuando como presidente do sindicato, desde 2013. Porém, relata ter mais de 15 anos de experiência sindical.

⁷ A secretária de assuntos municipais da APP-sindicato é formada em Matemática e atua diretamente no sindicato desde 2002, portanto, há 17 anos.

pequeno, pois apenas 29 professores responderam o questionário – desses 15 (52%) são da rede pública municipal de Prudentópolis-PR (Sindicato Estadual), 3 (10%) de Irati-PR (Sindicato de Servidores) e 11 (38%) de União da Vitória-PR (Sindicato Próprio). As respostas dos professores estão destacadas em *itálico* no texto e os mesmos são identificados como P1, P2, P3, etc.

Destacamos que foram encontradas algumas dificuldades no percurso de coleta de dados, sobretudo relacionadas à adesão dos professores aos questionários, evidenciando que há pouco interesse dos docentes pela temática sindical. Além do mais, ressaltamos a dificuldade oriunda do problema de pesquisa, visto que a identificação das contradições na particularidade do sindicalismo docente pode demandar um universo de dados muito grande.

O questionário destinado aos professores contou com questões gerais sobre sindicato, greves, reivindicações, entre outras. As respostas puderam ser analisadas em consonância com as entrevistas, documentos e dados estatísticos que são apresentados na tese conforme o desenvolvimento da exposição. Nesse sentido, há respostas que não são centrais e que, portanto, não estão descritas ao longo do texto. O arquivo em *pdf* gerado pelo *google forms* com as respostas está em posse da pesquisadora.

A partir disso, o universo de dados coletados foi delimitado na medida em que fomos os organizando, sistematizando e analisando. Esse processo de sistematização e análise nos levou à categorização das particularidades do sindicalismo docente que consideramos mais determinantes: consciência sindical, formas organizativas e conteúdo das reivindicações. Desse modo, conseguimos identificar com maior clareza as contradições do ponto de vista desses três aspectos.

Com o objetivo de trazer uma caracterização geral dos participantes da pesquisa, realizamos um resumo que apresentamos na sequência. Essas informações não estão disponíveis ao longo do texto porque a exposição dos capítulos procurou analisar e discutir informações mais relevantes e determinantes do objeto em questão.

Sendo assim, quanto ao sexo, todos os professores participantes são mulheres de 29 a 62 anos de idade, que residem na mesma cidade onde lecionam. Em relação à formação profissional, apenas um participante (39 anos) de União da Vitória possui apenas formação em nível médio, na modalidade normal. Do mesmo modo, apenas um participante (32 anos) de Prudentópolis possui formação em nível de mestrado. Identificamos que 82% dos participantes possuem especializações, em nível de Pós-Graduação e 10% possuem formação em outra licenciatura (dois de União da Vitória e 1 (um) de Prudentópolis). Em relação ao tempo de

atuação como professor na rede pública municipal de ensino, apenas um participante atua de 1 a 5 anos, cinco atuam de 15 a 20 anos, seis atuam de 5 a 10 anos, sete atuam há mais de 20 anos e dez atuam de 10 a 15 anos. Um dado que nos chamou atenção é que a maioria das participantes (15) tem acima de 40 anos e, apenas algumas delas, atuaram na rede pública em menos de cinco anos (1). Desse modo, percebemos que houve pouca participação de jovens na pesquisa.

Em relação à localização da escola em que trabalham, 8 (27,6%) atuam em área urbana-centro; 16 (55,2%) atuam em área urbana-bairro; e, 7 (24,1%) atuam em área rural. Novamente a soma pode não corresponder ao número de questionários respondidos porque um professor pode atuar em mais de uma escola.

Em relação à carga horária semanal na rede pública de ensino, 15 dos 29 professores trabalham 20 horas e o restante 40 horas semanais. Quanto à etapa de ensino em que atuam, 11 (37,9%) dos professores trabalham na Educação Infantil; 10 (34,5%) trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e, 8 (27,6%) disseram atuar em ambas as etapas.

Dos professores participantes, 12 (41,4%) disseram possuir outro trabalho, formal ou informal, além da docência no magistério municipal. Em relação ao tipo de atividade, as respostas foram diversas, tais como professora da rede estadual de educação (5), artesã (2), escritório dos filhos, lavoura, dona de casa, profissional liberal e pedagoga na assistência social. Foi possível observar que duas professoras que têm jornada semanal de 40 horas semanais atuam, ainda, como artesã e dona de casa⁸. As outras 10 professoras que possuem mais um trabalho possuem jornadas de 20 horas semanais no magistério municipal, em outras palavras, a maioria das professoras têm que buscar em outras atividades laborais um complemento para as suas rendas.

Em relação às respostas de idade, formação, tempo de atuação, jornada de trabalho, localização da escola, etapa de ensino em que atuam e exercício de outras atividades laborais, não há significativas relações a serem feitas com a rede de ensino ou sindicato pertencente. Porém, quando questionadas sobre o tipo de contrato, 28 professoras responderam serem efetivos, via concurso público e 1(um) professor, de União da Vitória, possuía contrato temporário, via teste seletivo. Contudo, a prática de contratação temporária existe em ambos os municípios⁹. A respeito da remuneração dos professores participantes da pesquisa, os dados são

⁸ É possível que muitas das professoras exerçam trabalhos domésticos, mas não tenham esse reconhecimento da atividade enquanto mais uma jornada de trabalho, infelizmente, não remunerada.

⁹ No Brasil, do total de professores que atuam na Educação Básica, a maioria tem vínculo efetivo, via concurso público, embora a contratação temporária seja comum e o contrato terceirizado venha crescendo nos últimos anos. Na educação básica brasileira, pública e municipal, existem cerca de 847.315 mil professores efetivos, 301.036 professores com contratos temporários, 4.297 terceirizados e 26.917 com contrato CLT. (INEP, 2018).

os seguintes: quanto à remuneração individual e familiar, identificamos que a maioria dos participantes da pesquisa recebem de um a três salários mínimos, como renda individual, enquanto que, como renda familiar, a maioria recebe acima de quatro salários mínimos. Questionadas sobre o número de pessoas que residem no mesmo lar, a maioria respondeu que divide com mais de três pessoas.

Não foi possível estabelecer nenhuma relação significativa entre a renda individual e as redes públicas de ensino ou entidades sindicais. Porém, foi possível identificar que as maiores remunerações estavam vinculadas ao maior tempo de carreira, acima de 15 anos.

Ao adentrar nas questões relativas ao movimento sindical, identificamos que 24 (82,8%) dos participantes eram filiados, ou seja, 5 professores que responderam o questionário não tinham vínculo com as entidades sindicais. A respeito do tempo de filiação, quinze participantes estavam de 1 a 10 anos filiados no sindicato, sete participantes de 10 a 20 anos e apenas um estava filiado a mais de 30 anos.

Em relação às respostas obtidas por meio de outras questões, objetivas e abertas, foram analisadas e serão expostas ao longo dos capítulos da tese.

Revisão da produção acadêmica

Antes de tratarmos sobre a exposição e estrutura da tese, apresentaremos, brevemente, um panorama acerca da produção acadêmica sobre sindicalismo docente, pois na medida em que definimos o tema da pesquisa, buscamos conhecer o que dizem os pesquisadores e intelectuais. Para a revisão dessa produção, buscamos selecionar artigos, teses e dissertações em bancos de dados como o Scielo, Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT). Por meio da busca, utilizando descritores semelhantes com o “Sindicalismo Docente” e “Sindicato de Professores”, encontramos um total de 22 artigos científicos, 26 dissertações e 20 teses, no período de 1999 a 2016, os quais foram organizados em tabela e analisados.¹⁰

Encontramos, além das pesquisas nos bancos de teses e dissertações, textos produzidos por diversos pesquisadores brasileiros e publicados por meio da Rede de Pesquisadores e

¹⁰ Compreendemos que a produção acadêmica sobre o tema se estende a outros materiais que, de imediato, não foram encontrados na busca nessas plataformas com os descritores acima mencionados. A partir do levantamento dos trabalhos, foi possível sistematizar um banco de dados, com alguns elementos, tais como: principais objetivos, referenciais teóricos, metodologias, fontes e instrumentos de pesquisa, utilização do referencial marxista, entre outros.

Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (REDEASTE)¹¹.

Com o levantamento da produção acadêmica sobre o tema (APÊNDICE E), podemos nos familiarizar com o campo de investigação, o conhecimento dos principais autores que, na atualidade, discutem a temática, os principais aspectos discutidos, as principais contribuições e lacunas na discussão e, sobretudo, evidenciar de que forma o objeto de estudo é abordado por esses pesquisadores.

Merece destaque a *Revista Educação & Sociedade* e o periódico *Educar em Revista*, que juntos publicaram 11 dos 22 artigos analisados, assim como os autores Gouveia e Ferraz (2011, 2013, 2016) e Ferreira (2004, 2006, 2007, 2008) pelas publicações sobre a temática. Cabe salientar que, no caso de Ferreira (2004, 2006, 2007, 2008), há elementos de discussão que estão presentes em todos os textos, embora cada um deles aborde aspectos diferentes do sindicalismo docente e sua relação com gênero e sexualidade. Por sua vez, Gouveia e Ferraz (2011, 2013, 2016) buscam discutir o sindicalismo docente no âmbito municipal e sua relação com o financiamento da educação.

Se agruparmos as palavras-chave¹² dos artigos, a partir de temas correlatos, temos 4 artigos que discutem “Identidade e Relações de Gênero”, 4 artigos que discutem “Trabalho docente”, 7 artigos que discutem “Políticas educacionais e financiamento da educação”, 1 artigo que discute “Saúde do Trabalhador”, 1 artigo que discute “Central Única dos Trabalhadores”, 3 artigos que discutem “Greve e Resistência”, 3 artigos que discutem “Política e Governo”, 2 artigos que discutem “Teoria Política”, 2 artigos que discutem “Corporativismo Sindical”, 1 artigo que discute “Unidade Sindical”, entre outros. Evidenciamos, desse modo, uma abordagem maior do tema Sindicalismo Docente, com ênfase nas Políticas Educacionais, Trabalho Docente e Identidade de Gênero.

A respeito da utilização do referencial teórico, 86% dos artigos não indicam qual utilizam, entre os que explicitam, 3 utilizam o Materialismo Histórico-Dialético/Marxismo como fundamentação teórica. Além disso, verificou-se que 77% do total dos artigos não utilizam como referência autores clássicos do marxismo, tais como Marx, Engels, Gramsci, Lenin, Luxemburgo, Lukács e Trótski. Dos trabalhos que utilizam autores clássicos do marxismo, verificamos a quantidade dos textos de cada um deles e percebemos que o mais

¹¹ A Rede é uma organização internacional de estudiosos do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores da educação, nela participam professores universitários, acadêmicos e militantes do movimento docente que divulgam seus trabalhos em eventos anuais, no site oficial e em coletâneas de livros.

¹² A partir das palavras-chave é possível compreender melhor quais enfoques foram dados pelos autores quando discutiram o sindicalismo docente. Ao todo foram 74 palavras-chave utilizadas nos artigos. (APÊNDICE F).

citado é Marx, seguido de Lênin e Gramsci. Por sua vez, Lukács não foi utilizado em nenhum dos trabalhos. (APÊNDICE G)

Em relação às teses e dissertações, ao todo, levantamos 46 trabalhos produzidos em programas de pós-graduação variados, dos quais 6 foram defendidos na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), orientados por Carlos Bauer de Souza e 3 por Sadi Dal Rosso¹³. Do total de teses, 65,21% estão vinculadas ao PPG em Educação, 17,39% ao PPG em Ciências Sociais ou Sociologia, e 17,39% ao PPG em História. Ainda merecem destaque 7 trabalhos que foram defendidos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e 4 foram defendidos na Universidade de Brasília (UNB).

Para melhor compreensão das ênfases dadas nas pesquisas sobre Sindicalismo Docente, analisamos o uso das palavras-chave nos trabalhos, procurando agrupar por temáticas semelhantes. (APÊNDICE H). Percebemos que as teses e dissertações problematizam mais a questão do Sindicalismo Docente ligado aos temas de Estado e governo e Políticas Educacionais. (APÊNDICE I).

No caso do agrupamento chamado “Outros”, estão as diversas temáticas que foram estudadas uma única vez: Resistência Cultural; Autonomia; Autodeterminação; Diversidade; CAPES; Produção Discente; Organismos internacionais; Imprensa Sindical; Acumulação Flexível; Burocratização Sindical; Crise de Representatividade; Direitos Humanos; Classes Sociais; Luta de Classes; Ufanismo; Campo Educacional; Sociologia da Educação; Participação; Propaganda; Congressos; Classe Média; Ideologia; Relação de Interdependência; Habitus Social e Formação política.

A temática do Associativismo foi vinculada a 4 pesquisas que problematizam, de algum modo, a relação entre as associações e os sindicatos de professores, já que há diferenciações entre essas duas formas de organização. A maior parte dos estudos relacionados à História discutiram a história da educação, e os relacionados ao Trabalho, discutiram a questão da profissionalização e do trabalho docente. Aquelas palavras-chave vinculadas à Educação, referem-se à Educação Superior, escola pública e Educação infantil. Por sua vez, os termos vinculados à Subjetividade e Identidade estão relacionados à questão de gênero e identidade profissional. Em relação às Mobilizações, temos palavras-chave vinculadas à Greve, Lutas Populares, Insurreição Popular, Reivindicações, Organização e Conflitos.

¹³ Carlos Bauer de Souza é Doutor em História e professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Sadi Dal Rosso é Doutor em Sociologia, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e um dos fundadores da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação (RedeASTE).

Dentre as temáticas de Estado e Governo, temos descritores como Reforma de Estado, Agenda Política, Poder, Democracia, Ditadura, Neoliberalismo, Formação Política. Já as palavras-chave relacionadas à Política Educacional, dá ênfase aos subtemas de Reforma Universitária e de Ensino, Formação de Professores, Financiamento, Gestão democrática e Carreira Docente.

Sobre os tipos de pesquisa realizadas, das 20 teses, apenas 3 não são de campo e 1 não é documental, outras 17 são pesquisas bibliográficas, documental e de campo, utilizando várias fontes para coleta de dados documentais e instrumentos como entrevistas, questionários e observação, prevalecendo o uso do primeiro. Por sua vez, das 26 dissertações apenas 1 não deixa claro o tipo de pesquisa, fontes e instrumentos; outras 19 são pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, 2 são apenas bibliográficas e de campo, 3 são bibliográficas e documentais e 1 é apenas bibliográfica. O uso das fontes e instrumentos também é variado entre as dissertações.

De modo geral, em relação aos contextos estudados nas teses e dissertações, foi possível identificar que as pesquisas procuraram problematizar diversos contextos relativos ao movimento sindical docente, seja em relação às entidades sindicais, aos governos, aos estados ou aos diferentes períodos históricos (APÊNDICE J). Com exceção de Coronel (2014), que discutiu as produções acadêmicas sobre Sindicalismo Docente, todos os outros 45 trabalhos se referiram a algum contexto específico. De modo geral, a maioria das pesquisas estão voltadas aos contextos estaduais, revelando uma insuficiência de estudos sobre Sindicalismo Docente nos contextos municipais, nacional e internacional.

Em relação ao referencial teórico adotado, a maioria dos trabalhos não se posiciona dentro de uma perspectiva. Porém, há trabalhos que utilizam o Neomarxismo (BATISTA, 2010), as Representações Sociais e a História Cultural (SANTOS, 2007) e a Nova História (TRINDADE, 2016) como referenciais teóricos. Há, também, muitas pesquisas que se fundamentam na concepção teórica marxista ou Materialismo Histórico Dialético. (BOHN, 2015; DANTAS, 2016; FAUST, 2015; HIRO, 2012; MIRANDA, 2005; CRUZ, 2008; VIEIRA, 2009; HIDAKA, 2012; LANÇA, 2013; MIGUEL, 2006; PAIVA, 2016; COELHO, 2015; FANTINATI, 1998; SILVA, 2013; ASSUNÇÃO, 2017; MIRANDA, 2011).

Além do referencial teórico, buscamos identificar a utilização de autores clássicos do marxismo e seus textos (APÊNDICE K). Com isso, observamos que as obras *O Capital*, o *Manifesto do Partido Comunista* e *A Ideologia Alemã* costumam ser as mais utilizadas entre os pesquisadores, no entanto, há uma menor utilização de autores como Trótski e Lukács.

De modo geral, com a revisão da produção acadêmica, constatamos que há uma lacuna de discussão sobre o sindicalismo docente no âmbito municipal, em especial, sob a perspectiva teórica metodológica marxista. E, mesmo a partir do marxismo, pouco se discute o sindicalismo docente a partir das contribuições de Leon Trótski, tarefa que procuramos assumir. No contexto atual, entendemos que é fundamental fazer a crítica¹⁴, não só do projeto societário capitalista, mas rever as concepções adotadas no interior do próprio movimento da esquerda.

Estrutura e exposição

Marx, nas famosas *Teses sobre Feuerbach*, discorre sobre a verdade objetiva de um pensamento. Para ele, a verdade não é uma questão de teoria – no sentido dogmático –, mas uma questão prática, pois é “na prática [Praxis] que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [Diesseitigkeit] de seu pensamento”. (MARX, 2007, p. 534). Segundo Marx, a representação teórica tem relação com a prática – no sentido materialista – mas é na Práxis¹⁵ – enquanto atividade humana em sociedade – que o homem tem de provar a verdade e o poder de seu pensamento.

Marx (2007, p. 534) entende que “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática [Praxis] – é uma questão puramente escolástica”. Nessa perspectiva, o equívoco do materialismo de Feuerbach é a ênfase no pensamento abstrato e a contemplação (fixação na abstração) do empírico por ele próprio, ou seja, abstratamente.¹⁶ O máximo que consegue esse materialismo, que se restringe ao conhecimento abstrato, é a “contemplação dos indivíduos singulares e da sociedade burguesa”. Por isso, segundo Marx, o

¹⁴ Se entendemos que crítica é a negação, logo o pensamento de Marx é crítico. Mas, como observa Benoit (1999), o Marx de *O Capital* não é meramente crítico, é revolucionário, pois expõe tanto as contradições do capital, como o caminho para a negação da negação da sua contradição fundamental (a luta de classes): a revolução socialista.

¹⁵ Cabe subliminar que na tese 2, em alemão, Marx utiliza os termos Práxis [Praxis], que vem do grego Práxis, e praktische (prática) – contudo na tradução da Boitempo, não há a palavra Práxis e ela é substituída por prática. Acrescentamos na tradução da tese 2, em colchetes, o termo Práxis, quando utilizado por Marx na versão em alemão. Práxis tem um sentido mais amplo, de atividade humana em sociedade.

¹⁶ É comum confundir o *abstrato* e o *concreto*. Para a ciência, por vezes, o conceito de *abstrato* está relacionado com uma ideia geral ou conceito, enquanto o *concreto* é entendido como sensível e *empírico*. Antunes (2014) afirma que as ciências humanas, de modo geral, interpretam desse modo. Mas, segundo o autor, para Marx, o *concreto* é o conceito, aquilo que é universal, visto em totalidade, enquanto o abstrato é a parte do todo, são as particularidades desse universal. No dicionário de filosofia, a Abstração “é a operação mediante a qual alguma coisa é escolhida como objeto de percepção, atenção, observação, consideração, pesquisa, estudo, etc., e isolada de outras coisas com que está em uma relação qualquer” (ABBAGNANO, 2007, p. 14). Na realidade, as definições do *abstrato* e *concreto* são diferentes para cada tradição filosófica. Em Hegel, por exemplo, “[...] o abstrato é finito, imediato, não posto em relação com o todo [...] o Concreto é o Universal, a Razão, o Infinito, ao passo que o abstrato é o indivíduo, o objeto singular, etc” (ABBAGNANO, 2007, p. 15 e 170). Por sua vez, para a escola neokantiana, o abstrato é uma forma do pensamento, já o concreto, é a forma de uma imagem sensorialmente determinada. (ILIENKOV, 1960)

materialismo de Feuerbach tem como ponto de vista a sociedade burguesa e os interesses particularizados, já o novo materialismo tem como ponto de referência os interesses universais da sociedade humana e da prática revolucionária que desemboca na “humanidade socializada”. (MARX, 2007, p. 535).

Desse modo, podemos interpretar o mundo, filosoficamente ou cientificamente, de “diferentes maneiras” – já que enquanto *verdade sensível*¹⁷, a realidade é mesmo diversa – e afirmar a comprovação empírica desse pensamento, mas nada importa se não transformarmos o mundo pela *Práxis*, ou seja, pela atividade humana em sociedade.

Como crítico da lógica meramente analítica e empirista da Economia Política Clássica¹⁸, Marx e seu pensamento dialético parte da investigação analítica – a apropriação da “matéria em seus detalhes” –, mas culmina no sintético – a exposição adequada do “movimento real”. Por isso, como diz Marx “[...] o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado e não como ponto de partida”. (MARX, 2008, p. 258).

Se para Marx interessa desvelar a essência, logo o sensível ou o empírico, enquanto manifestação imediata e aparência fenomênica do objeto, não pode ser tomado como concreto. O concreto/a totalidade é a “síntese das múltiplas determinações, isto é, a unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 258), por sua vez, o abstrato é singular e unilateral. Em outras palavras, o singular não pode ser compreendido por si só, na sua unilateralidade, mas somente na sua relação com a totalidade social, de forma mediada.

A esse exemplo, Marx, na elaboração de *O Capital*, buscou exatamente o momento do sintético, ou seja, o momento superior das formas abstratas e analíticas. Ele “[...] foi percebendo, cada vez mais, que o conteúdo era inseparável de uma certa forma ou *léxis* específica que deveria ser encontrada” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 32-33). Para a exposição precisa de sua investigação, Marx buscou superar o “[...] domínio meramente analítico e encontrar um modo de exposição que, de forma imanente, se mostrasse analítico e sintético ao mesmo tempo [...]”. (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 32-33).¹⁹

¹⁷ Utilizando o termo de Hegel da *Fenomenologia do Espírito*, com o sentido de verdade abstrata, individual, sem mediações com o universal.

¹⁸ “[...] a perspectiva da Economia Política clássica, como filha direta do empirismo inglês, constrói uma representação do real, mas o seu caminho é o método empírico-indutivo, ou seja, a partir dos dados dos sentidos, assim, [...] realiza uma multiplicidade de percepções, recolhe os dados dos sentidos, que são depois reunidos e justapostos, construindo certas generalizações”. (BENOIT, 2003, p. 4).

¹⁹ Dessa forma, Marx superou as formas empíricas de sua investigação e elevou-se ao caminho da exposição dialética: caminho que deve partir da totalidade como concreto indeterminado (enquanto pressuposto); deste momento deve se caminhar pelo abstrato, expondo detalhadamente as diversas formas particulares da totalidade; no terceiro momento, pouco a pouco, ocorre a superação destas formas abstratas que deve retornar ao concreto reconstruído, então, como determinado (totalidade concreta ou universal concreto). (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 32-33).

Inspirados nessa perspectiva teórica e metodológica de Marx, nosso objetivo é refletir sobre o sindicalismo docente não como totalidade em si mesmo, nem mesmo como mera singularidade, mas enquanto parte de uma totalidade histórica que para nós é pressuposto.

Contudo, encontrar uma exposição mais adequada para o nosso objeto de pesquisa não é uma tarefa fácil, pois é preciso levar em consideração não só as particularidades do objeto como também os fundamentos teóricos adotados, ou seja, o processo de pesquisa como um todo. Se ficarmos presos apenas na análise das particularidades empíricas, corremos o risco de apresentar apenas um relatório de pesquisa que exprime exatamente o processo analítico do conhecimento: apropriação teórica, metodológica e empírica. Em virtude disso, é comum chegarmos no final da pesquisa com um relatório seguindo, mais ou menos, esse roteiro.

Nesse sentido, esforçamo-nos para chegar a uma exposição que respondesse gradualmente o nosso problema de pesquisa. Longe de acreditar que estaríamos utilizando fielmente a lógica de exposição de Marx, até porque isso seria igual a reduzir um método tão próprio do objeto de estudo do autor a um modelo científico – o que é incabível. Sublinhamos, apenas, que tendo consciência do papel da exposição, esforçamo-nos em estruturar os capítulos da melhor maneira possível.

E, assim, defendemos, ao longo desta tese, o argumento de que o sindicalismo docente, incluindo o do magistério público municipal, embora tenha contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, pode ter uma atuação na perspectiva classista e revolucionária, uma vez que a unidade classista que supera a fragmentação da luta das diversas categorias específicas se dá, prioritariamente, em torno do conteúdo das reivindicações, apesar das diferenças organizativas e ideológicas que caracterizam a heterogeneidade da classe.

No campo do sindicalismo docente há, em certa medida, duas tendências que caracterizam as produções acadêmicas. Por um lado, há uma tendência em defender a aproximação do sindicalismo docente com o sindicalismo operário, mediante o pressuposto da existência de uma classe social mais ampla que vive do salário e que se contrapõe à outra classe social que vive da exploração do trabalho alheio. Por outro lado, há uma tendência em defender uma independência do sindicalismo docente frente ao movimento operário, fundamentando-se na crítica à concepção de luta de classes e vendo na atuação política do sindicato docente o diferencial diante da atuação, geralmente econômica, dos sindicatos de outras categorias de trabalhadores.

Nesta tese, argumentamos a favor da aproximação do sindicalismo docente com o movimento sindical da classe trabalhadora em geral, expondo suas contradições e diferenças no

âmbito organizativo, ideológico e reivindicativo. Contudo, em sua maioria, os dados da pesquisa não apontam para uma perspectiva revolucionária, sobretudo porque indicam para a pouca mobilização da categoria docente nas atividades sindicais, para o assistencialismo ainda presente nas entidades e para a dificuldade na negociação e em levar a diante as pautas reivindicativas, muitas vezes esbarrando nos limites orçamentários dos municípios e na aproximação intimidadora com a gestão municipal. No entanto, as reivindicações em torno do salário – elemento central que caracteriza a classe trabalhadora no capitalismo – revelam uma possibilidade de unificação e mobilização classista.

Baseando-se nisso, argumentamos a favor do potencial papel unificador das reivindicações na constituição de uma classe social organizada. Nesse sentido, defendemos que, apesar da fragmentação sindical brasileira expressar no nível organizativo e nas diferenças ideológicas as diferentes categorias, o sindicalismo pode se constituir num instrumento de força classista e unificada mediante as reivindicações particulares.

Ao falar de luta de classes fica evidente que adotamos o marxismo como principal fonte teórica e metodológica. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que a luta de classes não é uma categoria meramente analítica de um método de pesquisa, pois ela é uma categoria histórica. Nesse sentido, não nos cabe escrever um capítulo com definições acerca do ‘conceito’ ou da história da luta de classes, pois uma vez escolhido como objeto de estudo, as lutas da classe trabalhadora organizada em sindicatos, estamos tratando de luta de classes que aparecerá, ao longo desta tese, toda vez que falarmos de greves, trabalhadores, salários, reivindicações, sindicatos, etc.

Do mesmo modo, a concepção marxista não é meramente uma teoria ou um método científico, já que é o próprio movimento ideológico da classe trabalhadora, ao longo do capitalismo nas diferentes particularidades nacionais. Nesse sentido, o marxismo sempre esteve preocupado em determinar o papel dos sindicatos na luta de classes, tendo em vista a possibilidade de transformação social. Discutir sindicato é, portanto, discutir as lutas políticas e econômicas da classe trabalhadora. Contudo, ao longo da história, os sindicatos se tornaram objeto de interesse não só da esquerda, como também, da direita; não só dos trabalhadores, como também do patronato e do Estado.

Seja nos documentos escritos para a I, II, III ou IV Internacional, nos jornais ou nas obras teóricas, os sindicatos ocuparam, direta ou indiretamente, um espaço de discussão entre os clássicos do marxismo. A razão é simples, eles são as organizações típicas dos trabalhadores assalariados na luta por melhores salários, jornada e condições de trabalho, etc.

Na obra *O Capital*, mesmo sem tratar especificamente sobre sindicatos, Marx aborda o tema ao longo de extensos capítulos quando trata sobre as lutas fabris, por melhores salários e redução da jornada de trabalho. Na *Advertência aos leitores do livro I d' O Capital*, escrita por Althusser, na edição francesa de 1969, o papel dos sindicatos é claramente explícito na medida que este autor separa a luta política (ofensiva) da luta econômica sindical (defensiva). A luta defensiva (econômica) dos sindicatos ataca, segundo Althusser (2013), as duas grandes tendências do capitalismo – contra a diminuição do salário e desemprego, por sua vez, a luta ofensiva (política) tem por objetivo a tomada de poder pela classe operária. Demarcando, desse modo, dois momentos fundamentais da luta de classes que possuem natureza diferente, mas que se relacionam dialeticamente.

Ao examinar a luta dos operários no século XIX, Engels (2008, p. 73) separa a luta política da luta econômica e sinaliza o papel econômico dos sindicatos na luta contra “as arbitrariedades do capital” no processo de valorização salarial. Contudo, para ele, a luta de classes no capitalismo se converte necessariamente numa luta política e, desse modo, sindicatos não agem somente por interesses econômicos, mas são organizações de classe. No processo de luta política, a organização do trabalhador é fundamental e, nesse contexto, “grandes sindicatos [...] representam um poder que todo governo da classe dirigente, seja liberal ou conservador, não pode negar”. (ENGELS, 2008, p. 74).

Em Gramsci²⁰, sobretudo nos escritos políticos, os sindicatos são concebidos como um tipo de organização proletária própria da sociedade capitalista e inerente a ela²¹. De acordo com o autor, os sindicatos não podem ser o instrumento de renovação radical da sociedade, mas “[...] são as sólidas vértebras do grande corpo proletário. Elaboram as experiências individuais e locais, acumulando-as, realizando assim aquele nivelamento nacional das condições de trabalho e produção no qual se baseia concretamente a igualdade comunista”. (GRAMSCI, 1977, p. 46).

Lenin e Trótski também se preocuparam com a atuação dos sindicatos em diversas circunstâncias, reconhecendo que “o problema dos sindicatos é um dos mais importantes para o movimento operário” (TRÓTSKI, 2008), sendo que as ações unificadas entre partidos e sindicatos são condições fundamentais para o sucesso da classe trabalhadora. (LENIN, 2008).²²

²⁰ Sobre a concepção de Gramsci sobre sindicatos consultar Vaz (2020).

²¹ No texto, *Democracia Operária*, Gramsci chega a esboçar a função dos sindicatos no socialismo. Para ele, partidos e sindicatos podem continuar existindo no socialismo enquanto instituições de propulsão e de controle, respectivamente. (GRAMSCI, 1976).

²² A respeito da concepção de Marx, Engels, Lenin e Trótski sobre os sindicatos, consultar o livro *O marxismo e os sindicatos*, organizado por Aguiar (2008), que contém textos escritos pelos quatro intelectuais percorrendo sobre o tema.

A partir do conhecimento e experiência desses intelectuais, podemos afirmar que as lutas sindicais desempenham um papel imediatamente econômico e se diferenciam daquelas lutas que possuem um caráter político – onde a organização que prevalece é a do partido. Contudo, nos perguntamos, de que modo mediar a relação entre essas duas lutas e desenvolvê-las dialeticamente no conjunto da luta de classes? Apesar dessa questão não ser o problema central da pesquisa, veremos que ela orientou a investigação e estará presente ao longo da exposição desta tese²³.

Em suma, nas próximas páginas, o leitor será guiado por um caminho dividido em quatro partes principais. O primeiro capítulo, intitulado “O sindicalismo na formação social, política e econômica brasileira”, apesar de ser teórico e histórico, auxilia no entendimento da formação do sindicalismo no Brasil e sua relação com questões teóricas que fundamentaram, em certa medida, a ação sindical e política. Este capítulo será retomado em alguns momentos da tese, sobretudo, no quarto capítulo. Por sua vez, o segundo capítulo, intitulado “Sindicalismo docente: constituição histórica e sua relação com a carreira e a remuneração do magistério” apresenta um panorama histórico geral do sindicalismo docente, valorizando algumas de suas particularidades, tais como a relação entre sindicalismo docente, política educacional e remuneração do professor.

O terceiro capítulo, intitulado “Sindicalismo no magistério público municipal: as especificidades ideológicas, organizativas e reivindicativas da categoria docente”, expõe as particularidades do recorte de pesquisa em questão, abordando três elementos principais, a consciência sindical da categoria, as formas de organização e as reivindicações. Por fim, o capítulo “A transição entre a luta econômica e política e o papel dos sindicatos na revolução” retoma discussões que permearam os três capítulos anteriores, busca responder as questões apresentadas ao longo do texto e sintetiza a perspectiva teórica que fundamenta essa tese.

²³ Segundo Agüena (2008, p. 14), Marx “defende que os operários, ao invés de lutarem sob a palavra de ordem ‘um salário justo por um dia de trabalho justo’, deviam lutar pela palavra de ordem revolucionária ‘abolição do trabalho assalariado’”. Demonstrando a contradição de lutar contra a organização social do capital, ao mesmo tempo em que se luta por salário, emprego e condições de vida.

CAPÍTULO 1

O SINDICALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA

Nosso intuito, com este primeiro capítulo, é apresentar um panorama geral do processo histórico de formação do sindicalismo brasileiro e, para isso, iniciamos com uma discussão fundamental sobre a formação política e econômica brasileira. Compreendemos que o esclarecimento da interpretação histórica que adotamos interfere diretamente na análise do passado e do futuro do movimento dos trabalhadores no Brasil.

A luta de classes na sociedade capitalista se constituiu, em linhas gerais, a partir do antagonismo entre proprietários de meios de produção e “proprietários” de força de trabalho. Nesse contexto, o movimento sindical foi determinado e determinante dessa luta, por isso, é indispensável compreender o contexto da luta de classes na atual fase histórica do capitalismo e no contexto particular nacional brasileiro. Portanto, nosso desafio é apontar, em linhas gerais, o processo histórico de formação do sindicalismo, no Brasil, para subsidiar a análise do movimento sindical docente.

O marco originário dos sindicatos é a constituição das relações sociais de produção tipicamente capitalista e a formação de suas duas classes sociais principais: os trabalhadores assalariados e os capitalistas. Sua origem está vinculada ao contexto europeu, devido ao surgimento da indústria, da forma assalariada e as péssimas condições de trabalho. O sindicalismo, neste período, aparece como movimento e organização clandestina dos trabalhadores e vai, com o passar do tempo, consolidando-se enquanto uma instituição legalizada.

A formação da classe trabalhadora assalariada brasileira e suas instituições organizativas é tardia em relação à europeia. No Brasil, os sindicatos surgem no final do XIX e início do século XX, com a abolição da escravidão e o crescimento no número de trabalhadores assalariados. (MATTOS, 2009).

Contudo, nos questionamos: a consolidação do sindicalismo no Brasil, que se deu somente no século XX, está relacionada ao “atraso” da inserção brasileira nas relações sociais de acumulação de capital ou em relação ao “atraso” na formação de uma classe de trabalhadores “livres”? As questões se tornam ainda mais complexas se pensarmos a legalização do sindicalismo docente e dos servidores públicos brasileiros, propriamente, a partir de 1988.

Buscamos, na próxima seção, expor nossa reflexão sobre essas questões.

1.1 SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA CAPITALISTA BRASILEIRA

O próprio título dessa seção nos coloca a questão: “Quando surge um Brasil capitalista”? Desse modo, adentramos em uma “velha” polêmica que trata das interpretações sobre a formação política e econômica brasileira.

De modo geral, o debate se trava entre aqueles que se orientam ou refutam a concepção etapista dos modos de produção e o “socialismo em um só país”, presentes nos quadros teóricos do estalinismo. Oliveira (2003, p. 126) chamou de “evolucionismo” marxista, “[...] o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stálin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós-classes”. Compreendemos, em concordância com Oliveira (2003), que o etapismo levou aos equívocos de estratégia política na esquerda brasileira.

De acordo com Antunes (2013 e 2017) e Benoit (1998), o etapismo evolucionista tem origem na concepção histórica defendida por Engels, no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a qual se distanciou da concepção histórico-dialética de Marx. Nesse sentido, “o resultado de tal virada metodológica de Engels é o surgimento de uma concepção engelsiano-antropológica da história, baseada nos conceitos de *comunidade gentílica* e de *evolução necessária da história*”. (ANTUNES, 2013, p. 3).

Desse modo, Engels teria ignorado outras formas de organização social e estatal, como o *modo de produção asiático*²⁴, diferentemente de Marx, pois

[...] do ponto de vista de Marx, esta evolução histórica, que começaria com a comunidade primitiva e evoluiria para os modos de produção asiático, escravagista, feudal e burguês, somente a sociedade greco-ocidental a teria desenvolvido de forma imanente e independente, ou seja, do ponto de vista de Marx, somente a Europa ocidental teria passado, em sua evolução, por estas fases históricas clássicas, sendo, portanto, o modo de produção asiático apenas mais um dos modos de produção postos em seu transcurso histórico. (ANTUNES, 2013, p. 9).

²⁴ Segundo Antunes (2013, p. 4), “para Marx, a categoria de modo de produção asiático aparece como uma categoria de caráter fundamental para que ele possa compreender o processo geral da história humana e, em especial, da formação do modo de produção capitalista no Ocidente europeu. Ela aparece como uma categoria historicamente dada e que expressaria em maior medida a forma mais geral de evolução econômico-social pós-comunidade primitiva. Ela expressaria conceitualmente, do ponto de vista de Marx, os fundamentos daquelas sociedades que teriam evoluído a partir de uma forma tribal, seminômade, para formas de organizações sociais estabelecidas e comandadas a partir de uma entidade comunal abstrata centralizadora do nexos social e que estaria acima das comunidades locais efetivas. Esta unidade superior surgiria, pois, naturalmente, segundo Marx, a partir da necessidade de formação de grandes frentes de trabalhos públicos relativos especialmente à formação de processos produtivos comuns, beneficiadores tanto desta comunidade superior abstrata como também das comunidades locais efetivas”. Não só Engels, como Stálin ignorou o modo de produção asiático, “[...] tratava-se para a historiografia stalinista de apagar o conceito de modo de produção asiático a qualquer custo, visando justificar as políticas da Terceira Internacional em relação à China e a outros países orientais, caracterizados então como feudais”. (BENOIT, 1998, p. 53).

As interpretações oriundas da visão histórica etapista levou diferentes autores, como Nelson Werneck Sodré, a ver, no Brasil colônia, um tipo de “feudalismo” e defender um desenvolvimento histórico brasileiro que avançasse pelas várias fases de desenvolvimento capitalista, como condição para o surgimento do socialismo. Mediante essa visão, surgem noções de que o Brasil sempre esteve “atrasado” em relação ao desenvolvimento de outros países.

Entretanto, como observa Benoit (2004), do ponto de vista dos economistas burgueses e “marxistas iludidos”, um país de capitalismo atrasado é um país, no qual, quantitativamente (o PIB por exemplo) é inferior em relação a outro país superior ou adiantado. Para o autor, as interpretações equivocadas sobre o “atraso”, originam-se de trabalhos meramente quantitativos e quando alcançam patamares mais qualitativos, “[...] esses níveis são eles próprios pseudo-abstrações, mera ideologia expressa em noções vagas, tais como “globalização”, “mundialização”, “neoliberalismo”, “Terceiro-mundo”, “país subdesenvolvido”. (BENOIT, 2004, p. 48).

Mas, do ponto de vista de Marx, o “atraso” só pode ser entendido no conjunto da história universal do capital, desse modo, “um país atrasado do ponto de vista marxista é um país que conserva relações *pré-capitalistas* de produção”. (BENOIT, 2004, p. 48).

Nesse sentido, o Brasil não foi “atrasado” em relação ao capitalismo, visto que, desde a colonização, esteve ligado ao processo de acumulação originária de capital. Tal constatação foi identificada, primeiramente²⁵, por Prado Jr. (2011, 2012a 2012b) e Novais (1989), quando, no estudo da formação política e econômica brasileira, pautaram-se na concepção de Marx, em *O Capital*, sobre a colonização da América e a utilização do trabalho escravo.

Segundo Benoit (2004), é preciso compreender a teoria da história em Marx perpassando pelo conceito de *história universal* se quisermos compreender a especificidade da América e dos países supostamente “atrasados”. Nesse sentido, para Marx, a *história universal* “[...] seria uma totalização que foi sendo forjada pelo desenvolvimento das contradições de história da luta de classes” (BENOIT, 2004, p. 49), a qual perpassa pelas comunidades primitivas, modo de produção asiático, modo de produção escravocrata, modo de produção feudal, modo de produção capitalista, socialismo e comunismo. Contudo, a história, para Marx,

²⁵ Recentemente, Neto (2015) publicou um livro chamado *Capital e Trabalho na formação econômica do Brasil*, pelo Instituto Lukács, que reafirma, em certo sentido, as teses de Prado Jr. e Novais sobre o papel do Brasil na acumulação originária de capital e a exploração de mais-valor absoluto no trabalho escravo existente no período colonial.

apesar de possuir um desenvolvimento universal progressivo, está repleta de descontinuidades²⁶.

Segundo Benoit (2004, p. 50),

O erro principal e imperdoável de Stalin, não teria sido tanto supor uma certa continuidade, mas sim, além de suprimir o modo de produção asiático (que é fundamental para compreender toda a sequência) seria aquele de colocar essa transição contínua como interna em cada país. O que significou abrir o leque de “centenas de transições” justapostas, centenas de pequenas histórias nacionais paralelas. Seria como se cada país fosse repetir toda a sequência na sua história interna, o que seria, realmente, absurdo.

Benoit (2004) nos auxilia a compreender a história como uma totalidade dialética, em que os modos de produção atuam como negação de suas formas antecedentes. Trótski contribuiu para a compreensão do sentido dialético de “história universal” em Marx e, com isso, o desenvolvimento da revolução permanente.

Na *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, Marx e Engels (1850, p. 4) destacaram: “[...] nossos interesses e nossas tarefas consistem em fazer a revolução permanente até que as classes relativamente possuidoras sejam desalojadas da dominação [...] e não somente em um país, senão em todos os países dominantes do mundo”.

Para Benoit (2004, p. 51, *grifos nossos*),

Esta teoria revolucionária da história, a história como luta de classes e revolução permanente até o fim das classes, **seria o fio unificador**, em última instância, **de todos os processos e tempos particulares**, seria ela, a luta permanente das classes, a contradição que produz a universalidade concreta de um único tempo mundial e que exige também uma estratégia mundial: o internacionalismo, a revolução permanente até a revolução mundial, aquela que abole definitivamente a luta de classes, que suprime as classes sociais e a pré-história da humanidade.

A história universal, no pensamento de Marx, é a síntese da história concreta de diferentes particularidades. Portanto, o capitalismo não se manifesta na história como um modelo de modo de produção que se reproduz em cada país, mas que abrange as contradições progressivas e regressivas das várias particularidades e que, pouco a pouco, sintetizam-se nele e por ele.

²⁶ “Na história como luta de classes, não se trata assim de descrever a positividade de um encadeamento progressivo e evolutivo de um modo de produção em relação a outro, (como fez o marxismo dogmático) pensando assim exclusivamente uma temporalidade diacrônica, mas sim, muito mais, trata-se de pensar o processo contraditório de um modo de produção em particular (o modo de produção capitalista), e a maneira pela qual ele realiza a superação das suas contradições, ou em outras palavras, como nele se realiza a própria história da luta de classes. [...] Nesse sentido, a história como luta de classes é [...] uma teoria dialética da revolução permanente”. (BENOIT, 1998, p. 64).

Por essa razão, a aniquilação do capitalismo no Brasil e no mundo tem que acontecer, necessariamente, de modo internacionalista e permanente.

De acordo com Trótski (2007, p. 65):

[...] a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato; ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. [...] A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente.

Nessa perspectiva, o Brasil, assim como os países da América, não teria passado, necessariamente, pelos modos de produção feudal e escravagista. Para Trótski (1977), em *A História da Revolução Russa*, “os europeus que colonizaram a América, não recomeçaram a história desde o início”. Seguindo nessa linha de análise, Benoit (2004, p. 59) destaca que “no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, nos Estados Unidos, e em todos os países onde a violência da expansão capitalista eliminou fisicamente as populações nativas [...] com elas eliminou e varreu as relações pré-capitalistas nestas regiões da América”.

Em outras palavras, com a colonização europeia nas Américas, aboliu-se todas as relações “atrasadas” ou “pré-capitalistas”. As colônias, surpreendentemente, “nascem” no e para o processo de acumulação de capital mercantil.

Dessa forma, a história da formação política e econômica brasileira, contada sob o viés estalinista – largamente difundida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, ignorou o papel de algumas colônias americanas no processo de acumulação originária de capital, durante o mercantilismo. Essa concepção atribuiu a inserção brasileira no capitalismo, somente ao final do século XIX e início do século XX, e defendeu o processo de revolução burguesa, como etapa primordial para o desencadeamento de uma revolução socialista. (OLIVEIRA, 2003).

Na busca pela superação dessas interpretações, Oliveira (2003) compara o Brasil ao ornitorrinco, contribuindo para pensarmos a nossa formação político-econômica. Como se sabe, o *ornitorrinco* é um animal exótico, peculiar, que combina traços de animais primitivos e evoluídos. É um animal que, por sua natureza, não pode ser considerado subdesenvolvido e nem mesmo evoluir para algo muito diferente. O ornitorrinco, em sua peculiaridade, é o que é.

Para Oliveira (2003, p. 132-133), portanto, o “ornitorrinco brasileiro” é “altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque*²⁷ nenhum resíduo pré-

²⁷ Mantemos a expressão do autor, que pode significar “portanto”.

capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*”, essas características “evoluídas” do capitalismo brasileiro combinam com o “atraso” da dependência externa que faz sua economia se movimentar. O Brasil, enquanto um ornitorrinco capitalista, “[...] é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”. (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Certamente, Oliveira (2003) avança no entendimento da sociedade brasileira, sobretudo quando direciona a sua crítica à concepção etapista, pois na sua visão, “o subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 2003, p. 126).

Contudo, a interpretação de Oliveira (2003) privilegia a ideia de um capitalismo nacional ou de “sociedades capitalistas”, quando pensa o Brasil enquanto uma sociedade capitalista peculiar, como o ornitorrinco. Mas, se o modo de produção do capital se insere na história universal enquanto tal, a economia brasileira é mais que um ornitorrinco, ou seja, é mais que uma diferenciação da história universal. É parte desse todo contraditório que é o capital e, desse modo, mesmo com suas particularidades, surge e se desenvolve com ele, lado a lado, desde a acumulação primitiva até os dias de hoje. Apesar de Oliveira (2003) pensar o Brasil fora da tradição etapista, Benoit (2004) considera que ele carece de um centro, de uma perspectiva internacionalista e revolucionária.

Na busca pelo entendimento da formação política e econômica brasileira, compreendemos que a contribuição de Prado Jr. se inscreve como a mais próxima do pensamento e do método de Marx, pois não segue a interpretação etapista, uma vez que, ao invés de encaixar o Brasil dentro de um modelo “ideal” de desenvolvimento histórico, compreende-o a partir dos acontecimentos que aqui se materializaram.

Para Barbosa (2014, p. 96), “negando as ideias de etapismo e valorizando a volta ao concreto, Prado Jr. se distancia do PCB, ao mesmo tempo em que se aproxima de Marx”. Prado Jr. (1966) se inscreve como um dos principais críticos de Nelson Werneck Sodré e da visão predominante no interior do PCB, já que, para ele, além de ser uma interpretação etapista, é rígida e vulgar.

Segundo Barbosa (2014, p. 96), Prado Jr.

[...] utiliza a dialética marxista de volta ao concreto, ao invés de tentar encaixar a realidade brasileira ao modelo. A relação do Brasil colônia com a metrópole é central na análise de Prado Jr. Uma das grandes discordâncias entre o autor e os marxistas do PCB se centrará no entendimento do primeiro de que o Brasil não está e nunca esteve em condição feudal.

Desse modo, “Caio Prado Jr. acredita que o capital sempre esteve presente no Brasil – chamado de grande empresa portuguesa” (BARBOSA, 2014, p. 97), e é a partir dessa constatação que Prado Jr. contribuirá com a definição do sentido da colonização brasileira. Para Prado Jr. (2011), a grande propriedade, a monocultura e a escravidão formam os três elementos constitutivos da organização agrária colonial brasileira e, no seu conjunto, tomam o aspecto da vasta empresa comercial europeia.

Segundo ele,

se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (PRADO JR., 2011, p. 29).

Desse modo, Prado Jr. deixa claro que a nossa colonização serviu para fomentar o comércio europeu, por meio da produção agrícola em larga escala. Segundo Novais (1989, p. 57), o “sistema colonial [...] constitui-se no componente básico da colonização da época mercantilista, o elo que permite estabelecer as mediações essenciais entre os diversos níveis da realidade histórica”.

Para Novais (1989, p. 67), o sistema colonial, enquanto um tipo particular de relações políticas, somente pode ser compreendido no contexto histórico do mercantilismo e, portanto, da fase inicial de acumulação de capital, seu germe, o capital comercial. O autor concorda com Prado Jr., que a colonização “[...] aparece, assim, em primeiro lugar como *um desdobramento da expansão puramente comercial*”, avança com a constatação de que o sistema colonial, situado inicialmente no âmbito da circulação, atinge a órbita da produção²⁸. Novais (1989, p. 70) entende que a colonização brasileira se relaciona com o contexto de acumulação primitiva de capital, pois de acordo com ele,

[...] a colonização do Novo Mundo na época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil. [...] a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno. (NOVAIS, 1989, p. 70).

²⁸ A grande empresa colonizadora, representada pelo Estado monárquico, passou da etapa do roubo e da pilhagem para a etapa da organização da produção de mercadorias, produção que se deu por meio do trabalho escravo. Para ajudar no debate, é importante citar Neto (2015, p. 45), o qual aponta que, durante a fase comercial do capital, “[...] a burguesia julgava mais importante controlar o processo de circulação de mercadorias do que controlar diretamente o processo produtivo. É somente com o desenvolvimento da manufatura e emergência da indústria que o capitalista passa a entender a gênese efetiva de seu lucro, ou seja, que este decorria do controle do trabalho e das relações de produção, e não do controle de troca de mercadorias”.

As interpretações de Prado Jr. e Novais (1989) se aproximam da teoria de Marx (2013), a qual entende que, para se consolidar enquanto sociedade capitalista e pôr em marcha suas características próprias, sobretudo na fase de industrialização, o capital passou por uma acumulação originária.

Segundo o autor,

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, **a escravização e o soterramento da população nativa nas minas**, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, **a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras** caracteriza a aurora da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem **momentos fundamentais da acumulação primitiva**. A eles se seguem imediatamente **a guerra comercial** entre as nações europeias, tendo **o globo terrestre como palco**. (MARX, 2013, p. 821, grifos nossos).

Marx deixa claro que, na constituição de sua história universal, o capital se apropriou das diversas particularidades do globo terrestre para se consolidar enquanto modo de produção capitalista. Nesse sentido, a acumulação originária teve como processo fundamental, entre outros, a escravidão e o tráfico negreiro. O palco da acumulação originária de capital não foi a Europa e sim o “globo terrestre”.

Para Marx (2013, p. 823), “o sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo”. Nesse sentido, o Brasil não possui uma economia capitalista “tardia”, “hipertardia” ou “subdesenvolvida”, o Brasil “surge” e participa desde o “início” das relações de acumulação de capital.²⁹

Sintetizando, Marx (2013, p. 823) afirma que “os tesouros espoliados fora da Europa, diretamente mediante o saqueio, a escravidão e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital”. Benoit (2004), por sua vez, enfatiza que a Europa varreu da América as possibilidades de modos de produção pré-capitalistas e Trótski destaca que a Europa não iniciou um novo ciclo de desenvolvimento histórico na América colonial.

O sistema colonial, para Marx, colocou-se como um “deus estranho” sobre o altar da Europa, “tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última da humanidade” (MARX, 2013, p. 824). Seria um “deus” porque proporcionou ao capital sua acumulação originária e fundamental para o desencadeamento da revolução industrial? Seria

²⁹ Para mostrar como o tema pode ser ainda mais complexo, Antunes (2017) considera que a violência da acumulação primitiva de capital acontece, paradoxalmente, sem capital – é pressuposto para a sua existência. Já a violência da acumulação capitalista já tem no capital o seu pressuposto. Para ele, o trabalho escravo e a exploração colonial – métodos da acumulação primitiva – se converteram em métodos de acumulação moderna. Nesse sentido, a violência (hybris) da acumulação primitiva é “aquilo que não pode deixar de ser” (ananké) do capital, em outras palavras, o capitalismo tem na acumulação originária o seu fundamento – a violência da expropriação.

esse “deus estranho” porque usou de forças de trabalho inadmissíveis para uma Europa que há tempos não assistia a escravidão?

Para Marx (2013, p. 829), “em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo”. Nessa perspectiva, Prado Jr. compreende que a escravidão na modernidade é diferente da escravidão antiga, pois para ele, a escravidão moderna:

[...] nasce de chofre, não se liga ao passado ou tradição alguma. Restaura-se apenas uma instituição justamente quando ela perderia inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim, como um **corpo estranho** [...], e vem contrariar todos os padrões morais e materiais estabelecidos. (PRADO JR., 2011, p. 286, grifos nossos).

Para Novais (1989, p. 97-98), o sistema colonial, como um estimulador da acumulação burguesa nas economias europeias, organizou-se de modo a permitir “formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravagismo”. De acordo com Neto (2015, p. 45), o capital mercantil estava enredado por contradições, pelo “movimento do ser e não ser”, por isso, coexistiam “formas avançadas e formas retrógradas”.

Essa particularidade histórica brasileira, e de outras colônias americanas, não as coloca numa etapa pré-capitalista de modo de produção. Marx deixa isso claro ao dizer que o que caracteriza a acumulação originária de capital é a expropriação direta dos produtores:

No que resulta a acumulação primitiva de capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho. (MARX, 2013, p. 830).

Marx viu, desse modo, na América, um dos elementos que culminaram no modo de produção e acumulação capitalista e reconheceu a utilização do trabalho escravo como produtor de riqueza que se convertia em capital na Europa. Nesse sentido, “[...] a originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação” (TRÓTSKI, 2007, p. 42). O Brasil e a América Latina não são países atrasados em relação ao capitalismo, a peculiaridade de sua formação político, econômica e social se deve ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no plano mundial.

É a partir dessa interpretação que pretendemos demonstrar que o surgimento dos sindicatos se dá na medida em que o trabalho assalariado se intensifica no Brasil e se apresenta como uma continuidade de ações, a partir dos trabalhadores escravos – que sofreram a violência

da expropriação. Mediante essas questões, na próxima seção, apresentamos alguns marcos da história sindical brasileira.

1.2 A POLÍTICA E O SINDICALISMO BRASILEIRO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

O desafio de nossa reflexão, nesse momento, é apresentar as características essenciais da história do sindicalismo, partindo do pressuposto do antagonismo de classes e da perspectiva revolucionária socialista.

Como dito anteriormente, o trabalho assalariado, no Brasil, apresenta-se como força de trabalho predominante séculos mais tarde da participação do Brasil nas relações de acumulação de capital, pois como sabemos, “o controle do capital sobre a totalidade do trabalho progride de maneira irregular e desigual nas distintas regiões do planeta até encontrar sua expressão mais elevada na forma assalariada”. (NETO, 2015, p. 47).

Nesse sentido, mesmo antes da abolição da escravidão já existiam trabalhadores assalariados e, do mesmo modo, há registro de greves no período imperial³⁰. Mas, somente com o abolicionismo e com a predominância do tipo assalariado de exploração do trabalho que se intensifica o movimento operário e sua organização típica em associações e sindicatos.

Para Mattos (2009), só é possível compreender o surgimento dos sindicatos e do movimento operário no Brasil se levarmos em consideração a forma da luta de classes entre escravos e latifundiários. Para ele, “[...] os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação”. (MATTOS, 2009, p. 21).

Como boa parte da bibliografia histórica brasileira indica, a abolição da escravidão se deu em virtude das demandas do capitalismo industrial nascente do século XVIII³¹. Dessa maneira, somente a subsunção do trabalhador assalariado ao capital poderia proporcionar a criação de um amplo mercado para os produtos industrializados. No mesmo sentido, o assalariamento possibilitaria a criação de um exército industrial de reserva, necessário para a exploração do mais-valor. (NETO, 2015).

³⁰ A primeira greve registrada no Brasil foi a dos compositores tipográficos dos três jornais diários da capital do Império (a Corte), em 1858, reivindicando reajuste salarial. Apesar de difícil comprovação, os compositores tipográficos eram considerados trabalhadores livres e assalariados. (MATTOS, 2009).

³¹ Segundo Coggiola (2015, p. 58), “era o próprio desenvolvimento econômico capitalista, promovido dentro do sistema escravocrata, o elemento que criava paulatinamente as bases para a sua destruição. A irracionalidade econômica da produção cafeeira escravocrata, que tentou impor por um período a convivência da mão de obra escrava ao lado da força de trabalho livre, e a paulatina transformação do fazendeiro em empresário, concluíram por minar a ordem escravocrata”.

Para determinados fins, a Inglaterra pressionou o Império brasileiro para colocar fim ao tráfico e à escravidão negreira, assim que este objetivo se tornou pertinente para o seu próprio desenvolvimento.

Mas, como aponta Prado Jr. (2012a), o abolicionismo no Brasil foi resultado da combinação de condições objetivas internas e externas, pois o precário desenvolvimento das forças produtivas no Brasil não possibilitou o fim da escravidão antes do final do século XIX. Para o autor, o abolicionismo “nasce das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo e, por efeito disso, do acúmulo de interesses opostos à escravidão”. (PRADO JR., 2012a, p. 93).

Na sua visão,

[...] a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma exceção, torna-se forte elemento da dissolução do sistema escravista. [...] Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo. Quando os abolicionistas começam a agir nas fazendas, pregando a revolta e a fuga dos cativos, seus principais colaboradores serão os trabalhadores livres que levam aos escravos o exemplo e a palavra benfazeja da liberdade. (PRADO JR., 2012b, p. 191).

De acordo com Prado Jr. (2012a), a emancipação política brasileira, por meio da Proclamação da República, revela que o Império era incapaz de promover o progresso e solucionar problemas relativos ao trabalho e à economia. Para o autor, a “[...] evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista”. (PRADO JR, 2012a, p. 93).

Nesse sentido, o fim da escravidão e a Proclamação da República vem ao encontro da consolidação das relações tipicamente capitalistas no Brasil – a indústria e o trabalho assalariado. Mas, cabe salientar que não é mera transformação de forma, “escravos em assalariados”, que criaram as organizações dos trabalhadores modernos, embora essa transformação tenha gerado um impacto quantitativa e qualitativamente importante na composição da luta de classes no Brasil.

Sendo assim, as associações e sindicatos vão surgindo em locais onde já existia algum tipo de resistência ao trabalho escravo. Eles se fortalecem em locais onde havia sido criado laços de solidariedade entre trabalhadores livres e não livres, “[...] além de compartilharem espaços e experiências de trabalho, escravizados e livres acabavam por compartilhar formas de luta”. (MATTOS, 2009, p. 29).

Assim,

[...] a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão e não apenas a partir de 1888, com a chegada em massa dos imigrantes europeus, que [...] são identificados muitas vezes como a classe operária no Brasil, e associados aos primeiros sindicatos, às greves e às propostas de transformação social. (MATTOS, 2009, p. 30).

Acreditamos, portanto, que há uma continuidade das lutas que germinaram no Brasil durante a transição do período de escravidão e assalariamento. Mas, de fato, com a imigração de assalariados europeus, aliados à formação de uma superestrutura política moderna e a industrialização brasileira, há elementos determinantes que permitem afirmar a consolidação da classe trabalhadora brasileira, a partir do século XX. Esses elementos formam as condições objetivas para a organização sindical e, a respeito das condições subjetivas, a imigração, sobretudo de populações anarquistas e, mais tarde, a influência da Revolução Russa, dão forças ao pensamento e aos desejos de luta e solidariedade que já existiam entre os trabalhadores.

A partir do estudo da história do sindicalismo no Brasil³², classificamo-la em seis momentos: o primeiro período se refere ao início do século XX até a década de 30, no qual o sindicalismo possuiu um caráter autônomo e combativo. Nele, há dois momentos a se destacar: o primeiro, de influência do anarquismo e, o segundo, de influência socialista/comunista. O segundo período data de 1930 até 1945, quando Vargas instituiu os sindicatos oficiais atrelados ao governo, com o objetivo de controlar o sindicalismo – surgimento da estrutura sindical ou sindicatos de Estado. O terceiro período se refere ao período populista³³ que vai de 1945 até 1964 e é marcado pela conciliação entre organizações de esquerda e partidos burgueses. O quarto período é o momento de 1964 a 1985, marcado por forte repressão do Estado ditatorial. O quinto período³⁴ é o da redemocratização, década de 80, até o final do século XX, refere-se à atuação do “novo sindicalismo” e do surgimento do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. Por fim, o sexto período diz respeito a atuação do sindicalismo nas duas últimas décadas, sobretudo nos governos do PT com a participação da CUT – a discussão deste período é feita na seção 4.4 do último capítulo desta tese.

No que diz respeito ao primeiro período, entendemos que desde a metade do século XIX, no Brasil, os trabalhadores já se organizavam em associações e ligas, promovendo greves e paralisações, porém, as associações se restringiam a organizações mutualistas³⁵, de caráter

³² Sintetizamos alguns marcos do sindicalismo brasileiro no Apêndice L desta tese.

³³ Utilizaremos o termo “populismo” para designar esse período, já que boa parte da literatura conceitua dessa maneira. Contudo, vale lembrar que Demier (2012), influenciado pelas interpretações de Trótski sobre a América Latina, defendeu a sua tese chamando esse longo período de “bonapartista”.

³⁴ Será discutido na seção seguinte.

³⁵ As organizações mutualistas tinham caráter assistencialista, eram formadas por trabalhadores que buscavam suprir suas necessidades, seja com auxílio hospitalar, pensões, indenizações, entre outros serviços que

assistencialista e não de enfrentamento contra o patronato. Muitas dessas ligas se converteram em sindicatos, no início do século XX, quando foi aprovado o Decreto nº 1.637, em 05 de janeiro de 1907, facultando a criação de sindicatos para várias categorias. (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013).

A imigração³⁶ em massa de assalariados para o Brasil contribuiu, também, para a organização sindical, nesse primeiro momento, sob a orientação do anarco-sindicalismo. O anarco-sindicalismo é uma vertente do anarquismo que rejeitava a luta político-partidária e atribuía um papel decisivo aos sindicatos, pois “[...] destacavam o sindicato como meio e fim da ação libertária e a greve geral revolucionária como arma decisiva”. (HARDMAN, 1991, p. 262).

De acordo com Bauer, Diniz e Paulista (2013), a vertente anarcossindicalista não visava alianças com o Estado e suas reivindicações se situavam no campo econômico. Nesse sentido, “o projeto de concepção política anarquista previa um sindicalismo libertário com a destruição do Estado e a construção de uma sociedade autogestionária e negava qualquer forma de opressão”. (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 15). Para Coggiola (2015), os anarquistas tinham como objetivo controlar o mercado de trabalho, por meio dos sindicatos, forçando os empresários a negociar salários e condições de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, careciam de uma direção partidária, o que poderia ser uma das razões de seu fracasso, mesmo mediante a sua combatividade.

Dentre as primeiras grandes organizações políticas de operários, estão o Partido Socialista Brasileiro (PSB), de 1902, e a Confederação Operária Brasileira (COB), de 1908, ambos de orientação tanto anarquista quanto socialista. Embora o número de operários, em 1907, fosse de 150 mil em uma população de 20 milhões, pode-se considerar que o início do século foi marcado por um movimento operário combativo e autônomo.

Entre os principais acontecimentos do início do século, destacamos a greve geral de 1917, em São Paulo, seguida das greves de 1918, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

caracterizavam o auxílio mútuo entre os trabalhadores. “Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte dos mutuais permaneceu de pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo” (MATTOS, 2009, p. 47).

³⁶ Com a imigração, “colocava-se o problema da ‘nacionalização da classe operária’, pois a condição estrangeira da maioria do operariado se apoiava na exclusão dos potenciais trabalhadores industriais nacionais, acirrando, de modo suplementar, a concorrência pelo emprego industrial, enfraquecendo a classe operária como um todo”. (COGGIOLA, 2015, p. 62).

De acordo com Coggiola (2015), apesar dessas greves terem sido locais e limitadas às regiões industrializadas, elas tiveram grande apoio dos trabalhadores.

Destacamos, ainda, a organização de três Congressos Operários Brasileiros e um intenso período de lutas, com reivindicações ligadas à diminuição da jornada de trabalho para oito horas³⁷, estabelecimento de um salário mínimo, lei de férias, regulamentação do trabalho infantil e da mulher. Os anos seguintes prosseguiram com a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), em 1928, do PCB, em 1922, e da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB), no Congresso Sindical Nacional (CSN), em 1929.

O movimento sindical na Primeira República foi marcado por uma forte repressão policial e jurídica do Estado oligárquico, “[...] dada à fraqueza congênita da burguesia brasileira, incapaz de organizar politicamente sua dominação de classe fora do quadro de sistemas autoritários ou ditatoriais”. (HARDMAN, 1991, p. 266). De fato, nesse período não havia, de ambos os lados, uma abertura para negociação.

Assim,

a posição tomada pelas classes dominantes era muito clara: erradicar, a qualquer custo, os sintomas da luta de classes. As greves, muito frequentemente, provocavam a violência aberta e assumiam o caráter de um conflito mais entre os trabalhadores e as forças repressoras [...]. (MOISÉS, 1978, p. 50).

A influência anarcossindicalista, expressa sobretudo na organização e diretrizes dos dois primeiros congressos operários, dá lugar, no terceiro congresso, à perspectiva socialista/comunista. Como assinala Hardman (1991, p. 281), “a experiência vitoriosa dos conselhos operários soviéticos e do partido bolchevique, como forma de organização do poder revolucionário, espalha-se rapidamente pela Europa, tendo efeitos diretos sobre o movimento operário da América Latina e do Brasil”.

Contudo, segundo Coggiola (2015), o enfraquecimento da corrente anarcossindicalista não está ligado diretamente à criação do PCB, pois a influência anarquista cresceu no movimento operário pós-1922. Para o autor, “foi durante o governo de Getúlio Vargas que o movimento anarcossindicalista recebeu seu golpe político fatal, devido ao surgimento de sindicatos controlados pelo Estado e as novas perseguições políticas”. (COGGIOLA, 2015, p. 86).

³⁷ O poema Despertar, de Máximo V. Villar, de 1922, expressa a formação da consciência proletária neste período, segue um trecho: “[...] Oito horas, lá, no estrangeiro já todas classes têm; aqui trabalhamos doze por amor não sei de quem!... Que censo farão de nós os proletários do mundo?! - Que estamos dormindo um sono profundo. Para o bem da liberdade e de todo proletário, devemos dar extermínio a tão prolongado horário”. (VILLAR, 1922, apud MATTOS, 2009, p. 59).

Na realidade, muitos dos dirigentes do PCB eram ex-anarquistas. Desse modo, há uma mudança de perspectiva de muitos militantes anarcossindicalistas quando aderem à concepção pecebista. (HARDMAN, 1991).

De acordo com Bauer, Diniz e Paulista (2013, p. 18),

Durante sua trajetória, o movimento sindical brasileiro efetivou-se basicamente em decorrência do processo de industrialização, e esteve ligado às correntes ideológicas divergentes como o positivismo, o anarquismo, o anarco-sindicalismo, o marxismo, o socialismo, o trabalhismo vanguardista e o populismo.

De modo geral, podemos considerar que a classe trabalhadora assalariada brasileira se forma e se organiza em sindicatos num período marcado pelo desenvolvimento industrial, por um estado autoritário oligárquico, por um estado em que havia pouca participação política dos trabalhadores, pelas imigrações e emigrações³⁸, por uma economia predominantemente agroexportadora e pela influência internacional da Revolução Russa.

No período do Estado Novo (1937-1945), o sindicalismo brasileiro passa por um momento de resistência frente ao controle estatal, pois esse foi caracterizado pelo autoritarismo e pela política de estado interventor da economia brasileira, pró-industrialização. No plano político e ideológico, Getúlio Vargas cumpriu bem a missão de controlar as massas por meio da estatização dos sindicatos.

Como descreveu Prado Jr. (2012b), o Brasil ocupa, no sistema universal imperialista, “uma posição secundária”, no qual “[...] sua evolução econômica será em função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e se explicam apenas no cenário universal e em conjunto com a história geral da humanidade”. (PRADO JR., 2012b, p. 278)³⁹.

Nesse sentido, até a tentativa do desenvolvimento nacional da economia, por meio do processo de industrialização e política de substituição das importações da Era Vargas, é uma consequência do conjunto de relações econômicas que vinham acontecendo em nível mundial, como o fim da primeira guerra imperialista e a crise do café, em 1929.

Para o sindicalismo, a Era Vargas se constituiu num marco importante,⁴⁰ pois é a partir do conjunto de legislações trabalhistas e sindicais, instituídas nesse período, que o Brasil consolida o que Boito Jr (1991) chama de Sindicalismo de Estado.

³⁸ Pelas correntes migratórias que traziam trabalhadores assalariados de todas as partes do mundo e pela emigração que ocorria internamente entre os brasileiros, sobretudo do campo para a cidade, do nordeste para a região sudeste do país.

³⁹ “Não há mais, verdadeiramente, no mundo contemporâneo, história econômica deste ou daquele país, mas unicamente a de toda humanidade”. (PRADO JR., 2012b, p. 280)

⁴⁰ Há um consenso entre os autores de que a revolução de 1930 significa um marco na história do sindicalismo. O sindicalismo pós-1930, “por suas características burocráticas e de dependência perante o Estado, ele é quase o

Segundo Boito Jr. (1991), o sindicato de estado é o conjunto de aparelhos que caracterizam a estrutura sindical brasileira – sindicatos oficiais, Centrais, Federações, Confederações, Justiça do Trabalho, etc. Na sua perspectiva, o sindicato de estado representa o aparelhamento do mesmo ao Estado, inviabilizando a construção de um sindicalismo classista e autônomo que contribua com a luta de classes. Para o autor, qualquer entidade sindical que se vincula a essa estrutura sindical – sobretudo por meio da investidura sindical, do imposto obrigatório e pela unicidade sindical – deixa de existir enquanto possibilidade de luta sindical combativa e revolucionária, suprimindo a liberdade sindical.⁴¹

Quanto à investidura sindical, Boito Jr. (1991, p. 27) entende que essa “[...] se consuma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento ou carta sindical”, sendo a característica fundamental do sindicato de Estado, pois “[...] se fosse abolida a investidura, todo o restante do edifício da estrutura sindical seria, obrigatória e simultaneamente, extinta”. Boito Jr. (1991; 1999) mostra que muitos sindicatos, como o de docentes, lutaram pela conquista da investidura após a Constituição de 1988. Segundo o autor, isso demonstra que os sindicatos, em sua maioria, são reflexos da política de Vargas de estatização dos sindicatos. Essa situação é, ainda, muito forte no sindicalismo brasileiro, visto que os sindicatos, inclusive de tendências políticas ligadas à esquerda, não lutam contra a estrutura sindical, mas, contraditoriamente, são levados a lutar pela sua manutenção nessa estrutura.

No que se refere à unicidade, Boito Jr. (1999, p. 27) considera que ela “[...] não pode ser confundida com a simples existência, de fato, de apenas um sindicato funcionando como representante de um determinado segmento de trabalhadores”, pois isso representaria o *monopólio legal* da representação sindical concedida, pelo Estado, ao sindicato oficial, facilitando o controle do Estado sobre ele. Para o autor, a pluralidade, pelo contrário, dificulta a hegemonia de sindicatos governistas, já que criaria uma concorrência entre as entidades rivais pressionadas pela base.

oposto do movimento de minorias militantes daquela fase heroica do sindicalismo brasileiro”. (WEFFORT, 1973, 69). Podemos pensar, então, em dois grandes momentos do sindicalismo: até a década de 1930 e pós-1930 até os dias atuais.

⁴¹ Essa é uma das questões divergentes entre Boito Jr. e os intelectuais gramscianos brasileiros. Já que, para Gramsci e sua concepção de Estado Ampliado, a disputa pela hegemonia entre trabalho e capital se dá nas várias instituições de Estado. Enquanto para Boito Jr. não há luta de classes nas instituições do Estado, mas somente conflitos redistributivos, para Gramsci, a luta de classes e a possibilidade de revolução socialista se dá no conjunto desse Estado. A perspectiva teórica trotskista difere de ambas as concepções, como veremos nos próximos capítulos, pois entende que é necessário romper com a estrutura sindical do Estado, contudo esse rompimento não é condição inicial do processo revolucionário, mas resultado do mesmo em movimento.

Por fim, segundo Boito Jr. (1991), as contribuições sindicais obrigatórias, sobretudo o imposto sindical⁴², também desempenham um papel decisivo na vinculação do sindicato ao Estado, pois torna “[...] as finanças do sindicato e, por extensão, os seus recursos materiais e humanos dependentes da cúpula do aparelho do Estado”. Assim, como a carta e a unicidade, o imposto sindical também continua sendo uma das características do sindicalismo brasileiro. Contudo, a Reforma Trabalhista Lei nº 13.467, de 2017, tira a obrigatoriedade do imposto sindical e se, por um lado, há a queda de um dos elementos principais da estrutura do sindicato de Estado, por outro, há um movimento sindical que condena essa mudança na lei, sob o argumento de que geraria o enfraquecimento das entidades.

Dando continuidade à exposição histórica, em 1930, o Governo Federal cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, no ano seguinte, regulamenta a sindicalização, por meio do Decreto nº 19.770, conhecido como primeira lei sindical brasileira. Esse decreto, estabeleceu o controle do Ministério do Trabalho sobre as finanças dos sindicatos e “[...] definiu o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado”. (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 20).

Para Antunes (1986, p. 62-64),

[...] os sindicatos tornam-se órgãos dependentes do Estado e, portanto, facilmente manipuláveis por ele. Uma das consequências para os sindicatos foi o surgimento dos sindicatos ‘pelegos’. [...] Implantou-se o ‘peleguismo’, configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária durante os 15 anos da ditadura do Estado Novo.

Desse modo, controlando a concessão de carta de autorização para criação sindical, proibindo o uso de recursos em greves e estabelecendo os “sindicatos oficiais”⁴³, o governo Vargas conseguiu acentuar o “peleguismo” e impedir os sindicatos de exercer um enfrentamento autônomo e combativo.

Após 1930, uma vez instalado no poder, Vargas introduziu a sua Política de Conciliação entre as classes, beneficiando as classes dominantes, mas fazendo concessões às classes dominadas. Disto resultou, entre outras coisas, a adoção de uma nova legislação trabalhista, complementada pela Consolidação das Leis de Trabalho

⁴² O imposto sindical, desde sua criação em 1940 até o ano 2017, era uma contribuição sindical obrigatória descontada da remuneração dos trabalhadores do regime CLT, uma vez por ano e equivalente a um dia de salário. Com a Reforma Trabalhista Lei nº 13.467, de 2017, a contribuição deixa de ser compulsória, dependendo de uma autorização do filiado. Porém, a redação da lei abriu brechas para interpretações, podendo ser votado em assembleia a decisão de descontar compulsoriamente ou não.

⁴³ “Os objetivos desses novos sindicatos são bem claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais.” (MATTOS, 2009, p. 63).

(CLT), em 1943. A legislação do pós-30 estabelecia normas legais para a existência dos sindicatos e criava toda uma estrutura sindical, da base à cúpula; normas para contrato e demissão de empregados; e, instituições de previdência social. O estado reconhecia o direito social dos trabalhadores de reivindicar seus direitos e ‘doava-lhes’ canais institucionais para que a atividade de classe pudesse se manifestar ‘legitimamente’ dentro de um quadro definido, o da ordem capitalista. (MOISÉS, 1978, p. 55-56).

Com o enfraquecimento dos sindicatos, por meio do fortalecimento de uma estrutura sindical aparelhada e controlada pelo governo, os trabalhadores sentiram as consequências do rebaixamento salarial e do alto nível de desemprego. É certo que as lideranças anarquistas e socialistas continuaram agindo na clandestinidade, porém, com dificuldades, pois quando se organizavam eram respondidos com intensa repressão.

O sindicato de estado, criado por Vargas, é o sindicato tutelado e controlado pelo Estado e vigora até os dias de hoje. É o sindicato que depende da carta sindical cedida pelo Estado, que tem suas finanças controladas pelo Ministério do Trabalho, o qual tem a Justiça do Trabalho como regulador das relações entre capital e trabalho.

Paralelamente nesse cenário, os trabalhadores conquistaram, em 1932, a jornada de 8 horas, a lei de férias (embora, somente para aqueles que estavam filiados aos sindicatos oficiais do governo), a lei do salário mínimo, regulamentação do trabalho infantil e da mulher. Em 1943, institui-se o Decreto nº 5.452, que criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), firmando a vinculação do sindicalismo ao Estado.

Em geral, há consenso sobre a pretensão do governo de atribuir as legislações sociais e trabalhistas como doação do governo. Nesse sentido, de acordo com Mattos (2009, p. 61), “[...] a proposta, difundida nos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor”.

De acordo com Moisés (1978, p. 57), “o que sobressaía [...] eram as necessidades do desenvolvimento do capitalismo no país, isto é, a regulamentação, dentro do quadro do capitalismo, das condições de compra e venda da força de trabalho no mercado” e, portanto, de produção de capital. Mas, além disso, tratava-se da regulamentação das relações trabalhistas junto com a construção de uma estrutura sindical aparelhada ao Estado – enfrentando, desse modo, o velho sindicalismo combativo.

Dentre as organizações políticas da classe trabalhadora, ocorreu, em 1934, a fundação da Frente Única Sindical (FUS), liderada por comunistas e, no ano seguinte, a criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), organizada pela FUS. Também ocorreu um

fortalecimento das mobilizações lideradas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁴⁴. (MATTOS, 2009). Em 1931, surge a primeira organização trotskista brasileira, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), criada por militantes expulsos do PCB entre os anos de 1928 a 1930. Entretanto, devido à forte repressão de Vargas sobre a sua militância, a LCI foi praticamente extinta em meados de 1936.

O período da Era Vargas se encerra com o movimento de unificação dos trabalhadores, de defesa da liberdade, de democratização sindical e sindicalização rural, em 1945, bem como a anistia, a constituinte, a legalização de partidos e o retorno da organização sindical.

No período conhecido pela literatura como “populista”, o movimento sindical brasileiro passou por várias fases, “no entanto a estrutura sindical permaneceu inalterada, sugerindo que as lideranças mais combativas preferiam usar os recursos dos sindicatos oficiais a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado”. (MATTOS, 2009, p. 77). Nesse sentido, o populismo representa, para o sindicalismo, a adesão ao sindicato do Estado, esse que, segundo Boito Jr. (1991), faz parte da estrutura do Estado e, portanto, controla a luta da classe trabalhadora de cima, estabelecendo uma relação de tipo “populista”, ou seja, reproduzindo o “fetiche do Estado protetor”.

Weffort (1973, p. 69), ao analisar o sindicalismo populista, compreende que, no plano de ação, esse movimento “[...] subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes”. Para o autor, essa subordinação aos governos populistas foi mantida inclusive por setores comunistas da esquerda, sobretudo o PCB.

Sobre a relação do PCB com o populismo, Weffort (1973) aponta que, desde 1942, a ideia de uma aliança entre os comunistas e o governo já vinha sendo ensaiada. Mas, foi em 1945, com o movimento “queremista”⁴⁵ que os comunistas se aliam a Vargas. Para Weffort (1973, p.78), os comunistas “não apenas se aliam a Vargas, como de fato se subordinam a seus objetivos políticos”.⁴⁶

⁴⁴ A ANL foi uma frente política e militar que contou com o apoio do PCB e tinha como objetivo combater o fascismo e o imperialismo. Os trotskistas, organizados em torno da LCI, procuraram expor os problemas de ordem teórica e estratégica da ANL, dentre eles, a sustentação de uma luta anti-imperialista e antifascista vinculada às bandeiras democrático-burguesas nacionalistas. Para o trotskismo, a ANL, assim como o PCB, cometia erros graves ao lutar contra o imperialismo, sem estabelecer a luta contra a burguesia externa e interna.

⁴⁵ Quermismo foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República.

⁴⁶ Weffort (1973) é bastante conhecido por sua crítica à atuação do PCB durante o populismo. Para ele, é curioso que os comunistas brasileiros não tenham buscado nenhuma autonomia frente aos governos populistas. A adesão das vertentes mais radicais do sindicalismo ao populismo concretiza o chamado sindicalismo de Estado, uma vez que subordina todos os sindicatos ao fetiche do Estado Populista – o fetiche do Estado protetor, conciliador e fiscalizador – nas palavras de Boito Jr. (1991).

De acordo com Weffort (1973) e Moisés (1978), a estratégia de conciliação de classes foi adotada pelos PCs não só no Brasil, mas no mundo todo naquele período. Trata-se do momento pós-ssegunda guerra e da orientação da União Soviética, sob direção de Stálin, de adotar “[...] uma política de ‘ordem e tranquilidade’ em nome da paz e da reconstrução da democracia”. (WEFFORT, 1973, p. 79).

Sob o discurso de adesão à paz e restauração da democracia, o PCB se aliava com Vargas, aceitava a estrutura sindical oficial e declarava que não possuía capacidade de competir com o prestígio de Vargas frente às massas (WEFFORT, 1973). Influenciados sob formação de quadros estalinistas, o PCB adotava a estratégia de conciliação com a burguesia, à luz da teoria de que o Brasil ainda não estava em condições de entrar num processo revolucionário.

Segundo Weffort (1973), a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em 1945, é a primeira tentativa de uma organização “paralela” ao sindicato oficial, criada pelos comunistas. No entanto, a MUT teve também um papel fundamental no movimento “queremista” e, com isso, tentou conquistar algumas reformas dentro da estrutura sindical.

A atuação do MUT foi no sentido de tornar maleável alguns pontos do sindicato do Estado, sobretudo, em relação às finanças, mas essa liberdade não incluía a desvinculação do Ministério do Trabalho.

Para Weffort (1973, p. 85),

Deste modo, os comunistas, a serviço de uma aliança política, começavam a realizar desde os primeiros meses de democracia no país, aquilo que Vargas imaginara como necessário à sua política mas que seus “pelegos” pareciam incapazes de realizar, ou seja, a mobilização a serviço do governo dos sindicatos que, até então, tinham uma existência meramente assistencial e administrativa.

Em 1946, o MUT, por meio do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que defendia uma autonomia relativa dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, porém sem romper com a CLT. Segundo Weffort (1973), neste ano, o programa eleitoral do PCB tinha, entre outras propostas para o sindicalismo, a intenção de pactuar com o governo em prol da criação de uma central sindical, ampliar a Justiça do Trabalho e cumprir com as legislações trabalhistas.

A aliança política travada entre o PCB e o governo fica ainda mais clara nas campanhas para “apertar o cinto”, difundidas pelos comunistas em diversos momentos. Durante a crise de Vargas, frente às reivindicações econômicas da classe trabalhadora brasileira, o PCB insistia que era preciso “apertar os cintos” e não fazer greves. Tentaram conter a “desordem, as greves e as perturbações” até elas parecerem inevitáveis. (WEFFORT, 1973).

Nos anos seguintes, frente aos governos de Linhares e Dutra, o PCB se alia às reivindicações dos trabalhadores, já que, diferentemente de Vargas, os governos seguintes não se interessam em estabelecer políticas conciliadoras de classe. Nesse sentido, “[...] a partir de uma pressão que vem, tanto do lado da classe operária quanto do lado do governo, que os comunistas mudam de posição em relação às greves”. (WEFFORT, 1973, p. 92).

Durante o governo de Dutra, o sindicalismo vivenciou uma fase de forte repressão, nesse contexto, o PCB buscou defender o direito de greve, porém, o governo aprovou o Decreto nº 9.070, de 15 de março de 1946, conhecido como Lei antigreves. Nesse mesmo período, o PCB teve seu registro cassado e a MUT e o CGTB são colocados na ilegalidade. As atividades sindicais, de modo geral, são paralisadas, pelos menos até 1950.

O governo seguinte, de Getúlio Vargas, adota novamente uma política de conciliação de classes. Mas, o movimento sindicalista reage com o fortalecimento de suas organizações, com a realização de várias greves, dentre elas: a Greve dos 100 mil, em 1953, em São Paulo, e a Greve dos 300 mil, em 1954, também em São Paulo, representando um marco na retomada da organização dos trabalhadores. Segundo Moisés (1978, p. 81), “no ano de 1953 viria a ocorrer um dos mais significativos episódios de uma série de movimentos grevistas ocorridos nos anos de 50. As condições políticas, associadas aos efeitos da crise econômica, tornaram irreversível a emergência dessa forma de conflito”. A greve dos 300 Mil demonstrou a existência de um movimento espontâneo de classe e os líderes do movimento foram surpreendidos pela antecipação da greve.⁴⁷

De acordo com Moisés (1978, p. 84),

O movimento, segundo a imprensa, tinha a seguinte organização interna: a) pequenos grupos de 30 ou 40 trabalhadores mantinham os piquetes funcionando; b) cada sindicato tinha uma comissão própria de greve, que funcionava separada da diretoria do sindicato e era formada por líderes do movimento; c) um Comitê Central da Greve detinha o comando geral do movimento, desempenhando no conflito um papel mais importante do que a atuação de qualquer um dos sindicatos individualmente.

De acordo com Moisés (1978), o movimento sindical da Greve dos 300 Mil resultou na confirmação prática do direito de greve. O Comitê Intersindical de Greve (CIG) seria mais tarde substituído pelo Pacto de Unidade e Ação (PUA) – pilar do futuro Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A greve desencadeou a criação de uma estrutura paralela dentro dos

⁴⁷ Frente às alianças do PCB com setores da burguesia nos anos que antecederam a greve, “[...] é difícil ver como a ‘nova’ classe trabalhadora poderia ter condições para desenvolver uma forte consciência de seus interesses, a não ser de maneira espontânea, isto é, sem liderança”. (MOISÉS, 1978, p. 66).

sindicatos, mas que, segundo o autor, “[...] não rompia com a independência do Estado, mas dava vitalidade maior aos sindicatos oficiais”. (MOISÉS, 1978, p. 91).

Moisés (1978) compreende que a Greve confirmou duas tendências: a da radicalização espontânea do movimento, surgindo da base, e a do PCB de estimular e, ao mesmo tempo, controlar a primeira tendência, reforçando a estrutura sindical atrelada ao Estado. Nas palavras do autor:

Após 1953, ou seja, após a grande vitória na Greve dos 300 mil, os comunistas tornaram-se a principal influência política dentro do movimento operário.⁴⁸ Defendendo uma linha de aliança com a burguesia a fim de criar as condições para o desenvolvimento pleno da ‘revolução burguesa’, os comunistas iriam dirigir a classe trabalhadora para a política populista, com todas as consequências, como subordinação da classe ao Estado. (MOISÉS, 1978, p. 76).

É evidente que o programa do PCB e a política de alianças com a vertente populista é, em partes, incompatível com os ideais comunistas anteriores à década de 30. O sindicalismo, mesmo nas suas manifestações mais radicais, volta-se na direção do atrelamento ao Estado.

As oscilações do PC, ora aliado à burguesia e à classe média, ora participando da democracia liberal, ora opondo-se a setores do governo, mas não ao status quo, repercutem como fatores políticos, no campo da classe trabalhadora. Mais tarde, também a aliança que o Partido faz com o populismo e com os herdeiros de Vargas [...] contribuíram para reforçar a manipulação política e ideológica da classe pelos líderes populares. (MOISÉS, 1978, p. 66).

Vemos, desse modo, como o Partido Comunista atuou contrário à perspectiva revolucionária, contribuindo para a desorientação política da classe trabalhadora. Isso é reflexo da estratégia política conciliadora e não dialética da luta de classes – que dicotomiza as lutas econômicas das lutas políticas, sem considerar a dialética interna entre elas.

O PCB menosprezou a capacidade dialética das reivindicações econômicas e as abandonou quando as considerava irrealizáveis, em momentos de arrocho salarial, propagando inclusive a necessidade de “apertar os cintos”. Essa tradição estratégica é muito presente nos partidos comunistas, Trótski entende que essa visão “reformista” representa um retrocesso aos problemas da II Internacional, quando vigorava a social-democracia⁴⁹.

⁴⁸ Neves (1981) destaca que as reivindicações da classe trabalhadora, no início dos anos 60, estavam relacionadas com o que o PCB considerava como as vias para a revolução social brasileira. No seu trabalho, Neves (1981) apresenta as principais reivindicações sindicais dessa década.

⁴⁹ Para Trótski (1937), ao fundar a IV Internacional, não se trata de romper completamente com os avanços teóricos da III Internacional, mas romper com seu processo de burocratização e deterioração. Trótski defendeu a perspectiva bolchevique como a expressão máxima da síntese entre a teoria marxista e as experiências revolucionárias, orientando que os marxistas não devem abandonar os avanços da III Internacional, nem sob a justificativa de que temos que voltar aos clássicos (Marx e Engels). Trótski (1937) alerta que, sob o discurso de Marx e Engels, os marxistas correm o risco de perder todo o acúmulo de experiências políticas fundamentais que a esquerda

Vemos, dessa forma, como a questão do programa político do partido é fundamental. No ano de 1961, por exemplo, há o abandono das reivindicações “econômicas e imediatas” – da escala móvel de salário e da redução da jornada de trabalho – para dar lugar ao que consideravam como reivindicações políticas mais importantes, como por exemplo, a reforma agrária (NEVES, 1981). Segundo o autor, “a proposta da reforma agrária tem como pano de fundo a concepção de que, para se ampliar o mercado interno, necessário ao desenvolvimento de um “capitalismo nacional”, é fundamental uma mudança nas condições de produção e distribuição das propriedades agrícolas”. (NEVES, 1981, p. 108).

As reivindicações sindicais, na década de 60, estavam voltadas à política de desenvolvimento nacional. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) lançou, em 1963, orientar as lutas sindicais em torno de questões políticas nacionais. Segundo Neves (1981, p. 112), o conteúdo desse manifesto “[...] mostra a intenção dos trabalhadores de superarem, segundo alguns dirigentes sindicais, os ‘estritos limites da luta salarial’ e de influir efetivamente nas grandes decisões nacionais”.

A visão dicotômica da CGT é perceptível no discurso do ex-presidente, Dante Pelacani, em 1979: “[...] eu acho que a luta política superou a luta mais imediata. Talvez neste sentido é que algum dia devemos fazer uma autocrítica. [...] A autocrítica deve ser feita neste sentido, se nós deveríamos dar a luta política com as reivindicações imediatas e mais do alcance do nível político da classe operária”. (PELACANI, 1979 apud NEVES, 1981, p. 114).

Em outra ocasião, o ex-presidente Dante Pelacani volta a afirmar que o objetivo da luta sindical e da CGT era fortalecer a burguesia nacional, por meio da política anti-imperialista. De acordo com Neves (1981, p. 119), a respeito da estratégia reformista e conciliadora do sindicalismo no período:

A prática sindical daquelas lideranças não gera condições para a real organização dos trabalhadores como ‘classe para si’, enveredando por uma política muito mais voltada para a relação sindicato-Estado, através das propostas políticas mais gerais, do que voltada para a relação sindicato-fábrica ou local de trabalho.

Nos anos seguintes, os setores conservadores marcham em “favor da família”, queimam a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e defendem o golpe de estado. Em 1964, a CGT promove uma greve geral, mas é fracassada porque não há adesão dos sindicatos, assim, no momento do golpe militar, a classe trabalhadora fica sem direção política.

revolucionária adquiriu ao longo da história. Enquanto isso, o marxismo fica refém, na prática, dos equívocos da II Internacional e sua submissão ao programa da social-democracia ou à deformação da III Internacional (pós-burocratização).

A ditadura civil militar, como sabemos, foi um período de forte repressão estatal de todos os tipos, no qual o governo contou com o apoio de empresários nacionais e estrangeiros. De acordo com Bauer, Diniz e Paulista (2013, p. 29), o golpe militar “[...] representou uma opção da burguesia nacional de reintegrar o país no sistema capitalista mundial [...] concretizado pelos processos de concentração e centralização do capital via empresas multinacionais, em especial as norte-americanas”. Nesse sentido, o processo de internacionalização da economia brasileira, proporcionada pelos militares sob o discurso ideológico de “modernização”, foi com a afirmação da condição brasileira de periferia do capital.

De modo geral, o governo militar acentuou a repressão contra os trabalhadores, utilizando-se de medidas já conhecidas na política brasileira, como a proibição de greves e a repressão policial. No entanto, o sindicalismo, enquanto instituição, quase deixa de existir. Durante esse período, a ditadura utiliza da estrutura sindical para, por meio dela, caçar lideranças de oposição e, dessa forma, incentivar direções pelegas (os “amarelos”) e sindicatos meramente assistencialistas (planos de saúde, colônia de férias, prestação de serviços).

Mas, como em todos os momentos da história do sindicalismo no Brasil, a organização sindical não se restringe aos aliados do governo. Há, na clandestinidade, a organização dos trabalhadores, sobretudo, em forma de comissões de fábrica (MATTOS, 2009).

Nesse sentido, Bauer, Diniz e Paulista (2013, p. 33) destacam que

o movimento operário começa a se organizar desde o início da década de 1960 no chão das fábricas, através de grupos clandestinos, reivindicações específicas e as comissões de fábricas, contando em grande parte com a participação de muitos trabalhadores e teve suas maiores expressões em abril, maio e julho de 1968. Significou o aparecimento das chamadas Oposições Sindicais, que proclamavam sua independência dos sindicatos oficiais.

Nesse período, mesmo com o suposto “milagre econômico”, o arrocho salarial continuou existindo, afinal, a superexploração do trabalho contribuiu para elevar o nível de acumulação capitalista. (MATTOS, 2009). Em razão disso, apesar do forte período repressivo, o Estado não conseguiu acabar completamente com as perspectivas opositoras e, a partir de 1970, importantes movimentos operários contribuíram para a consolidação de uma nova etapa para o sindicalismo brasileiro.

Com base no que foi apresentado nesta seção, podemos considerar que, a partir de 1930, temos um processo de estatização dos sindicatos no Brasil, por meio da consolidação da estrutura sindical brasileira. Essa estrutura foi fortalecida, sobretudo, nos períodos populistas (1945-1964), quando a esquerda contribuiu com sua estratégia conciliadora de classe,

controlando as reivindicações de base e menosprezando o papel das reivindicações transitórias – escalas móveis⁵⁰.

Nesse sentido, entendemos que as concepções teóricas dos comunistas buscaram justificar seus fracassos no suposto atraso do capitalismo brasileiro e de seu proletariado. Segundo Weffort (1973), “[...] a explicação da ‘tragédia do movimento operário brasileiro’ deve ser procurada menos no ‘atraso’ da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste ‘atraso’ para suas próprias manobras políticas”. (WEFFORT, 1973, p. 71).

Vemos que houve, desse modo, uma atuação de cúpula que preconizava a suposta luta política em detrimento das lutas econômicas que emergiram espontaneamente da base frente à exploração capitalista. De acordo com Moisés (1978, p. 60), “parece que os comunistas não encaravam a luta econômica como um passo na direção da luta política. As consequências desta linha para o movimento operário são fáceis de imaginar: dificultavam a emergência de uma ação política autônoma”.

Por fim, a ditadura civil militar só vem encerrar o processo de fortalecimento dos sindicatos oficiais e a desorganização da classe trabalhadora brasileira. No entanto, uma nova possibilidade histórica surge para a esquerda e para o sindicalismo.

Veremos, na seção seguinte, os momentos principais desse processo.

1.3 O “NOVO SINDICALISMO” DAS DÉCADAS DE 80 E 90

A última fase do sindicalismo brasileiro se inicia ainda no bojo do governo militar, no final da década de 70, com os levantes grevistas iniciados no ABC paulista, em 1980, com a criação do PT, em 1981, com a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (pró-CUT), e, em 1983, com a criação da CUT. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu o fim da proibição da sindicalização dos servidores públicos e, no ano seguinte, ocorreu uma Greve Geral com cerca de 20 milhões de trabalhadores, marcando uma nova fase do sindicalismo, que ficou conhecida como “Novo Sindicalismo”.

De acordo com Mattos (2009), todos esses acontecimentos estiveram interligados, mas, o autor destaca que o movimento grevista do ABC paulista foi muito mais uma reação espontânea da base do que um acontecimento planejado por uma direção sindical. Segundo o

⁵⁰ Sobre as reivindicações transitórias e as escalas móveis trataremos no último capítulo.

autor, o movimento que inicialmente surge como uma insatisfação econômica, assume uma dimensão política:

A reivindicação de reajuste salarial, a princípio puramente econômica, adquiria, no entanto, uma dimensão política inegável no contexto do final da ditadura. [...] As greves e reivindicações dos trabalhadores traziam, assim, a público, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir. (MATTOS, 2009, p. 122).

No levante operário desse período, surgem dezenas de comitês de fábrica que emergem das lutas salariais dos operários paulistas, demonstrando a capacidade organizativa dos trabalhadores frente à exploração capitalista. Com o crescimento das greves, os partidos e entidades sindicais passaram a disputar, de certo modo, a direção da classe trabalhadora, evidenciando as divergências no interior da esquerda.

O grupo hegemônico que surge nesse momento histórico, denomina-se, como já destacamos, “novo sindicalismo”. Esse termo sugere um rompimento com as práticas sindicais consideradas “velhas”. Disso deriva uma polêmica sobre a suposta ruptura, pois há autores, como Weffort, que consideram a existência de um novo sindicalismo – sobretudo, aqueles que foram críticos do sindicalismo populista -, e há outros que consideram que há uma continuidade, como Santana (1999).

Dentre os que consideram o novo sindicalismo uma continuidade, Santana (1998; 1999), a partir da defesa de sua tese de doutorado, buscou justificar as estratégias reformistas da esquerda e mostrar que, com a formação da CUT, há muito mais um processo de continuidade do que de ruptura. Com isso, fez crítica aos estudos de Weffort⁵¹, que fundamentaram a perspectiva do rompimento com o sindicalismo populista.

A esse respeito, consideramos que houve uma ruptura parcial com o sindicalismo populista, na medida em que existiu um bloco crítico, durante a década de 80, que fez a crítica ao reformismo da esquerda até 1964. Em contrapartida, apesar das críticas, não ocorreu um rompimento com o sindicato de estado e à estrutura sindical, como observa Boito Jr. (1999)⁵². Já que, na década de 90, o sindicalismo cutista mostrou o desfecho decepcionante por parte daqueles que acreditaram no “novo”, quando adotou uma perspectiva sindical que, em alguns aspectos, foi ao encontro das demandas do capitalismo.

⁵¹ Weffort esteve envolvido no projeto de fundação do PT e seus estudos sobre o populismo contribuíram para sustentar a atuação daqueles que acreditavam na necessidade de ruptura com o PCB.

⁵² Pelo contrário, há a adesão de muitas associações, como a de professores, ao sindicalismo de Estado.

De qualquer modo, o movimento operário e sindical do período significou a retomada das agitações operárias depois do golpe militar de 1964. Contudo, estava em jogo, também, a disputa interna que caracterizava a esquerda, entre aqueles que se aliaram aos governos populistas de um lado, e aqueles que procuravam romper com os erros do passado, de outro.

Pode-se dizer que o movimento era dividido em dois blocos. O primeiro bloco autodenominado de “combativos” era formado por dois subgrupos: os sindicalistas “autênticos” e as oposições sindicais. O primeiro subgrupo era formado pelos sindicalistas metalúrgicos do ABC Paulista e, o segundo subgrupo, era formado por aqueles que criticavam a estrutura sindical corporativa e defendiam o trabalho de base e formação dos comitês de fábrica (trotskistas). O segundo bloco, chamado de Unidade Sindical, era formado por lideranças tradicionais do sindicalismo, incluindo os “pelegos” ou “amarelos”, militantes do PCB, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e PC do B. Os dois blocos representavam a formação de duas centrais sindicais: A CUT e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT), respectivamente.

De certo modo, é possível afirmar que o “novo sindicalismo” teve como contraponto a atuação do PCB no período pré-1964. De acordo com Santana (1999, p. 104), “para os sindicalistas ‘combativos’ oriundos de diásporas do próprio PCB, este teria cometido sérios equívocos calcados em sua política ‘reformista’ e de ‘colaboração de classes’, os quais levaram os setores populares à derrota diante do golpe militar”.

De modo geral, o “velho sindicalismo” era visto pelo “novo sindicalismo” como negativo, pelas suas características – de cúpula, sem base e oportunista. Uma das críticas centrais do bloco “combativo” era direcionada à estrutura sindical corporativa, um dos seus líderes, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou a dizer que o cordão umbilical do sindicato estava preso ao Ministério do Trabalho e que era preciso “[...] acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado [...] O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente porque o trabalhador exige que ele exista”. (NAP.PT.SP, 1981, p. 66).

Nesse sentido, o “novo sindicalismo” prometia ser a negação do “velho”. No entanto, a história não demonstrou ter rompido com os “velhos” erros do passado. Ao contrário, no caso de Lula, o que vimos no início do século XXI foi a afirmação do atrelamento sindical ao Estado e a manutenção do imposto sindical⁵³.

⁵³ “Em seus primórdios, [a CUT] divulgava um discurso radical contrário ao imposto que, segundo suas definições, significava o atrelamento ao Estado, bem como a sustentação dos “pelegos” que tanto combatiam. Porém, os tempos mudaram e os “novos atores”, à medida que se foram tornando situação em muitos sindicatos, mostraram-se menos radicais quanto à questão. Passou-se a reconhecer as dificuldades de sua extinção, posto que esta

Na ótica de Santana (1999, p. 113), há mais continuidade do que ruptura. Segundo o autor, “[...] o sindicalismo ‘autêntico’, no interior do bloco ‘combativo’ trabalhou sempre em defesa do sindicato oficial, combatendo as visões mais radicais das Oposições Sindicais” e canalizando as manifestações vindo da base na estrutura sindical.

Desse modo,

[...] é possível afirmar que o “novo sindicalismo” representou a reedição de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificavam com posições progressistas em relação à luta dos trabalhadores. Desta forma, ele pode ser visto como inserido em uma longa tradição no movimento sindical brasileiro. (SANTANA, 1999, p. 114).

Como foi explicitado, o sindicalismo da década 70 desempenhou importante papel frente à crise política e econômica brasileira, representando, em certo sentido, a insubordinação dos sindicatos à ditadura militar. Dentre os marcos do apogeu do “novo sindicalismo”, destacamos a criação do PT, a fundação da CUT e a participação na Constituição de 1988, decretando o fim do regime militar. (BOITO JR., 1999).

Contudo, nos anos seguintes, os sindicatos enfrentaram uma grande dificuldade de mobilização, devido ao desemprego, à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo⁵⁴. Na década de 90, assistimos ao declínio de atividades grevistas, a diminuição da filiação sindical e a modificação da estratégia de ação por parte das direções sindicais, que passou a assumir acordos com o governo e dificultar a democratização de decisões, afastando-se da base e das tendências de esquerda radicais. (MATTOS, 2009).

Como reflexo do movimento sindical hegemônico da década de 70, representado pelos “autênticos e combativos” e oposições sindicais, a CUT foi formada por diferentes tendências políticas. Dentre elas, a corrente majoritária, a Articulação Sindical, e as correntes minoritárias, ditas “trotskistas”⁵⁵.

A corrente mais forte no interior da CUT, a Articulação Sindical, assumiu, ao longo da década de 90, uma postura, em muitos aspectos, ao encontro dos governos, mudando sua

promoveria um duro golpe financeiro nas entidades sindicais, principalmente naquelas pouco preparadas para viver sem este aporte garantido por lei” (SANTANA, 1999, p. 114).

⁵⁴ Entendemos que esse contexto de desemprego e desregulamentação do mercado de trabalho é comum aos países da América e da Europa, dificultando a organização da classe trabalhadora não só no Brasil, mas em vários países do mundo.

⁵⁵ Segundo Gutierrez (2004), há três principais vertentes do trotskismo no Brasil: a *Democracia Socialista*, fundada em 1979, e seguidora do revisionismo de Ernest Mandel, a qual buscou se adaptar ao PT e sua política conciliadora; o *PSTU*, fundado em 1994, de orientação de Nahuel Moreno, que surge do rompimento com o PT; e, *O Trabalho*, fundado em 1986, de orientação de Pierre Lambert, a qual se identifica com a corrente da Articulação Sindical. Importante destacar que as três deixam de lado o *Programa de Transição* de Trótski.

estratégia de ação: do sindicalismo de oposição e defensivo⁵⁶, da década de 80, ao sindicalismo de participação e propositivo⁵⁷, na década de 90. (BOITO JR., 1999). Essa estratégia “[...] deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado”. (BOITO JR., 1999, p. 131).

As tendências minoritárias – sobretudo, os comunistas e trotskistas – resistiram à proposta da Articulação Sindical, mas foram derrotados no IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em 1991. Depois desse Congresso - que buscou boicotar as tendências opositivas à proposta da Articulação -, as tendências minoritárias saíram da CUT. Em contrapartida, neste mesmo ano, militantes sindicalistas do PCB e do PCdoB filiam-se à central. (BOITO JR., 1999).

A corrente majoritária da CUT nunca se identificou com o marxismo, ela “[...] não pensava o Estado como um aparelho que organiza a dominação de classe nem via a luta sindical como parte da luta pelo socialismo”⁵⁸ (BOITO JR., 1999, p. 136). Nesse sentido, mais de três décadas depois da criação da CUT e do PT é incorreto pensar em traição da classe trabalhadora. Não houve traição por parte da corrente majoritária da CUT, ocorreu uma continuação dessa corrente em tornar a única perspectiva possível, a partir do início da década de 90. Se houve traição, pode-se pensar em traição por parte das correntes trotskistas que insistiram em se manter dentro da central, muitos desses militantes assumindo cargos políticos em governos da década de 90 e 2000.

Em 1992, a CUT se filia à Central Sindical Internacional (CIOSL), de orientação da social-democracia. Nessa última, segundo a Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), de São

⁵⁶ Na década de 80, a CUT havia lutado contra as políticas de caráter monopolista, imperialista e latifundiária. Desse modo, havia lutado contra o pagamento da dívida externa, em favor da reforma agrária e a favor da constitucionalização de direitos trabalhistas (BOITO JR., 1999). Jair Meneguelli, ex-presidente da CUT em entrevista, em 1987, deixa claro que a estratégia adotada na década de 80 não tinha como objetivo principal reivindicar salário e condições de trabalho. E, de fato, mesmo com o sindicalismo combativo da década de 80 ocorreu uma deterioração dos salários, mostrando que, apesar de ser a melhor fase do sindicalismo cutista, ela ainda dicotomizou as lutas políticas e econômicas, menosprezando o potencial da segunda e atribuiu à primeira um caráter neoliberal. (BOITO JR., 1999)

⁵⁷ “O sindicalismo propositivo é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com empresários e os governos (neoliberais). [...] o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo” (BOITO JR., 1999, p. 159).

⁵⁸ Segundo Boito Jr., a CUT e o PT apresentavam apenas um discurso genérico de simpatia ao socialismo, porém nunca o definiram. A ideia de organização nos locais do trabalho, apesar de presente na central, não estava organizada dentro de um programa socialista e nunca foi colocada em prática. Boito Jr. (1999) mostra que o trabalho da fase combativa da CUT voltou-se à constitucionalização de direitos sociais e trabalhistas, nesse sentido, mesmo na sua melhor versão, com tendências internas Trótskistas, não colocou em movimento a luta pelas reivindicações transitórias, mas fortaleceu a “estatização” da classe operária. Por isso, as estratégias da CUT, na década de 80 estavam dentro de um Programa democrático-popular e não de um Programa revolucionário. Por sua vez, na década de 90, a CUT se aproxima do programa governamental neoliberal. (BOITO JR., 1999).

Paulo, “[...] aderem várias centrais nacionais que, apesar de algumas divergências, se posicionam unitariamente em torno do *anticomunismo* e pela acomodação do movimento operário nos limites do sistema capitalista”. (OSM, 1986, p. 9). Nesse sentido, a partir da década de 90, há a confirmação de um certo alinhamento da CUT e do PT com vertentes antirrevolucionárias.

No que diz respeito ao sindicalismo propositivo, adotado pela CUT na década de 90, abandonou-se a luta grevista contra o modelo econômico brasileiro, passando a apresentar propostas políticas para os governos neoliberais. Segundo Boito Jr. (1999, p. 144), o sindicalismo propositivo/participativo “[...] pretende elaborar propostas que interessariam, tanto aos governos neoliberais e às empresas, quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo”.⁵⁹

Para se consolidar enquanto única corrente interna, em 1997, o VI Congresso da CUT substituiu a tradição das teses por tendência por um caderno com uma única tese da Direção Nacional. O combate deixou de ser contra os lucros da indústria e passou a reivindicar a diminuição do imposto sobre os produtos, um acordo que buscava conciliar interesses entre o sindicato nacional e o empresariado. (MATTOS, 2009).

Segundo Mattos (2009, p. 137),

[...] as mudanças, no que diz respeito à organização e democracia interna na CUT, já estavam em curso desde o seu 3º Congresso, de 1988, em que os estatutos da central foram modificados de forma a ampliar o espaço de tempo entre os congressos e diminuir o peso da participação de representantes de base e oposições, ampliando o papel dos dirigentes sindicais na tomada de decisão da central. Relembre-se que esse foi o ponto de discórdia principal entre os que fundaram a CUT e os que acabaram na CGT, entre 1981 e 1983.

Da estratégia propositiva ou participativa resulta, além da diminuição do número de greves – por meio do sindicalismo de negociação e de gabinete –, a proposta de contrato coletivo de trabalho e as Câmaras Setoriais⁶⁰. A respeito do contrato coletivo, Boito Jr. (1999) compreende que ocorreu uma valorização da “livre negociação”, do “contratualismo” e do corporativismo, em detrimento da luta unificada em prol dos direitos sociais e trabalhistas.

O fundador da central, Jair Meneguelli, assim se posiciona:

⁵⁹ Dessa estratégia decorre diversas tentativas de estabelecer acordos com os governos Collor, Itamar e FHC. (BOITO JR., 1999).

⁶⁰ Por sua vez, as câmaras setoriais refletiram exatamente a perspectiva conciliadora em que o sindicalismo cutista se amparava. Elas consistem em organizações para cada setor da economia, contando com representantes da burguesia, do governo e do sindicato. Nas câmaras, eram discutidas as propostas dos sindicatos para o setor em questão, economia, saúde, educação. Nesse sentido, as câmaras acabaram por reforçar a lógica corporativa, já que cada câmara deveria propor a solução para os problemas do seu setor. (BOITO JR., 1999)

A partir do contrato coletivo de trabalho haverá ou será necessária a mudança na própria Constituição brasileira. Faremos as leis, nós faremos a “Constituição” que regerá o capital e o trabalho, ou seja, não se deveria ter discutido redução da jornada de trabalho na Constituição. Deveria se discutir, sim, entre as partes, entre o capital e o trabalho. (MENEGUELLI, 1991, p.87).

Para o ex-presidente da CUT, o contrato coletivo de trabalho deveria substituir o direito trabalhista. Nesse sentido, podemos afirmar que a atuação da CUT foi ao encontro do ideário neoliberal⁶¹, já que na década de 90 há o processo de desregulamentação do trabalho. Apesar da legislação trabalhista possuir limites, ela ainda é o mínimo para a classe trabalhadora no capitalismo, sobretudo para os setores mais explorados e menos organizados. Em outras palavras, frações da classe trabalhadora com melhores remunerações,⁶² que têm maior força sindical, conseguem lograr vitórias e mantê-las por meio do contrato coletivo e acordos, mas aquelas categorias fragilizadas sindicalmente dependem de uma legislação que estabeleça o mínimo, do ponto de vista salarial⁶³.

O objetivo da CUT, com a criação das câmaras, era participar mais da elaboração das políticas do governo, contudo, o empresariado e o governo somente permitiam participação quando lhes interessava. Com isso, não se tratava de colocar as reivindicações da classe trabalhadora e sim as propostas políticas do setor x ou y. Dessa forma, “as câmaras representam [...] um retrocesso político, ou um movimento específico de despolitização do sindicalismo”. (BOITO JR., 1999, p. 168).

Um exemplo do fracasso das câmaras setoriais foi quando o “setor automotivo” – e não os “sindicatos de metalúrgicos” – defenderam a modernização da indústria automobilística e o aumento da produtividade do trabalho, com vistas ao aumento de salários (trabalhadores), aumento de lucros (empresa) e crescimento da arrecadação de impostos no setor (governo). (BOITO JR., 1999).

Boito JR. (1999) apresenta dois argumentos centrais que justificavam a defesa do contrato coletivo de trabalho e das câmaras setoriais. O primeiro, de ordem política, acreditava

⁶¹ “Como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também, para a restrição à organização e à luta sindical. [...] Sustenta que o nível de remuneração dos trabalhadores depende das condições de mercado, e não da ação sindical ou da intervenção estatal. [...] O neoliberalismo é avesso à imposição de uma legislação protetiva do trabalho” (BOITO JR., 1999, p. 157).

⁶² “É nesses setores mais fortes que está o principal da base social da corrente Articulação Sindical”. (BOITO JR., 1999, p. 153)

⁶³ Falaremos mais adiante sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os Professores (PSPN). Mas podemos adiantar que a Lei do Piso, de 2008, significou um avanço para os professores do magistério municipal nesse sentido, já que, no caso das redes municipais de pequeno porte, os professores não possuem tradição sindical e, por isso, a legislação protetiva do trabalho, na forma da lei do piso, é um modo de assegurar o mínimo para esses setores. Contudo, a contradição reside no fato de que, além do piso correr o risco de se tornar teto, a luta sindical gira em torno da lei, impedindo uma reivindicação genuinamente autônoma da classe trabalhadora.

que as propostas discutidas entre sindicato, Estado e empresa, democratizava a política e fortalecia a sociedade civil. O segundo, de ordem econômica, acreditava lutar contra a desindustrialização da economia brasileira.

Apesar de tudo, Boito Jr. (1999) acredita que quem realmente aderiu ao programa neoliberal foi a Força Sindical, central oposta à CUT e formada por pelegos (declarados). Apesar das tentativas de conciliação, a CUT resistiu a algumas propostas dos governos e, até certo ponto, foi contra as privatizações.

A Força Sindical, criada em 1991, por uma corrente sindical chamada “sindicalismo de resultados”, foi composta predominantemente por “sindicatos de carimbo”, ou seja, sindicatos pequenos de setores com pouca capacidade reivindicativa e em cidades de interior. O papel central da Força Sindical foi de apoiar a política de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho. (BOITO JR., 1999).

Em suma, o “novo” sindicalismo da década de 80 e 90 é “velho” por várias razões. Em primeiro lugar, com exceção de sua fase “combativa”, a CUT e o PT adotaram a mesma estratégia do PCB nos governos populistas, buscando acordos com o governo e com a burguesia. Em segundo lugar, assim como os sindicalistas do período pré-1964, que se submeteram ao sindicalismo do Estado e contribuíram para o fortalecimento da estrutura sindical, a CUT buscou o fortalecimento da estatização sindical na Constituição de 1988 e o atrelamento do sindicato aos governos nos anos seguintes.

A partir do que foi exposto sobre o “novo” sindicalismo, concordamos com Boito Jr. (1999) que os governos neoliberais da década de 90 não tinham como objetivo desmontar a estrutura sindical brasileira. Para o autor, as décadas seguintes, dos governos Lula, confirmam que o neoliberalismo tinha como objetivo estatizar, monopolizar, privilegiar centrais e sindicatos, cooptando-os. Desse modo, o neoliberalismo não destruiu a estrutura sindical, mas a fortaleceu sob os seus princípios.

Tendo em vista os aspectos gerais do sindicalismo brasileiro, podemos avançar para o próximo capítulo, que trata das especificidades da formação do sindicalismo docente, suas relações com a política educacional e com a luta de classe.

CAPÍTULO 2

SINDICALISMO DOCENTE: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E SUA RELAÇÃO COM A CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

No capítulo anterior, expusemos alguns momentos da história do sindicalismo brasileiro e procuramos demonstrar, brevemente, que a concepção política adotada pela esquerda influenciou diretamente no encaminhamento estratégico sindical. Entendemos que, de modo geral, os sindicatos adotaram, o programa da social-democracia que dicotomiza as lutas políticas e das lutas econômicas e tendem para a conciliação de classes.

Vimos que a organização do trabalhador assalariado brasileiro, na forma de sindicatos, surge como processo de ruptura e continuidade das lutas abolicionistas. Evidentemente, essa particular formação do movimento sindical, no Brasil, é resultado das contradições próprias da nossa particularidade social. Contudo, de modo geral, o sindicalismo é expressão da contradição da luta de classes entre capital e trabalho em termos mundiais, portanto, o programa político revolucionário para a classe trabalhadora, no capitalismo, deve ter uma perspectiva internacionalista.

Agora passaremos para a exposição de elementos históricos do sindicalismo docente, sua relação com as políticas educacionais nas últimas décadas e as especificidades relativas à remuneração do professor. Consideramos que existe uma relação entre a categoria docente e o restante da classe trabalhadora, no entanto, nesse momento da exposição nos detemos às particularidades do sindicalismo docente.

Em relação aos professores da esfera pública, sabemos que o fenômeno da sindicalização é tardio, pois segundo Boito Jr. (1991), o direito de sindicalização do funcionalismo público foi reconhecido tardiamente em escala mundial. Na França, por exemplo, “afirmava-se que o direito sindical em geral e, principalmente, o direito de greve, subvertia os princípios da autoridade e da hierarquia, próprios do aparelho burocrático do Estado”. (BOITO JR., 1991, p. 102). Acreditava-se, ideologicamente, que é inadmissível a luta de classes no interior do Estado, pois esta poderia comprometer a prestação de serviços públicos e os interesses coletivos da população.

Para compreender melhor as particularidades do sindicalismo docente no Brasil, apresentaremos, neste capítulo, alguns marcos históricos da organização dos professores, bem como sua relação com as políticas educacionais para a remuneração docente.

2.1 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ASSOCIATIVISTA DOS PROFESSORES NO BRASIL

O sindicalismo docente pode ser compreendido como um fenômeno recente na história brasileira, ou seja, “tardio” em relação ao sindicalismo operário. Ele é constituído por dois segmentos da sociedade: magistério público e magistério privado. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011).

A distinção entre magistério público e magistério privado deve ser feita quando se trata da existência do sindicalismo docente na história do Brasil. Sabe-se que o Art. 53, do Decreto Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, do governo Vargas, proíbe a sindicalização dos servidores públicos do Estado, que só deixa de vigorar com a nova Constituição Federal de 1988. Por sua vez, os professores do setor privado, apesar de terem a liberdade de se sindicalizar, são menos organizados e combativos, pois, em muitos casos, sequer possuem representação sindical, como aponta os estudos de Gentili et al. (2004).

Os professores do magistério público, por quase 50 anos não puderam se organizar em sindicatos oficiais, mas sua organização esteve pautada na forma do associativismo. Segundo Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 112):

São as chamadas associações ou uniões que, dependendo das regiões em que surgem, combinam papéis agregadores da categoria docente em torno de questões pedagógicas e científicas, proteção mútua, atividades sociais e culturais, defesa dos interesses dos associados e debate sobre políticas e práticas educacionais. Esse tipo de organização pré-sindical lança raízes século XIX adentro, no Brasil. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011).

Nesse sentido, a história do movimento sindical docente está atrelada ao modelo de organização associativista. Ligado a isso, a estrutura descentralizada do ensino, no Brasil, permite que cada estado brasileiro constitua uma história particular do sindicalismo docente. Desse modo, “[...] qualquer tentativa de reconstituir a história do movimento docente deve considerar, antes de mais nada, que as iniciativas nesse sentido têm se desenvolvido, sobretudo, em nível estadual”. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 96). Esse processo se acentuará ainda mais na década de 90, com a municipalização do ensino.

De acordo com Vicentini e Lugli (2011), as primeiras organizações docentes, no Brasil, surgem em meados da segunda metade do século XIX, mas há ainda dificuldade de mapear essas entidades, pois muitas tinham um caráter provisório e, por isso, desapareciam e ressurgiam, em alguns casos, com outros nomes.

Os professores do magistério público primário já se organizavam e lutavam no período da corte imperial. Segundo os autores, desde 1870, os professores se movimentavam em torno da categoria profissional, “movimentação que gira, tanto em torno de questões pontuais, como intervenções referentes à organização escolar, quanto em torno de questões que diziam respeito a toda classe, como a questão salarial e a busca de melhores condições de trabalho”. (BORGES; LEMOS, 2011, p. 212). Essas manifestações eram expressas em “cartas, manifestos, abaixo-assinados, por meio da imprensa ou ainda em audiências com os representantes do governo”. (BORGES; LEMOS, 2011, p. 212).

Dentre as manifestações, Borges e Lemos (2011) destacam o *Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte* de 1871. Segundo eles “[...], os manifestos podem oferecer indícios sobre a criação das associações de classe, relacionando o trabalho coletivo e o entendimento por parte dos professores, da existência de problemas comuns a todos e que, organizados, poderiam se fazer melhor representar diante do Estado e da sociedade”. (BORGES; LEMOS, 2011, p. 218).

Dentre as periodizações da história do movimento docente, destacamos a de Rêses (2008), a qual organiza o

[...] sindicalismo docente em quatro períodos: 1901-1931, origem do associativismo docente; 1945-1964, expansão do associativismo docente; 1964-1989, repressão ao associativismo e transição ao sindicalismo; 1989 aos dias atuais, Novo Sindicalismo e Sindicalismo de Movimento Social. (RÊSES, 2008, p. 69).

A partir dessa periodização, é possível compreender que o associativismo é uma fase que antecede o sindicalismo, fase que chega ao fim com o movimento de transformação de associações em sindicato, no final da década de 80, embora as associações não tenham deixado de existir. O fato é que, até as décadas de 70 e 80 as organizações docentes predominantes eram as associações e, a partir de então, passam a predominar os sindicatos.

O modelo associativo, portanto, era “[...] a forma mais legítima de organização da categoria”. (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 171). Há, entre os pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo da educação, uma polêmica sobre a relação entre as associações e os sindicatos, sobretudo, quando tratam do associativismo como uma “pré-história” do sindicalismo. (CARDOSO; TAMBARA, 2011; VICENTINI; LUGLI, 2011). Na visão de

Nóvoa (1991; 1999), o associativismo docente foi uma etapa fundamental para a constituição da profissionalização docente.⁶⁴

Contudo, sabe-se que o associativismo docente teve, desde a sua origem, um caráter mutualista, assim como a Confederação do Professorado Brasileiro (CPB), criada em 1926 – que possuía caráter anarquista – era fundada na organização mútua. Segundo Rêses (2008, p. 71), essa “[...] associação foi extinta em 1931 com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, por iniciativa do movimento anarcossindicalista e em oposição ao sindicalismo oficial do governo de Getúlio Vargas”.

Segundo Rêses (2008), o “Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro é uma das primeiras organizações sindicais de professores no Brasil, já a primeira associação de professores públicos é a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), fundada em 27 de janeiro de 1901.

De acordo com Rêses (2008), o Centro do Professorado Primário de Pernambuco (CPPP), de 1929, a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), de 1931, e o Centro do Professorado Paulista (CPP), de 1930, são outros exemplos de importantes organizações associativas do Brasil, durante a Primeira República.

Para o autor,

as associações mutualistas da primeira república apresentaram características comuns, tanto em sua existência, quanto em sua atuação: 1) mantiveram um forte vínculo mutualista; 2) seus dirigentes ou se vincularam a mandatos eletivos ou atrelaram estes à existência e manutenção da associação; 3) evitaram contratações ou remoções de professores feitas por ‘pistolões’, ou seja, indicações de mandatários locais ou coronéis; e, 4) sofreram perda de representatividade entre os docentes a partir da década de 1970, por conta do crescimento das tendências políticas de esquerda no cenário político brasileiro. (RÊSES, 2008, p. 72).

De acordo com Hiro (2012, p. 54), as associações de professores que surgiram nos diferentes estados, ao longo da primeira república, tinham características peculiares, “[...] de cunho religioso, étnico, ideológico, etc.”, mas todas buscavam a cooperação e o mutualismo, “[...] fugindo das características combativas de organizações sindicais de outras categorias de trabalhadores”.

Segundo os autores, o mutualismo se caracteriza “[...] pelo objetivo de melhoria das condições de vida e trabalho dos professores mediante sua arregimentação em torno de

⁶⁴ Por profissionalização, refere-se “[...] a atividades especializadas, que possuem um corpo de saberes específico e acessível apenas ao grupo profissional, com códigos e normas próprias e que se inserem em determinado lugar na divisão social do trabalho”. (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

associações profissionais” (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 180). Tais associações se incumbiam de encaminhar demandas ao Estado, mas também, se encarregavam em resolver essas demandas, prestando serviços aos filiados.

Para Hiro (2012, p. 59),

De alternativa jurídica, o associativismo transformou-se em um fenômeno que marcará o movimento desses profissionais até o final da década de 1970. Suas principais características serão: o aprofundamento do modelo assistencialista e mutualista, e a priorização das ações de negociação – as petições – e de relações amistosas com o Estado.

Segundo Borges e Lemos (2011, p. 227), as associações “[...] foram formadas dentro do modelo mútuo, muito difundido na época, como objetivo expresso de fornecer aos seus membros pequenas importâncias em caso de doença, desemprego ou invalidez, custeando enterros e garantindo à viúva uma diminuta pensão”. Apesar de serem organizações mútuas, o associativismo contribuiu para a construção de uma identidade profissional e, por isso, foi fundamental para o processo de profissionalização.

É importante destacar que, na primeira república, os professores não tiveram uma organização a nível nacional, já que a estrutura de ensino dificultava essa mobilização, pois a educação básica era responsabilidade de cada província/estado e carecia de uma organização escolar a nível nacional. Segundo Vicentini e Lugli (2011, p. 174), mesmo depois da criação de entidades nacionais na década de 60, “[...] a categoria continua a organizar-se regionalmente mediante a articulação de professores, de acordo com o estado ou a cidade de atuação”, tanto na iniciativa pública quanto na rede privada.

O movimento associativista ganhou novo impulso no final da década de 40, com a queda de Vargas em 1945. A expansão das escolas normais e secundárias certamente favoreceu para esse crescimento, fazendo com que, nas décadas de 50 e 60, novas associações de professores primários surgissem em diversos estados do Brasil, contribuindo para que, em 1960, fosse fundada a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). (VICENTINI; LUGLI, 2011).

Essa expansão do associativismo é também resultado da proibição dos servidores públicos de sindicalização, instituída primeiramente pela Constituição de 1937 e, depois, pelo Decreto Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Segundo Rêses (2008, p. 73), “a agitação sindical que teve lugar sob o impulso populista no período 1945-1964, no seio do sindicalismo brasileiro, não foi algo indiferente ao movimento docente”. Segundo o autor, “mesmo sem um

caráter eminentemente sindical, as iniciativas em torno da organização docente desenvolveram-se de modo acelerado”.

Como mencionada anteriormente, a CPPB, criada em 1960, é tida como a primeira entidade de representação docente a nível nacional. Essa confederação “[...] incentivou a formação de entidades docentes nos estados, estabelecendo contatos constantes com os professores das regiões onde não existia qualquer tipo de organização da categoria”. (RÊSES, 2008, p. 73).

De acordo com Rêses (2008), as associações tinham um caráter associativo-corporativo, sua atuação se voltava para a “prestação de assistência”. Segundo o autor, no período populista, a atuação do associativismo

[...] foi de natureza corporativa-assistencial. Quer dizer, a mesma teve em conta preocupações concernentes ao perfil da profissão docente, sobretudo, realçando-a como uma atividade intelectual valorizada simbolicamente. Este posicionamento aliou-se a iniciativas voltadas para a prestação de ações assistenciais aos professores, indo tais ações de serviços médicos à estruturação de espaços recreativos. É assim que a orientação assumida pelo associativismo docente se define como corporativa-assistencial. (RÊSES, 2008, p. 74).

Contudo, no final do período populista, anos que antecedem o golpe militar de 1964, percebeu-se uma inclinação voltada à perspectiva sindical, influenciados por sindicatos de outras categorias e pelo contexto político emergente.

Com o golpe militar, iniciou-se uma fase de repressão ao movimento docente. Sabemos que durante esse período da história brasileira toda forma de manifestação era restrita, mas no caso dos professores, essa repressão era ainda maior e qualquer organização que tivesse uma perspectiva de reivindicação era vista como sindical e subversiva pelo governo. (RÊSES, 2008). Assim como no sindicalismo, o associativismo que prevalecia era aquele amigável com o governo, embora existissem manifestações contrárias à ditadura.

De acordo com Ferreira Jr. (2011), os professores das escolas públicas chegaram ao final dos anos 70 submetidos ao arrocho salarial imposto pelo modelo econômico de Castelo Branco e pelas reformas educacionais de 1968-1971.

Antunes (1991, p. 135-136) destaca que:

Já no início de 1973, quando os primeiros sinais de crise afloravam, o «aparente» privilégio das camadas médias começava a se desintegrar. E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, ou seja, a superexploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia a dia dos trabalhadores médios. Resultado: médicos, professores, bancários [...] fizeram-se presentes através de

paralisações que exigiam reposição salarial, melhores condições de trabalho e fim do arrocho salarial.

Nesse contexto de repressão e rebaixamento salarial, os professores passaram a se mobilizar com o apoio de partidos políticos de esquerda. Unidos a isso, há um processo de conscientização docente, pois a suposta posição privilegiada que os distingue dos operários é desvelada e as relações de exploração, mesmo no setor público de ensino, salta aos olhos dos professores que, a partir de então, começam a se reconhecer como “trabalhadores da educação”.

Até a década de 70, mesmo as ações mais “agressivas”, como passeatas e greves, eram tidas com um caráter mais “ordeiro”, justamente porque, até esse período, os professores se distanciavam da luta operária. Mas, no final da década de 70, com greves de professores em plena ditadura militar, emergem “[...] as noções do trabalhador em educação e do Estado como padrão, levando a mobilização da categoria a se aproximar do movimento operário, assumindo um posicionamento político à esquerda”. (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 180-181).

Importante destacar que, mesmo mediante à proibição de greves por parte dos servidores públicos, os professores, assim como os operários, organizaram manifestações de base e, nesses casos, confrontaram as próprias direções das entidades. (RÊSES, 2008).

Durante o movimento sindical do final da década de 70, segundo Ferreira Jr. (2011), as camadas médias da sociedade incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, “[...] isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos”. Para o autor, o fenômeno da sindicalização docente só se constitui “[...] após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção, durante as décadas de 1960 e 1970”. (FERREIRA JR. 2011, p. 50-51).

Aliado a isso, com a implantação do primeiro grau de oito anos, em 1971, promoveu-se uma espécie de “unificação” que refletirá no movimento docente brasileiro, pois “as associações já existentes reorganizaram-se para representar os docentes, independentemente do nível de ensino em que seus associados lecionassem”. (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 178).

Em 1973, com o objetivo de ampliar o movimento docente, incorporando professores de outros níveis de ensino, a CPPB se torna Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Em 1979 e 1980 ocorreu o I Congresso Nacional de Profissionais da Educação, nele ficaram expressas a diversidade de partidos políticos e suas divergências. Segundo Ferreira Jr. (2011, p. 66), “[...] não era apenas uma questão de luta pela hegemonia política no seio do movimento sindical dos professores, mas, fundamentalmente, constituíam divergências entre estratégias políticas na luta contra o regime militar”.

De acordo com Ferreira Jr. (2011), os professores exerceram um importante papel no processo de transição democrática, por meio da luta por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse contexto, a esquerda, que sobreviveu à repressão militar, ocupou uma função de orientação das mobilizações docentes e, “[...] apesar das diferenças político-ideológicas, os partidos de esquerda ajudaram a organizar a luta específica da categoria dos professores em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, mobilizá-la em favor da institucionalização do Estado de direito democrático”. (FERREIRA JR., 2011, p. 67).

De fato, houve uma mobilização de professores de todos os níveis, em todo o Brasil, nas décadas de 70 e 80, acompanhando o movimento do “novo sindicalismo”.

Para Gindin (2013, p. 88):

La lucha contra las dictaduras militares y por la recomposición salarial movilizó al magisterio, politizó las demandas gremiales y permitió que corrientes radicalizadas de docentes se pusieran en el centro de la escena. [...] En este fértil terreno reapareció la utilización de las huelgas de masas en todos los países, aunque haya importantes particularidades nacionales.

Como Gindin (2013) afirma, esse contexto de greves de massa marcaram as lutas contra as ditaduras militares em vários países da América Latina, apesar de possuírem especificidades nacionais. No Brasil, esse movimento contribuiu para a nova Constituição Federal de 1988, que permitiu a sindicalização de servidores públicos.

A criação de sindicatos de servidores públicos ou conversão de associações em entidades sindicais, após a Constituição de 1988, foi compreendida por Boito Jr. (1991) como um processo de adesão da categoria ao sindicato de estado, limitando a atuação dessa fração de classe. Contudo, é importante ponderar esse acontecimento, pois, se por um lado, as organizações de professores do magistério público se submetem ao controle do Estado, por outro lado, passam a ganhar reconhecimento, tanto da sua base, como entidade representativa, quanto dos governos, fortalecendo as pautas e demandas das entidades.

Com a Constituição de 1988, a CPB (antiga CPPB) filia-se à CUT e, em 1990, torna-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A CNTE surge de um Congresso que buscou unificar⁶⁵ várias federações da educação em uma mesma entidade nacional. Segundo Rêses (2008, p. 80), “o surgimento da CNTE, portanto, pondo em relevo a

⁶⁵ “A oficialização da unificação organizativa em torno da CNTE ocorreu na sequência dos procedimentos adotados por um Fórum Nacional, criado no Congresso de Campinas, integrado pelos segmentos envolvidos no processo responsável por celebrar a unidade (professores, supervisores, orientadores e funcionários administrativos das escolas). Foi assim que se realizou, no estado de Sergipe, o chamado “Congresso da Unificação”. (RÊSES, 2008, p.80)

organização dos professores como sendo de trabalhadores em educação, consagra a transição realizada pelo associativismo docente brasileiro para um posicionamento sindical”.

Nesse contexto, destaca-se também o surgimento do Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (ANDES-SN), na tentativa de unificar as diferentes associações de professores do magistério superior.⁶⁶

Ao lado da CNTE e do ANDES, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), fundada em 1990, representa os trabalhadores da educação do setor privado. A CONTEE está filiada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA), ao Sindicato de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE) e à Internacional da Educação (IE). Atualmente, possui 88 sindicatos e 10 federações de professores e técnicos do setor privado de ensino, da educação infantil à educação superior, filiados à CONTEE.

Segundo Maués (2015), o ANDES objetiva “[...] a defesa dos interesses dos seus filiados, reafirmando a autonomia e a independência em relação a governos e com a proposta clara de juntar a luta dos docentes com as lutas mais gerais da sociedade”. (MAUÉS, 2015, p. 255).

A partir da análise das políticas educacionais para o ensino superior dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, as quais são marcadas pela privatização do ensino⁶⁷, Maués (2015) reflete sobre a participação do ANDES na discussão e resistência às tais políticas. Em relação ao primeiro governo, o autor considera que o ANDES teve uma função essencial no impedimento da privatização do ensino superior e “a luta contra o sucateamento da infraestrutura, o congelamento dos salários, a não abertura de concurso público foram algumas das ações empreendidas, das greves realizadas, dos movimentos que ocorreram”. (MAUÉS, 2015, p. 260).

De acordo com o autor, o ANDES

⁶⁶ “O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior, técnico e tecnológico no país. O ANDES-SN é filiado à Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS). Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN)”. (ANDES, 2018).

⁶⁷ Sobre o processo de privatização da educação brasileira, diversos autores, tais como Peroni (2018, 2013), discutem as formas de privatização. Para elas, no setor da educação, a privatização ocorre por meio de parcerias público-privadas com o terceiro setor, seja por meio da gestão de recursos, programas governamentais, organizações sociais, etc.

[...] por sua postura independente em relação a partidos políticos e ao governo, pelas análises críticas feitas às políticas de privatização da universidade e por sua defesa da educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada, tem vivido momentos difíceis que contemplam, inclusive, a cassação da Carta Sindical⁶⁸. (MAUÉS, 2015, p. 260).

Para Maués (2015), a luta empregada pelo Sindicato teve continuidade no governo seguinte, demonstrando que o ANDES tem seus princípios ajustados à defesa dos interesses da categoria dos docentes da educação superior e às políticas educacionais comprometidas com a transformação social.

Vale lembrar que, em 2005, o ANDES, durante o seu 24º Congresso, decide se desfiliar da CUT e representar uma oposição autônoma contra o governo federal e às reformas advindas daquele contexto. Desde então, a CUT e o governo tentaram enfraquecer a atuação do ANDES, por meio da cassação do seu registro sindical, e por meio da criação de um sindicato pró-governo PT, chamado PROIFES (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico). Essa situação exemplifica a atuação parcial da CUT frente ao governo e como o sindicalismo, vinculado ao Estado, tende a barrar as organizações de oposição, mesmo que estas sejam demandadas pela própria base. (MAUÉS, 2015).

De modo geral, podemos concluir que o associativismo docente é um movimento que tem sua gênese no Brasil, no início do século XIX, com características mutualistas e organizado por professores do ensino primário. (BORGES; LEMOS, 2011). Desse modo, é somente a partir das primeiras décadas do século XX que as entidades começam a se oficializar e interferir no processo de profissionalização docente de modo mais eficiente. (VICENTINI; LUGLI, 2011).

De acordo com Borges e Lemos (2011, p. 227), a predominância de professores do magistério primário no associativismo pode ser explicada pela “precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida”. Podemos afirmar, também, que com a suspensão da proibição da sindicalização dos servidores públicos e a expansão do ensino fundamental, médio e superior, o sindicalismo docente avança para além dos professores do magistério primário.

De acordo com Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 128),

Para a existência do sindicalismo no setor de educação, certo volume e densidade de trabalhadores docentes operando em estabelecimentos de porte maior mostraram-se como condição importante de modo a que o individualismo cedesse à circulação de ideias, ao intercâmbio de propostas, à discussão de encaminhamentos — elementos importantes para a ação coletiva. Não há como pensar a criação de sindicatos de

⁶⁸Em 2003, durante o governo Lula, o Ministério do Trabalho suspendeu o registro sindical do ANDES, que o recuperou em 2009, apesar de perder o direito de representação dos docentes do setor privado.

educação, ainda que as condições de trabalho sejam precárias, em estabelecimentos com um ou dois professores apenas.

Rosso, Cruz e Rêses (2011) tomam a definição de que sindicatos são associações de trabalhadores assalariados, mas as “lutas individuais ou isoladas contra a exploração do trabalho não representam sindicatos” (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 113). Para os autores, o sindicalismo é uma instituição duradoura, portanto, não se resume a greves e manifestações de uma categoria. Desse modo, “o sentimento de exploração, a consciência da exploração é uma condição para a existência de sindicato, desde que conduza à organização dos assalariados e que, portanto, represente uma ação coletiva”. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 113).

De acordo com os autores, o sindicalismo docente surge dos segmentos do magistério público e privado, sendo que a primeira organização sindical docente no Brasil surgiu, em 1931, no Governo de Getúlio Vargas, a qual se manteve até os dias atuais, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO). Segundo os autores, o surgimento do sindicalismo docente se deu sob condições materiais e subjetivas:

Entre as condições materiais, estão aquelas discutidas até este ponto, a saber, a existência de um número grande de trabalhadores docentes em condição precária de assalariamento, política educacional elitista com restrição ao acesso massivo da população, entre muitas outras. Entre as subjetivas, podem ser arroladas a consciência, o controle social sobre a formação dos docentes e sobre o exercício do magistério, o lugar da ideologia e da política. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 114).

Para Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 123-124), o amadurecimento tardio de sindicatos de professores em relação ao modelo operário se deve ao fato de que a categoria de professores, devido a sua constituição histórica brasileira, persiste com a identidade de missão e vocação. Em outras palavras, a identidade docente feminina ligada à vocação e ao dom, dificultou o desenvolvimento de uma identidade trabalhista ou profissional. Dessa maneira, “se os professores hoje resistem a serem considerados funcionários públicos, a distância é grande quando devem assumir a ideia de serem Trabalhadores em Educação”.

Rosso, Cruz e Rêses (2011) destacam que a forma de organização docente, como associação, surgiu antes da consolidação do sindicalismo, contribuindo para o debate sobre a importância de um certo volume de docentes para que os interesses individuais conseguissem se converter em interesses coletivos. Além do mais, destacam que:

Foi necessária a superação de um tipo de subjetividade e o aparecimento de outra para que os professores reagissem e colocassem o seu tempo sindical em igualdade com o tempo sindical operário. Esse não é um processo simples e tem-se a impressão de que

os tempos entre objetividades e subjetividades são defasados. Muitas vezes, as condições objetivas estão postas, mas as subjetividades guardam resistências e não funcionam a tempo. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 124).

Nesse sentido, os autores enfatizam que, apesar das necessárias condições objetivas para a emergência do sindicalismo, foi fundamental que as condições subjetivas estivessem em voga, pois “a construção de um movimento sindical supõe rupturas de consciência, ainda mais em um setor tão controlado pela ideologia oficial como o magistério da escola básica.” (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 129). A emergência do sindicalismo docente está ainda relacionada com a organização da educação pública brasileira, estabelecendo uma relação entre sindicalismo docente com as políticas educacionais, como veremos na seção seguinte.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O SINDICALISMO DOCENTE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Como vimos, ao longo da exposição anterior, o movimento do “novo sindicalismo” refletiu fortemente na organização dos professores, no Brasil, e representa um marco do enfraquecimento do associativismo mutualista e o fortalecimento dos sindicatos de professores.

Rosso, Cruz e Rêses (2011) acreditam que a “formulação ‘de [associação] ... para [sindicato]’ insinua a necessidade de uma ruptura”, ou seja, aconteceu uma “[...] transição profunda na identidade docente para que ele (a) pudesse filiar-se a organizações sindicais e realizar movimentos de reivindicação e greves”. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 129). Acredita-se que há a construção de uma liberdade profissional e de uma identidade (consciência) docente reivindicativa.

Podemos considerar que essa “ruptura” é determinada por vários fatores, tais como: o rebaixamento salarial proporcionado pela crise econômica na ditadura militar, a repressão política que evidenciou o papel autoritário do Estado frente às demandas da categoria, a necessidade de regulamentação das lutas dos servidores públicos, as reivindicações a favor da democracia, desencadeada por partidos de esquerda, a onda de greves de operários e trabalhadores no Brasil.

Para Gouveia e Ferraz (2011), a transformação de associações em sindicatos, a partir da década de 90, e sob a influência do “novo sindicalismo”, além de elevar as taxas de sindicalização, contribui para o fortalecimento do seu papel político, o qual, segundo eles, possuía fortes características de democratização e participação nas políticas públicas.

Porém, indica Boito Jr. (1991) que, no Brasil, a proibição se restringia aos sindicatos oficiais, ou seja, oficialmente os professores não podiam, até 1988, organizar-se em sindicatos, mas nada os impedia de criar sindicatos sem a outorga do Estado, ou seja, fora da estrutura sindical. Para o autor, as organizações associativistas dos docentes sempre tiveram um caráter sindical fora da estrutura oficial. Por isso, Boito Jr. (1991, p. 103) critica a luta pelo “direito de sindicalização” dos professores públicos, na década de 80:

Não poderiam lutar por aquilo que já possuem de fato e de direito: os sindicatos. Lutam pelo que não possuem: a investidura sindical, o imposto sindical e o direito de instaurar dissídios na Justiça do Trabalho. Lutam, enfim, para se enquadrar na estrutura do sindicato de Estado.

Para Boito Jr. (1991), dentre os discursos daqueles que queriam incluir as organizações docentes na estrutura sindical do Estado, destacam-se aqueles que acreditavam combater o mal do Estado “por dentro”. Nas duras críticas de Boito Jr. (1991) ao sindicato de Estado, ele acrescenta que:

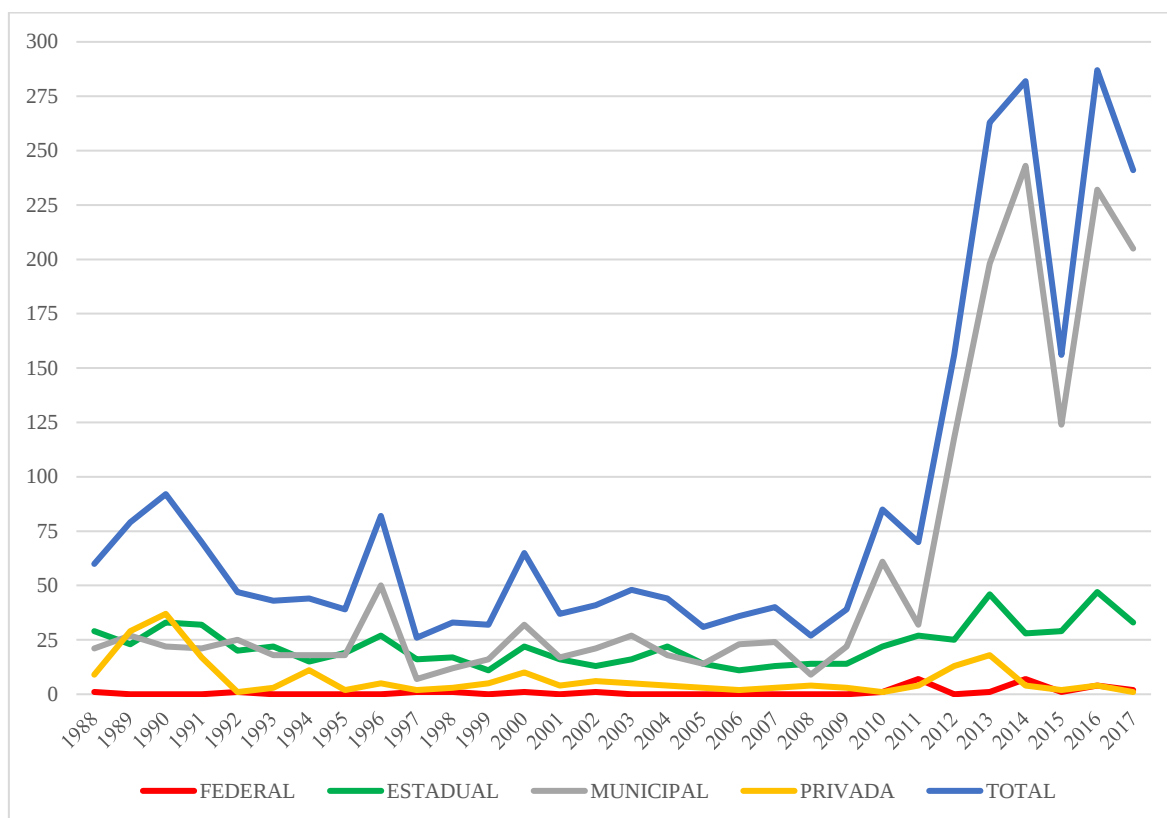
A luta das associações de funcionários não é, portanto, uma luta pelo direito de sindicalização. A sua revolta é contra o fato de terem sido condenados à liberdade sindical: marginalizados da tutela que o Estado exerce sobre o sindicalismo. Não é para ir às massas, nem para combater a estrutura sindical “por dentro” que os sindicalistas da CUT e da CGT criaram sindicatos oficiais. É, como deixam ver na sua prática e no seu próprio discurso, para ter acesso à investidura, à unicidade e aos impostos sindicais. É porque consideram o sindicato de Estado uma forma de organização superior à organização autônoma dos trabalhadores. (BOITO JR., 1991, p. 107).

Boito Jr. (1991) analisa que, de modo geral, os críticos da estrutura sindical de estado, abandonaram, durante a formação do “novo sindicalismo”, a sua crítica e passaram a defender essa estrutura. Contudo, como já dito, não partimos nem da concepção de que não há luta de classes no sindicato de Estado e nem daquela que acredita que as instituições do Estado são locais privilegiados de disputa pela hegemonia.

O fato é que, com a sindicalização docente crescendo após a década de 90, aumentou também o número de greves e paralisações da categoria. Como já dito anteriormente, os sindicatos da educação se dividem por níveis de ensino, esfera administrativa e, ainda, por entes federados, no caso da esfera pública. Mas o que em comum há entre o movimento docente é que, além das questões relativas ao salário e emprego, as reivindicações passam por questões políticas.

Nesse sentido, no que se refere à relação entre as lutas do movimento docente e as políticas ou reformas educacionais, buscamos organizar, no gráfico 1⁶⁹, a evolução das greves dos trabalhadores da Educação Básica, no Brasil, entre o período de 1988 a 2017, por esfera administrativa.

Gráfico 1 – Evolução das greves na Educação Básica, no Brasil, por esfera administrativa (1988-2017)



Fonte: DIEESE.

Nota: Dados fornecidos por e-mail e organizados pela autora (2020).

Percebemos que há picos de crescimento da luta docente desde a Constituição de 1988, sobretudo, em alguns períodos que podemos chamar de marcos legais, dentre eles, o ano de 1990, 1996, 2000, 2010, 2013 e 2016. Contudo, o crescimento de greves, a partir de 2012, é caracterizado, principalmente, pelo movimento docente no âmbito municipal (escala em cinza).

Nesse caso, é importante problematizar o próprio dado, pois como o número de municípios é muito superior ao número de estados, o crescimento das greves na esfera municipal tende a ser relativamente maior do que em relação aos demais entes federados. O DIEESE agrupa os dados conforme a quantidade de dias de paralisações. Neste caso, o gráfico

⁶⁹ Esses dados foram disponibilizados pelo DIEESE à pesquisadora, que os organizou em forma de tabela (APÊNDICE M).

revela um crescimento do movimento sindical no magistério municipal, mas oculta, por conta de sua metodologia, se há um movimento maior de greves nos municípios em detrimento dos Estados.

No plano da legislação sobre a carreira docente, alguns marcos podem ser pontuados, tais como a própria Constituição de 1988, que instituiu, no Art. 23, capítulo III, inciso V, a “valorização dos profissionais de ensino”, por meio de “planos de carreira para o magistério público, “piso salarial profissional” e o “ingresso exclusivamente por concurso público”. Desde então, surge a necessidade de legislar sobre a carreira docente, nos aspectos da valorização docente⁷⁰.

Nesse sentido, em 1996, a Lei nº 9.424, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), definiu o prazo para que os estados, os municípios e o Distrito Federal elaborassem os planos de carreira para os professores do magistério.

No mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, no Art. 67, reafirma o objetivo da valorização dos professores, por meio dos planos de carreira, que deverão assegurar:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Como consequência da lei, em 1997, é aprovada a Resolução nº 3, de 8 de outubro, que estabelece as diretrizes para os novos Planos de Carreira e Remuneração do magistério. E, em 2006, a Emenda Constitucional nº 53, de 20 de dezembro, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), altera o Art. 206, incluindo o “VIII piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal”. Na sequência, em 2008, a Lei nº 11.738, regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Nesse sentido, entendemos que, a partir da década de 2000, o FUNDEB e o PSPN podem estar relacionados com o aumento dos movimentos grevistas dos professores, sobretudo,

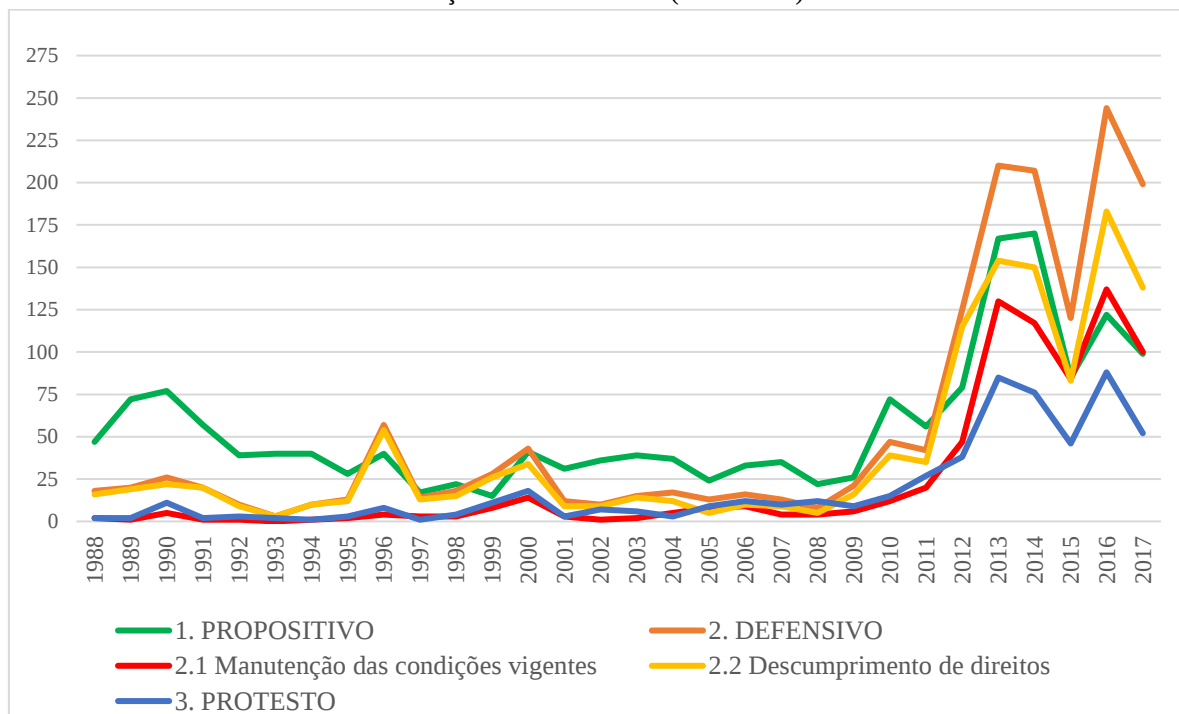
⁷⁰ A partir de Grochoska (2015), entendemos por valorização docente, “[...] um princípio constitucional que se efetiva por meio de um mecanismo legal chamado carreira, que se desenvolve por meio de três elementos: a) Formação, b) Condições de trabalho e c) Remuneração, tendo como objetivos a qualidade da educação e a qualidade de vida do trabalhador”.

no âmbito do magistério municipal, revelando uma relação entre sindicalismo docente e a política de valorização profissional.

Para ampliar nosso entendimento acerca das lutas dos professores brasileiros, no período de 1988 a 2017, organizamos, no gráfico a seguir, o número de greves e paralisações, de acordo com o seu caráter. Segundo o DIEESE, o caráter da greve é a “tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta”. (DIEESE, 2017, p.31).

Nesse sentido, as greves podem ser classificadas, de acordo com o DIEESE de: *propositivas*,⁷¹ caracterizadas por pautas que visam novas conquistas ou avanços nas condições atuais; *defensivas* que buscam defender a categoria do “descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes”. As defensivas ainda estão divididas em greves de *descumprimento de direitos* e *manutenção de condições vigentes*. Pode-se, ainda, segundo o DIEESE, ter o caráter de *Protesto*, “por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas”, ou ainda, greves por *solidariedade* a outras categorias e movimentos. (DIEESE, 2017, p. 31).

Gráfico 2 – Caráter das Greves da Educação Básica no Brasil (1988-2017)⁷²



Fonte: DIEESE.

Nota: Dados fornecidos por e-mail e organizados pela autora (2020).

⁷¹ Não confundir com o sindicalismo propositivo adotado pela CUT nos anos 90, apesar de possuírem relação, no caso da CUT, o “propositivo” assume um caráter estratégico de conciliação com o patronato e governos.

⁷² Tabela completa no Apêndice N.

Percebemos que as greves de caráter propositivo estão mais presentes no início da década de 90 e nos anos 2000. Em 1996, contexto de FUNDEF e LDB, as lutas de caráter defensivo são mais fortes, contudo, é a partir de 2011 que há um crescimento significativo de greves, de todos os caracteres, mas, sobretudo, defensivas e de descumprimento de direitos.

Observando os dois gráficos, é possível relacionar o aumento das greves do setor público-municipal, concomitantemente com o aumento das greves defensivas, a partir de 2009. No nosso entendimento, esse crescimento está diretamente ligado à aprovação da Lei do Piso para os profissionais do magistério, em 2008.

Assim, tanto o FUNDEF como a LDB contribuíram para o processo de descentralização do ensino – responsabilizando os municípios pela manutenção dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Essa descentralização ocasionou, também, um processo de municipalização (fragmentação) dos sindicatos.

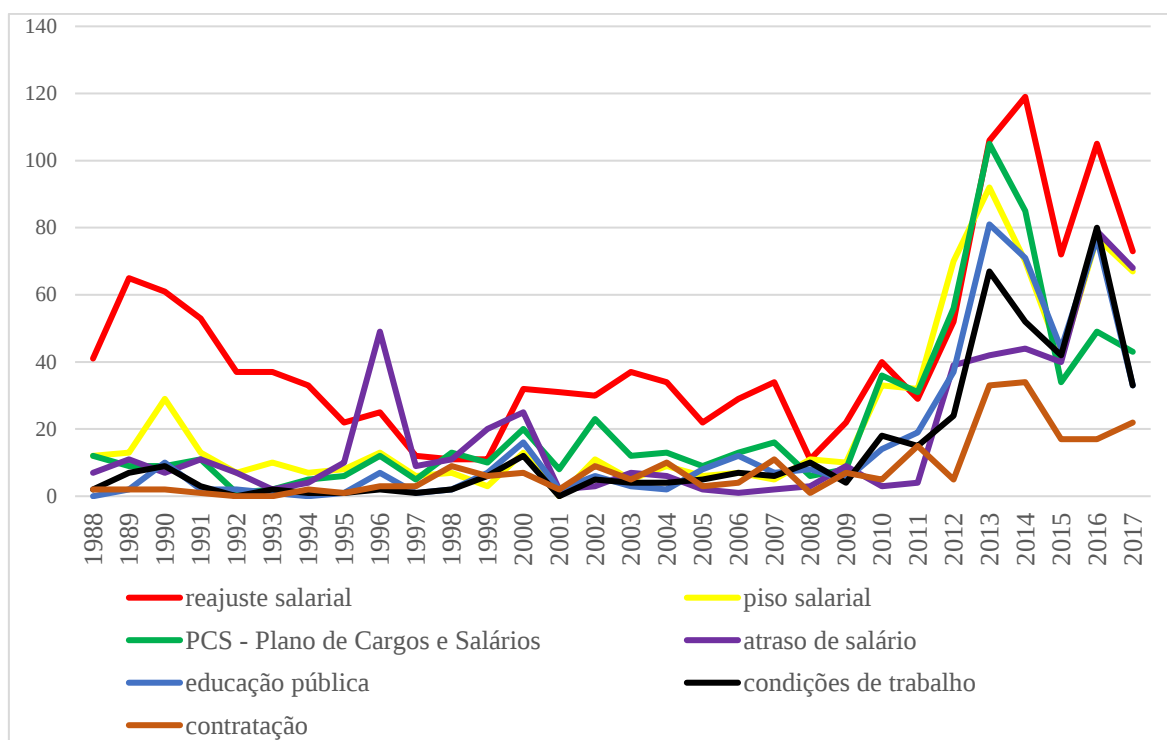
A partir da Constituição de 1988, a política educativa no Brasil seguiu a lógica da intensificação da municipalização; da ampliação das redes municipais; da organização das carreiras do magistério; do intenso debate sobre o papel da União na redução das desigualdades regionais; da ênfase na necessidade de controle social e da gestão democrática dos sistemas de ensino. (GOUVEIA; FERRAZ, 2011).

Gouveia e Ferraz (2011) compreendem que o contexto de municipalização de ensino vem acompanhado de “[...] alterações na disponibilidade de recursos para educação com certa equalização de gastos; previsão de vinculação de recursos obrigatória para pagamento de professores; constituição de espaços de controle social sobre o uso dos recursos do fundo”. Os autores acreditam que tais situações têm orientado o sindicalismo docente.

Com base nos dados do DIEESE⁷³, as reivindicações mais presentes nas pautas das greves da Educação Básica são as relativas ao salário. No gráfico 3, vemos que é possível relacionar a Lei do Piso como um impulsionador de greves, já que há uma ascensão de reivindicações sobre reajuste salarial, piso salarial e planos de carreira.

⁷³ Todas as reivindicações estão organizadas no Apêndice O.

Gráfico 3 – Evolução das reivindicações das greves da Educação Básica no Brasil (1988-2017)



Fonte: DIEESE.

Nota: Dados fornecidos por e-mail e organizados pela autora (2020).

A partir dos dados do DIEESE, constatamos que as reivindicações mais presentes nas greves e paralisações docentes das últimas décadas, estão ligadas à questão salarial, como o reajuste, o Piso Salarial, os Planos de Carreira e o atraso no salário. A pauta da educação pública também tem destaque no movimento docente e demonstra como o sindicalismo docente se relaciona com a questão das políticas do Estado.

Segundo Gentili et al. (2004), os temas de maior disputa entre os sindicatos de professores e o Estado tem sido exclusivamente sobre condições de trabalho e salariais, “por outra parte, es fácil constatar, en esta agenda, una peligrosa reducción de la problemática docente a cuestiones importantes, pero parciales, desarticuladas entre sí y con efectos a corto plazo.” (GENTILI et al., 2004, p. 1254). O autor se refere à ausência de uma perspectiva que articule e problematize a práxis docente e a política educacional de modo abrangente. Para os autores, essa ausência, que em certa medida é resultado de um projeto político neoliberal, resulta numa previsível evolução cíclica dos conflitos docentes, ou seja, primeiro o conflito, depois a negociação, depois medidas a curto prazo e, logo depois, o surgimento de novos conflitos.

Segundo Gentili et al. (2004, p. 1257-1258), o conflito educacional é “como un proceso constitutivo en el que los agentes o actores luchan para imponer o lograr consenso social y político respecto de su propia visión de la educación”. Desse modo, os diversos sujeitos

sociais colocam em movimento seus interesses em busca de um consenso dentro do seu campo em disputa, ou seja, “[...] el conflicto es pensado en forma dinámica; o sea, como un campo de producción y lucha simbólica activo y no meramente reactivo.” (GENTILI et al., 2004, p. 1258).

Desse modo, “podría pensarse, entonces, que el conflicto docente tiene una particularidad que deviene de la especificidad del trabajo docente, es decir, su autonomía”. (GENTILI et al., 2004, p. 1259). Os autores compreendem que os conflitos educacionais estão localizados numa totalidade baseada nas relações entre capital e trabalho e afirmam que “nuestra noción de conflicto educativo, como toda noción dialéctica del conflicto social, se sustenta en el carácter procesual y dialéctico de la conflictividad política” (GENTILI et al., 2004, p. 1259).

Sobre a lacuna da luta docente na esfera privada, os autores tecem algumas considerações:

Por un lado, los sindicatos docentes del sector privado suelen ser, en algunos países, menos organizados y combativos que los del sector público. En algunos casos, inclusive, no hay siquiera representación gremial en las organizaciones de trabajadores del magisterio que actúan en la enseñanza privada. Por otro lado, cuando esas organizaciones son más activas y orgánicas, ellas actúan en las federaciones o confederaciones docentes que tienen como sector hegemónico a las entidades del sector público. Asimismo, algunos conflictos en el sector privado suelen ser muy focalizados y circunscriptos a una institución o red de instituciones. [...] Finalmente, en la medida en que las remuneraciones docentes y los sistemas de carrera magisterial son, también de manera general, regulados por los gobiernos centrales, buena parte de las demandas de docentes del sector privado son dirigidas contra los ministerios de Educación o, en algunos casos, contra las secretarías provinciales o estatales. (GENTILI et al., 2004, p. 1262-1263).

A Argentina, o Brasil e o México, respectivamente, são os países com maior número de dias de conflito. Quanto às reivindicações docentes na América Latina, 79% se desenvolveram por questões laborais, 28 % por demandas de políticas educacionais e 12% estiveram vinculadas às questões políticas sistêmicas, e 6% se referem às outras questões. (GENTILI et al., 2004).

No Brasil, como na América Latina, o registro de greves e atividade sindical são maiores no setor público do que no setor privado, como evidenciamos no gráfico 1. As reivindicações docentes, de modo geral, estão voltadas às questões relativas ao salário e à defesa da escola pública. Porém, as reivindicações por salário, devido à fixação do PSPN, podem se limitar à luta pela efetivação de um decreto governamental, correndo-se o risco de tornar o Piso salarial um teto. A característica legislada da carreira docente é contraditória, pois ao mesmo

tempo em que assegura o mínimo, condiciona a luta dos professores como vimos nos gráficos anteriores.

Na próxima seção, apresentamos algumas características do sindicalismo no magistério público municipal, mostrando que há uma relação entre o financiamento da educação nos municípios e a remuneração docente que pode, muitas vezes, ser um condicionante do sindicalismo nesse âmbito.

2.3 SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E A REMUNERAÇÃO DOCENTE

Como se sabe, o princípio da unicidade sindical, se referindo à estrutura sindical brasileira, estabelece a existência oficial de apenas um sindicato por base territorial e categoria profissional ou econômica, tendo como limite o município. Aparentemente, a unicidade sindical contribuiria para a não fragmentação do movimento sindical dos trabalhadores, contudo, isso pode não se refletir na prática.

Na realidade, percebemos que há uma infinidade de possibilidades de organização sindical, por exemplo, no caso dos trabalhadores da educação, podem existir sindicatos de funcionários, técnicos ou professores. Esses últimos, podem se dividir em docentes da esfera privada ou pública, no caso da última, podem se organizar, ainda, por ente federado – federal, estadual e municipal. No caso dos professores da esfera pública, podem se organizar em sindicatos de servidores públicos – com o conjunto de trabalhadores de um município, por exemplo, motoristas, médicos, advogados, etc. Trataremos, no próximo capítulo sobre as formas de organização dos professores das redes públicas municipais de ensino, mas, por agora, contextualizaremos algumas questões.

A partir da Constituição de 1988 e o Pacto Federativo por ela estabelecido⁷⁴, passa-se a defender a autonomia de cada ente federado – municípios, estados, Distrito Federal e União –, preservando o regime de colaboração entre eles. Aquém de julgar a efetividade (ou não) da autonomia e do regime de cooperação entre eles⁷⁵, buscamos mostrar que, devido à responsabilidade municipal pelas etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino

⁷⁴ Como observa Gouveia e Tavares (2012), o Brasil não só não nasce federativo, como tem características históricas contraditórias. De um lado, a tradição centralizadora da coroa e, de outro, a fragmentação e pulverização das unidades administrativas.

⁷⁵ Para tanto, sugerimos a leitura do texto *O magistério no contexto federativo: planos de carreira e regime de cooperação* de Gouveia e Tavares (2012), que problematiza a autonomia e cooperação dos entes federados no âmbito educacional.

Fundamental, a valorização dos professores dessas etapas está relacionada não só com a política nacional, mas com o contexto político e econômico dos municípios brasileiros.⁷⁶

Por isso, para compreender detalhadamente a realidade da valorização docente na esfera municipal e sua relação com a atuação sindical das entidades é necessário um amplo estudo – se não um conjunto de estudos –, sobre toda a complexidade das mais variadas realidades municipais brasileiras. Contudo, esse não é o nosso objetivo de pesquisa, pois não se trata de um estudo comparativo entre as entidades e nem uma pesquisa que busque relacionar a valorização dos professores nesses municípios com as diferentes organizações sindicais.

Para nós, basta esclarecer a influência do processo de municipalização do ensino na fragmentação do sindicalismo docente. Esse processo foi acentuado a partir da Constituição de 1988⁷⁷, mas desde a Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a transferência das matrículas da rede estadual para as redes municipais já vinha acontecendo (OLIVEIRA et. al., 1999). Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), é organizada a arrecadação e distribuição de recursos para o Ensino Fundamental, contribuindo para o processo de municipalização e expansão dessas vagas. Em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que estará em vigor até o ano de 2020⁷⁸.

É importante destacar que o FUNDEB é um dispositivo legal importante para o processo de valorização do magistério, estabelecendo patamares mínimos da arrecadação para pagamento de professores da Educação Básica. Neste caso, está previsto, no Art. 22, “pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”. (BRASIL, 2007).

No caso do PSPN, seu reajuste anual está vinculado diretamente com o cálculo do reajuste do Valor Anual por Aluno (VAA) do FUNDEB e, portanto, com o financiamento da educação em geral. Nesse sentido, os dispositivos legais da educação aparelham, em certa

⁷⁶ Segundo Gouveia e Tavares (2012, p.186), a determinação legal sobre o regime de colaboração implica que os entes federados, “[...] desenvolvam ações de colaboração e cooperação para o cumprimento do dever do Estado de garantir educação a todos, em igualdade de condições. [...] o regime de colaboração passa a ser uma condição fundamental da desigualdade de condições dos vários entes federados na oferta educacional”.

⁷⁷ Com a Constituição de 1988, há o reconhecimento dos municípios como entes federados, contribuindo para a coexistência de vários sistemas de ensino. (GOUVEIA; TAVARES, 2012).

⁷⁸ Depois de muitas lutas em defesa do fundo, o Congresso Nacional promulgou, em 26 de agosto de 2020, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que torna permanente o FUNDEB. A PEC também eleva gradualmente a participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.

medida, a própria condição de valorização docente e, conseqüentemente, de luta sindical. Organizar o movimento docente dentro das previsões legais do MEC e do FUNDEB, quando interessante para os trabalhadores da educação e romper com esses dispositivos quando necessário é, certamente, um grande desafio para o sindicalismo docente da Educação Básica.

Essas condições demonstram que o sindicalismo docente público é ainda mais aparelhado pela estrutura do Estado do que o sindicalismo “operário”, já que suas demandas e reivindicações são, em certa medida, reflexo da própria relação dos professores com o Estado. Nesse sentido, a atuação sindical dos professores acontece não só mediante Justiça do Trabalho e outros elementos da estrutura sindical, mas mediante MEC e a administração pública dos entes federados. Primeiramente, luta-se por um direito protetivo a nível nacional, como o PSPN, depois se luta pela aplicabilidade desse direito no âmbito local, no caso, o cumprimento da lei do piso nos diversos municípios brasileiros.

Gouveia e Ferraz (2013), ao discutirem justamente sobre a relação entre o sindicalismo docente e a política educacional, constataam, ao longo da história brasileira:

1) a coexistência entre ações corporativas e ações de disputa sobre os rumos da política educacional; 2) a coexistência entre associações de caráter trabalhista e entidades associativas sobre a temática educacional [...]; 3) a diversidade das entidades de representação, fruto tanto da descentralização do Sistema de Ensino quanto do período e das peculiaridades regionais em que foram fundadas. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 115-116).

De acordo com Gouveia e Ferraz (2013, p. 117), com o sindicalismo da década de 70 e 80 não ocorreu, necessariamente, uma substituição da pauta geral sobre política educacional, defendida pelas associações docentes, para a pauta corporativa defendida pela via sindical. Pode-se tomar, como exemplo, a participação que o sindicalismo docente teve na discussão da LDB e, conseqüentemente, todas as outras legislações que decorreram dela. Desse modo, fica claro que o sindicalismo docente caminha entre o âmbito das lutas políticas do Estado e suas demandas econômicas e salariais – essas últimas, também vinculadas à aprovação de uma política governamental.

A respeito do PSPN é importante esclarecer que a lei determinou duas normas para a valorização do magistério. Em primeiro lugar, o piso, “valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais” (BRASIL, 2008). A segunda norma diz respeito à jornada, a qual deve ser composta de, pelo menos, 1/3 de hora atividade.

Apesar de o PSPN ser uma lei no âmbito nacional, é nos contextos locais que ela se efetiva. Desde sua aprovação, em 2008, ela vem sendo alvo de discussão entre os gestores dos governos locais, sob o argumento da autonomia dos entes federados nas determinações dos vencimentos, jornadas e carreiras dos professores. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional o PSPN, após vários governos entrarem com recurso de inconstitucionalidade. Ficou ainda compreendido, pelo STF, que o Piso salarial do professor é o “vencimento inicial” e que, portanto, outros valores agregados que constituem a “remuneração” não poderiam ser incluídos no cálculo do mínimo.

De acordo com Sobzinski (2015, p. 190), “[...] dada a autonomia dos municípios, muitos adequaram suas leis conforme a prescrição federal, todavia, outros ainda continuam descumprindo com leis que são essenciais para o processo de valorização docente.” Revela-se, desse modo, que a questão da remuneração docente perpassa o âmbito da política nacional e municipal, mostrando-se como um desafio do sindicalismo docente fragmentado.

Nesse sentido, a questão da remuneração, apesar de possuir legislações nacionais, sempre esteve presente no movimento sindical, o que demarca que “[...] na prática, a carreira e a remuneração docente condignas não são efetivadas, haja vista as greves docentes dos últimos anos em todo o país em que são, reiteradamente, essas as principais reivindicações”. (ROCHA, 2017, p. 21).

Importante destacar que os municípios nem sempre aplicam o índice de reajuste de forma extensiva na tabela da carreira, justificando, dentre outras formas, que há limites no orçamento municipal. As questões relativas ao emprego, formação, condições de trabalho, contratação, remuneração e carreira – ou seja da valorização docente – dependem da política e financiamento de cada ente federado. Por esse lado, as políticas nacionais de valorização do magistério, como o PSPN, sempre foram alvo de contestação de governos locais. Por outro lado, o FUNDEB prevê, ainda, que os entes municipais que não alcançarem, com sua própria arrecadação, os valores mínimos nacionais podem solicitar um complemento à União. (BRASIL, 2007).⁷⁹

Contudo, entendemos que a contradição entre o direito salarial do professor e o orçamento do Estado só pode resolvida mediante a luta sindical, mas, infelizmente, há ainda direções sindicais que caminham no sentido oposto da resistência e disputa, naturalizando os limites orçamentários condicionando o movimento docente.

⁷⁹ Em 2019, o FNDE transferiu R\$ 3,1 bilhões aos entes federados.

Antes de apresentarmos dados sobre o vencimento docente, há algumas distinções a serem feitas a respeito dos termos “salário”, “renda”, “vencimento” e “remuneração”. Supiot (1995, p. 4), por exemplo, considera que “o salário exprime o valor de mercado do trabalho fornecido num dado momento. Juridicamente, o salário é a contrapartida sinalagmática da prestação de serviços. [...] No caso do regime de estatuto, a perspectiva é outra: passa-se do salário à remuneração, uma remuneração que representa a contrapartida do compromisso da pessoa com o serviço prestado ao público. [...] A remuneração, portanto, não é a contrapartida direta da soma das prestações de serviço, não tendo como indexador financeiro o valor de mercado dessa prestação”.

No entanto, se tomarmos a definição atribuída por Marx, salário nada mais é do que o preço de determinada força de trabalho e, mediante a troca, é que se torna possível a produção de mais-valor⁸⁰. Se levarmos em consideração que os trabalhadores do setor público não produzem mais-valor, logo, podemos deduzir que este não recebe salário, mas sim, renda ou remuneração/vencimento. Desta constatação, podemos, dentre outras coisas, justificar os valores que tais servidores recebem além do preço do mercado ou, então, a não determinação do mercado sobre esses vencimentos. Entretanto, apesar de compreender que a natureza do “salário” ou “renda” possa ser diferente entre um funcionário público e um operário, entendemos que, de modo geral, o assalariamento, ou seja, a conversão de força de trabalho humano em mercadoria é um princípio fundamental da organização social capitalista e, independe, em grande medida, das determinações jurídicas ou linguísticas já que é uma característica de classe social.

Porém, essas diferenças no vencimento do professor e no salário do operário podem nos ajudar a compreender as disputas no âmbito sindical e profissional de cada categoria. Por exemplo, no caso do professor da Educação Básica, o piso é reajustado anualmente, a partir de 2009, no mês de janeiro, não de acordo com a inflação, mas com base no crescimento do percentual de valor aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano – no âmbito do FUNDEB.

⁸⁰ A exploração da força de trabalho na sociedade capitalista se dá por meio da extração de mais valor, absoluto ou relativo. Sendo que, “a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação deste mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividido em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitam produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. (MARX, 2013, p. 578).

Vejamos, na tabela a seguir, a atualização do PSPN nos últimos dez anos, em comparação com o salário mínimo nominal e necessário (DIEESE):

Tabela 1 – Variação do Salário Mínimo Nominal, Salário Mínimo Necessário e Piso Salarial Profissional Nacional do professor – 40h (2009-2020)

ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL		SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO** R\$*	VALOR DO PSPN	
	R\$*	Índice de reajuste anual		R\$	Índice de reajuste anual (VAA)
2009	415,00	8,43%	2.077,15	950,00	-
2010	510,00	18,62%	1.987,26	1.024,67	7,86%
2011	540,00	5,55%	2.194,76	1.187,00	15,84%
2012	622,00	13,18%	2.398,82	1.451,00	22,22%
2013	678,00	8,25%	2.674,88	1.567,00	7,97%
2014	724,00	6,35%	2.748,22	1.697,00	8,32%
2015	788,00	8,12%	3.118,62	1.917,78	13,01%
2016	880,00	10,45%	3.795,24	2.135,64	11,36%
2017	937,00	6,08%	3.811,29	2.298,80	7,64%
2018	954,00	1,78%	3.752,65	2.455,35	6,81%
2019	998,00	3,56%	3.928,73	2.557,74	4,17%
2020	1.039,00	3,94%	4.347,61	2.886,24	12,84%

Fonte: FNDE/MEC e DIEESE.

Notas: Dados organizados pela autora.

*Dados do DIEESE, referência mês de janeiro.

** O Salário Mínimo Necessário é uma definição do DIEESE que tem por objetivo determinar a média salarial necessária, ideal, para a manutenção das condições de vida de um trabalhador comum.

Com base nesses dados, observamos que o PSPN teve, ao longo da última década, um índice de reajuste superior ao reajuste do valor do salário mínimo nominal e seu valor foi, em todos os anos, mais que o dobro do valor do salário mínimo. No entanto, se compararmos aos valores definidos pelo DIEESE como sendo o valor necessário de salário mínimo, ambos os valores – PSPN e salário mínimo, estão bem abaixo do ideal.

Importante sublinhar que o salário mínimo necessário – estabelecido pelo DIEESE – parte do pressuposto de igualdade mínima necessária para a manutenção das condições de vida, dignas para qualquer trabalhador, por sua vez, o salário por categoria parte do pressuposto meritocrático vinculado à formação, a qual está ligada ao desenvolvimento de uma carreira.

O PSPN estaria entre o mínimo necessário e o mínimo real, nesse sentido, lutar pela efetivação do PSPN é um passo importante para a melhoria da remuneração do professor. No entanto, como o índice de reajuste do PSPN está vinculado à Variação do Valor Anual do Aluno (VAA) do FUNDEB, estamos diante da necessária defesa do financiamento da educação. Nesse sentido, apontamos para a ameaça real da Emenda Constitucional nº. 95 de 2016 – sobre o congelamento dos gastos com saúde e educação. Podemos, a princípio, indicar que as lutas

sindicais, em prol de uma adequada remuneração do professor, se intensificarão nos próximos anos e travarão novos debates sobre o reajuste do vencimento.

Podemos dizer que essa característica de vinculação do sindicalismo docente às políticas educacionais não é exclusividade brasileira. No caso do Uruguai, por exemplo, segundo Lucas (2014), as relações entre sindicatos e governos giram em torno de três principais dimensões: conflito econômico-corporativo; conflito político-corporativo; e conflito político-ideológico. Tais dimensões abrangem os seguintes aspectos, respectivamente: laborais (salariais); demandas educacionais; e, políticas de descentralização do poder de organismos internacionais. (LUCAS, 2014). No Uruguai, “[...] a relação entre os governos e o ensino e os sindicatos esteve relacionada pela luta e enfrentamentos constantes dentro do marco de uma competência político/partidária e ideológica”. (LUCAS, 2014, p. 95).

Nesse sentido, parece que a luta sindical dos professores relaciona as pautas econômicas com as pautas da política. Mas, cabe sublinhar que, neste caso, não se trata de uma luta política no sentido da transformação radical da sociedade, enquanto consciência política de classe, pelo contrário, pode-se até estabelecer uma relação entre as lutas pelas políticas educacionais e os interesses dos governos e organizações internacionais⁸¹.

Souza, Ricarte e Martins (2015) consideram a incapacidade dos sindicatos corporativistas na construção de um programa político contra o capitalismo e os bancos internacionais, atribuindo isso aos interesses meramente “econômicos” dos trabalhadores e dos sindicatos. Contudo, falar em pauta “política” pode ser simples retórica, se não levarmos em consideração que é possível alinhar os interesses da burguesia e dos bancos à determinada política. Para exemplificar, os sindicatos podem defender a ampliação da educação superior, mas não se importar com o crescimento desse nível de ensino na esfera privada, mediante políticas públicas como Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Retornando à caracterização do sindicalismo municipal, podemos acrescentar as discussões de Ferreira (2004, 2006, 2007 e 2008), sobre gênero e sexualidade. Para a autora, há uma sub-representação feminina nos diversos espaços públicos e de disputa de poder, como também no sindicato. Para Ferreira (2004, p. 396), “numericamente, sabe-se que a presença

⁸¹ É preciso deixar isso bem claro, para não confundir a “luta política” com uma luta de patamar superior. Como vimos, anteriormente, a atuação propositiva da CUT, na década de 90, apresentava pautas políticas (como as câmaras setoriais) em detrimento das pautas econômicas (de reajustes salariais, por exemplo). Neste caso, as “pautas políticas” estavam alinhadas com os interesses econômicos dos empresários e do Estado. (BOITO JR., 1991).

feminina nas salas de aula é tanto maior quanto mais baixo o nível de ensino”⁸², contudo, os principais cargos da direção sindical ainda são, majoritariamente, masculinos. Para a autora, existe uma relação entre a menor tradição sindical no magistério e a feminização da Educação Básica, sobretudo, nos primeiros anos.

Segundo Ferreira (2008), o fenômeno da feminização da docência está ligado à ideia de que ensinar é uma atividade secundária em relação às atividades econômicas e sociais. A docência, também, foi concebida como uma extensão do trabalho doméstico e uma semiprofissão, justificando o pagamento inferior em relação a outros trabalhadores.

No que se refere ao sindicato, Ferreira (2008, p. 19-20) acrescenta que:

[...] há dúvidas sobre a existência de reflexão, nos sindicatos docentes, no que tange às representações da docência como trabalho feminino. Se concordarmos que os sindicatos são exemplos de organizações criadas a partir da categoria classe social, entenderemos por que eles apresentam dificuldade de trabalhar com outras categorias de análise. O que está na base dessa compreensão é a ideia de que o sujeito de classe é universal, portanto, deveria dar conta da totalidade das problematizações e reivindicações levadas a efeito pelos sindicatos, evitando reconhecer que esse sujeito expressa interesses de grupo.

Ferreira (2008) estabelece uma crítica à perspectiva que discute os sindicatos do ponto de vista da classe social, segundo ela, essa impede que os sindicatos atuem sobre outros aspectos e categorias analíticas, como gênero, sexualidade, raça. Segundo a autora, “na medida em que o sujeito da classe social é considerado sujeito universal, não se torna perceptível que esse é preponderantemente masculino, não sobra espaço para a reflexão sobre particularidades”. (FERREIRA, 2008, p. 23).

Entretanto, em primeiro lugar, a relação entre sindicato e classe social trabalhadora não é uma criação teórica do marxismo, é uma relação histórica. A existência dos sindicatos pressupõe a existência de uma classe social de trabalhadores assalariados, ou seja, de um conjunto de trabalhadores que têm em comum a necessidade de vender sua mercadoria força de trabalho. Em segundo lugar, a universalidade do conceito de classe social não é, em Marx, uma abstração idealista, ela é permeada de contradições e particularidades, assim como é composta por sujeitos repletos de singularidades. Na reflexão do sindicalismo docente é, na nossa perspectiva, fundamental estabelecer a importância da categoria classe social e, portanto, da

⁸² Para Ferreira (2004), há uma relação entre a feminização do magistério e a baixa remuneração, pois quanto maior o nível de ensino, maior os salários e maior é a presença masculina.

luta de classes. Porém, isso não significa deixar de olhar para as particularidades, mas atribuir a cada uma delas um peso histórico concernente.⁸³

Nesse sentido, a feminização do magistério pode contribuir para explicar algumas características do sindicalismo e da carreira docente, mas não podem explicar completamente ou, se tomada isoladamente, é uma explicação parcial de um fenômeno que só pode ser compreendido na totalidade da luta de classes da sociedade capitalista.

Do mesmo modo, a explicação da política educacional, de financiamento da educação e de valorização docente, pode nos dar muitos indícios sobre a particularidade do sindicalismo docente, mas, na nossa perspectiva teórico-metodológica, esse viés não é suficiente para explicar todos os determinantes do movimento sindical dos professores.

Dando continuidade à exposição do nosso objeto, no próximo capítulo, procuremos apresentar mais elementos empíricos, sobretudo do nosso recorte de pesquisa, e problematizar o sindicalismo docente do ponto de vista de suas contradições e especificidades organizativas, ideológicas e reivindicativas.

⁸³ O próprio sindicalismo docente é uma particularidade do sindicalismo da classe trabalhadora em geral. E, ao discuti-lo, não podemos colocá-lo como centralidade no processo histórico, pelo contrário, no nosso entendimento o sindicalismo operário é muito mais determinante para um processo de transformação social radical do que o sindicalismo docente.

CAPÍTULO 3

SINDICALISMO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL: AS ESPECIFICIDADES IDEOLÓGICAS, ORGANIZATIVAS E REIVINDICATIVAS DA CATEGORIA DOCENTE

O objetivo deste capítulo é tratar das especificidades do sindicalismo docente no magistério público municipal, trazendo os dados identificados ao longo da pesquisa empírica e os analisando do ponto de vista das contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas. Nesse sentido, retomaremos alguns aspectos já apresentados no capítulo anterior, com o objetivo de aprofundar nossas análises sobre o movimento sindical da categoria docente.

A categoria dos professores possui inúmeras especificidades em relação às outras categorias de trabalhadores, começando pela natureza de sua atividade, no sentido ontológico, até as funções mais diversas que, historicamente, caracterizaram a profissão.

No campo do marxismo, nenhum outro intelectual desenvolveu melhor os estudos acerca da ontologia do ser social e sua relação com o trabalho do que Lukács. Subsidiando, desse modo, reflexões sobre as práxis sociais que caracterizam o complexo do ser social, dentre elas, a educação. Na obra, “*Para uma Ontologia do Ser Social II*”, Lukács desenvolve, entre outras questões, a noção de trabalho apresentada por Marx em *O Capital*, como relação entre homem e natureza para a produção dos seus meios de subsistência e reprodução⁸⁴.

Lukács (2013) caracteriza o trabalho, abstraindo dele qualquer forma histórica, a partir de alguns momentos fundamentais que permeiam a mediação entre homem e natureza na produção material, tais como a teleologia (prévia ideação), a exteriorização, a objetivação e a generalização. Desse modo, o trabalho é o modelo para outras práxis sociais mais desenvolvidas – como a educação, a ciência, entre outras. Contudo, o trabalho se distingue das formas mais desenvolvidas da práxis social.

Para o autor,

⁸⁴ Para não sermos repetitivos recordamos a passagem em que Marx define o que é trabalho no sentido mais genérico: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem” (MARX, 2013, p. 255).

Nesse sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se, em primeiro plano, a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. (LUKÁCS, 2013, p. 30).

Desse modo, a educação é uma mediação entre os homens e está relacionada, em última instância, com a produção de valores de uso realizada pela atividade do trabalho, embora ela mesma não tem como objeto a natureza, mas os conhecimentos e habilidades que emergem da vida produtiva em sociedade.⁸⁵ A atividade docente se realiza, pois, mediante a transmissão desses conhecimentos (teóricos e práticos) adquiridos pelo homem ao longo da história.⁸⁶

Na sociedade capitalista, a atividade educativa desempenhada pelos professores pode ser compreendida como um tipo de trabalho assalariado, ou seja, uma atividade desempenhada por trabalhadores que vendem sua força de trabalho – seu tempo de vida – às empresas ou instituições públicas de ensino. Daí, também, podemos destacar algumas particularidades.

No caso do trabalhador assalariado, Marx (2013) diferencia o produtivo do improdutivo, em outras palavras, aquele que produz mais-valia para o empresário daquele que não a produz. Nesse caso, o professor produtivo para o capital é aquele que trabalha para o setor privado, enquanto o improdutivo é aquele que trabalha nas instituições públicas. Neste caso, a categoria docente ainda se diferencia quanto aos vencimentos, carreiras, formas de contrato, condições de trabalho, exigências de formação, jornada de trabalho etc. Expressando, desse modo, características específicas quanto à sua consciência e a forma de organização sindical e suas reivindicações.

Nas seções seguintes, dedicarmo-nos a apresentar os dados empíricos e a análise, com base na contribuição da produção acadêmica. Mas, antes de adentrarmos nas seções especificamente, é necessário fazer algumas considerações acerca do percurso de coleta e análise de dados.

Como explicitado na introdução desta tese, o objetivo que nos acompanhou ao longo da pesquisa buscou identificar as principais contradições do movimento sindical docente no magistério público municipal. Para tanto, nos esforçamos em lançar mão de diferentes fontes e

⁸⁵ Acerca dessas discussões, sugerimos a leitura dos textos *Mundo dos homens: trabalho e Ser Social*, de Lessa (2012), *O trabalho como fundamento do Ser Social e a educação como práxis social*, de Masson (2016), e *O trabalho e a formação humana à luz da Ontologia do Ser Social*, de Vaz e Masson (2019).

⁸⁶ Darcoletto (2016, p. 87) ressalta que “o processo educativo, por sua vez, está intimamente ligado à linguagem, enquanto mediação que também surge no e para o desenvolvimento da atividade do trabalho. [...] a educação serve-se da linguagem como uma mediação imprescindível para o ato de transmissão de parte das conquistas historicamente acumuladas pelos homens”.

instrumentos para a coleta de dados. Além dos dados estatísticos, sobretudo aqueles fornecidos pelo DIEESE, que foram apresentados e analisados no capítulo anterior, recorreremos aos dados referentes ao recorte de pesquisa adotado.

Desse modo, buscamos coletar informações das três entidades sindicais: o Sindicato do Magistério Municipal de União da Vitória e Região (SMMUV); o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) – Direção Municipal de Prudentópolis-PR; e, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati-PR (SISMI). Essas fontes foram de natureza documental, tais como os estatutos e regimentos das três entidades e também informações obtidas com a utilização de questionários e entrevistas.

As três entidades sindicais foram bem prestativas e solícitas à participação na pesquisa, demonstrando interesse em disponibilizar os estatutos e conceder as entrevistas. No que se refere às entrevistas, procuramos elaborar roteiros com questões que fossem comuns às entidades, mas que, também, abordassem as particularidades de cada uma, visto que as três se diferenciam organizativamente. As entrevistas foram realizadas no último quadrimestre de 2019 e transcritas na sequência.

Quanto aos questionários (APÊNDICE D), elaboramos, por meio do *formulário online* do *Google Forms*, questões acerca de diferentes aspectos da relação entre os professores e os sindicatos. Como o questionário pode ser respondido de forma on-line, solicitamos o auxílio das entidades sindicais para a divulgação do link do mesmo entre os professores de sua base filiada. Contudo, não tivemos muito retorno, apenas nove professores responderam na ocasião (início de 2019). Mediante isso, no decorrer de 2019, encontramos outros caminhos que permitiram a divulgação do questionário entre os professores das redes públicas municipais, onde se localiza a sede das três entidades.

Sendo assim, entramos em contato com as secretarias municipais de educação e solicitamos auxílio na divulgação. Prontamente atendidos, indicaram-nos os endereços de e-mails das escolas e diretores municipais, para que estes pudessem encaminhar o questionário aos docentes. Desse modo, o questionário foi encaminhado para 38 escolas de União da Vitória-PR, 28 escolas de Irati-PR e para cerca de 300 endereços de e-mails de professores das escolas de Prudentópolis-PR. Com isso, conseguimos obter mais respostas, no entanto, o número ainda foi relativamente pequeno, pois apenas 29 professores responderam o questionário – desses 15 (52%) são da rede pública municipal de Prudentópolis-PR (Sindicato Estadual), 3 (10%) de Irati-PR (Sindicato de Servidores) e 11 (38%) de União da Vitória-PR (Sindicato Próprio). As

respostas dos professores estão destacadas em *itálico* no texto e os mesmos são identificados como P1, P2, P3, etc.

Nesse sentido, ressaltamos que encontramos algumas dificuldades no percurso de coleta de dados, sobretudo relacionadas à adesão dos professores aos questionários, evidenciando que há pouco interesse dos docentes pela temática sindical. Além disso, destacamos a dificuldade oriunda do problema de pesquisa, visto que a identificação das contradições na particularidade do sindicalismo docente pode demandar um universo de dados muito grande.

Esse universo foi devidamente delimitado na medida em que fomos organizando, sistematizando e analisando os dados. Esse processo de sistematização e análise nos levou à categorização das particularidades do sindicalismo docente que consideramos mais determinantes: consciência sindical, formas organizativas e conteúdo das reivindicações. Com isso, pudemos identificar com maior clareza as contradições do ponto de vista desses três aspectos.

Dessa maneira, no momento de expor esses resultados, priorizamos a análise dos dados relativos à organização, à consciência e à reivindicação, e isso implicou que dados obtidos a respeito de outras questões do sindicalismo fossem deixados em segundo plano. Em sentido inverso, muitas outras questões que surgiram, a respeito dessas três categorias, não puderam ser exploradas, já que havíamos concluído a etapa de coleta de dados – refletindo as lacunas dessa pesquisa e, conseqüentemente, abrindo possibilidades para novas investigações.

Quanto às entrevistas, foram realizadas no final do segundo semestre de 2019, com os dirigentes sindicais das três entidades. No caso do SISMI⁸⁷ e do SMMUV⁸⁸, os entrevistados foram os presidentes do sindicato e, no caso da APP/DM⁸⁹, a entrevistada foi com a secretária de assuntos municipais da APP-sindicato, já que a Direção Sindical Municipal de Prudentópolis-PR estava ainda em formação. As respostas estão destacadas em *itálico* no texto e vem acompanhadas pela sigla DS (Dirigente Sindical) e a sigla da respectiva entidade (SISMI, SMMUV ou APP).

Por fim, o desenvolvimento desse processo de análise de dados nos mostrou, entre outras coisas, que é o próprio processo de pesquisa e de apropriação do objeto que nos dá as categorias

⁸⁷ O presidente dessa entidade tem formação em Ciências Contábeis e estava há um ano e meio como presidente na ocasião da entrevista (2019). Mas já possuía vínculo de vice-presidente desde 2013. Conta que está há mais ou menos 9 anos atuando na direção sindical.

⁸⁸ O presidente dessa entidade tem formação em Educação Física (licenciatura) e estava há 6 anos atuando como presidente do sindicato, desde 2013. Porém, relata ter mais de 15 anos de experiência sindical.

⁸⁹ A secretária de assuntos municipais da APP-sindicato é formada em Matemática e atua diretamente no sindicato desde 2002, portanto, há 17 anos.

de análise, confirmando os pressupostos teórico-metodológicos por nós adotados. Essas categorias, que emergem do contato do pesquisador com o objeto de estudo, ressignificaram nosso problema de pesquisa, como demonstrado na introdução desta tese, na medida em que passaram pelo crivo da teoria, como veremos nas seções seguintes.

3.1 A MATERIALIDADE DA CONSCIÊNCIA SINDICAL DA CATEGORIA DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

A materialidade da consciência da classe trabalhadora é composta por um conjunto de ideias e valores que orientam, por sua vez, a sua conduta sindical. Desse modo, estamos falando de ideologia ou ideologias que estão presentes no interior da categoria docente acerca do tema sindicalismo.

Ao tratar do tema ideologia, Vaisman (2010) considera que há duas tendências distintas no campo do marxismo, sendo que, a primeira, considera a ideologia como superestrutura ideal e, a segunda, a concebe como sinônimo de falsa consciência. Em contrapartida, em Lukács, baseado em Marx, existem dois sentidos de ideologia, um amplo e outro restrito. No sentido amplo ela se caracteriza como “[...] um conjunto de regras de conduta, reconhecido por todos e que regulava o comportamento grupal. Esse conjunto de normas estaria baseado numa determinada generalização social do comportamento humano”. (VAISMAN, 2010, p. 50). Por sua vez, no sentido restrito, a ideologia é um instrumento de conscientização e de luta social.

Na perspectiva de Lukács (2013), a compreensão do que é ideologia exige um esforço no sentido de pensar a função social que ela exerce, podendo ser entendida: na sua acepção ampla, como um conjunto de condutas e convenções típicas da relação do indivíduo com a sociedade; no seu sentido puro, como a arte a filosofia autênticas, destinadas a cultivar a forma social do ser; e no seu sentido restrito, enquanto política e direito, no qual ela “[...] é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Nesse sentido, o autor explica que

a ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 520).

Nessa perspectiva, a ideologia está presente no movimento sindical também, como forma de orientação para ação, ou seja, atuando politicamente acerca das questões econômicas e sindicais. Entendemos, portanto, que a ideologia não se restringe a sua dimensão negativa, como falsa consciência, pois, é um instrumento fundamental para consciência dos homens. Podemos dizer que na sociedade capitalista, baseada em duas principais classes sociais, há duas grandes ideologias, aquela que fundamenta e orienta as ações do capital e aquela que fundamenta e orienta as ações da classe trabalhadora. Contudo, a materialidade da consciência dos homens é complexa, pois as diferentes ideologias se misturam, constituindo o conjunto de ideias que estão presentes no interior da classe e suas diferentes categorias.

Nesse sentido, falar de uma consciência de classe parece pressupor certa homogeneidade de valores, ideias, perspectivas, já que uma classe social estaria voltada à defesa de seus reais interesses em comum. Contudo, não estamos falando de uma consciência de classe, politicamente organizada, mas das diferentes consciências que emergem no interior de uma classe social. Sendo assim, teria a categoria docente uma consciência particularmente própria que a diferencie das demais categorias de trabalhadores?

Não é nosso objetivo discorrer sobre as inúmeras concepções, valores e ideias que se fazem presentes entre os professores, mas mostrar as concepções, valores e ideias que esses professores manifestam acerca dos sindicatos. A esse respeito, questionadas acerca do que entendem por sindicato e seu papel na sociedade, as professoras do magistério público municipal manifestaram vários elementos que, de modo geral, já estão relacionados à noção do papel dos sindicatos na sociedade.

A noção de luta e defesa por direitos foi bastante empregada pelas professoras, na medida em que afirmaram que o sindicato *“deve lutar pelos direitos dos servidores”* (P1), *“lutar e batalhar pelos direitos respeitando os deveres”* (P3), *“[...] agir em defesa dos direitos e deveres do funcionário público e auxiliá-lo nos momentos de necessidade”* (P6), *“lutar pelos direitos da classe”* (P7), *“defender o trabalhador”* (P8), *“luta pelos direitos e igualdade”* (P15), entre outras afirmações.

Pode-se observar que, de modo geral, as professoras relacionam o sindicato com a ideia de defesa dos direitos. Além disso, algumas professoras manifestaram outras definições ligadas à *“união”* (P4) e *“representatividade”* (P11), ainda como *“uma entidade de apoio”* (P5) ou *“uma entidade que visa organizar e defender a classe”* (P10).

Dentre as respostas mais elaboradas e críticas acerca do sindicato, destacamos:

Seu papel é cuidar da educação pública de qualidade. Sem defender nenhum partido” (P13);
[...] o sindicato como uma associação de trabalhadores assalariados que tem por objetivo manter ou melhorar as suas condições de vida e de trabalho (P14);
[...] uma associação de pessoas que defendem os interesses econômicos e profissionais de cada um (P16);
[...] um órgão sério que nunca deve se vender ou negociar as decisões da categoria (P22);
Representação da categoria frente às demandas sociais e políticas para contemplação dos direitos adquiridos e no diálogo para melhorias e fortalecimento da classe (P25).

As definições citadas pelas professoras, de modo geral, expressaram uma idealização positiva acerca do papel dessas instituições na sociedade. Desse modo, a noção do sindicato como luta e defesa de direitos, apoio, representatividade e organização da categoria, parece ser um consenso ideológico presente na categoria.

Por sua vez, as concepções mais elaboradas demonstram um entendimento maior por parte das professoras quando falam em educação pública, trabalhadores assalariados, interesses econômicos, decisões da categoria, demandas sociais e políticas e fortalecimento da classe. Mediante essas respostas, podemos evidenciar que há no meio docente a presença de uma noção de classe trabalhadora em detrimento à noção de “funcionalismo público”. O que indica que não há necessariamente um distanciamento maior na identificação do professor como “trabalhador da educação”, assim como foi indicado por Rosso, Cruz e Rêses (2011).

Paradoxalmente, as definições positivas sobre o sindicato são contrapostas por algumas professoras quando questionadas sobre a motivação que os levou à filiação (ou desfiliação). No caso da desfiliação, algumas professoras relataram que “[...] não vi resultados e me desfiliei” (P1) ou, ainda, a “decepção, em saber que hoje não temos uma representatividade forte para lutar pelos direitos” (P22). Esses mesmos professores apontaram que os sindicatos devem lutar pelos direitos dos servidores e não se vender frente às decisões da categoria.

Nesse sentido, identificamos que há, contraditoriamente, uma concepção hegemonicamente positiva sobre o papel do sindicato na sociedade, mas que nem sempre corresponde com a realidade. Uma das professoras relata que “[...] a última assembleia que participei foi muito decepcionante, a secretaria de educação apareceu lá, e foi ela que determinou acabar com a greve, depois disso não vejo razão para participar de assembleia, pensei até em me desfiliar”. (P7).

Se por um lado, há um contingente de filiados que demonstra insatisfação com a atuação dos sindicatos, por outro lado, os Dirigentes Sindicais (DS) também demonstram insatisfação quanto à participação dos professores nas atividades desenvolvidas pelas entidades, revelando

que um dos principais empecilhos do movimento sindical é a ausência de uma consciência e que, na maioria das vezes, se restringe a defender seus próprios interesses:

Eles buscam para saber questões gerais, mas é o mínimo. No geral, é por conta do seu problema, mesmo numa assembleia, as pessoas estão lá no meio da assembleia, de repente elas levantam a mão e elas vão querer saber o caso delas. Isso acontece muito. Mas é questão de consciência de classe, enquanto a gente não tiver isso, talvez eu nem veja isso acontecer, para a falar verdade para você. (DS, APP, 2019).

Nesse sentido, parece que a construção de uma consciência de classe está longe de ser realizada, quando não há nem uma consciência sindical, ou seja, voltada aos interesses coletivos da categoria, refletindo no enfraquecimento dos sindicatos enquanto organizações coletivas. A esse respeito, o presidente do SISMI acrescenta que os filiados “*só dão valor quando eles precisam do sindicato [...] Quando veem alguma coisa particular deles lá, daí vem atrás do sindicato, mas caso contrário não dão valor*”. (DS, SISMI, 2019).

É importante lembrar que, no caso dos professores, a experiência sindical é recente, tanto no âmbito nacional como nos municípios investigados. A concepção de sindicato é, ainda, muito assistencialista, mesmo entre os dirigentes sindicais, como é o caso da direção do SISMI. Questionadas sobre o papel do sindicato na sociedade, entendem que “[...], em si, é a união de força dos trabalhadores” (DS, SISMI, 2019) e, na sequência, contraditoriamente afirmam:

A função dos sindicatos é fazer uma ponte entre funcionários e administração pública, no caso o prefeito municipal. E, também, procurar desenvolver ações que venham em benefício dos sindicalizados. [...] No geral, os serviços mais prestados são assistenciais. Ajuda, se precisar de um advogado, tem advogado. Se precisar de médico, é encaminhado. Hoje o nosso sindicato tem essa função, seria mais assistência ao sindicalizado. (DS, SISMI, 2019).

Desse modo, entendemos que há, no meio sindical docente, uma concepção ideal de sindicato que se aproxima da perspectiva da “união”, da “luta”, do “coletivo” e dos “direitos” – talvez relacionada ao grau de instrução da categoria. Mas, essa concepção se dissolve na prática, na medida em que, além de os filiados procurarem os sindicatos apenas para atender suas demandas individuais, a própria entidade valoriza seu caráter assistencial e de prestação de serviço.

A esse respeito, a secretária de assuntos municipais da APP-sindicato, relata na entrevista que, no município de Prudentópolis, é muito forte a visão assistencialista que os filiados têm de sindicato:

Então assim, o que que acontece em Prudentópolis, a nossa luta ela é pela valorização na questão do trabalho. Nós temos as colônias de férias, mas isso é secundário. Se um dia for preciso vender uma colônia para fazer a luta de classe e a luta em prol da categoria, a gente vai fazer isso, sem nenhum peso na consciência. Só que nós não temos [...] essa coisa de correr atrás de convênio daqui e convênio dali, é importante, a categoria acha importante. Mas a gente não consegue nem ter tempo, com tantos embates que tem. [...]E aí o que aconteceu em Prudentópolis, o sindicato municipal lá, ele é neste formato e aí ele foi lá e fez muitos convênios, inclusive têm pessoas da nossa direção que acabaram se filiando também ao outro sindicato para poder ter esses benefícios. (DS, APP, 2019).

Evidencia-se, desse modo, que o movimento sindical nos municípios é permeado por ideologias como a de que o sindicato é uma instituição externa aos filiados, uma ponte entre administração pública e servidores e, ainda, prestador de serviços. Pode-se afirmar que as dificuldades da formação de uma consciência sindical estão relacionadas às características da grande maioria dos municípios brasileiros – pequenos municípios com uma política local ainda coronelista ou clientelista.

Rodriguez e Fernandes (2013) analisam o movimento sindical dos professores da educação básica no estado do Mato Grosso do Sul, no qual o sindicato representa todos os professores independentemente da rede de ensino em que o professor atua – estadual ou municipal. A partir de sua pesquisa, os autores apontam que há uma diferença entre essas redes de ensino, no modo de conduzir a luta sindical dos professores:

[...] enquanto na rede estadual de ensino as lutas e mobilizações desses trabalhadores ganham contornos sindicais, na rede municipal o tom é outro: permanece uma cultura colaboracionista entre os trabalhadores em educação e o poder municipal, o que remete e reforça o caráter associativista [...]. (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013, p. 144).⁹⁰

Nesse sentido, um dos grandes obstáculos para a formação sindical dos professores é o aparelhamento dos sindicatos pelos governos locais e a proximidade da direção com os gestores municipais. Os municípios brasileiros, dada à sua formação histórica, possuem formas de políticas arcaicas, como o coronelismo e o clientelismo que determinam, em certa medida, as relações pessoais no interior da estrutura municipal.

O coronelismo se define, de modo geral, pela relação de fidelidade pessoal do eleitor com o governante político – “o coronel”. Nessa relação, o voto não é necessariamente trocado por uma mercadoria, mas é visto como uma obrigação moral entre as partes. (LEAL, 1986). O clientelismo, por sua vez, caracteriza-se pelo “voto mercadoria” ou “barganha”, ou seja, o eleitor troca seu voto por um favor, um cargo ou outra coisa qualquer. (FARIAS, 2000).

⁹⁰ Com base na pesquisa sobre o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul.

Desse modo, enquanto o coronelismo nos remete diretamente à estrutura agrária, o clientelismo é o elemento “moderno” das cidades e do comércio capitalista. De certo modo, os resquícios dessas duas práticas, onde uma mais arcaica e outra mais “moderna” convivem na atualidade.

Faria (2000) exemplifica que o emprego estatal pode ser utilizado como barganha de voto, sobretudo nos escalões superiores do governo. Se possível estabelecer um paralelo, podemos acrescentar que há muitos cargos da gestão escolar que ainda são indicação do governo local e, por vezes, exerce um tipo de coerção política. Desse modo, pode ocorrer de sindicatos de servidores públicos servirem como aparelho de controle do funcionalismo público, muitas vezes, vigiando de perto o comportamento sindical de gestores escolares, professores e funcionários.

Essa relação política pode não ser tão explícita, mas implicitamente pode gerar um sentimento de lealdade ao emprego público ou medo de o perder, o qual contribui para a não mobilização sindical dos professores da educação básica municipal. Desse modo, a formação sindical é um grande desafio dos sindicatos de professores do magistério municipal.

Entrevistados sobre a questão da formação sindical, um dos dirigentes menciona que somente por meio da mudança da consciência entre os professores, através de cursos de formação, esse interesse poderia ser despertado. Entretanto, quando o sindicato oferece cursos de formação, os filiados não demonstram interesse:

Nós já tentamos e já fizemos. [...] Eles fizeram de gênero, de política sindical, mas assim, é muito difícil sabe. O de gênero a gente teve uns 200 cursistas, porque era na época da () que era secretária e ela é professora também, de certa forma, foi militante também. Então ajudou para esse processo, então a gente fez uma parceria – parceria é meio ruim de falar – mas era uma parceria, entre a secretária e a gente. [...] então a gente teve muitos cursistas lá. Mesmo assim, se você for ver, em Prudentópolis, ainda tem muito assédio e tem muita mulher apanhando e, muitas delas, infelizmente, são professoras mesmo com o curso. E aí assim, se de gênero ainda existe isso, por conta do conservadorismo, na questão política é muito pior. É muito difícil na questão da consciência. Agora, como estava o debate da reforma da previdência, eu fui em uma escola em que só uma pessoa era sindicalizada. Eles ficavam com cara de parede para você. “Não é comigo” e meio que duvidando daquilo que você estava dizendo, entendeu? (DS, APP, 2019).*

Percebemos, pela resposta da secretária, que o conservadorismo presente nos pequenos municípios, como Prudentópolis-PR, é um empecilho para a adesão dos professores aos cursos de formação sindical, sobretudo aqueles ligados à política. Questionada sobre a diferença entre a consciência dos professores da rede municipal e os da rede estadual, a secretária de assuntos municipais da APP responde que:

Eu acho que as duas redes têm problemas, mas uma falha nossa também, é que o material chega muito mais rápido na rede estadual do que na rede municipal. E o nosso material – é uma crítica que eu faço internamente –, ele é voltado mais as questões estaduais, então é uma falha nossa que nós precisamos corrigir com o tempo, inclusive. E aí esses professores lá da rede municipal acabam não sabendo o que acontece. (DS, APP, 2019).

Nesse caso, a APP possui uma atuação sindical nas redes municipais e estadual de ensino, contudo, surge como sindicato estadual e vem, nos últimos anos, firmando representatividade entre os professores do magistério público municipal do Paraná – acerca disso trataremos mais especificamente na próxima seção. Entretanto, destacamos na fala o fato de que, pela experiência sindical da dirigente, ambas as categorias de professores (estadual e municipal) possuem problemas que se intensificam com a dificuldade de divulgação de conteúdo.

Em suma, poderíamos afirmar que o problema da consciência sindical no meio docente é uma particularidade dessa categoria de trabalhadores? Poderíamos relacionar essa ideologia individualista e assistencialista à noção de sindicalismo de “classe média”? E, ainda, essa ausência de consciência sindical seria um elemento determinante na constituição de uma consciência de classe articulada com o movimento operário?

Em primeiro lugar, o sindicalismo docente possui especificidades em relação ao sindicalismo de outro segmento da classe trabalhadora, seja dos operários, do setor de serviços etc. Entendemos que a própria categoria dos professores é, em si mesma, heterogênea, já que nela encontramos professores do setor público e do setor privado, com cargas horárias diferenciadas, formas diversas de contratação, condições de trabalho etc.

A bibliografa, nos últimos anos, tem apontado para a crescente heterogeneidade da classe trabalhadora e o aumento, sobretudo, do setor de serviços em detrimento do setor industrial. Para Antunes (1995, 1999, 2012), que tem se dedicado aos estudos morfológicos⁹¹ do trabalho, a classe trabalhadora tem se reconfigurado pós-reestruturação produtiva. Sendo que, “a classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada”. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 335). No seu recente livro, Antunes (2018) se dedica ao “novo proletariado” da era digital do setor de serviços, compreendendo que essas mudanças determinam também a atividade sindical.⁹²

⁹¹ Estudo da forma, da configuração, da aparência externa do objeto.

⁹² No que tange à atividade sindical, os dados do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), do DIEESE, mostram que há, nos últimos anos, um crescimento da atividade sindical nos setores públicos em detrimento dos setores privados. No *Balanço de Greves de 2017*, foram registradas 1.566 greves, das quais, 814 registros (52%) pertencem ao setor público e 746 registros de greve (47,6%) ao setor privado (DIEESE, 2018). Em relação às horas paralisadas, 64,7% corresponde às greves da Esfera Pública e 35,2% da Esfera Privada. O balanço também

Nesse sentido, recordamos Boito Jr. (1999) quando diz que a classe trabalhadora assalariada sempre foi heterogênea. Por isso, acreditamos, assim como o autor, que “o operariado homogêneo é um mito produzido pela observação superficial”, que busca justificar os fracassos do movimento sindical, pois “a classe operária sempre foi fragmentada pelo grau de qualificação, pelo nível salarial, pelas condições de trabalho e poder econômico das empresas em que trabalham os diferentes setores da classe operária, pelo acesso diferenciado a direitos e garantia sociais [...]”. (BOITO JR., 1999, p. 202-203).

Nesse sentido, entendemos que, de fato, a classe trabalhadora no século XXI possui características novas e inexistentes nos séculos anteriores. As terceirizações, o crescimento do setor de serviços e digital, o aumento do emprego feminino, etc. Nesse sentido, compreendemos que constatar a diversidade no âmbito da realidade empírica não é algo tão novo, já que a particularidade da realidade é mesmo diversa. Marx sempre demonstrou conhecer a heterogeneidade da classe trabalhadora. Contudo, é preciso estabelecer em que medida a heterogeneidade, a diversidade, a pluralidade de características e a especificidade do sindicalismo docente, sobretudo no seu aspecto ideológico, impacta na sua relação com uma perspectiva de classe social trabalhadora.

A respeito disso, Rosso e Lúcio (2004) destacam que há quase meio século de separação da consolidação do movimento sindical operário e do movimento sindical docente, no Brasil, visto que a organização operária se formou entre os anos de 1890 e 1930 e a organização sindical docente se constituiu efetivamente entre 1945 e 1975.

Para Rêses (2008), com base nas diferenças dos professores e outros trabalhadores, a aproximação, feita pelos marxistas, do sindicalismo docente ao sindicalismo operário é uma arbitrariedade, já que as bases de formação de um são diferentes do outro. No entendimento do autor, a própria “missão profética” da classe operária, referindo-se à tarefa revolucionária, foi descolada para os movimentos sociais. Para ele, há uma contraposição entre os professores e os operários e essa contraposição resulta em organizações (sindicais) com naturezas diferentes. (RÊSES, 2008, p. 82).

Para nós, não se trata nem de reduzir o sindicalismo docente ao sindicalismo operário, de modo mecânico e arbitrário, nem de defender uma completa independência da categoria dos professores, mas de defender a noção de classe social e problematizar a formação de uma consciência de classe.

diferencia a esfera pública em funcionalismo público e trabalhadores de empresas estatais, sendo que das 814 greves, em 2017, na esfera pública, 728 foram greves do funcionalismo público.

Contudo, para explicar a posição de certas categorias de trabalhadores no conjunto da classe trabalhadora, sobretudo aquelas categorias que possuem uma condição econômica um pouco melhor, algumas vertentes utilizam o conceito de “nova pequena burguesia”⁹³ ou “classe média”⁹⁴. Há, também, a utilização do termo “aristocracia operária”, que se refere aos trabalhadores com qualificação que, de algum modo, se beneficiam do avanço do capitalismo. Esses trabalhadores são, em geral, os defensores da estratégia reformista da social-democracia e possuem uma tradição sindical maior em relação aos outros trabalhadores.⁹⁵

A chamada “classe média” é composta por trabalhadores que possuem alguns “privilégios”, como os funcionários públicos, engenheiros, médicos, advogados etc. Mas, sobretudo, o que distingue esses trabalhadores de outros é a visão meritocrática que possuem, pois, para ela, “[...] as diferenças sociais e econômicas existentes na sociedade capitalista são como uma hierarquia baseada nos dons e nos méritos individuais” (BOITO JR., 2004, p. 218). Segundo o autor, a meritocracia própria da classe média, é fundamental para explicarmos a sua atividade sindical.

Segundo o autor,

O meritocratismo é funcional para os interesses dos trabalhadores de classe média, mas disfuncional para os interesses do operariado. O trabalhador de classe média tira proveito da ideologia meritocrática e tem interesse em professá-la e difundi-la. Já o operário que estiver sob o impacto do meritocratismo, reconhecendo, portanto, a suposta superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, será levado a resignar-se frente a uma hierarquia social e econômica que o prejudica. (BOITO JR., 2004, p. 220).

Nesse sentido, para a atividade sindical dos trabalhadores de “classe média”, o argumento da meritocracia é pertinente, já que justifica a necessidade de ganhos salariais devido

⁹³ Nicos Poulantzas (1985) entende por “nova pequena burguesia assalariada”, o conjunto de trabalhadores que desenvolvem trabalho improdutivo e intelectual e desempenham funções de direção e controle em relação aos outros trabalhadores.

⁹⁴ Segundo Boito Jr. (2004), há uma polêmica sobre a utilização do termo classe média, pois há aqueles que não aceitam o termo e há aqueles que aceitam, mas preferem falar em proletarização da classe média. Décio Saes (1985) compreende que o que caracteriza a classe média, não é a sua aproximação com o pensamento da pequena burguesia (como pensa Poulantzas), já que a pequena-burguesia tem um individualismo de pequeno proprietário. Mas, ao mesmo tempo, esses trabalhadores “não manuais” distinguem-se, também, do operariado por sua “consciência meritocrática”.

⁹⁵ Alguns autores marxistas entendem que no Brasil há uma “aristocracia operária”, assim como Lessa (2014, p. 44-45). Para ele, o fenômeno da aristocracia operária é “[...] um setor do proletariado imprescindível para os módulos mais desenvolvidos do sistema de produção, os quais requerem uma força de trabalho mais especializada, culturalmente mais bem formada e que, por isso, tende a ter um nível cultural e de informação política superior. Nos países centrais, a aristocracia operária era também mais bem paga, dominava os sindicatos e os aparelhos de representação dos trabalhadores. [...] A nossa aristocracia operária recebia um pouco melhor que os “peões”, mas só um pouco melhor. Era vítima da repressão e da violência policial todas as vezes que tentavam fazer valer sua “natural” força de representação dos operários e trabalhadores”.

ao desempenho de uma atividade qualificada e intelectual. Boito Jr. (2004) recorda o caráter meritocrático e, por isso, anticlassista do argumento de que “a professora primária que está ganhando menos que a empregada doméstica”⁹⁶, para justificar uma elevação salarial. Todavia, essa ideologia meritocrática, que hierarquiza a classe trabalhadora, dificulta a luta daqueles que não têm trabalho qualificado e intelectual.⁹⁷

De modo geral, segundo Boito Jr. (2004, p. 224), a situação do trabalhador considerado de “classe média” contribui para sua organização sindical. No caso do “[...] setor público, por possuírem, em contraste com o setor privado, maior liberdade de movimentação no local de trabalho, estabilidade no emprego e padronização burocrática das relações de trabalho e da remuneração, possuem, também, maior propensão à organização sindical”. Para o autor, na realidade, o sindicalismo da “classe média” é fundamentalmente o sindicalismo do setor público, pois “muitas profissões de classe média, como professores e médicos, só se organizam sindicalmente no setor público, nunca no setor privado”.⁹⁸

A própria visão meritocrática impede, em alguns casos, o trabalhador da “classe média” de lutar sindicalmente, já que a tradição sindical surge com o movimento operário fabril e, por isso, pode “confundir” o “status quo” desse trabalhador.

O fenômeno de sindicalização da “classe média” é tardio em relação ao sindicalismo operário, segundo Boito Jr. (2004), justamente porque a luta coletiva do trabalhador dá origem à tradição sindical e, nesse sentido, essa luta coletiva e organizada fere a individualidade meritocrática, os dons e méritos. Por isso, “a ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social”. (BOITO JR., 2004, p. 225). Contudo, esse isolamento é, também, resultado do próprio direito burguês.⁹⁹

⁹⁶ “O culto ao mérito do indivíduo é prolongado e completado pelo culto ao mérito da profissão. [...] Trata-se, agora, não apenas de defender o poder aquisitivo do salário, como também, de defender a posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial. É emblemático na história recente do sindicalismo brasileiro o protesto, tantas vezes repetido, do sindicalismo de professores: “A professora primária está ganhando menos que a empregada doméstica!”. Esse protesto, que desmerece o trabalho manual, é muito ambíguo. O que, de fato, se reivindica? Um aumento salarial para as professoras, ou uma redução do salário das empregadas domésticas?”. (BOITO JR., 2004, p. 228).

⁹⁷ Para Boito Jr. (2004), não existe um limite claro entre os trabalhadores da “classe média” e outros, já que há a possibilidade de abandonarem a visão meritocrática, assim como os trabalhadores manuais incorporarem essa visão. Isso depende de razões políticas e econômicas e da própria conjuntura.

⁹⁸ Como mostra Gentili et al. (2004), em muitos casos da América Latina, inexistem sindicatos do magistério privado.

⁹⁹ O campesinato também sente esse isolamento, por se considerar proprietário, confundindo-se com a propriedade privada capitalista.

No caso do surgimento do “sindicalismo de classe média”, esse sindicalismo preconiza “pelo corporativismo de tipo profissional”, proliferando os sindicatos “[...] no interior de uma mesma profissão ou ramo, multiplicam-se as segmentações hierárquicas: sindicato dos trabalhadores (não docentes) do sistema escolar, sindicato dos professores do ensino fundamental e médio, sindicato dos diretores de escola, sindicato dos professores universitários etc.” Isso produz uma identidade restrita e fechada no interior da profissão, sendo “[...] refratário, por esse motivo, à politização da luta sindical”. (BOITO JR., 2004, p. 228-229).¹⁰⁰

Nesse sentido, se analisarmos os professores do magistério a partir de alguns aspectos, como a estabilidade, o funcionalismo público, a formação em nível superior, a consciência meritocrática, o tipo de atividade desenvolvida (intelectual), o sindicalismo docente possui os requisitos do chamado sindicalismo de “classe média”. Mas, se olharmos para o vencimento inicial dos professores do magistério que, em sua maioria, recebem um piso salarial de R\$ 2.455,35, para uma jornada de 40 horas de trabalho¹⁰¹, estamos diante de trabalhadores assalariados que batalham diariamente para manter minimamente suas condições de vida, como outro trabalhador qualquer. Mas, mesmo assim, é importante ressaltar que o piso de 40 horas semanais é mais que o dobro do que fixado para um trabalhador comum, pela via do salário mínimo, como vimos na tabela 1.

Em suma, a definição de “classe média” e sua utilização para a explicação do comportamento de um segmento da classe trabalhadora não é consensual. Embora compreendemos que existe apenas duas classes sociais fundamentais na sociedade capitalista, dentre elas a classe trabalhadora, entendemos que há frações no interior dessa classe que se distinguem por níveis salariais (diferenças econômicas), que na maioria das vezes se relacionam com as categorias profissionais e suas exigências de formação.

No que se refere a relação entre formação profissional e nível salarial, Marx (2013) menciona, em *O Capital*, o tempo de “trabalho” necessário para a produção da mercadoria força de trabalho como determinante do seu valor. O valor da força de trabalho, diz Marx, é “[...] determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a produção - e, por consequentemente, também para a reprodução” (MARX, 2013, p. 245). Na

¹⁰⁰ “O momento em que o meritocratismo se torna o principal aspecto a ser considerado no comportamento da classe média, temos a conjuntura de construção do socialismo. Aí, a resistência da classe média à socialização dos meios de produção irá, juntamente com a resistência oriunda da pequena burguesia e do campesinato apegados à pequena propriedade, dividir, inapelavelmente, o mundo do trabalho. A consciência meritocrática não pode aceitar a igualização social dos trabalhadores”. (BOITO JR., 2004, p. 232).

¹⁰¹ Contudo, é importante destacar que é frequente os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental terem contratos de trabalho de 20 horas semanais, o que corresponde a um vencimento inicial de pouco mais de R\$ 1.200 reais.

sequência, o autor explica a determinação da formação profissional na determinação do tempo de trabalho gasto para a produção da força de trabalho:

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção. (MARX, 2013, p. 246-247).

Em outras palavras, o valor da força de trabalho de determinada categoria é determinado pelo tempo de formação necessário para a sua produção, respondendo, em certa medida, o porquê das diferenças salariais entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Mediante isso, acreditamos que, apesar de possuírem características de um sindicalismo denominado de “classe média”, os professores devem ser pensados como parte da classe social assalariada e, portanto, partícipes da luta de classes. A respeito dessa questão, Marx, em *O Capital*, parte da luta de classes como um pressuposto que vai sendo exposto ao longo da obra.

Segundo Benoit (2003, p. 7) Marx, ao iniciar a exposição com o capítulo sobre a mercadoria, entende que “[...] esta mercadoria contraditória, por sua vez, aparece mergulhada na abstração da circulação simples, onde não existem ainda classes, mas, sim, pessoas, indivíduos (são as representações abstratas da Economia Política que serão negadas)”. Ao longo da exposição, essas representações (da Economia Política) se revelam contraditórias, “[...] Marx avança na sua exposição, chegando ao domínio da produção, entra no interior da fábrica, desvela o segredo da mais-valia [...] aparecem as classes sociais como postas”. Assim, quando chega no capítulo XXIV, “a luta de classes, que era, desde o começo, o motor pressuposto em todas as contradições categoriais, finalmente, aparece agora posta como fundamento, e ainda, a acumulação originária, por sua vez, mostra-se como tendendo para a negação da negação, à expropriação dos expropriadores”. (BENOIT, 2003, p. 7).

Marx revela, ao final do Livro I, que somente a revolução socialista é capaz de aniquilar as classes e o conjunto de contradições econômicas, políticas e sociais oriundas dela. Mediante tudo isto, é importante conceituarmos classe social, em Marx, para além das categorias particulares de um capítulo ou de outro de sua obra, evitando, desse modo, muitas polêmicas que podem emergir de uma leitura que não leva, a rigor, a dialética enquanto exposição.¹⁰²

¹⁰² Apenas para tomar como exemplo, novamente, o capítulo 1, do livro 1, mostra que toda a relação de troca é equivalente, mas ao longo da exposição do livro primeiro, Marx mostra que as relações de compra e venda de

O capítulo 14, do livro I de *O Capital*, exemplifica a necessidade de uma leitura que considere o modo de exposição dialético, pois quando Marx (2013, p. 577) afirma que “para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos, basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções”, ele quer dizer que o trabalho deve ser entendido enquanto trabalho coletivo, já que “para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos”, é necessário desempenhar apenas uma das “subfunções” – aqui Marx progride na sua elaboração conceitual¹⁰³.

Na sequência, Marx afirma que:

Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. [...] Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 577).

Aqui, Marx retorna de uma visão universal de trabalho produtivo para uma noção particular e o analisa abstratamente, na sua “estreiteza”, pois nela “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”, porém, já estabelecendo que a produção é uma relação social e não tem relação com seu efeito útil. Após isso, Marx sintetiza afirmando que “no Livro IV desta obra, que trata da história da teoria, veremos mais detalhadamente que a economia política clássica sempre fez da produção de mais-valor a característica decisiva do trabalhador produtivo”. (MARX, 2013, p. 577).

força de trabalho é, além de não equivalente, uma contradição fundamental da sociedade capitalista. Nesse sentido, se lermos Marx positivamente, ou seja, se não entendermos a sua exposição enquanto exposição negativa, corremos o risco de afirmar que “toda troca é equivalente” e ainda que “o assalariamento é uma relação desigual” sem entender a lógica dialética ao longo de sua exposição. É por isso que autores como Benoit e Muller (1982), insistem que o verdadeiro e mais importante sentido de dialética em Marx é o da exposição – que, segundo os autores, é o sentido mais recusado ou mal compreendido por grande parte dos marxistas.

¹⁰³ “O objetivo de Marx é designar a contradição do conceito de trabalho produtivo em geral com o trabalho combinado. Assim, inicialmente demonstra sua ampliação, englobando todos que participam da produção de valor de uso, mesmo sem tocar neles, trabalhadores produtivos coletivos. Depois expressa a ideia de que, individualmente, o valor de uso não pode mais ser associado a um único produtor, isolado, que reúne em si todas as funções, como “um trabalha mais com as mãos” e o outro que trabalha “mais com a cabeça”, ambos relacionados como parte do trabalho coletivo em relação ao valor de uso final. Assim, esse conceito de trabalho produtivo associado ao valor de uso está em contradição com a produção coletiva, à medida que essa definição *não é válida para cada um dos seus membros, tomados isoladamente*, uma vez que os trabalhadores individualmente não produzem valor de uso algum, mas apenas parte do produto final” (SOBRINHO, 2014, p. 152).

Nesse momento, Marx supera dialeticamente a própria definição de trabalho produtivo no sentido “estreito”, já que “a economia política clássica sempre fez da produção de mais-valor a característica decisiva do trabalhador produtivo”, apontando para as discussões que trava no Livro IV.¹⁰⁴ Além do mais, um professor, por exemplo, pode ser produtivo ou improdutivo.

Nesse sentido, entendemos que as categorias de trabalho produtivo e improdutivo são relevantes para explicar as particularidades no interior de uma classe social, bem como situar a força que determinado segmento da classe exerce no processo de luta revolucionária. Mas, esse entendimento não pode anular a unidade conceitual de “classe social” ou determinar programas e projetos políticos independentes para cada uma das particularidades – por isso, insistimos que a teoria revolucionária contempla a diversidade de trabalhadores existente no interior da classe assalariada.

Nesse sentido, entendemos que, ao discutir o sindicalismo docente sob a ótica marxista e, portanto, revolucionária, devemos pensar os professores, ou qualquer categoria de trabalhadores assalariados, do ponto de vista de uma teoria revolucionária – que será exposta no próximo capítulo.

Em suma, no capítulo 52 intitulado *As Classes*, do Livro III de *O Capital*, Marx pergunta “o que vem a ser uma classe social?” e, em seguida, ensaia sua resposta, com os dois últimos parágrafos presentes na obra:

A resposta se encontra, à primeira vista, na identidade entre rendimentos e fontes de rendimentos. Trata-se de três grandes grupos sociais, cujas partes integrantes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda da terra, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária. Sob essa ótica, no entanto, médicos e funcionários públicos, por exemplo, também formariam duas classes, porquanto pertencem a dois grupos sociais distintos, nos quais os rendimentos dos membros de cada um deles provêm da mesma fonte. O mesmo valeria para a fragmentação infinita dos interesses e das posições em que a divisão social do trabalho separa, tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e os proprietários fundiários; estes últimos, por exemplo, em viticultores, agricultores, donos de bosques, donos de minas e donos de pescadores. (MARX, 2013, p. 947-948).

¹⁰⁴ “Portanto, o conceito de trabalho produtivo possui um conteúdo revolucionário por garantir tanto a possibilidade do socialismo, como oferece indicações em torno do novo sujeito histórico, premissas que representam uma superação conceitual da apropriação marxiana sobre a primeira ideia de Smith – trabalho produtivo associado à produção de mais-valor. Para ser dialético, representa uma relação em que Marx supera, mantém e eleva o conceito de Adam Smith. Portanto, de forma alguma, é a reprodução mecânica do referido conceito, à medida que possui finalidades distintas. Nossa análise, ao mesmo tempo em que associa o conceito de trabalho produtivo como um conceito que, em larga medida, serve para afirmar a teoria revolucionária, refuta a tese de que seu principal significado em Marx está em exprimir uma fronteira clara entre trabalhadores produtivos e improdutos, como um limite entre classes opostas no interior do trabalho assalariado. De fato, o conceito remete-se ao conceito de classe, mas no sentido de afirmar a condição essencialmente parasitária da burguesia [...]”. (SOBRINHO, 2014, p. 127).

Nessa passagem, Marx traz a definição de classes do ponto de vista da Economia Clássica, ou seja, do ponto de vista das fontes do rendimento – como o mesmo diz, a resposta como se apresenta “à primeira vista”. Mas, imediatamente, Marx nega essa definição apontando para a infinidade de classes sociais que existiriam em virtude dela, como podemos observar na citação anterior¹⁰⁵.

Desse modo, Marx não exclui as diferenças existentes no interior da classe trabalhadora, mas pensa em classe conceitualmente, afirmando a infinidade de particularidades que compõem o interior da classe, ele as nega até chegar em um elemento em comum. Como crítico da Economia Clássica e seu pensamento abstrato e meramente empírico, Marx supera a conceituação de classe do ponto de vista das meras singularidades.¹⁰⁶

As classes sociais são definidas por Marx por suas posições nas relações de produção e pela apropriação da riqueza, pelas relações que existem entre aqueles que efetivamente trabalham e transformam a natureza em coisas úteis para a vida humana e aqueles que não trabalham, mas, contudo, são proprietários dos meios de produção e dominam e exploram os primeiros, vivendo, assim, como expropriadores e sem trabalhar. (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 199).

Portanto, entendemos que a perspectiva da classe social é a única capaz de elevar o sindicalismo docente a uma perspectiva revolucionária. Isso não significa ignorar as diferenças ideológicas e de formação de consciência que permeiam a categoria docente, mas questionar se as diferenças e contradições ideológicas realmente determinam a relação entre sindicalismo docente e sindicalismo operário. No próximo capítulo, responderemos a essa questão, mas antes vamos apresentar as contradições e particularidades do âmbito organizativo e reivindicativo.

3.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO DOCENTE MUNICIPAL

Para Rosso (2013, p. 42), “a Constituição de 1988 produziu efeitos sobre o sindicalismo, primeiramente, por ampliar acesso à organização sindical a grupos sociais dela excluídos”.

¹⁰⁵ Nesse sentido, “Marx recusa esta concepção dos economistas por seu evidente caráter ideológico. Em primeiro lugar, como havia mostrado em toda a sua obra, todos estes personagens têm rendas numa única e mesma fonte: o trabalho do trabalhador. O lucro do capital e a renda do proprietário fundiário não passam, segundo Marx, de meras formas mascaradas de mais-valia roubada do trabalhador. [...] o critério de fontes de rendimento para definir a qual classe da sociedade pertence um determinado indivíduo criaria, deste modo, uma miríade interminável de classes sociais na sociedade. [...] O critério correto seria a divisão em classes, segundo o critério da divisão histórica e social dos indivíduos. (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 198-199).”

¹⁰⁶ Lembremo-nos, filosoficamente, do diálogo de Mênon, quando este é interrogado por Sócrates sobre o que é virtude. Mênon apresenta um “enxame de virtudes”, ou seja, uma multiplicidade de formas de virtudes. Mas, o pensamento negativo de Sócrates vai pouco a pouco desvelando as ilusões dessas imagens falsas de virtude, mostrando que a virtude conceitualmente não pode ser multiplicidade (empírica), mas sim unidade, universalidade e síntese.

Segundo o autor, o crescimento do número de sindicatos entre os servidores públicos acompanha a densa desigualdade salarial entre eles e os interesses corporativos particulares. De acordo com sua análise:

Para categorias de altos salários, diferenciar-se e organizar-se em corpos mais restritos numericamente corresponde a uma atitude racional, mas, ao mesmo tempo, corporativa. Racional porque permite que a categoria reproduza e amplie os altos salários sem risco para as contas públicas, dado o reduzido impacto global nas contas nacionais. Corporativa porque rompe com a unidade organizativa dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral em decorrência do objetivo de preservar vantagens específicas para uma categoria apenas. (ROSSO, 2013, p. 43).

A fragmentação sindical também é resultado da representação por municípios, uma vez que há inúmeros pequenos sindicatos que englobam todos os servidores públicos municipais. Para Rosso (2013, p. 44), as entidades sindicais em pequenos municípios possuem “[...] baixíssima capacidade de organização, representação e intervenção na realidade”. Para o autor, a fragmentação sindical e, com ela, a perda da capacidade organizativa é resultado da insatisfação de muitos filiados que buscam a desfiliação de um sindicato para a criação de uma nova entidade representativa.

De acordo com Ferraz e Gouveia (2012) e Gouveia (2019), a diversidade do sindicalismo docente está relacionada a três fatores principais: a natureza da formação acadêmica (magistério em nível médio ou licenciatura em ensino superior); a natureza da atividade docente (organizações com maior ou menor caráter classista); a natureza do tipo de empregador (instituições públicas – federal, estadual ou municipal – ou instituições privadas). Gouveia (2019) destaca, ainda, que no caso dos professores que trabalham em escolas públicas pode haver ambiguidades, pois são trabalhadores do ramo da educação e do serviço público, podendo, portanto, exercer atividade sindical em sindicatos próprios da educação ou sindicatos de servidores públicos.

Gouveia (2019) analisa a estrutura sindical do magistério público municipal nos 399 municípios do estado do Paraná e identifica a organização sindical de professores de 277 municípios paranaenses (69%). No estado do Paraná¹⁰⁷, os professores do magistério municipal possuem quatro formas de organização sindical de professores, quais sejam: sindicatos de servidores públicos municipais, sindicatos intermunicipais, sindicatos próprios e associações filiadas ao sindicato estadual (APP). (GOUVEIA; FERNANDES, 2019; GOUVEIA, 2019).

¹⁰⁷ No estado, há mais de 135 mil professores trabalhando na educação básica, dos quais, cerca de 65 mil atuam na rede pública municipal de ensino. (INEP, 2018).

Gouveia (2019) identifica que, na maioria dos municípios paranaenses (dos 277 municípios analisados), os professores estão associados ao sindicato estadual (APP), cerca de 193. Em 62 municípios, os professores estão organizados em sindicatos de servidores públicos, em 11 municípios, os professores estão organizados em sindicatos próprios e, em 11 municípios, os professores estão filiados em sindicatos intermunicipais. A pesquisa constatou que, os sindicatos próprios de professores estão presentes em municípios maiores, com média populacional de 287.527 habitantes, e a organização vinculada à APP está presente nos municípios menores, com média de 14.479 habitantes. (GOUVEIA, 2019).

Conforme os dados coletados acerca das três entidades, que correspondem a três formas organizativas, organizamos as informações nas próximas subseções com o intuito de contextualizar o funcionamento dessas entidades.

Mas antes, lembramos que a opção por esses sindicatos, como fonte para coleta de dados, deu-se mediante o levantamento das organizações sindicais que representam os professores de 14 municípios localizados, sobretudo, na região sudeste do Paraná. Por meio desse levantamento, identificamos que os professores do magistério público municipal eram representados por três principais formas de organização: Sindicato de servidores municipais (a exemplo de Irati –PR), que chamaremos de SISMI; Sindicato próprio de professores municipais (a exemplo de União da Vitória-PR), que chamaremos de SMMUV; Sindicato estadual (a exemplo de Prudentópolis-PR), que chamaremos de APP-DM.

3.2.1 Sindicato de servidores: Sindicatos de Servidores Públicos Municipais de Irati (SISMI)

A organização dos professores do magistério municipal em sindicatos de servidores públicos é muito comum no Brasil, já que esses sindicatos representam o conjunto de servidores de um ente federado – municipal, estadual ou federal –, tais como professores, motoristas, enfermeiros, técnicos administrativos etc. Entretanto, no Brasil, há um grande número de municípios pequenos, e esse reduzido número de trabalhadores de cada município dificulta a organização em sindicatos próprios.

Os sindicatos dos servidores públicos não são filiados a nenhuma federação ou confederação da educação, já que a natureza profissional desses sindicatos é diferente. Nesse caso, existe, em nível nacional, a Confederação de Servidores Públicos do Brasil (CSPB), fundada em 1958, em Brasília, filiada à Confederação Latino-Americana e Caribe de Trabalhadores Estatais (CLATE) e filiada à Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), fundada em 2005, em Brasília. Em nível estadual, existe a Federação dos Sindicatos de

Servidores Municipais e Estaduais do Paraná (FESMEPAR), que é filiada à CSPB e à União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Interessante observar que, na maioria dos municípios, onde há sindicato de servidores públicos, o maior número de filiados são de professores, porém, estes não são maioria na diretoria sindical. Algo semelhante acontece com a questão do gênero, já que as mulheres são definitivamente maioria no magistério municipal, mas, quando se organizam em sindicatos, os cargos principais são exercidos, majoritariamente, por homens – assim como vimos nos estudos de Ferreira (2004, 2007, 2008).

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati (SISMI), fundado em 1963, está situado na região sudeste do Paraná, representa cerca de 1.250 servidores públicos do município. Desse total apresentado, 450 são professores e funcionários do magistério municipal, dentre esses há concursados e trabalhadores temporários, contratados via processo seletivo, e que possuem contratos de trabalho estatutários e celetistas, respectivamente.

O SISMI é filiado à FESMEPAR e UGT, portanto, não possui filiação nas federações e confederações da Educação. Segundo o Estatuto do SISMI, os objetivos da entidade é a

[...] defesa a representação e organização da classe trabalhadora, defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, judicial ou extrajudicial, buscando ainda melhorias nas condições de vida e na construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores”. (Estatuto, SISMI, 2014, p. 2).

É importante retomar que essa concepção de sindicato foi a mesma mencionada pelo dirigente, contudo, contradita pelo mesmo, ao falar sobre a função especialmente assistencialista e prestadora de serviço da entidade – como já foi exposto na seção anterior. Questionado sobre as estratégias de atuação utilizadas pelo sindicato, o presidente do SISMI afirma que:

Nós temos aqui, por meta, primeiro, seria a conversa, o diálogo. Segundo, não deu diálogo, faz uma paralisação, em último caso, a greve. Mas o primeiro é o diálogo. Porque eu acho que na força não se consegue nada. Tendo o diálogo você consegue. Tanto é que o governo do estado, para dar um aumento é difícil. Nós conseguimos todos esses anos, só no diálogo, nós conseguimos todos os reajustes salariais. Conseguimos também o novo Plano de Cargo de Salários dos professores que estava há anos parado. Tudo no diálogo. (DS, SISMI, 2019).

A fala do presidente do SISMI confirma a perspectiva dos filiados frente a essa entidade que, quando questionadas sobre as formas de atuação do seu sindicato, responderam que o mesmo tende sempre à negociação e acordos com o governo municipal (P 16 e P17). Houve, ainda, um professor que relatou que o SISMI não possui nenhuma atuação (P18) e que gostaria

que o sindicato fosse combativo e utilizasse estratégias de greves, paralisações, resistência e enfrentamento junto à gestão municipal.

Paradoxalmente, o presidente do SISMI afirma, quando questionado sobre a importância de greves e paralisações, que os professores não participam das mesmas.

Segundo ele:

Existe [um] problema no órgão público municipal [que] é diferente do Estado. Por quê? Você vai fazer uma greve municipal, os professores têm medo de ser prejudicados para frente. Então perde força. A greve aqui em Irati perde força. Se você disser “vamos fazer uma greve”, todo mundo levanta a mão. Amanhã, dez ou doze fazem a greve e o restante vão trabalhar. E esses dez, doze, vão sofrer as consequências porque pararam. Então não tem união, aqui pelo menos, em Irati, não tem união. Não tem união entre professores e funcionários para uma greve. (DS, SISMI, 2019).

A partir da experiência do presidente, até mesmo em assembleias os filiados não participam e, na maioria das vezes, “*numa assembleia nós temos que fazer segunda chamada, porque primeira chamada não dá quórum*”. (DS, SISMI, 2019). Desse modo, parece que a questão da não participação dos professores nos sindicatos é um dos grandes entraves para o desenvolvimento de um movimento sindical docente no município de Irati-PR.

Ao questionarmos sobre os principais momentos de luta, greves e paralizações, nos últimos anos, o presidente do SISMI afirma que a entidade passou, desde 2008, por três momentos importantes de luta. O primeiro, em 2013, refere-se à implantação do reajuste de 35.16% na folha de pagamento de todos os servidores públicos, esta ocasião foi a “*única data que você pode dizer que foi 100% dos sindicalizados que compareceram*”. (DS, SISMI, 2019). Para a conquista do reajuste foi organizada mesa de negociação e manifestação dos servidores, esta última com forte mobilização da base, tendo um resultado considerado favorável aos trabalhadores.

No ano de 2014, outro momento marcante para a categoria do magistério municipal foi a discussão e aprovação do Plano de Cargos e Carreira dos professores, que a partir de mesa de negociação, foi aprovado, mesmo que com pouca adesão da base no processo. No ano de 2019, um novo Plano passa a vigorar, agora com a inclusão dos professores da Educação Infantil, que estavam fora do Plano de 2014. O sindicato teve participação na elaboração e aprovação deste plano, que apesar de pouca mobilização da base, foi aprovado e considerado uma grande conquista para a categoria.

Questionado sobre a possibilidade de os professores se organizarem em sindicatos próprios do magistério, o presidente do SISMI defendeu o modelo de sindicato de servidores afirmando que este seria oficialmente legal perante o Ministério do Trabalho e da Justiça:

O sindicato tem que ter registro, hoje, no Ministério da Justiça, se não tiver o registro não tem validade nenhuma. Porque antes, o registro era feito no Ministério do Trabalho, hoje passou tudo para o Ministério da Justiça. Se eles não tiverem o registro não tem validade nenhuma. O movimento que eles fizerem é declarado nulo. Não tem validade nenhuma. Tanto é que nós estávamos registrados no Ministério do Trabalho, veio uma circular dando um prazo de dez dias, para nos regularizarmos no Ministério da Justiça. (DS, SISMI, 2019).

Contudo, essa concepção do dirigente não condiz com a realidade, pois os sindicatos estaduais e o sindicato próprio podem representar os professores do magistério público, visto que não há exclusividade do sindicato de servidores para a representação. Além do mais, isso evidencia a tese de Boito Jr. (1991) sobre a disputa pela carta sindical, frente à Justiça do Trabalho, em busca da manutenção do sindicato à estrutura do Estado.

Com esta fala, o dirigente sindical demonstra uma concepção limitada de entidade, restringindo o movimento sindical à estrutura oficial do Estado. De modo geral, a organização dos professores em sindicatos de servidores municipais, no caso do município que participou da pesquisa, demonstrou ter pouca atuação sindical e está mais voltado à prestação de serviços. Relacionamos isso ao fato de que esse modelo de organização é muito presente em municípios de pequeno porte, devido às características coronelistas e clientelistas, as quais favorecem a manutenção de sindicatos assistencialistas.

3.2.2 Sindicato estadual: Direção Municipal de Professores de Prudentópolis, Seção Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato)

A APP surge como associação e se torna sindicato em 1989, representando sindicalmente, nessa época, os professores e funcionários da rede estadual de educação do Paraná. No ano de 1995, filia-se à CUT, na qual permanece filiada até os dias de hoje e, em 1997, passa a representar não só docentes, mas também funcionários da educação pública.

Desse modo,

a representação da categoria profissional abrange todos/as os/as Trabalhadores/as em Educação: Professores(as), Funcionários(as), Professores(as) Pedagogos(as), Orientadores(as) Educacionais, Supervisores(as) Escolares, Administradores(as) Escolares e demais funções análogas, das redes públicas estaduais e municipais de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), em todas as suas

modalidades, da ativa e aposentados(as), independente do regime jurídico. (Estatuto da APP, 2017, p. 9).

No caso da organização sindical dos professores via sindicato estadual (APP-Sindicato), esta pode ocorrer de duas maneiras distintas: por meio da filiação dos professores diretamente ao sindicato estadual, organizados em Comissões Locais de Negociação ou Direções Municipais e por meio da filiação dos professores em Associações Municipais que estão filiadas à APP-Sindicato. Para esta pesquisa, analisamos a participação dos professores de Prudentópolis-PR mediante formação de uma Direção Municipal.

A APP tem estendido sua representação também aos professores e funcionários do magistério público municipal que, por meio das Secretarias de Assuntos Municipais (SAMs), realiza a mediação entre as assembleias dos professores das redes municipais e a assembleia estadual.

Segundo o Art. 58 do Estatuto da APP, são atribuições das SAMs:

I – coordenar as atividades da Secretaria Estadual de Assuntos Municipais, propor e orientar a execução de planos de ação definidos em conjunto com as Secretarias Regionais de Assuntos Municipais; II – propor e supervisionar a criação e organização de Direções Municipais devidamente eleitas em assembleias municipais convocadas de acordo com as normas deste Estatuto; III – acompanhar o encaminhamento das questões trabalhistas, das pautas de reivindicações e das campanhas salariais dos trabalhadores em educação municipais; IV – promover a integração das lutas e campanhas dos(as) trabalhadores(as) em educação municipal com as dos(as) trabalhadores(as) em educação estadual; V – propor e implementar a política de organização dos(as) trabalhadores(as) em educação da rede municipal onde não houver entidade que os(as) represente. (APP, 2017, p. 31-32).

De acordo com a secretária de assuntos municipais da APP, responsável pela organização da Direção Municipal em Prudentópolis-PR, sua função é atender as redes municipais. Desse modo, a APP tem 29 Núcleos Sindicais (distribuído nas regiões do Paraná) e cada núcleo tem 17 secretarias, sendo a secretária de assuntos municipais a responsável pela organização das Direções Municipais. No caso do Núcleo Sindical da APP, em Irati-PR, há vários municípios que são sindicalizados.

Segundo a dirigente, o processo tem sido o seguinte:

Então, você vai fazer primeiro uma assembleia no município, tirar a pauta de reivindicação daquele município, fazer as negociações com o prefeito, com a secretária de educação. Fazer a luta em geral. No geral, também, a gente precisa construir plano de carreira, um plano de carreira que de fato dê condições de trabalho e de valorização do profissional. A maioria dos municípios não tem um plano de carreira que garanta tudo isso. Às vezes até tem, mas o plano de carreira é construído por uma consultoria ou pela própria secretária de educação, ou junto com

outros servidores. Então, não é uma coisa que embase de fato, que pense de fato, a vida do professor e do funcionário de escola. Porque a APP não trata só dos professores, mas também dos funcionários da escola, que também são educadores. (DS, APP, 2019).

Desse modo, as SAMs de cada Núcleo Sindical da APP buscam organizar os professores dos municípios que sentirem a necessidade de filiação sindical, organizando-os em Direções Sindicais, eleitas em assembleia municipal. Segundo a dirigente, “[...] nós damos toda a estrutura, física, no sentido mesmo da APP aqui, sede. Da estrutura que nós temos em Curitiba, os advogados, do conhecimento que a gente acabou acumulando” (DS, APP, 2019).

Contudo, afirma a dirigente que, apesar de disponibilizar a estrutura da entidade, “[...] a luta tem que ser feita pela base, se essa base não dá essa sustentação, não vai avançar” (DS, APP, 2019). Nesse sentido, parece que o problema da luta sindical permanece relacionada aos locais, ou seja, apesar de estarem sindicalizados numa mesma entidade, as lutas permanecem fragmentadas, pois dependem das situações que emergem do próprio contexto municipal.

Questionada a respeito do processo de filiação dos professores do magistério municipal na entidade estadual, a dirigente esclarece que, no caso da associação, quando já existe no município, esta pode se filiar à APP.

Segundo a dirigente, na região onde atua não há casos como este:

Nós temos os municípios, diretamente os municípios, filiados à APP, então, a primeira coisa é que o município tem que querer. [...]. Porque se eles não quiserem não tem o que fazer, a base tem que querer. [...]. Quando eles chamam, a gente pede que seja marcada uma assembleia e aí a gente precisa que estejam lá muitas pessoas. Nós já filiamos município, inclusive Prudentópolis foi esse caso, com pouca gente e vimos que isso não funciona. Então, a gente colocou como regra aqui [do núcleo sindical] de Irati que para filiar o município é preciso que tenha 50% mais 1. [...]. Então se você tem a maioria da rede sindicalizada você tem condição de chegar para o prefeito e dizer, eu represento essa categoria. (DS, APP, 2019).

No caso do município de Prudentópolis, ainda está sendo formada uma Direção Municipal da APP, que deve cumprir as regras previstas no Estatuto da APP, apesar de possuir um regimento próprio. Questionada sobre o reconhecimento jurídico, a dirigente afirma que a carta sindical da APP existe e é válida para a representação dos professores municipais.

No *Parágrafo único* do Art. 1, do Regimento de Funcionamento da Direção Municipal, consta que “a Direção Municipal não possui autonomia administrativa ou financeira e se subordina às decisões das instâncias estaduais, regionais da Entidade e às deliberações da respectiva assembleia municipal” (REGIMENTO, APP, 2019). Segundo o regimento, a Direção Municipal deve ser composta por um Coordenador Geral, que representa a Diretoria

Municipal da APP- Sindicato na cidade, e um Coordenador de Documentação, que além de secretariar as assembleias, é responsável pela documentação local. Ambos são eleitos em assembleia.

Gindin (2013), no seu estudo sobre os sindicatos estaduais e municipais, compreende que a atuação das entidades sindicais estaduais nas redes municipais é diversa, porém, todos buscaram organizar a categoria docente, com exceção de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No caso de São Paulo, inicialmente, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) representava não só os professores estaduais, mas os professores municipais do estado paulista. Contudo, com o passar do tempo, os professores municipais foram saindo da APEOESP, juntando-se em sindicatos de servidores municipais ou criando suas próprias entidades.

A organização dos professores municipais e estaduais em um mesmo sindicato possui contradições, ao mesmo tempo em que promove um fortalecimento da entidade, parece não solucionar o problema da fragmentação, já que a luta está vinculada aos entes municipais.

Para ocorrer a filiação dos professores municipais ao sindicato estadual, é necessário que os professores de um determinado município, caso já estejam organizados sindicalmente, optem pela filiação à APP e desfiliação ao sindicato de servidores públicos. Mas, caso estejam vinculados a um sindicato próprio, este deve ser convertido em associação, já que não pode ocorrer a filiação de um sindicato em outro sindicato.

Neste caso, de acordo com Gouveia e Ferraz (2013, p. 121), a opção em converter o sindicato municipal em associação e optar pela filiação da associação ao sindicato estadual, pode estar relacionado com as dificuldades que os professores do magistério municipal enfrentam com o governo local.

De acordo com os autores,

Nesse caso, o peso da entidade estadual que tem uma trajetória política consolidada pode funcionar como um elemento de legitimação da ação da entidade nascente, mas também a articulação com a entidade estadual garante um patamar de infraestrutura para as associações especialmente no tocante à assessoria jurídica. Outro elemento importante nesta análise, é o maior grau de impessoalidade, dado pela entidade estadual. Essa impessoalidade pode ser decisiva para quebrar o patrimonialismo e o personalismo das relações políticas locais. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 121).

Como se sabe, a maioria dos municípios paranaenses e, também, a grande maioria dos municípios brasileiros são de médio ou pequeno porte. Segundo pesquisa de Gouveia (2017), a

atuação do sindicato estadual é maior em municípios pequenos e, em contrapartida, nos municípios maiores, prevalece os sindicatos próprios.

Realmente, o número restrito de professores e a aproximação com os gestores locais podem dificultar a atuação política dos professores. Nesses casos, a busca por um amparo numa estrutura sindical maior e mais consolidada pode ser um caminho interessante para a organização docente nos municípios interioranos.

No município de Prudentópolis¹⁰⁸, embora a Direção Municipal ainda esteja em construção, ocorreram dois momentos significativos de luta, greves e paralizações desde 2008, segundo a dirigente sindical. Em 2010, relacionado à aprovação do Plano de Carreira, que contou com uma paralisação que teve bastante adesão da base, trazendo resultados positivos. E, em 2018, quando se organizou uma greve em prol do cumprimento do Piso. Neste caso, a adesão foi grande no início, mas logo a base recuou, influenciando na derrota da greve.

A respeito dessa ocasião, a dirigente recorda:

Em Prudentópolis, também a gente não teve greves longas, mas tivemos paralisações em que a adesão foi bem boa, porém quando estávamos prestes a fazer uma greve e, iríamos ter uns 90% de adesão, nós tivemos um problema lá, em que um determinado grupo foi negociar por fora. [...]. Então a categoria recuou e essa recuada acabou com a gente, por quê? Porque o prefeito não cumpriu aquilo que acordou e a categoria não fez a greve. (DS, APP, 2019).

A dirigente sindical considera que esse tipo de situação é resquício do coronelismo, pois influencia na participação dos filiados nas atividades de mobilização. Para a dirigente, “[...] a questão financeira [do sindicato] influencia? Influencia. Mas nós aqui, temos conseguido garantir. [...] O problema é o povo de fato participar” (DS, APP, 2019).

Questionada sobre a diferença entre as redes municipais e estaduais, no que tange à relação dos professores com o gestor ou governo, a dirigente relata, a partir da sua experiência, que:

[...] é completamente diferente, as relações no município são muito próximas. Então, [...] Fernandes Pinheiro, por exemplo, o prefeito foi lá e disse assim “se vocês não mexerem com o sindicato eu faço o plano de carreira de vocês”. O que aconteceu? Muitos desistiram, outros se encolheram. Ele não fez o plano de carreira, mas o povo saiu do sindicato. [...] é muito forte isso, o medo. [...] Prudentópolis até que não é tanto, mas também acontece, então, porque as pessoas são parentes, primos, por exemplo. (DS, APP, 2019).

¹⁰⁸ A rede de ensino de Prudentópolis-PR tem, em média, 400 professores, entre eles concursados e temporários. O regime de trabalho é estatutário. Dos professores da rede, cerca de 250 estão filiados à APP-Sindicato, dentre eles professores e funcionários, ativos e aposentados, concursados e temporários.

Entendemos, a partir disso, que a tendência de negociação ou de desmobilização perante uma greve não está somente relacionada à adoção estratégica da entidade, mas à própria cultura que existe no interior da categoria. A respeito da estratégia que é adotada pela entidade, quanto às demandas do município, a dirigente relata que normalmente acontece da seguinte maneira:

A primeira coisa é tirar a pauta [...]. Depois a gente faz uma conversa com a secretária de educação, para seguir as instâncias. [...]. E aquilo que não é possível de resolver com a secretária de educação, pede-se uma reunião com o prefeito e sua equipe. Na grande maioria das vezes, em Prudentópolis, não é o prefeito que atende, ele manda alguém da equipe dele lá. No município de Inácio é sempre o prefeito. Em Rebouças, de vez em quando o prefeito sabe. São João sempre o prefeito. Então varia de município para município. [...]. Tem conversa, a gente espera que eles deem respostas, até chegar o momento em que não dê mais, porque assim, eu costumo dizer que a melhor greve é aquela que não acontece, desde que você avance. Se você obteve o resultado sem a greve é muito melhor do que você chamar uma greve, só que se nós não tivermos outra alternativa é o que a gente acaba fazendo. (DS, APP, 2019).

Nesse sentido, a fala da dirigente corrobora com os achados da pesquisa de Carissimi (2016), a respeito da ação sindical da APP, na qual se chega à conclusão do seguinte movimento:

A ação sindical desenvolvida pela entidade articula as diversas demandas corporativas, num movimento de produção de estratégias específicas utilizadas para que as reivindicações alcancem o debate sobre a política pública, passando pela política educacional e, em especial, às demandas de trabalho dos servidores e condições de trabalho docente, culminando a agenda de negociação, ápice do ciclo de produção da política relacionada ao diálogo/conflito entre sindicato e governo.

A pesquisa de Carissimi (2016) sobre a ação sindical da APP, mostra que o conjunto de ações e estratégias – tais como, paralisações, greves, mobilizações, eventos, campanhas salariais etc. – sobre diversas pautas – carreira, saúde, previdência, hora-atividade etc. – formam uma agenda política que é levada à negociação com os governos e daí, então, se constrói uma nova ação sindical. A greve combativa é identificada por Carissimi (2016) como um caminho posterior à negociação e posterior a muitas outras estratégias, tais como a participação do sindicato junto com o governo em comissões sobre demandas diversas.

Podemos compreender, desse modo, que o objetivo primeiro da APP é a negociação de uma política educacional, que acaba por se ajustar aos governos e aos contextos econômicos políticos, expondo, desse modo, o caráter conciliador da entidade.

Ao celebrar os 70 anos da APP- Sindicato, Ferraz e Carissimi (2017) argumentam:

Mais do que uma estrutura que promove a revolução imediata, que tanto temem as mentes conservadoras e que tanto sonham as mentes mais ingênuas, o sindicalismo –

da APP-Sindicato e de outras categorias – se mostra uma organização civilizadora que atenua a exploração do trabalho e promove o convívio democrático, mesmo frente à estrutura opressora do capitalismo. (FERRAZ; CARISSIMI, 2017, p. 139).

Contudo, entendemos que “uma organização civilizadora que atenua a exploração do trabalho” não é superior ou mais que uma “estrutura que promove a revolução imediata”. Até porque, se entendemos por revolução imediata a superação do capitalismo opressor, com exceção da vertente anarcossindicalista pouco atuante na esquerda atualmente, não existe entre os revolucionários a ingenuidade de acreditar que poderia um sindicato promover imediatamente uma revolução. Por fim, problematizamos em que medida o próprio capitalismo e o Estado não permitem atenuar a exploração do trabalho, por meio de negociações com entidades sindicais.

3.2.3 Sindicato Próprio: Sindicato dos Professores do Magistério Público Municipal de União da Vitória e região

Vimos, nos dois itens anteriores, que os professores do magistério público municipal podem se organizar, de acordo com as possibilidades locais, em sindicatos de servidores públicos ou junto ao sindicato estadual. Mas há, ainda, a possibilidade de se organizarem em sindicatos próprios dos professores do magistério municipal, é o caso do SMMUV.

O município sede do SMMUV é União da Vitória¹⁰⁹, localizada na região sudeste do Paraná, porém o sindicato representa, também, os professores dos municípios de General Carneiro, Bituruna, Cruz Machado, Paulo Frontin, Paula Freitas, São Mateus do Sul, Palmas, Antônio Olinto, Porto Vitória, Porto União e Mallet. De acordo com o Estatuto da entidade, a Diretoria é composta por 11 membros (presidente, vice-presidente, secretário geral, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro geral, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro, três suplentes) que são eleitos pelos filiados em assembleia e possui um mandato de três anos.

O SMMUV, fundado em 1991, é um exemplo de sindicato pouco encontrado no estado do Paraná, já que, na maioria dos casos, os professores são representados pelo sindicato dos servidores públicos, como é o caso do SISMI, ou pela seção sindical da APP, como é o caso do município de Prudentópolis. A entidade surgiu como associação e se transformou em sindicato após a legalização da sindicalização dos servidores públicos. Sua base, diferentemente dos

¹⁰⁹ Segundo o Censo da Educação Básica (2018), a rede municipal de União da Vitória contém certa de 346 professores estatutários, a grande maioria filiada ao sindicato. Mas, como o sindicato é regional, há cerca de 1.100 professores filiados no sindicato ao todo.

outros dois sindicatos anteriores, é composta somente por professores concursados (ativos ou aposentados) e, portanto, não representa os funcionários de escolas.

A organização sindical regional de professores parece ser uma alternativa interessante para as dificuldades oriundas das pequenas redes municipais. Assim, professores de redes municipais próximas geograficamente se organizam e formam um sindicato que pode ter uma base sindical muito maior que o tamanho de sua rede.

No estado do Paraná, o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) é outro exemplo de entidade que organiza os professores do magistério municipal, contudo, na capital paranaense o número de professores na rede é muito superior que a maioria dos municípios paranaenses.

O SMMUV não é filiado à federação, confederação ou central sindical, segundo o dirigente, o sindicato é independente dessas entidades sindicais superiores. Questionado a respeito dessa decisão, o dirigente afirma:

[...] nós entendemos que a grande maioria das centrais sindicais e federações, estabeleceram vínculo político partidário e o nosso próprio estatuto reza que nós não podemos ser influenciados por estas entidades partidárias. Então, em consenso, nós tomamos por posicionamento não nos filiarmos e achamos que essa influência [de centrais ou confederações] não traz benefício na hora de uma negociação, na hora de buscar as reivindicações da classe, por ter esse viés [...] sobre a questão partidária. (DS, SMMUV, 2019).

A esse respeito, compreendemos, a partir do referencial teórico adotado, que a atuação do sindicato no sentido da transformação social só pode ocorrer mediante a sua aproximação com o partido político. Seja para Lênin, Trótski ou Gramsci, como demonstramos na introdução e demonstraremos no capítulo seguinte – especificamente a respeito de Trótski –, o sindicato não pode ter um fim em si mesmo, caso queira contribuir com os processos de lutas políticas e sociais mais amplas. Precisa estar vinculado aos programas políticos dos partidos que representam de fato a classe trabalhadora e seus interesses em comum.

Na continuidade da entrevista, o presidente afirma que há três frentes de serviços prestados pela entidade, àqueles voltados à preservação e reivindicação das demandas profissionais da categoria em prol da valorização, àqueles ligados aos convênios de saúde e àqueles ligados à assessoria jurídica. De acordo com o dirigente sindical:

Cada qual tem sua importância. O primeiro mencionado, de acordo com a atuação do sindicato no que concerne à valorização profissional. O segundo para trazer serviços aí para os professores. E o terceiro, a assessoria hoje é fundamental, tanto

em processos coletivos de ação coletiva, como em demandas individuais. (DS, SMMUV, 2019).

Com isso, percebemos que, assim como no sindicato de servidores públicos, o sindicato próprio regional apresenta muitas características de um sindicato assistencialista, com destaque para convênios e assessoria jurídica individual. No que se refere às formas de atuação da entidade, o dirigente menciona três linhas: a negociação, a judicial e a moção popular.

A nossa linha de negociação tem três pilares: o primeiro, é a diplomacia, a conversa, o diálogo, o entendimento, através do sindicato e do poder executivo. A segunda, é a judicial, quando nós não atingimos esse objetivo de resolver as questões na conversa, no acordo e no consensual, nós vamos para o judiciário, através dos remédios constitucionais, mandados de segurança, ações coletivas, ações ordinárias e demandas individuais. Então, e a terceira linha de atuação do sindicato, em que pese as nossas reivindicações é a moção popular, a greve, manifestações depois do horário, adesivos de carro, cartazes, matérias em meio de comunicação, redes sociais, nesse sentido. E, essa terceira, ela anda junto, muitas vezes, com as outras duas, as ações judiciais e também a conversa, a negociação. (DS, SMMUV, 2019).

Segundo o dirigente, o sucesso dessas linhas de atuação é relativo, pois depende da condição financeira do município, porém, destaca que a conversa e o diálogo é que tem funcionado mais. Podemos observar que o sindicalismo no âmbito municipal depende muito das condições financeiras do município e, com isso, a estratégia da negociação via diálogo parece ser quase sempre a primeira ação. A segunda via, a judicial, procura garantir alguns direitos conquistados, mas, mediante a não garantia, a moção popular passa a ser uma estratégia política necessária da categoria.

Em 2019, os professores de União da Vitória entraram em greve reivindicando reajustes salariais e melhores condições de trabalho. Segundo o dirigente, esse foi um dos principais momentos de luta da categoria, nos últimos anos, contando com forte mobilização docente.

Questionado sobre as greves o dirigente relata que:

Veja, nós servidores públicos não temos lei específica, nós seguimos a lei da iniciativa privada, que dita lá algumas regras específicas. [...] Como nós não temos lei específica e não temos convenção coletiva de trabalho, que é aplicada na iniciativa privada, a nossa negociação segue muito mais diretamente com o prefeito e, quando nós não atingimos nessa negociação, o êxito esperado, nós nos vemos obrigados a lançar mão do mecanismo de greve. Mas, o professor entende os prejuízos e consequências que isso traz, tanto para ele profissional como para a comunidade. Então, o movimento grevista é muito desgastante, ele chega, muitas vezes, a ter um entendimento da nossa categoria de que ele é humilhante. Mas, infelizmente, é o último recurso, é o último cartucho que nós temos, em forma de pressão, para que atinjamos os nossos objetivos de valorização. Então, nós temos acompanhado, inclusive, na grande mídia, como foram os grandes movimentos grevistas dos professores [da rede] do estado do Paraná, no passado recente e no presente, em que

os professores foram de forma brutal agredidos pela polícia militar. Então, o movimento de greve ele é delicado, mas, muitas vezes, necessário para que nós consigamos buscar aquilo que é nosso de direito. (DS, SMMUV, 2019).

Nesse sentido, assim como demonstrado pelas outras duas entidades, a questão da participação dos professores nas mobilizações sindicais é um grande desafio, que está muito relacionado à proximidade com a gestão pública. Segundo o dirigente, os professores se sentem humilhados e desgastados, por saberem das consequências, do ponto vista profissional e social, deixando claro que os professores não lutam, de modo mais combativo, pelos seus direitos porque sentem medo de sofrer retaliações.

De acordo com o dirigente, a questão espacial e geográfica é também um grande desafio da entidade, já que somente o presidente é liberado para desempenhar as atividades sindicais, então precisa estar se locomovendo constantemente entre os municípios da região, desse modo, *“a distância é um dos maiores desafios e aí você trabalha com prefeitos diferentes, partidos diferentes, linhas de atuação diferente, aí a questão da diplomacia e do diálogo devem estar sempre presentes para chegar a determinadas soluções”.* (DS, SMMUV, 2019).

Nesse caso, se por um lado, o tamanho e a estrutura da APP-Sindicato parecem favorecer o trabalho no interior dos municípios, por outro lado, o dirigente pontua que há vantagens em ser um sindicato próprio e independente, pois a atuação pode ser centrada nas especificidades dos professores do magistério público municipal, além de que *“nós não precisamos nos reportar a centrais, às federações ou confederações, podemos negociar diretamente com os empregadores que, nesse caso, são os chefes dos executivos municipais, são os prefeitos”.* (DS, SMMUV, 2019).

Mediante tudo o que foi exposto acerca das especificidades organizativas das três entidades que representam os professores do magistério público municipal, podemos concluir que, ao contrário do que pensávamos antes de realizar a pesquisa, parece que as três formas possuem problemas quanto à fragmentação sindical. Nesse sentido, até mesmo nas entidades que buscaram se organizar de modo regional ou estadual, percebe-se que a dificuldade de mobilização e participação não está relacionada ao tipo de organização, mas ao fato de que a luta é local e municipal.

Ficou claro que a aproximação entre os professores e os gestores pressiona pela desmobilização, tanto por parte dos professores, quanto por parte dos dirigentes, já que 50% das professoras questionadas disseram que caracterizam as suas entidades com a estratégia de negociação direta com o prefeito. E que, no caso de um ataque aos direitos da categoria docente, 48,1% disseram que o sindicato vai até a gestão e busca uma mesa de negociação, antes de

consultar a categoria em assembleia. Os professores que participaram da pesquisa demonstraram estar insatisfeitos com a forma de atuação dos sindicatos. Dentre eles, 61% dos professores responderam que participariam das atividades de mobilização propostas pelo sindicato, caso seus direitos estivessem sendo atacados. Além disso, 69% dos professores afirmaram que, no caso da necessidade de greve ou paralisação, participariam ativamente da greve com os colegas, sem medo de sofrer retaliações, pois o direito de greve é constitucional. Mas, contraditoriamente, os dirigentes relataram que os professores sentem medo de sofrer retaliações e, de modo geral, não participam do movimento.

Em suma, parece que tanto a consciência sindical da categoria e as formas de organização atreladas à estrutura do estado culminam na fragmentação e desmobilização sindical da categoria. Se, por um lado, a consciência de classe só pode ser resultado de uma luta ampla e unificada da classe trabalhadora, por outro lado, a luta ampla e unificada parece ter limites estruturais e organizativos.

Nos perguntamos, então, qual elemento do sindicalismo docente (do magistério público municipal) é capaz de unificar a categoria numa perspectiva de classe e superar a contradição ideológica e organizativa? Teria um elemento que é comum, não só aos professores, mas a todos os membros da classe trabalhadora e que, portanto, conseguiria superar as diferenças, de consciência e de organização, e criar movimentos de massa em nível nacional? O Estado e o capital já teriam se antecipado, ao definir calendários de luta por meio da data-base, em evitar uma unificação mediante as reivindicações? Antes de respondermos essas questões, vamos apresentar as especificidades reivindicativas da categoria docente.

3.3 AS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

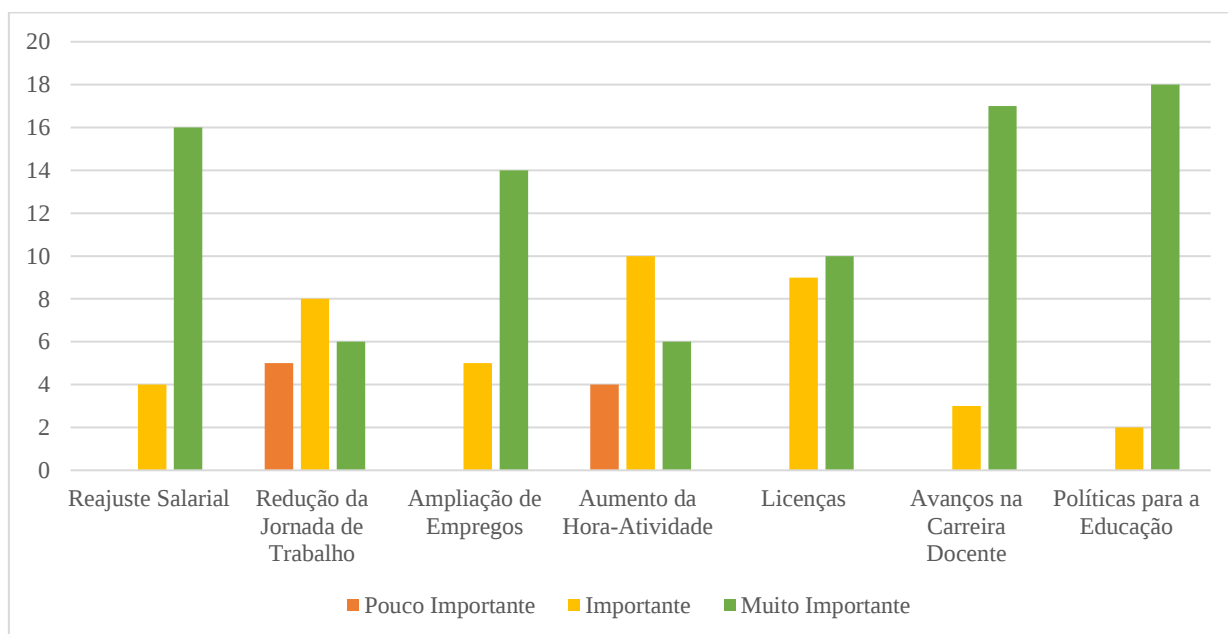
Sabemos que a categoria docente possui reivindicações específicas, que estão relacionadas com o tipo de atividade que exercem, o contrato e o regime de trabalho, os direitos historicamente conquistados, etc. Portanto, hora-atividade, promoções e progressões na carreira, concursos públicos, licenças, planos de saúde, transporte, plano de cargos e carreira, entre outros, são exemplos de reivindicações específicas da categoria.

Perguntamos às professoras a respeito das pautas que deveriam ser incorporadas pelo sindicato, dentre as respostas destacamos o “rateio do FUNDEB”, “justiça a todos”, “plano de saúde, vale-alimentação, carteira do professor”, “saúde dos professores”, “formação para os

professores sobre seus direitos e sobre seus deveres”, “debate sobre as condições de trabalho dos professores do campo” e “avanços e direito do trabalhador em geral”.

Com as respostas, percebemos que as demandas são muitas e pautas da categoria são muitas, caracterizando as especificidades reivindicativas dos professores. Ao questionarmos os mesmos sobre o grau de importância (muito importante, importante ou pouco importante) de algumas pautas de reivindicação, o resultado foi o seguinte:

Gráfico 4 – Grau de importância das reivindicações sindicais atribuído pela categoria docente do magistério público municipal (2020)



Fonte: Dados dessa pesquisa (2020).

Nota: Organizados pela autora.

Com essas informações, percebemos que a reivindicação que foi considerada “muito importante” foi a ligada às políticas educacionais, seguido de avanços na carreira e reajuste salarial. Das que receberam algumas avaliações como “pouco importante” apenas a redução da jornada de trabalho e o aumento da hora-atividade.

No que se refere o grau de importância que os professores atribuíram às políticas para a educação, podemos relacionar com a bibliografia, mencionada na seção 2.2, que defende a vinculação do sindicalismo docente com as políticas educacionais. Em outras palavras, há um reconhecimento não só dos estudiosos do sindicalismo docente, mas da própria categoria.

Ainda, identificamos que todas as professoras consideram as reivindicações salariais importantes ou muito importantes, sendo que nenhum a considerou pouco importante. A relevância dos salários como reivindicação sindical entre os docentes é reafirmada pelas

direções sindicais investigadas. Quando questionados na entrevista sobre as reivindicações que têm maior capacidade de mobilização dos professores, dirigentes sindicais respondem com veemência de modo semelhante. No primeiro caso, a resposta sinaliza que é o “salário [...] o que faz o povo, por exemplo, ir para a rua é a questão salarial”. (DS, APP, 2019).

Ao ser questionada sobre as pautas e reivindicações que mais mobilizam a categoria, a dirigente da APP responde que o “Salário é o principal. Mas, também, a questão da hora-atividade, remoção [...]. Tem uma série de coisas assim, tipo remoção, hora-atividade, é uma coisa que mexe bastante, mas o que de fato o que faz o povo, por exemplo, ir para a rua é a questão salarial”.

A análise é semelhante, quando perguntamos ao dirigente do SISMI qual a reivindicação que tem maior capacidade de mobilização:

O reajuste salarial. Esse, não é só os professores, é no geral. Você falou que vai ter uma assembleia para acatar a oferta do prefeito ou rejeitar a oferta do prefeito, lota. Lota! Porque envolve o dinheiro, a renda deles. Aí mobiliza mais, caso contrário, é difícil. (DS, SISMI, 2019).

Nesse sentido, fica evidente que o salário é uma das reivindicações centrais do movimento sindical, não só do operário, mas também, do sindicalismo docente público, ou seja, a perspectiva da luta econômica imediata, assim como mostram os clássicos do marxismo, é o que caracteriza a natureza dos sindicatos. Essa constatação corrobora com a perspectiva de que o professor, apesar das suas especificidades frente a outras categorias de trabalhadores, faz parte do conjunto da classe trabalhadora que depende de vender sua força de trabalho.

Nas entrevistas com os dirigentes, foi possível perceber que as outras pautas mais abrangentes, no que tange à política educacional, questões atuais como reforma da previdência, corte orçamentário para a educação etc., são importantes, mas não mobilizam a categoria – embora, paradoxalmente, os professores atribuíram muita importância à questão da política educacional, de modo geral, como pauta reivindicativa.

Segundo a secretária de assuntos municipais da APP, sobre essas demandas mais abrangentes, “tem um percentual pequeno que olha o todo e que pensa no todo, mas, infelizmente, a grande maioria olha o seu umbigo. [...] O povo acha que não é com eles, sabe”.

Para o dirigente sindical do SISMI, ao ser questionado sobre quais pautas e demandas reivindicativas considera mais relevantes:

Primeiro, é o Plano de Cargo e Salários. Porque que eu digo Plano de Cargo e Salários, não adianta você ter um salário [e] fazer hora-extra para complementar o

teu salário, porque na hora da aposentadoria você vai levar só teu salário, não vai levar hora-extra. Então, no meu entender, hoje é o Plano de Cargo e Salários. (DS, SISMI, 2019).

De fato, como revelado no capítulo 2, com o auxílio do gráfico 3, na página 82, as reivindicações por reajuste salarial e plano de carreira são as demandas mais presentes no movimento sindical e mobilizam um maior número de professores da categoria no Brasil. Nas greves da Educação Básica, as reivindicações por reajuste salarial estiveram em maior evidência em relação às outras, desde 1988 até 1995, quando as reivindicações por atraso de salário se tornam mais frequentes. Mas, a partir de 2000 até 2011 as reivindicações por reajuste salarial foram as maiores responsáveis por greves. Especificamente, a partir de 2008, há um crescimento das reivindicações por reajuste salarial, paralelamente com a luta pelo PSPN e pelo plano de carreira docente. Mas, de modo geral, ambos estão vinculados à condição da remuneração do professor.

Na opinião do dirigente sindical do SMMUV,

Em relação às reivindicações, as mais importantes, [...] depende do momento, depende do que, pelo que, a classe está lutando como meio de conquista. Mas as mais importantes são aquelas relacionadas à carreira, ao plano de carreira, o piso nacional, à lei do piso nacional acompanhando a carreira dos professores, no que tange à formação – de nível médio, magistério, licenciatura, grau superior, pós-graduação, mestrado, doutorado. Então, esses percentuais previstos no plano de carreira e que às vezes são descumpridos. [...] Então, essas reivindicações trazem para as manifestações muitos professores, porque estão diretamente ligadas ao dia a dia do professor e à valorização propriamente dita. Secundariamente, vêm condições de trabalho, material de apoio para trabalhar, enfim, essas questões. (DS, SMMUV, 2019).

Mediante isso, apontamos para uma contradição que estará presente ao longo desta tese, a contradição das lutas econômicas e políticas da classe trabalhadora e a suposta afirmativa de que o sindicalismo docente se diferenciaria do sindicalismo operário por conta de seu caráter político e não meramente econômico. Mas, mesmo no seu caráter político, o econômico é o fundamento. Evidenciando que, quanto mais a reivindicação estiver imediatamente vinculada ao “salário” mais provocado se sente o professor para mobilização, mesmo que pautas como a defesa do FUNDEB também determinem a valorização docente, esta “parece” estar distante dos interesses imediatos e econômicos da base.

Mas, para além desse debate, seriam as reivindicações econômicas o elemento que poderia unificar a classe trabalhadora na sua heterogeneidade? Teriam as reivindicações salariais a capacidade de romper com a fragmentação sindical oriunda das diferenças ideológicas e organizativas da categoria e dos sindicatos?

No próximo capítulo, veremos que há, no plano teórico, um projeto político de classe que possibilita a transição socialista, mediante um programa que se inicia com os sindicatos e as reivindicações transitórias – escalas móveis de salários e escalas móveis de horas de trabalho.

CAPÍTULO 4

A TRANSIÇÃO ENTRE A LUTA ECONÔMICA E POLÍTICA E O PAPEL DOS SINDICATOS NA REVOLUÇÃO

Neste capítulo, temos o objetivo de sintetizar o debate em torno dos sindicatos e seu papel na luta de classes, bem como apresentar respostas para as questões deixadas no capítulo anterior. Para tanto, primeiramente, apresentamos o referencial teórico-metodológico que dá conta de explicar o papel dos sindicatos, do ponto de vista da dialética entre luta econômica e política revolucionária.

Na sequência, contextualizamos a conjuntura política e econômica brasileira recente, a fim de problematizar o sindicalismo na atualidade. E, por fim, mediante tudo isso, avançaremos na sintetização das principais contradições identificadas por meio das particularidades do sindicalismo docente, apresentadas nos capítulos anteriores, relacionando-as com os seus limites e suas possibilidades para uma atuação na perspectiva classista e revolucionária.

Com o estudo sobre a gênese e o desenvolvimento do sindicalismo, no Brasil, percebemos que toda a atuação desse movimento estava relacionada com a concepção teórica e estratégica vinculada à esquerda. Por isso, a crítica ao movimento sindical e a definição de suas tarefas históricas dependem, de nosso ponto de vista, da perspectiva adotada por ela¹¹⁰.

Contudo, existem divergências teóricas e estratégicas no interior da própria esquerda que implicam diretamente na atuação da militância, tanto nos partidos, sindicatos e outros movimentos e organizações de esquerda. No marxismo, essas divergências surgem ao longo da II e III Internacional Comunista e se acentuam com as concepções de Trótski e Stálin, pós morte de Lenin. Esta tese parte do ponto de vista dessas reflexões, já que a adoção de determinada perspectiva influencia nas ações sindicais.

Acreditamos que existe uma concepção teórica e programática que se constitui no núcleo de orientação para todos os revolucionários: a obra *O Capital* de Marx¹¹¹. Do mesmo

¹¹⁰ Por exemplo, no início do século XIX, o sindicalismo foi fortemente influenciado por tendências anarquistas, tais como o anarcossindicalismo. Essa tendência compreendia que os sindicatos eram a organização principal na luta contra a sociedade capitalista, negando, desse modo, o papel central do partido político. Por sua vez, no viés marxista, de modo geral, a centralidade de direção no processo de transformação dessa sociedade está no partido político e os sindicatos são vistos como organizações que podem contribuir para esse processo.

¹¹¹ Ver os textos *Da lógica com um “L” à lógica de O Capital* e *Sobre a crítica (dialética) de O Capital* de Hector Benoit.

modo que Lenin e Trótski são herdeiros do caráter revolucionário contido ao longo da exposição de *O Capital*, no desenvolvimento de uma teoria do partido e um programa revolucionário.¹¹²

4.1 MARX E SEU PROJETO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO

Como mostra Benoit, a obra *O Capital*, por sua exposição dialética¹¹³ é, além de uma crítica à ciência econômica burguesa, revolucionária. Segundo Benoit (1999), o pensamento de Marx não é só crítico, porque não se limita meramente à crítica analítica, mas culmina na “negação da negação”¹¹⁴, portanto, na revolução socialista.

Mostrando-nos o desenvolvimento dialético do Livro I, Benoit (1996; 1997) revela que Marx parte do pressuposto da luta de classes, mas sua exposição inicia no modo de produção capitalista, na sua aparência mais imediata e alienada, e aos poucos são desveladas as contradições lógicas do capitalismo e postos seus pressupostos históricos. Segundo ele:

No livro I, nas seções I e II (capítulos I a IV), que permanecem na esfera do mercado, não há [aparentemente] luta de classes, aqui se assina pacificamente o contrato de trabalho, todos são iguais, livres e proprietários realizando a "justa" troca de equivalentes. Mas já aparece o enigma: de onde pode surgir a mais-valia? Ao se abandonar "a cena barulhenta do mercado", como dizia Marx, ao se entrar, com a seção III, "A produção da mais-valia absoluta" (a partir do capítulo V), no interior do processo produtivo, ou seja, no interior da fábrica, as contradições se aprofundam. Desvela-se o segredo da mais-valia e começa abertamente a luta de classes, ainda que o combate se trave apenas para a conservação da classe trabalhadora (limitação da jornada de trabalho). Na seção IV, "A produção da mais-valia relativa", são destruídas as ilusões no aumento da produtividade do trabalho e, assim, em todo desenvolvimento e progresso, para a classe trabalhadora, no interior do modo de produção capitalista. Na seção VI, se analisam as diversas formas de salários e o que está escondido (em termos de exploração) atrás dessas formas. Até aqui todas as lutas

¹¹² Ver os textos *Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista e sobre O desenvolvimento (dialético) do Programa* de Hector Benoit.

¹¹³ Sobre a exposição, ver os textos “*Exposição e Método Dialético em O Capital*”, de Muller (1982), “*Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O Capital*”, de Benoit (1999), “*Da lógica com um “L” à lógica de O Capital*”, de Benoit (2003) e “*Notas (provisórias) sobre a relação Marx-Hegel*”, de Antunes (2016). Segundo Muller (1982, p. 4), nenhum dos elementos da dialética foi tão suprimido como o conceito de exposição, “como método de exposição dialética, portanto, distinto do ‘movimento efetivo’, ele supõe a apropriação analítica prévia do material econômico pesquisado, a investigação de ‘suas formas de desenvolvimento’ e da ‘sua conexão interna’, para então reconstruir discursivamente a lógica objetiva do material”. Segundo Benoit (2003, p.4), “a dialética é o instrumento metodológico que permite a Marx tentar superar a forma analítica de sua pesquisa, ou seja, a dialética é o método por meio do qual Marx procura reconstruir a totalidade viva do real. Isto é, a dialética seria o *logos* que procura reconstruir a totalidade viva do real, como essa se apresenta antes e aquém da ruptura analítica de um sujeito que, por abstrações perceptivas, aproximou-se de partes desta totalidade, dividindo-a e recortando-a. Aqui estaria a necessidade da dialética em Marx: como e enquanto modo de exposição. A dialética seria o retorno sintético do analítico ou a reconstrução concreta do universal”.

¹¹⁴ Para Antunes (2016), ao refletir sobre a questão da crise em *O Capital*, entende que, no sistema dialético de Hegel, o Absoluto, como momento do espírito, síntese, totalidade, contradição resolvida, retorno da identidade e da positividade, condiciona a negação da negação a ele próprio. Ao contrário, em Marx, a negação da negação não é a restauração da positividade ou do absoluto, mas a negatividade total do processo, é a superação das contradições, é crise no sentido amplo.

permanecem no interior dos limites aceitos pelo regime burguês: ainda se acredita na troca de equivalentes, ainda são obedecidas as leis burguesas, ainda não se desmascarou a legitimidade da propriedade burguesa sobre os meios de produção. Finalmente, com a seção VII (capítulo XXI e seguintes), com a análise da reprodução simples e da acumulação de capital, desvela-se para a classe trabalhadora que ela é paga (pela classe capitalista) com o seu próprio trabalho. É destruída a lei da troca de equivalentes. Com a acumulação primitiva se desvela finalmente o próprio pressuposto originário: a expropriação violenta dos produtores diretos, este era o princípio pressuposto historicamente que agora foi, finalmente, posto pela ex-posição. Aponta-se então para a negação da negação, a expropriação dos expropriadores. (BENOIT, 1997, p. 13-14)¹¹⁵.

Desse modo, Marx desvela logicamente o desdobramento das contradições históricas. Em outras palavras, as contradições da forma mercadoria – valor de uso, valor de troca e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato, mercadoria e dinheiro, capital e trabalho –, logicamente representadas, possuem como conteúdo essencial as contradições históricas e “[...] em última instância, todas as contradições históricas são redutíveis conceitualmente às contradições da luta de classes” (totalidade histórica) – contradição fundamental e pressuposto inicial que é exposto ao longo da obra e posto como projeto político no final.

De acordo com Benoit (2003, p. 7),

A luta de classes, que era, desde o começo, o motor pressuposto em todas as contradições categoriais, finalmente, aparece agora posta como fundamento, e ainda, a acumulação originária, por sua vez, mostra-se como tendendo para a negação da negação, a expropriação dos expropriadores.¹¹⁶

Para Benoit (2003, p. 6-7), o próprio *logos* de Marx é dialético, pois contradiz, não só a representação da Economia Política, mas sua própria representação, na medida em que nega os conceitos sucessivamente, “na verdade, nisto, nada mais faz do que reproduzir o discurso revolucionário da própria classe operária, que ao pregar a revolução socialista, uma revolução que abole as classes sociais, nega a si mesma como classe”.

Benoit (2007) evidencia que o modo de exposição d’*O Capital* é permeado pelo recurso metodológico da negação¹¹⁷. Para o autor, em Marx “[...] o negativo pode ser compreendido como um *transpassar* de regiões e gêneros. Quando dois gêneros se transpassam surge uma região antitética, uma região que não é nem o primeiro nem o segundo gênero exclusivamente,

¹¹⁵ Essa síntese foi melhor desenvolvida ao longo do texto “*Sobre a crítica (dialética) de O Capital*”, de Benoit (1996).

¹¹⁶ Sobre a luta de classes como fundamento da história ver Benoit (1998) e Antunes (2007).

¹¹⁷ “Nesse sentido, *O capital* seria a descrição de uma série de gêneros antitéticos que vão se cruzando e construindo novas antíteses, em cada cruzamento antitético que ocorre, o negativo se aprofunda. As antíteses que vão se construindo são cada vez mais amplas, até que o processo antitético se transforma numa totalidade contraditória insustentável, onde o negativo prevalece destruindo a identidade do modo de produção capitalista”. (BENOIT, 2007, p.2).

mas uma região que pertence a ambos, ao mesmo tempo e na mesma relação”. (BENOIT, 2006, p. 2).¹¹⁸

Nesse sentido, a negação da negação, proposta por Marx de *O Capital*, contém o *transpassar* do modo de produção capitalista ao socialismo. Como mostra Benoit (2005, 2008), existem três sentidos atribuídos à noção de “transição” na teoria marxista, ambos relativamente presentes na obra de Marx¹¹⁹, mas pode-se dizer que o sentido fundamental de transição contido em *O Capital* é a transição de um modo de produção para outro, bem como a expropriação dos expropriadores – transição do capitalismo para o socialismo. Essa transição, como o próprio nome diz, não é uma ruptura imediata, mas a negação da negação que surge já no interior do próprio capitalismo. Nas palavras de Marx (2013, p. 832), “[...] a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação”.

Segundo Benoit (1996), Marx, em *O Capital*, expõe o próprio movimento de consciência da classe operária, partindo da sua alienação mais imediata (suposta equivalência na troca) e avançando para o desenvolvimento de uma consciência no âmbito da legalidade (redução da jornada de trabalho) até a consciência revolucionária, onde rompe-se com a legalidade burguesa – contradição entre a legalidade e a ilegalidade sendo resolvida pelo processo revolucionário.

Benoit (1998b) compreende que Lenin sintetiza as duas fases revolucionárias do período pré-Lenin: a primeira (da Revolução Francesa até a metade do século XIX), de caráter pequeno burguês e clandestina, resulta no fracasso de 1848; e, a segunda (da segunda metade do século XIX até a Primeira Grande Guerra), de caráter legal e de massas, que funda uma burocracia sindical e partidária, culmina também no desastre, quando deputados socialistas votam a favor dos créditos para a guerra imperialista¹²⁰.

Lenin, no texto *Que Fazer?* de 1902, já indicava a necessidade de sintetizar os dois momentos revolucionários anteriores, construindo, assim, como advertiu Marx, uma

¹¹⁸ Para Benoit (2006), este *transpassar* só é possível dentro da tradição dialética da contradição, já que “[...] o ser é posto como contraditório já na imediatez de sua identidade”, ou seja, a antítese é imanente ao próprio ser – ver Benoit (1996b) sobre o *nascimento da razão negativa*.

¹¹⁹ “1) Um primeiro sentido é aquele de que ‘transição’ significa o modo pelo qual se caminha do interior do modo de produção capitalista ao momento revolucionário da tomada do poder de Estado pelo proletariado. 2) O segundo sentido corrente é aquele de que ‘transição’ designa o período que se desenvolve após a tomada do poder. Esta transição se desenvolveria por um longo período, em diversas fases, do socialismo ao comunismo. 3) Um terceiro sentido é aquele de que ‘transição’ designa o período de passagem de qualquer modo de produção para outro” (BENOIT, 2008, p.2).

¹²⁰ “Esse risco já era vislumbrado por Marx na célebre mensagem à Liga dos Comunistas, quando, em 1850, advertia que os trabalhadores e, particularmente, a Liga, deveriam construir o partido operário enquanto uma organização independente (selbständige), legal (öffentlich), mas também, ao mesmo tempo, clandestina (geheim).” (BENOIT, 1998b, p. 49).

organização legal e clandestina ao mesmo tempo. Contudo, influenciados¹²¹ pela social-democracia a pela estratégia, com sua visão dicotômica e não dialética, não possibilitava estabelecer uma relação entre níveis de organização tão distintos. Mais tarde, Lenin diferencia claramente os níveis organizativos de acordo com os níveis de consciência: nível clandestino, nível semilegal, nível legal.

Segundo Benoit (1998b, p. 55),

O nível clandestino representa a instância composta de operários, intelectuais e revolucionários profissionais que detêm conscientemente a teoria marxista e que na práxis da luta de classes romperam efetivamente com a legalidade burguesa; o nível semilegal representa os trabalhadores e jovens cuja consciência socialista já existe, mas está enraizada somente na experiência de algumas lutas travadas, sem grande continuidade, não permanece firme em períodos de refluxo; finalmente, o nível legal é constituído por trabalhadores e jovens que apenas começam a entrar em movimento através de um primeiro momento contraditório com as leis e ilusões do mundo capitalista das mercadorias.

Desse modo, assim como Marx em *O Capital*, em Lenin:

[...] trata-se de conduzir dialeticamente o proletariado do nível legal (instância do mercado — conflitos econômicos no ato da compra e venda da força de trabalho) ao nível semilegal (a instância abertamente contraditória dos “segredos” da produção de mais-valia) e finalmente ao nível ilegal (momento em que se descobre a ilegalidade do próprio sistema capitalista embasado na violência aberta da luta de classes). (BENOIT, 1998b, p. 55).

Segundo Benoit (1998b), assim como em *O Capital*, para Lenin, o pressuposto (negação da legalidade burguesa) existe desde o início, mas ainda não é posto para a classe trabalhadora. A *exposição* desse pressuposto deve ser feita por meio da práxis e da vanguarda revolucionária (Partido). Para Lenin, nesse sentido, é um erro considerar todos como membros do partido, assim como consideravam os mencheviques¹²², já que a entrada de “legalistas” no nível de organização clandestino (Partido) abria caminho para o oportunismo e a burocratização operária.

¹²¹ Sabe-se que na II Internacional Socialista, fundada em 1889, prevaleceu o posicionamento da social-democracia na esquerda.

¹²² Os mencheviques (moles) e os bolcheviques (duros) eram oposições no interior do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), divididos por divergências entre Vladimir Lenin e Julius Martov. O jovem Trotsky se identificou com os mencheviques. Segundo ele, as divergências se deram, inicialmente, porque Lenin identificava o partido como organização clandestina e Martov queria abrir a organização para outras seções organizativas (TRÓTSKI, 1969).

Dessa forma, não se trata de impor mecanicamente à classe trabalhadora – que em sua maioria, vive na legalidade burguesa e no estranhamento¹²³ do mercado – o pressuposto da revolução. Pelo contrário, assim como exposto por Marx em *O Capital*, trata-se de colocar em movimento a consciência de classe, do imediatismo de sua consciência estranhada às lutas sindicais e das lutas sindicais ao projeto revolucionário. Nessa perspectiva, é não dialética a atuação da esquerda quando esta quer impor o pressuposto da luta de classes e da revolução socialista aos trabalhadores que sequer têm um nível de consciência sindical.

Dessa maneira,

[...] trata-se, para Lenin, de estabelecer uma dialética interna entre os diversos níveis de forma que a vanguarda ilegal, desencadeadora do processo, dirige-se para os níveis legais e semilegais elevando camadas cada vez maiores para o nível ilegal ou revolucionário.[...] A teoria leninista de partido não é assim nenhum dos momentos tomados isoladamente, mas, muito mais, é essencialmente o próprio processo dialético ou o movimento que se desenvolve do ilegal (vanguarda) ao legal (a maioria do proletariado) que retorna ao ilegal (insurreição). (BENOIT, 1998b, p. 59-60).

Em suma, a interpretação leninista da obra *O Capital*¹²⁴ permitiu ver no pensamento dialético de Marx, não só a crítica à ciência burguesa ou uma obra científica, mas a exposição de um programa revolucionário. Na exposição de *O Capital*, Marx parte das relações imediatas do mercado e sua aparente equivalência, mas vai aos poucos desvelando a consciência do proletariado, na seção III a VI do Livro I, em que, como observa Benoit e Antunes (2016, p. 43), “os operários surgem como uma categoria determinada da sociedade, reunidos pelo capital em torno de uma grande fábrica e lutando por reivindicações positivas de caráter sindical”. Marx, desde o início, tem como pressuposto a luta de classes, mas expõe e desvela essa consciência, pouco a pouco, até a necessária negação da negação ou revolução socialista.

¹²³ No marxismo, os termos *alienação* [Entäusserung] e *estranhamento* [Entfremdung] podem ser interpretados de duas maneiras. Frequentemente, utilizamos a palavra *alienação* e *estranhamento* como sinônimos que expressam o efeito negativo do trabalho na sociedade capitalista sob a consciência do trabalhador. Contudo, Lukács, na sua obra *Para a ontologia do Ser Social II*, na tradução da Boitempo, de 2013, refere-se ao efeito negativo das relações sociais de produção capitalista na consciência do trabalhador somente como *estranhamento*. Por sua vez, para esse autor, a *alienação* pode ser compreendida como a *exteriorização* da subjetividade do homem ao realizar o processo do trabalho e, desse modo, não necessariamente, possui um caráter ontologicamente negativo, mas necessário e independente de qualquer modo de produção. Partimos da interpretação lukácsiana de alienação e estranhamento e, assim, justificamos a utilização do termo *estranhamento* quando nos referirmos às formas negativas produzidas pelos processos de alienação. Todavia, a tradução de *Para a Ontologia do Ser Social*, do Instituto Veredas, de 2019, as palavras *estranhamento* e *alienação* são tomadas como sinônimo e expressam o sentido negativo do processo. Nisso, para o presente momento, quando nos referimos ao processo negativo utilizaremos o termo estranhamento.

¹²⁴ Sobretudo, após os estudos de Lenin sobre a *Ciência da Lógica* de Hegel.

A respeito disso, os manuais de método, amplamente produzidos e difundidos pelo estalinismo¹²⁵, oriundos de uma interpretação não dialética, não só foram incapazes de ler a obra *O Capital* de Marx em sua totalidade e em seu sentido revolucionário, como levaram tragicamente a classe trabalhadora ao fracasso na luta contra o capital. A manualização, que se refere à redução de conceitos desenvolvidos dialeticamente ao longo da exposição em conceitos estáticos e acabados, aliada às noções vagas de dialética que fragmentam partes da obra e a tomam mecanicamente, estancaram o sentido expositivo dialético de um projeto político revolucionário em movimento.

Em suma, a obra máxima de Marx, ao longo de sua exposição, revela um projeto político de classe que ultrapassa as categorias analíticas da economia política. Marx expõe, mais do que essas categorias, as contradições da consciência de classe em si à consciência de classe para si. Expõe, também, as contradições da legalidade burguesa à ilegalidade da classe trabalhadora – rompimento com a exploração capitalista do trabalho por meio da revolução socialista.

Com sua razão materialista dialética, Marx, preocupou-se em “[...] descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa”, mas, mais do que isso, preocupou-se com “[...] a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a **transição** de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra”. (KAUFMANN apud MARX, 2013, p. 89, grifo nosso). Nas palavras do próprio Marx (2013, p. 91), ela “apreende toda a forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária”.

Realizadas essas considerações sobre o caráter político e programático contido em *O Capital*, avançamos para a segunda parte deste capítulo, no qual sintetizamos a perspectiva de Trótski sobre o processo revolucionário, mostrando que o *Programa de Transição* é a síntese das experiências revolucionárias vividas e a sistematização do programa político de *O Capital*.

4.2 TRÓTSKI E O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Leon Trótski, nascido em 1879, em Ianovka, no interior da Ucrânia, foi um intelectual e revolucionário marxista que atuou ao lado de Lenin na Revolução Russa de 1905 e 1917. Nesta última, foi o organizador do Exército Vermelho, tornando-se um dos principais membros do Partido Bolchevique. Possui uma vasta contribuição teórica sobre a revolução russa, a literatura, a América Latina, entre outros temas relacionados à história e à teoria marxista.

¹²⁵ Concordamos com Netto (2019, p. 305) que “assim como nenhum pensador responsável do século XX pode eximir-se de um confronto com o marxismo, nenhum pensador marxista pode elidir-se de um exame do stalinismo, um dos resultados do fracasso da Revolução no Ocidente”.

Após a morte de Lenin, dedicou-se em disputar a direção do partido comunista russo e defender seus ideais teóricos e estratégicos – sobretudo em nome do internacionalismo revolucionário –, contudo, logo passou a ser perseguido por Stálin e toda a burocracia russa que se formara devido suas divergências com o partido comunista russo logo após a morte de Lênin. Conseguiu exílio no México, onde pode escrever seus livros e se defender da difamação em massa produzida pelos partidos comunistas. Morreu na Cidade do México, assassinado por Ramón Mercader, agente estalinista do Partido Russo.

Antes de sua morte, fundou, na França, em 1938, a IV Internacional Comunista, norteando-se estrategicamente pelo *Programa de Transição*. Esse é resultado não só das experiências adquiridas ao longo da sua vida, mas também da apropriação teórica da obra de Marx.

Para Trótski, as condições objetivas para a transição socialista já estavam amadurecidas, contudo, as condições subjetivas ainda não porque faltava a formação de um partido revolucionário. Por isso, considerou que uma das tarefas da IV Internacional era a superação dessa contradição. Em outras palavras, a construção de um partido revolucionário que resgatasse o projeto político de Marx e orientasse os trabalhadores no sentido da transição socialista, rompendo com a “crise histórica da direção do proletariado”.

Segundo ele:

É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrarem a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista de revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de reivindicações transitórias, que parta das condições atuais e da consciência atual de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma direção: a conquista do poder pelo proletariado. (TRÓTSKI, 1980, p. 14).

Desse modo, a ponte é a transição ou o caminho entre as reivindicações econômicas e imediatas da classe às reivindicações políticas pela conquista do poder operário. Esse caminho esteve comprometido, após a morte de Lenin, quando a III Internacional regressa teoricamente nas interpretações dicotômicas da social-democracia, difundidas na II Internacional, ou seja, retorna a interpretações que dicotomizam as lutas políticas e econômicas.

Segundo Trótski, a social-democracia dividia seu programa em duas partes independentes: o *Programa Mínimo* “que se limitava a reformas no quadro da sociedade” e *Programa Máximo* “que prometia para um futuro indeterminado, a substituição do capitalismo pelo socialismo”, ambos sem nenhuma mediação. Mediação que, de acordo com Trótski, não é

necessária para a social-democracia, pois ela fala em socialismo só em dias de festa. (TRÓTSKI, 1980, p. 14).

Nesse sentido, defende que:

A Quarta Internacional não rejeita o programa das velhas reivindicações “mínimas”, na medida que elas conservam, ao menos em parte, alguma força vital. Defende, incansavelmente, os direitos democráticos dos operários no quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais, “mínimas” das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo – a Quarta Internacional levanta um sistema de **reivindicações transitórias**, cuja essência reside no fato de que, cada vez mais aberta e resolutamente, elas estarão dirigidas contra as próprias bases do sistema burguês. O velho “programa mínimo” é ultrapassado pelo **programa de transição**, cuja tarefa consiste na mobilização sistemática das massas em direção à evolução proletária. (TRÓTSKI, 1980, p. 15, grifos nossos).

As duas primeiras e impulsionadoras reivindicações transitórias são a **escala móvel de salários** – “aumentos automáticos de salários de acordo com a elevação dos preços dos artigos de consumo” – e a **escala móvel de horas de trabalho** – redução da jornada de trabalho com a repartição do trabalho com a massa de desempregados, sem redução dos salários. Ambas são traduzidas pela luta pelo “trabalho e condições de vida para todos” e buscam combater o “desemprego e a alta do custo de vida”. Essas duas reivindicações carregam em si a capacidade de desencadear todo o desenvolvimento posterior do programa de transição, até a chegada do socialismo.

As duas escalas móveis são o início da transição, ou seja, da ponte entre a luta econômica, dentro dos limites da sociedade capitalista, para a luta política revolucionária, pois residem em um campo antitético. Em outras palavras, elas são, aparentemente “mínimas” e “econômicas” – pois parecem estar dentro dos limites da sociedade capitalista, das reivindicações econômicas e sindicais – mas, essencialmente, são “transitórias” porque implicam, necessariamente, uma outra economia: o socialismo. Essa verdadeira face das duas reivindicações se revela no desenvolver do movimento das massas, quando os empresários e o Estado alegarem a inviabilidade de atendimento de ambas as reivindicações de modo intransigente e combinado para todos.¹²⁶

¹²⁶ “O programa é perfeitamente realizável no interior de uma ou outra empresa e talvez numa região, durante um determinado tempo (pois logo tornaria a empresa ou região não competitiva, mesmo no mercado nacional), mas certamente, é impossível e explosivo na medida em que se generalizar a diversas empresas, a regiões, em nível nacional, para não dizer em nível internacional. Tanto é assim que a mobilidade, sempre presente no grande capital e hoje acelerada, visa justamente escapar de reivindicações como essas que limitam e, a médio e longo prazo, exterminam as próprias leis de funcionamento da “livre” compra e venda da força de trabalho no mercado. As duas escalas móveis combinadas, apesar de aparecerem como reivindicações mínimas, são assim portanto

Em outras palavras, sob o capitalismo não existe trabalho e condições de vida dignas para toda a população. Desse modo, lutar por emprego e salários reajustados mensalmente para todos é equivalente a lutar pelo socialismo e derrubada do capitalismo, com a diferença de que as primeiras palavras de ordem coincidem com a consciência estranhada e imediata das massas.

De acordo com Trótski, é evidente que inúmeras reivindicações parciais surgem e ressurgem de diferentes circunstâncias, seja no âmbito nacional, local ou profissional – assim como os professores reivindicam o aumento das horas atividades, bancários reivindicam a participação dos lucros, os operários reivindicam insalubridade, os servidores públicos reivindicam concursos, entre outros exemplos. Mas, de todos os males do capitalismo, **o desemprego e o aumento do custo de vida** são comuns a todos os segmentos da classe trabalhadora assalariada.

Com o agravamento da crise econômica, torna-se evidente que o capital depende do desemprego e da desvalorização salarial, portanto, a realização das escalas móveis só pode acontecer de modo muito localizado. É importante destacar que estamos vivenciando, segundo Mészáros (2009), um momento de crise estrutural do capital¹²⁷ que apresenta como um dos seus limites o desemprego crônico e estrutural e o esgotamento do potencial civilizatório do capital.

Nesse contexto, valendo-se das observações de Trótski, que no Programa de Transição já indicavam para um esgotamento do imperialismo:

Os proprietários e seus advogados, demonstrarão a “impossibilidade de atender” estas reivindicações. [...] Os operários rejeitarão categoricamente esses argumentos. [...] se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, então que morra! (TRÓTSKI, 1938, p. 70).

reivindicações transitórias, pois carregam em si o desenvolvimento e a ampliação das contradições insuperáveis do modo de produção capitalista. As duas escalas combinadas colocam a conservação dos salários atuais e o pleno emprego, ou seja, colocam algo que só pode ser atingido com o fim do mercado de trabalho, portanto, algo que só pode ser atingido, com a supressão do capitalismo, por uma economia socialista planejada”. (BENOIT, 1997, p. 35).

¹²⁷ Mészáros (2002, p. 796) justifica que vivemos uma crise estrutural do capital valendo-se das seguintes características: “1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia”.

Nesse sentido, o pressuposto da luta de classes e da revolução socialista existe apenas enquanto possibilidade, até mesmo na própria ideologia conservadora e imediatista das massas quando luta por salários e emprego, é preciso, pois, revelá-lo no processo de luta. Esse pressuposto não está posto desde o início, será exposto ao longo do processo de transição.

Desse modo,

Esta experiência (da unidade dialética entre o econômico e o político) vivida na Revolução Russa atestou a força das reivindicações econômicas que se embasam em contradições estruturais do modo de produção capitalista e como, a partir delas, se constrói a dualidade de poder primeiramente localizada, depois em âmbito nacional, surgindo daí o poder revolucionário dos conselhos e a expropriação dos expropriadores. (BENOIT, 1997, p. 18).

Pensando *O Capital*, como obra programática, Marx não apresenta desde o início o projeto político revolucionário (negação da negação ou expropriação dos expropriadores), “[...] não é uma sobreposição dogmática ou arbitrária, não é uma “conscientização” cultural, ética ou humanista posta exteriormente, mas sim, apenas o desencadear do processo de contradições”. Em Marx, “O ‘programa’ político (subjetivo) mostra-se (ao final do processo) como inseparável do econômico (objetivo) e surgindo imanentemente dele”. (BENOIT, 1997, p. 15).

Segundo Benoit (1997, p. 18), a Revolução Russa foi o grande desenvolvimento histórico de *O Capital*, mostrando que “[...] as contradições econômicas, diretamente materiais e objetivas, seriam também e, ao mesmo tempo, políticas e subjetivas, bastaria desenvolvê-las dialeticamente”. Apesar de serem comprovadas com a revolução, a unidade contraditória entre econômico e político só foi sistematizada por Trótski em 1938.

Apesar da crítica revolucionária de Marx, do *Programa de Transição* de Trótski e da experiência da revolução russa, a esquerda se orienta por um programa não dialético. O início do retorno à interpretação dicotômica da social-democracia da II Internacional é o V Congresso da III Internacional, em 1924, ano também da morte de Lênin. Nesse Congresso, há o desaparecimento da noção de reivindicações transitórias, que já havia sido esboçado em alguns documentos, e o retorno das chamadas reivindicações parciais do antigo programa mínimo.¹²⁸

¹²⁸ Segundo Benoit (1997, p. 26), o programa passa a ser visto de modo simplista e mecânico, “bastando para isto sempre agitar, juntamente com as reivindicações parciais, aquelas pela derrocada do capitalismo. Tratava-se de pensar a passagem entre o particular e o geral sem qualquer pressuposto, e acreditando que a garantia de que o particular desembocaria no geral poderia ser dada pelo constante adiantamento (“esquerdista”) do geral em cada momento particular; como se o geral pudesse externamente “puxar” ou “rebocar” (quase como um guincho) o particular. O resultado desta forma de compreender o processo do programa é um “encavalamento” entre o particular e o geral, que resulta num “amontoado” de palavras de ordem sem qualquer ordem, sem qualquer modo de exposição”.

Em outras palavras, a partir desse retrocesso teórico¹²⁹, passa-se a acreditar que o interesse político do partido (geral) deve “puxar” os interesses econômicos da classe (particular). A tragicidade deste equívoco teórico e contrarrevolucionário se mostra em diferentes países e nos vários fracassos do movimento operário.

Na prática ou na teoria, o programa pseudorrevolucionário da burocracia estalinista predomina, pois é comum ouvir, entre intelectuais ou militantes, que os sindicatos atuam na luta econômica e imediata da classe trabalhadora – melhores salários, emprego e condições de vida – e que essa atuação está limitada à sociedade capitalista e que, portanto, as reivindicações econômicas devem dar lugar às lutas políticas, caso os sindicatos queiram contribuir para um processo revolucionário, mas essa substituição aparece de forma arbitrária e mecânica, sem nenhuma mediação.

Podemos encontrar a gênese dessa perspectiva no texto *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels, quando comenta que os sindicatos e associações devem anular a concorrência que existe entre os próprios trabalhadores¹³⁰. O texto apresenta a relação entre os ciclos econômicos e a população excedente de trabalhadores na Inglaterra, a qual determina, em certa medida, os salários e o número de empregos. Por conta dos ciclos favoráveis e desfavoráveis, os sindicatos marcaram, na Inglaterra, uma história de fracassos e vitórias. (ENGELS, 2008).

Segundo ele:

Todos os esforços naturalmente não podem alterar a lei econômica segundo a qual os salários são determinados pela relação entre a oferta e procura no mercado de trabalho. [...] as associações exigem um aumento salarial após uma crise mais rapidamente do que ocorreria sem a sua intervenção. [...] Mas, para resistir às forças mais consideráveis que influenciam o mercado de trabalho, as associações são impotentes. (ENGELS, 2008, p. 57-58).

Percebe-se que Engels, nesse momento, tem uma visão pouco dialética das lutas da classe trabalhadora, a ponto de entender que a classe trabalhadora é “naturalmente” impotente frente os ciclos econômicos – colocando o socialismo como mera utopia.

Apesar disso, concordamos com Engels ao afirmar que “a maioria das greves termina em desvantagem para os operários” em tempos de crise, porém, não podemos naturalizar a incapacidade dos trabalhadores na luta contra os problemas manifestos em ciclos econômicos.

¹²⁹ Trótski, além de Lenin, não tiveram participação, pois em virtude das divergências internas no PC Russo, estava fora do Congresso e sofria o início das perseguições comandadas por Stálin.

¹³⁰ Para Engels (2008, p. 45), a concorrência individual está presente em todas as classes, “os trabalhadores estão em constante competição entre eles mesmos, assim como os membros da burguesia entre si mesmos”.

Paradoxalmente, Engels (2008, p.58-59, grifos nossos) se pergunta “Por que os operários entram em greve nestes casos, quando a inutilidade de tais medidas é tão evidente?” e logo responde “simplesmente porque devem protestar contra toda redução, mesmo se ditada pela necessidade [...] porque o silêncio de sua parte seria um reconhecimento destas condições sociais, uma admissão do direito da burguesia de explorar os operários nos bons tempos e deixá-los morrer de fome nos maus”. Apesar de considerar inútil, em certa medida, Engels considera que as greves são a primeira tentativa de pôr fim à concorrência entre os operários, são verdadeiras escolas de guerra.

Em outra ocasião, Engels (2008, p. 69) afirma que os sindicatos existem para forçar os patrões a “aplicar a lei econômica dos salários”, ou seja, existem para que, em tempos de bonança, o capitalista volte a aplicar reajustes salariais. Engels (2008, p.72) reforça que “[...] as flutuações econômicas, pelo menos uma vez a cada dez anos, anulam tudo o que se havia conquistado com muita luta e esta deve recomeçar desde o princípio. É um círculo vicioso”.

Na perspectiva de Trótski, não podemos aceitar que a lei econômica burguesa dos salários oriente a luta dos operários e, muito menos, estabeleça derrotas em momentos de crise. Pelo contrário, devemos enfrentar, por meio das reivindicações pelas escalas móveis, a lei econômica dos salários e do emprego nos momentos em que ela mais precisa ser aplicada – na crise econômica.

Na contramão dessa perspectiva, Engels considera que o movimento que “[...] gira exclusivamente em torno dos problemas de **aumento de salários e de diminuição das horas de trabalho**, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado”. (ENGELS, 2008, p. 75, grifos nossos). Para ele, esse é o caminho errado, mas não percebe que esse círculo vicioso existe porque, como ele mesmo sugeriu, os sindicatos voltam a agir nos tempos de bonança. Então, nos perguntamos: Como podemos afirmar que “desde há muito está no caminho errado”, se este caminho sequer havia sido trilhado efetivamente?

Por sua vez, Marx já apontava sua visão dialética no texto *O papel econômico imediato dos sindicatos*, ao considerar que:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. (MARX, 2008, p.63, grifos nossos).

Em *A miséria da filosofia*, Marx ainda acrescenta:

[...] **a manutenção do salário, esse interesse comum** que possuem contra o patrão, reúnem-nas num mesmo pensamento de resistência-coligação. Por isso, a coligação tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para que possam fazer uma concorrência geral ao capitalista. **Se o primeiro objetivo de resistência se limitou à manutenção dos salários**, à medida em que os capitalistas se reúnem por sua vez num mesmo pensamento de repressão, **as coligações**, à princípio isoladas, **constituem-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que o salário**. [...] **Nessa luta [...] reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez atingido esse ponto, a associação assume um caráter político.** (MARX, 2008b, p. 67, grifos nossos).

Fica evidente que Marx entende que o papel dos sindicatos é a luta pela manutenção dos salários, tal como pensava Trótski, e essa luta poderia levar os trabalhadores a defender sua organização em associação perante os capitalistas unidos. Essa luta, segundo Marx, desenvolve os elementos necessários para que as associações assumissem um caráter político. Vejamos que Marx vê a luta da classe trabalhadora dialeticamente, pois segundo ele, a luta política surge do movimento colocado em jogo pelas lutas econômicas, todavia, há a necessidade de uma mediação/transição a ser realizada.

Na sequência do texto, acrescenta Marx:

A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. **Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma.** O que defende tornam-se interesses de classe. **Mas a luta de classes como classe é uma luta política.** (MARX, 2008, p. 67, grifos nossos).

No trecho anterior aprendemos, com Marx, que a existência de interesses comuns entre a massa da população é a determinação para a constituição de uma classe. Mas o seu interesse comum, no caso dos trabalhadores, é imediatamente interesse econômico – emprego e salário. No transitar de uma fase da luta para outra – fases que Marx deu indícios na penúltima citação desse texto – a classe pode se constituir em classe para si mesma, chega-se, desse modo, à verdadeira luta de classes e à luta política. Fica, dessa forma, mais claro que, em Marx, não há uma visão dicotômica de luta política e luta econômica.

O ponto de partida do *Programa de Transição* é, assim como em *O Capital*, a esfera do mercado e da circulação, da suposta troca “justa” de “equivalentes” (compra e venda de mercadoria força de trabalho), mas são logo reveladas as contradições inerentes da esfera da produção (a inexistência de uma troca justa entre força de trabalho e salário) que só são solucionáveis com a negação da forma assalariada do trabalho.

O marxismo supostamente leninista de Stálin sobrevive dos textos não dialéticos de Engels e de fragmentos de textos de Lenin em sua fase “pré-dialética”¹³¹, resultando numa leitura fragmentada de Lenin e Marx, afastando-os de Trótski.

Por isso, não comungamos com as análises dicotômicas sobre lutas políticas e lutas econômicas, pois compreendemos que tais leituras estão alinhadas aos interesses da social-democracia e, portanto, da própria sociedade burguesa. Elas impossibilitam uma interpretação dialética da luta de classes, uma vez que deslocam a possibilidade de um processo revolucionário para um futuro indeterminado, tomando o socialismo abstratamente.

Trótski sabe que a social-democracia fala em socialismo somente em tempo de bonança ou “em tempos de festa”, justamente por ser reformista e não possuir nem um ideal revolucionário, muito menos um programa estratégico nessa perspectiva. Trótski rompeu com essa lógica dicotômica e, portanto, não dialética, ao formular a transição entre os interesses imediatos (econômicos) aos interesses políticos de classe para si (abolição do trabalho assalariado). O *Programa de Transição* pressupõe o desenvolver das capacidades imanes das reivindicações sindicais de se tornar a negação das próprias reivindicações.

Na próxima seção, veremos como o sindicato pode atuar no desenvolvimento do programa de transição.

4.3 SINDICATOS E COMITÊS DE FÁBRICA NO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Para a luta pelas reivindicações parciais e pelas escalas móveis, os sindicatos se tornam organizações fundamentais da classe trabalhadora. Por isso, Trótski (1980) considera que é fundamental a atuação da vanguarda no interior de sindicatos de massa, a fim de lutar contra toda a burocracia do Estado, tenha ele aparência fascista ou “democrática”. Acrescenta, ainda, que são equivocadas as tentativas sectárias de criar sindicatos “revolucionários” à parte da grande massa sindical.

Desse modo, a luta por “trabalho e manutenção das condições de vida” tem nos sindicatos a sua organização privilegiada, contudo, não se pode superestimar essas organizações, por três principais razões:

a – Os sindicatos não têm e não podem ter programa revolucionário acabado, em virtude de suas tarefas, de sua composição e do caráter de seu recrutamento. Por isso, eles não podem substituir o Partido. [...]

¹³¹ Ver Koutchin (2017), sobre o primeiro e o segundo leninismo.

- b – Os sindicatos, menos os mais poderosos, não congregam mais de 20 a 25% da classe operária que, aliás, são suas camadas melhor qualificadas e melhor remuneradas. A maioria mais oprimida da classe operária só é levada à luta episodicamente, em períodos de excepcional ascenso do movimento operário. [...]
- c – Como organização representativa das camadas superiores do proletariado, os sindicatos [...] envolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático-burguês. (TRÓTSKI, 1980, p. 18).

Nesse sentido, Trótski (1980) deixa claro quais são os limites dos sindicatos na sociedade capitalista que, para serem superados, dependem fundamentalmente da atuação do partido político. Nessa perspectiva, portanto, a filiação do sindicato em centrais e partidos, verdadeiramente classistas, não é inibidor de liberdade e autonomia, pelo contrário, é a possibilidade do fortalecimento dessas instituições que, por sua natureza, limitam-se às questões econômicas.

Apesar dessas razões, os sindicatos são fundamentais, mas devem ser orientados pelo partido político, que tem um papel para além da estrutura sindical e do legalismo. Trótski acrescenta que, por sua natureza e composição, os dirigentes sindicais tendem a neutralizar os movimentos de massa nos momentos mais agudos. Daí a necessidade de lutar pela renovação das cúpulas sindicais, contra os funcionários rotineiros e carreiristas e contra toda a burocracia sindical.

Nesse sentido, é necessário ponderar a relação entre os sindicatos e os partidos políticos, pois, por um lado há a necessidade de o partido político revolucionário conduzir a formação política dos dirigentes sindicais, bem como orientar e fortalecer as suas lutas, por outro lado, os sindicatos devem preservar sua autonomia frente aos partidos, que, na sua maioria, não são revolucionários.

Como sugere Trótski, as escalas móveis podem estar combinadas com as *reivindicações parciais* – pautas específicas das diversas categorias – mas, só as transitórias são irrealizáveis, no modo de produção capitalista, de modo combinado, generalizado e intransigente¹³². Para deixar mais claro, a relação entre as escalas móveis e o funcionamento do capitalismo, vejamos a síntese que Dillenburg (2017, p. 225) elaborada a respeito da análise de Marx sobre as crises cíclicas do capital:

¹³² Se trata da incapacidade do capitalismo do pleno emprego e da valorização dos salários. Marx, na seção III do livro III, da obra *O Capital*, demonstra quais são as contra tendências da queda tendencial da taxa de lucro, ou seja, quais são as saídas do capital para a crise. Dentre elas, o exército industrial reserva o aumento do grau de exploração e compreensão dos salários abaixo do seu valor. Mas, a crise, propriamente, não pode ser evitada, ela faz parte da lógica de funcionamento do capital.

A atividade excessiva do capital provoca uma elevação da demanda por força de trabalho, reduzindo o desemprego e aumentando, com isso, o poder de barganha dos trabalhadores para conquistar melhores salários. Quando o aumento dos salários não é compensado pela magnitude da acumulação do capital, há a diminuição da massa de lucro, o que torna injustificável, do ponto de vista do capital, a realização de novos investimentos produtivos. Eis o momento da crise. A acumulação do capital é interrompida quando os capitalistas deixam de investir. Esta concepção da crise demonstra que o capital é incapaz de suportar, de maneira generalizada, a redução do desemprego e a elevação dos salários. Em outras palavras, quando a classe trabalhadora começa a melhorar suas condições de vida, o capital entra em crise. Para superar a crise, o capital freia a acumulação, força a falência de empresas, demite trabalhadores, reduz os salários, para, com isso, recuperar a curva ascendente da massa de lucro, seu único objetivo. A solução da crise, no entanto, não ocorre sem conflitos. As demissões em massa e a redução dos salários acentuam as contradições entre as classes, pois representam um retorno ao princípio que fundamenta o capitalismo desde a sua origem, a separação violenta entre os trabalhadores e os meios de produção indispensáveis à produção de sua sobrevivência. Por isso, a violência originária contida nas demissões em massa faz das crises do capital momentos privilegiados para a superação deste modo de produção baseado no lucro. (DILLENBURG, 2017, p. 225).

Como se percebe, o capitalismo é incapaz não só de conviver com o crescimento econômico da classe trabalhadora, como é incapaz de manter suas condições de vida. Por isso, ao sentir a queda da massa de lucros, imediatamente, fomenta o desemprego e o rebaixamento dos salários. Dessa forma, a luta pelas duas escalas móveis é fundamental para a superação do capital. O sindicato que abre mão dessas reivindicações, em nome de reivindicações mais “amplas” e “políticas” – exceto se o fazem de modo combinado –, estão trabalhando dentro da lógica capitalista, pois atuam de maneira reformista.

É preciso mostrar aos trabalhadores que eles não podem pagar as contas de um mal que eles não produzem. Segurar as massas e os movimentos em tempos de crise, mesmo com supostas pautas políticas e democráticas, é compactuar com a burguesia e dar fôlego a ela. É permitir que ela recupere seus níveis de exploração, implicando na perda da oportunidade de mostrar aos trabalhadores que só a revolução pode solucionar a contradição da crise.

Nesse sentido, não basta lutar por reajustes salariais apenas nos momentos de crescimento econômico, momento em que é comum as diferentes categorias conquistarem elevação dos salários. É necessário fazer uma defesa contínua pela manutenção das condições de vida da classe trabalhadora, de modo geral, e contra o desemprego. Acontece que, na maioria das vezes, os sindicatos se orientam pela social-democracia que, como alertou Trótski, fala em socialismo só em dias de festa e, nos tempos de crise, são os grandes neutralizadores da luta de classe.

Nos dias de bonança, a esquerda ligada à social-democracia acredita em aperfeiçoamento do capitalismo e sonha com a continuidade do crescimento salarial, sonha com o pleno emprego e com as reformas democrático-burguesas. O que fazem, na prática, é fomentar

a burocracia sindical para, nos tempos difíceis da crise, controlar e silenciar a classe operária mediante o foco na preservação da estrutura sindical.

A história do movimento operário brasileiro exemplifica os efeitos dessa estratégia reformista presente nos partidos e sindicatos – nos vários momentos em que os próprios “comunistas” apelam para a classe trabalhadora “apertar os cintos”. Na própria literatura sobre sindicalismo, é visível o consenso conformado da incapacidade das greves nos momentos de crise, fala-se até que esse é o momento de mudarmos as pautas “econômicas” para as pautas “políticas”.

As justificativas que surgem de sindicatos e centrais sindicais são as mesmas de sempre, “a greve gera um desgaste desnecessário”, ou seja, conforma-se com a expropriação e exploração violenta do capital sobre os trabalhadores. Espera-se, desse modo, a fase de crescimento da acumulação capitalista para se sentirem confortáveis em mendigar as migalhas para o trabalhador – que, na maioria das vezes, jamais recuperam os salários perdidos. Infelizmente, a ausência de uma leitura dialética da luta de classes (luta econômica e luta política) resulta nesse reformismo sindical.

No caso do sindicalismo docente, essa submissão está caracterizada pela falta de orçamento do ente federado, que submete a categoria ao arrocho salarial. Com isso, devemos questionar as entidades sindicais que subordinam a sua atuação aos limites e possibilidades do município, quando deveriam estar lutando pelas reivindicações salariais de suas bases.

Com o crescimento da exploração capitalista – sobretudo nos momentos de crise econômica, como nos dias de hoje, em que o desemprego só aumenta e o salário diminui¹³³ –, a classe trabalhadora precisa encontrar respostas, nos partidos políticos e sindicatos, que contemplem a sua insatisfação. No caso atual brasileiro, a esquerda não só se isentou de explicar as contradições que surgiram ainda nos governos petistas como optou por apoiar essas contradições – o resultado não poderia ser menos desastroso.

Na maioria das vezes, culpa-se a própria classe trabalhadora pela ausência da consciência de classe, porém, não são os trabalhadores que partem do pressuposto da luta de classes e que têm acesso à produção crítica e revolucionária. Como vimos, o *estranhamento* das massas é o estado natural desse nebuloso mundo que aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”. A ausência da consciência de classe é resultado da crença na justiça e na

¹³³ Segundo dados da PNAD/IBGE, em 2020, o desemprego afetou cerca de 13,3% da população ativa brasileira, contudo, sabe-se que o número de desempregados é ainda maior, pois o IBGE não considera nesses 13,3% as pessoas que desistiram de procurar emprego, nem aquelas que trabalham na informalidade, fazendo “bicos”, ou com jornadas de trabalho intermitente. Consequentemente, neste mesmo ano, o reajuste do salário mínimo foi bem abaixo da inflação, ocasionando perdas salariais.

regulação burguesa, da crença na “equivalência” da esfera da circulação e do consumo. Para romper com esse estranhamento, é necessário deixar o perturbado mundo da compra e venda de mercadorias (força de trabalho) e, com isso, a fantasia da legalidade do contrato. É preciso conhecer as contradições fundamentais da produção capitalista (mais-valia) e revelar a sua incapacidade de ser reformada.

Os sindicatos que deixam de lado as contradições oriundas do próprio capitalismo – aceitando a “lei geral dos salários” – optam por não contribuir com o desvelamento da exploração capitalista. Os sindicatos que só lutam por emprego e manutenção das condições de vida em momentos de “festa”, optam em trabalhar dentro dos limites da sociedade burguesa – mesmo que, discursivamente, falem em socialismo.

Na perspectiva de Trótski, para que a classe trabalhadora, submersa nas ilusões da sociedade capitalista, construa um movimento classista de caráter revolucionário é preciso partir de seu imediato, o econômico, ou seja, daquilo que se manifesta cotidianamente a ela. A imposição de uma perspectiva socialista e do pressuposto de luta de classe, desde o início, é uma arbitrariedade. A consciência de classe para si não é, portanto, condição *a priori* para uma transformação radical dessa sociedade, mas o resultado desse processo.

Nesse sentido, é a partir das ações do partido político, fomentando a bandeira das escalas móveis nos sindicatos, que se desencadearão todas as outras reivindicações transitórias e, com isso, a revelação das contradições do capital e a necessidade de uma economia planificada socialista.

No avançar das lutas pelas escalas móveis, as greves aumentariam e se generalizariam pelos vários setores produtivos. A inviabilidade do capitalismo de atender a reivindicação de “emprego e manutenção das condições de vida”, levaria os trabalhadores a se inteirar das finanças e do funcionamento das empresas e do Estado, criando, assim, os “comitês de greve” e “comitês de fábrica”.

Para Trótski, o comitê de fábrica é a expressão organizada das greves com ocupações, essa última, temida pelos empresários e pelo Estado por colocar em xeque a lei geral da propriedade privada – afinal, com a ocupação se questiona, quem é proprietário: o capitalista ou os trabalhadores? A existência de comitês de fábrica pode caracterizar um período pré-revolucionário, já que, com eles, constrói-se a dualidade de poder. Em outras palavras, os comitês de fábrica são a organização responsável por dar respostas às contradições que emergem da esfera da produção – respostas que não foram obtidas com a luta sindical (esfera da circulação/compra e venda de força de trabalho). Para Trótski (1980, p. 20), “[...] o principal

significado dos comitês, é o de se tornarem estados-maiores de combate para as camadas operárias que o sindicato, geralmente, não é capaz de atingir”.

Desse modo, observa-se que as escalas móveis, aliadas às reivindicações parciais, desenvolvidas por meio da atividade sindical, são apenas o pontapé inicial para o desenvolvimento do programa de transição. Na sequência do movimento de luta, se desenvolverão o controle operário sobre a indústria, a expropriação de certos grupos capitalistas e bancos privados, a criação dos sovietes¹³⁴, a aliança dos operários e camponeses e, consequentemente, o governo operário.

Na perspectiva Trótskista e marxista, os sindicatos participam e são fundamentais para o momento inicial da organização operária, o momento afirmativo do emprego e do salário (circulação). Mas, mediante a reivindicação transitória das escalas móveis, caminha-se ao momento superior da organização operária, o momento dos comitês de fábrica e greves com ocupações (produção) e, só então, com a ajuda dos sovietes, constrói-se um governo operário e camponês (rompendo com a legalidade e o estado burguês) e se conclui a expropriação dos expropriadores.

Portanto, a transformação radical do modo de produção capitalista exige um longo processo dialético de transição. A transição é a “ponte” entre o mundo do estranhamento ao mundo da emancipação humana. Cruzar essa “ponte” significa revelar e resolver as contradições que emergem – da circulação e da produção, da legalidade e da ilegalidade, da privatização e da estatização, etc.

O *Programa de Transição* possui, evidentemente, seus aspectos conjunturais, fato observado pelo próprio Trótski. Mas, se entendemos que o programa é a expressão política do dever histórico da classe trabalhadora, contido em *O Capital*, logo, não só essa última é uma obra fundamental e atual para a esquerda marxista, como a primeira se revela como a verdadeira síntese entre a teoria de Marx e a história da Revolução Russa.

Na próxima seção, contextualizaremos a conjuntura política e econômica brasileira e sua relação com o movimento sindical da classe trabalhadora. Nela, retomaremos alguns dos aspectos abordados no capítulo 1, e evidenciaremos os desafios que se fazem presentes na sociedade brasileira até os dias de hoje.

¹³⁴ Os Sovietes ou Conselhos Operários são organizações colegiadas, formadas por membros da classe trabalhadora que deliberam sobre a organização da produção econômica de determinada região ou território.

4.4 OS DESAFIOS DO SINDICALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

No primeiro capítulo, quando discutimos a questão histórica do sindicalismo, não mencionamos os eventos das duas últimas décadas, deixamos para o fazer agora, no intuito de contribuir para o debate sobre as contradições do sindicalismo e a perspectiva programática apresentada.

Desse modo, reservamos para esse momento, uma breve exposição do sindicalismo ao longo do que chamaremos de “lulismo”¹³⁵. A respeito da caracterização do lulismo e dos governos petistas há divergências entre os intelectuais – me refiro sobretudo aos intelectuais de esquerda que fazem uma análise crítica do PT. Polêmicas sobre a natureza da base social eleitoral do PT, sobre o programa político-econômico dos governos Lula e Dilma, sobre os conflitos de classe e sobre a presença do neoliberalismo, terceira via, neodesenvolvimentismo, populismo ou bonapartismo¹³⁶ no lulismo.

No texto, *Hegemonia às avessas*, Oliveira (2010) recorda a frequente argumentação petista de que o Brasil eleitoral se dividiu entre “ricos” e “pobres”, sendo que os ricos formariam a base social dos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os pobres a base social do PT. Polemizando o argumento, Oliveira (2010) ironicamente acrescenta que, se isso fosse verdade, os 40% dos votos para Alckmin no primeiro turno, em 2006, colocariam o Brasil no ranking dos países de Primeiro Mundo.

Oliveira (2010) considera que os governos petistas podem ser explicados do ponto de vista da “hegemonia às avessas” que vem ocorrendo em outras partes do mundo, como na África do Sul¹³⁷. De modo simplista, podemos dizer que é o fenômeno da “direção moral” das “classes dominadas” enquanto as “classes dominantes” continuam exercendo sua dominação econômica. Nas palavras do autor, “chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do apartheid. Mais ainda: ao elegermos o Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade”. (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

¹³⁵ Lulismo é uma expressão utilizada por alguns intelectuais como Singer (2009, 2016) e Braga (2012) e corresponde ao período de hegemonia do Lula (e do PT) na política nacional brasileira. Entendemos que lulismo não são somente os governos, mas uma força político-ideológica.

¹³⁶ A designação de “bonapartismo” tem origem na análise de Marx de “*O Dezoito de Brumário de Loius Bonaparte*”, definiremos a prática política do bonapartista nas próximas páginas.

¹³⁷ No caso da África do Sul, o fim do apartheid representa a vitória moral dos dominados, mas não representa a vitória econômica e social, já que o sistema de exploração capitalista só se tornou cada vez mais desenfreado e impiedoso (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2010), as aparências da hegemonia às avessas confundem, parece que a classe trabalhadora domina, junto com a dominação moral e até mesmo física. Mas na realidade:

[...] não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista”. (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Nesse sentido, o lulismo não é uma força política ideológica que atende verdadeiramente os interesses da classe trabalhadora, mas sim um fenômeno político e ideológico que se apresenta “moralmente” como esquerda e que realiza, em certo sentido, algumas demandas populares, ao mesmo tempo em que permite a acumulação capitalista sem grandes entraves.¹³⁸

Para ampliar ainda mais nosso olhar sobre a recente conjuntura brasileira, tomamos como contraponto o “populismo” e o “bonapartismo” como possibilidades conceituais de caracterizar o lulismo.

Para compreender o fenômeno do bonapartismo é necessário recordar Marx e sua análise sobre os significados do golpe de Luiz Bonaparte sobre a república francesa em 1851, desenvolvida no livro *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. Nele, Marx se dedica a explicar as disputas de classe em torno do Estado, a qual se encerra com a burguesia e o proletariado enfraquecidos politicamente e no seu lugar se coloca o golpe de Estado de Bonaparte. Para Marx, o golpe se consolidou em nome de distintas frações de classe que se distanciam das relações produtivas da sociedade capitalista: o lumpem-proletariado¹³⁹, os camponeses em decadência econômica¹⁴⁰ e a burocracia estatal¹⁴¹. (MARX, 2006).

Apesar de se apoiar nas forças dessas distintas frações, Bonaparte nunca teria levado adiante um governo que representasse verdadeiramente o interesse dessas classes intermediárias. Em primeiro lugar, porque nessas frações não existem programas ou projetos políticos independentes e com força de transformação – o campesinato, por exemplo, segundo Marx, existe enquanto classe somente por distinção porque não se identifica com a burguesia e nem com o proletariado, oscilando frequentemente. Em segundo lugar, logo após o golpe

¹³⁸ Desse modo, apenas aparentemente reduz a desigualdade social, mas se a acumulação capitalista continua existindo de modo intensificado, essencialmente a desigualdade social só aumenta, já que a concentração de riqueza nas mãos de poucos continua crescendo.

¹³⁹ Organizados na chamada Sociedade de Dez de Dezembro de Luiz Bonaparte, dela participavam, segundo Marx (2006), todas aquelas que viviam à custa da nação laboriosa, vagabundos, saltimbancos, chantagistas, trapaceiros, presidiários libertos, etc.

¹⁴⁰ Por acreditar que Bonaparte poderia melhorar a situação econômica, assim como o fez Napoleão Bonaparte.

¹⁴¹ Militares e funcionários do Estado que vivem de privilégios do governo.

instituído, a burguesia renuncia aos seus aliados políticos republicanos e se alia à ditadura de Bonaparte para a realização de seus interesses. (MARX, 2006).

Bonaparte governou para a grande burguesia francesa, embora tenha uma retórica popular e anticapitalista. Na perspectiva de Marx, o golpe de Luiz Bonaparte encerraria as ilusões desenvolvidas na modernidade a respeito da democracia e “[...] teria posto um fim definitivo aos ideais filosóficos de se fundar uma república democrática no interior de uma sociedade contraditória e dividida em classes”. (ANTUNES, 2017, p. 105). Em outras palavras, o golpe bonapartista na França revelou que não existe república democrática efetiva em uma sociedade dividida em classes sociais. O governo contraditório de Bonaparte provou isso.

Na interpretação de Antunes (2006), o bonapartismo se traduz pela combinação de diversos interesses de camadas intermediárias da sociedade e a burguesia em saquear o Estado ao seu favor. Nesse sentido, o bonapartismo se coloca como inimigo tanto do socialismo como do liberalismo republicano.

Singer (2009, 2016) ao discutir sobre os sentidos e as contradições do lulismo, compreende que, de modo geral, o lulismo é um tipo de bonapartismo sem conotação militar. Segundo ele, os governos PT buscaram representar uma “fração” de classe chamada de “subproletariado¹⁴²”. Segundo Singer (2006, p. 84), “[...] a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias forças de organização”.¹⁴³

Singer considera que, a partir de 2006, o subproletariado se consolida como base social eleitoral do PT, fato que não estava tão claro nas eleições anteriores. Para ele, o “pulo do gato” do ex-presidente Lula foi “[...] construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, correspondem nada mais nada menos que a realização de um complexo programa de classe”. (SINGER, 2009, p. 98). Nesse sentido, na ótica de Singer, a burguesia e o proletariado – classes essenciais da luta de classes – teriam um papel secundário na política nacional lulista. (BOITO JR., 2013).

Apesar de utilizar o termo bonapartismo para explicar a conjuntura política lulista, Singer estaria equivocado, sobretudo em dois sentidos, como observa Boito Jr. (2013). Em primeiro lugar, como o próprio Singer comenta, o “subproletariado” brasileiro é mais que uma

¹⁴² Por subproletariado, Singer entende a fração da classe trabalhadora desprovida da participação na luta de classes; corresponde aos trabalhadores com pouca capacidade de pressão, ou seja, desorganizados sindicalmente, trabalhadores domésticos e trabalhadores de pequenas empresas de serviço. (SINGER, 2009, 2013).

¹⁴³ A hipótese de que a base social do lulismo tenha sido o subproletariado justificaria, segundo Singer (2009), que a hegemonia lulista não seria “às avessas” como afirmou Oliveira (2010).

fração de classe, é uma das “frações” mais numerosas do proletariado – seria, pois, uma fração?¹⁴⁴ Em segundo lugar, como vimos em Marx, o bonapartista não executa o programa político das classes intermediárias – até porque, segundo o próprio Marx, essas classes intermediárias não possuem um programa político próprio¹⁴⁵ –, pelo contrário, o Bonaparte se ergue enquanto promessa política dessas frações, mas, soterrado em contradições, executa o programa político da grande burguesia francesa.

Boito Jr. (2013) procurou mostrar que os governos petistas não podem ser identificados como bonapartistas, segundo ele, “[...] o bonapartismo é uma situação na qual a política econômica e social do Estado [...] não expressa os interesses objetivos nem as demandas de nenhuma classe ou fração de classe em presença”. Destaca, ainda, que “[...] a política econômica dos governos Lula e Dilma contempla [...] prioritariamente, os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna”. (BOITO JR., 2013, p. 174).

Na acepção de Boito Jr. (2018), desenvolvida ao longo de sua recente publicação *Reforma e crise política no Brasil*, o petismo teria desenvolvido governos de caráter neodesenvolvimentista¹⁴⁶ e neopopulista,¹⁴⁷ ao invés de bonapartista. O autor se preocupou em compreender as frações de classe¹⁴⁸, tanto da burguesia quanto do proletariado, que disputaram espaço nos governos PT.

Boito Jr. (2018) compreende que os governos da era PT, a partir de 2002, buscaram fortalecer a grande burguesia interna brasileira, sem, ao mesmo tempo, romper com os compromissos com o grande capital internacional e com as modificações oriundas do neoliberalismo. Se, com Fernando Henrique Cardoso e o PSDB, havia um compromisso neoliberal fechado, no sentido de serem os representantes do capital financeiro, com Lula se buscou conciliar a política econômica neoliberal com os interesses da grande burguesia nacional – industrial e do agronegócio. Porém, segundo o autor, essa conciliação foi mantida apenas no primeiro mandato de Lula, já que no segundo mandato, movido pela crise do mensalão, Lula

¹⁴⁴ Com renda de até dois salários mínimos, abarcaria 47% de todo o eleitorado brasileiro.

¹⁴⁵ Para exemplificar novamente, o campesinato oscila política e ideologicamente entre o programa da burguesia e o programa do proletariado. Por se considerar proprietário, ora se alia com a burguesia, mas por se considerar trabalhador, ora se alia com o proletariado.

¹⁴⁶ Antes é preciso delimitar o que foi o “desenvolvimentismo” para então compreender o uso do neodesenvolvimentismo em alguns autores contemporâneos. O desenvolvimentismo se caracterizou por ser uma corrente de pensamento político voltado à problematização do desenvolvimento nacional nas economias dos países dependentes e “subdesenvolvidos” da América Latina.

¹⁴⁷ O Estado populista pode ser sintetizado pelo “culto ao Estado protetor”. (BOTIO JR., 1991).

¹⁴⁸ Boito Jr. (2018) ressalta não aceitar interpretações “fechadas” de capital/trabalho. Para ele, é necessário compreender a composição das classes na análise dos governos. Boito Jr. classifica a classe trabalhadora em campesinato, classes médias, operariado e trabalhadores da massa marginal – este último com características bem próximas do que seria o subproletariado de Singer.

teria investido numa política neodesenvolvimentista, priorizando os interesses da grande burguesia interna.

Nesse sentido, os governos PT teriam tido governos neodesenvolvimentistas – caracterizados pelo *desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico* – porque fomentaram o crescimento da indústria de produtos agrícolas e naturais, com baixa densidade tecnológica e a política de exportação desses produtos. O caráter populista se dá pelas políticas de redistribuição de renda e valorização do salário mínimo. (BOITO JR., 2018).

Segundo o autor, a grande burguesia nacional, para levar vencido o grande capital financeiro e a grande burguesia compradora, teve que se alinhar a uma frente sindical e popular e “é essa frente que o governo Lula, manobrando em meio a dificuldades, procura manter e consolidar”. (BOITO JR., 2018, p. 61).

Referindo-se à Lula:

[...] tem um trunfo político próprio: pode se apoiar, graças aos programas de transferências de renda, nos trabalhadores pauperizados e desorganizados, com os quais logrou estabelecer uma relação política de tipo populista. A política econômica do governo propiciou, também, algum ganho ao sindicalismo [...]. (BOITO JR., 2018, p. 61).

Segundo Boito Jr. (2018, p. 62-63), os governos do PT se aproximam daquilo que os comunistas da década de 50 almejavam como solução para os problemas do Brasil, “[...] uma aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado”. Essa aliança contribuiu para o fortalecimento de grandes empresários nacionais, com programas de crédito e uma política que envolvia diretamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁴⁹.

A política “neodesenvolvimentista”, a partir do seu segundo governo, teria cooptado a grande burguesia interna – aqueles ligados ao agronegócio, à extração e à indústria de baixa densidade tecnológica – e começado a não satisfazer os interesses do capital financeiro internacional e a grande burguesia compradora e bancária (nacional) ligados a esse capital.

Há inúmeros documentos, jornais, artigos e pesquisas que revelam a satisfação da grande burguesia interna com os governos PT. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi, por um longo tempo, apoiadora e beneficiária das políticas petistas,

¹⁴⁹ Segundo Boito Jr. (2018, p. 73), o BNDES é um grande agente responsável pela defesa e fortalecimento dos grandes grupos nacionais, “estariamos diante de um caso em que o dinheiro público é oferecido a um punhado de empresas de amigos do governo”.

aproximando-se de Lula e do PT, inclusive no contexto de crise do mensalão. Para recordar ainda, no *Jornal Valor Econômico*, um empresário do setor da bioenergia, chamado Luiz Guilherme Zancaner disse: “O governo Lula foi excepcional para o nosso negócio, fico até emocionado. O setor fez muito pelo Brasil, mas o governo está fazendo muito pelo setor. Nunca houve antes política tão boa para nós”. (ZANCANER apud BOITO JR., 2018, p. 87).

Mediante tais contradições, seria realmente possível a efetivação do neodesenvolvimentismo? Segundo Sampaio Jr. (2012), não. Para o autor, o novo desenvolvimentismo “[...] não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo do sistema capitalista mundial”. (SAMPAIO JR., 2012, p. 672).

Sampaio Jr. utiliza os termos *tragédia e farsa* para mostrar o abismo que separa o velho do novo desenvolvimentismo. Segundo ele, o primeiro, se traduz pela trágica (no sentido de efetiva) vontade política burguesa, que não teve condições para se concretizar, enquanto, o segundo, significa uma “[...] expressão falsificada de uma realidade que nega os próprios fundamentos da noção desenvolvimento”, referindo-se à industrialização. (SAMPAIO JR., 2012, p. 673).

De modo geral, o desenvolvimentismo foi uma tentativa de integrar a industrialização e a formação da economia nacional, no capitalismo da América Latina.¹⁵⁰ O objetivo era atacar as causas do “subdesenvolvimento” capitalista brasileiro e o enfraquecimento do imperialismo norte-americano. Os desenvolvimentistas acreditavam que era possível conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional, na periferia do capitalismo, e entendiam que a classe social responsável por essa conciliação deveria ser a burguesia nacional.

Como recorda Sampaio Jr. (2012), a ditadura militar de 1964, no Brasil, e em outros países da América Latina, revelou a impossibilidade desenvolvimentista, consolidando, na América Latina, um capitalismo dependente e cristalizando seus dois pilares fundamentais – dependência externa e desigualdade social – para a acumulação capitalista na região. Nas palavras de Sampaio Jr. (2012, p. 676), “o regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática”, com superexploração do trabalho e “[...] acabava a ilusão de um capitalismo civilizado”.

Por sua vez, o “neodesenvolvimentismo” sequer faz parte de uma verdadeira vontade política, ela é conjuntural e imediatista, além de caber perfeitamente na pauta neoliberal do

¹⁵⁰ Capitalismo caracterizado duplamente pela dependência externa e extrema desigualdade social.

capitalismo financeiro. Sampaio Jr. (2012) não economiza as palavras para dizer que não passa de “uma grosseira apologia da ordem”.

O neodesenvolvimentismo só pode fantasiar sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional porque ignora os encadeamentos necessários entre concentração e centralização dos capitais, dominância absoluta do capital financeiro sobre o processo de acumulação, lógica de império que preside a ação das potências imperialistas (Estados Unidos à frente), total subordinação da ordem econômica mundial aos imperativos do capital financeiro, incontrolabilidade do capital, crise terminal do keynesianismo e tendência à reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia da economia mundial. (SAMPAIO JR., 2012, p. 683).

O que Sampaio Jr. nos revela é a incapacidade da efetivação do projeto burguês desenvolvimentista, que se apresenta, nos dias de hoje, como uma farsa neodesenvolvimentista. Cabe a reflexão sobre as análises que o próprio marxismo vem desenvolvendo a respeito dos governos PT e o assim chamado neodesenvolvimento brasileiro dos últimos anos.

Segundo Sampaio Jr (2012, p. 686), o “neodesenvolvimentismo” possui duas funções na estrutura do Estado, “[...] diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas”. Nesse sentido, o suposto neodesenvolvimentismo petista esconde um dos processos recentes mais trágicos para a situação brasileira: a reversão neocolonial¹⁵¹. Como o próprio Sampaio Jr. problematiza, não existe desenvolvimento ou crescimento econômico em um país que passa por desindustrialização.

O processo de reversão neocolonial é resultado da nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil se afirma não como país emergente de potencial industrial e tecnológico, mas se reafirma como o país das *commodities* – mercadorias oriundas da agricultura e da extração. A grande burguesia interna, que se beneficiou nos governos petistas, traduz essa realidade, é uma burguesia ligada a minas e energia, ao petróleo, à construção, à agricultura. Não se trata da burguesia de alta densidade tecnológica, trata-se de empresas como a Odebrecht.

Portanto, acreditar que o PT representou determinados setores burgueses nacionais contra a grande burguesia internacional, no suposto “neodesenvolvimentismo”, é acreditar que a burguesia nacional brasileira pode se tornar independente e ser progressista – tese da revolução burguesa brasileira. De acordo com Trótski (2007a, p.107), num escrito de 1938, referindo-se às burguesias nacionais dos países da América Latina:

¹⁵¹ Sobre a reversão neocolonial brasileira, ver Sampaio Jr. (2007).

[...] su debilidad general y su retrasada aparición les impide alcanzar un más alto nivel de desarrollo que el de servir a un amo imperialista contra otro. No pueden lanzar una lucha seria contra toda dominación imperialista y por una auténtica independencia nacional por temor a desencadenar un movimiento de masas de los trabajadores del país, que a su vez amenazaría su propia existencia social. (TRÓSTKI, 2007a, p. 2007).

Os governos PT deram continuidade ao processo de desindustrialização brasileira e, portanto, de reversão neocolonial, que coloca o país na periferia da divisão internacional do trabalho, traduzido nos acordos entre Mercosul e União Europeia: importar mais produtos industrializados e exportar mais *commodities*.

O Brasil da acumulação originária de capital, é o país das tragédias humanas e ambientais como a de Brumadinho, envolvendo a empresa Vale. É o país da dengue e da chikungunya, é o país do preconceito racial, do patrimonialismo e da corrupção. O Brasil de hoje é o mesmo do passado, não só porque falta vontade política – e falta mesmo -, mas porque o capitalismo monopolista nada de novo produz, o máximo que consegue fazer é reciclar o velho e o arcaico. O capitalismo da crise estrutural e da barbárie é incapaz de produzir algo qualitativamente novo, ele retorna ao passado e à acumulação originária de capital na periferia do globo.

O processo de reversão neocolonial e de desindustrialização que culmina na reforma trabalhista e previdenciária, na precarização do trabalho e no desemprego, é a realidade escondida por trás do suposto “neodesenvolvimentismo populista”. Por isso, é realmente um equívoco acreditar que o lulismo travou um enfrentamento político contra a divisão internacional do trabalho ditada pelo capital financeiro.

Para concluir, vale reforçar que muitas das conquistas sociais que a classe trabalhadora conquistou nos governos PT, sobretudo aquelas ligadas à valorização do salário mínimo e emprego, estão relacionadas muito mais com o ciclo econômico do que com a vontade política. Por isso, seria um equívoco devotar o crescimento do salário mínimo e as taxas baixas de desemprego como resultado apenas da vontade política, antes elas são muito mais o resultado das lutas travadas pela classe trabalhadora num contexto econômico ascendente. No momento atual, de crise de acumulação de capital, essas conquistas seriam colocadas em xeque independentemente do governo que estivesse no poder.¹⁵²

¹⁵² “Depois de 2002, o governo do PT foi beneficiado, involuntariamente, por uma fase de recuperação da economia mundial que permitiu o crescimento das exportações, sobretudo de commodities que tiveram preços em alta, diminuindo o desequilíbrio do balanço de pagamentos”. (ARCARY, 2008, p. 161).

No que tange ao sindicalismo, desde que Lula se elege presidente, em 2002, o sindicalismo cutista se vincula ainda mais à estrutura do Estado, por intermédio do governo – muitos sindicalistas assumem cargos nos governos petistas.

Para Boito Jr. (2005), a ironia da história reside no fato de que o PT e a CUT, os quais em sua melhor fase foram críticos do populismo, acionaram um discurso “populista” durante o seu governo. A nomeação do presidente da CUT, Luiz Marinho, para o Ministério do Trabalho, em 2005, relembra o velho atrelamento do sindicato ao governo pós-1930. Paulo Skaf, presidente da FIESP, valoriza essa iniciativa, destacando que “ele é um líder sindical de prestígio, com bom trânsito entre trabalhadores, as lideranças patronais e empresariais e sempre tratou a questão do capital e de trabalho de forma justa e honesta”. (SKAF apud CRUZ, 2005, p. 1).

De acordo com Cruz (2005, p. 2), “diante da nomeação de Marinho, não há como negar o governismo da CUT. A central não é somente uma entidade com uma política a serviço do governo, mas se tornou parte do governo e do Estado”. Segundo Arcary (2008), essa cumplicidade entre os governos do PT e a CUT são os grandes responsáveis pela pacificação das massas. Lembremos, oportunamente, Trótski (2007b, p. 125):

El imperialismo “democrático” [...] intenta – no sin éxito – introducir a través del robó, el engaño y la concesión de privilegios a sus propios agentes políticos em nuestros países, tanto em la burguesía, em la burocracia burguesa y la *intelligentsia* pequeño burguesa como también em los estratos superiores de la clase obrera. Esos elementos corruptos de la burocracia o la aristocracia laboral generalmente albergan sentimientos serviles, ni proletarios ni revolucionarios, hacia sus protectores imperialistas.

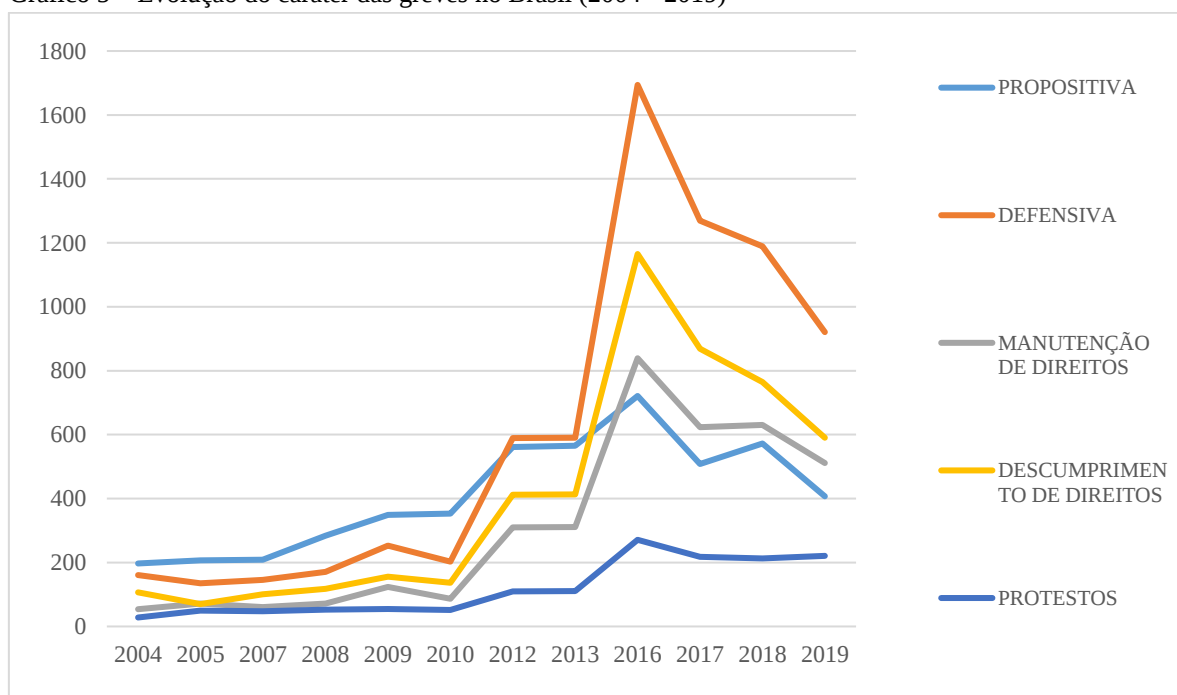
Não só a CUT, mas outras centrais sindicais como a CTB, CGTB, NCST, UGT e Força Sindical, aliaram-se aos governos de Lula e participaram de fóruns e negociações que envolviam as centrais, os governos e o empresariado. Como recorda Boito Jr. (2018, p. 185), em 2011, a CUT organizou o “Seminário Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, que teve como objetivo “[...] celebrar um pacto em defesa da indústria, reivindicando a redução dos impostos e contribuições patronais”.

Contrários a essa estratégia política, a CSP- Conlutas e Intersindical representaram oposição aos governos e à ação das centrais governistas. Na conjuntura do governo Dilma, a relação entre as centrais se modifica e torna-se complexa, porém, a CUT se mantém como aliada e a CSP-Conlutas como oposição ao governo.

Em 1991, mediante as greves do ABC Paulista, Lula diz que “o sindicato não é corrente de transmissão de partido político”. (SILVA, 1991, p. 22). Mas o que vimos, nos últimos anos, foi a aparelhamento dos sindicatos ao governo, a desmobilização dos trabalhadores e a luta parcial dos sindicatos filiados à CUT. Nesse sentido, “a orientação neoliberal do governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira. Para superar essa crise, será preciso reconstruir, não apenas o telhado, mas todo o edifício do movimento operário e popular” (BOITO JR., 2005, p. 261).

Para ilustrar o movimento grevista no Brasil, nas últimas décadas, apresentamos o gráfico a seguir, que foi organizado com base nos dados do *Balanço das Greves* do DIEESE, no período de 2004 a 2019. Os dados do gráfico 5 e 6 e da tabela 2 comprovam, em certa medida, a tese de Trótski sobre o potencial das reivindicações econômicas em desencadear a mobilização da classe trabalhadora.

Gráfico 5 – Evolução do caráter das greves no Brasil (2004 - 2019)



Fonte: Balanço das Greves (DIEESE).

Nota: Dados organizados pela autora.

Percebemos que, a partir de 2010, as greves possuem um caráter defensivo, ou seja, contra o descumprimento de direitos, tendo, em 2016, o seu apogeu e começando a cair em 2017. Para melhor ilustrar o fato de que as reivindicações por salário são deixadas de lado nos momentos decisivos, observaremos mais um elemento do caráter dessas greves: a reivindicação.

Tabela 2 – Reivindicação por Reajuste e Piso salarial e Reajuste Salarial no Brasil (2004-2019)

ANO	REIVINDICAÇÃO	REAJUSTE SALARIAL (%)			TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO*
		Acima do INPC-IBGE	Igual ao INPC - IBGE	Abaixo do INPC-IBGE	
2004	174	54,9	26,1	19,0	11,5%
2005	170	71,7	16,3	12,0	9,8%
2007	197	87,7	8,3	4,1	9,3%
2008	245	76,6	11,9	11,5	7,9%
2009	311	79,5	11,7	8,8	8,1%
2010	274	87,7	7,8	4,5	6,7%
2012	496	93,6	4,9	1,5	7,4%
2013	966	86,0	7,6	6,4	5,4%
2016	632	18,3	44,4	37,3	11,5%
2017	498	63,3	28,6	8,1	12,7%
2018	538	68,4	24,5	7,2	12,3%
2019	379	-	-	-	11,9%

Fonte: Balanço das Greves (DIEESE).

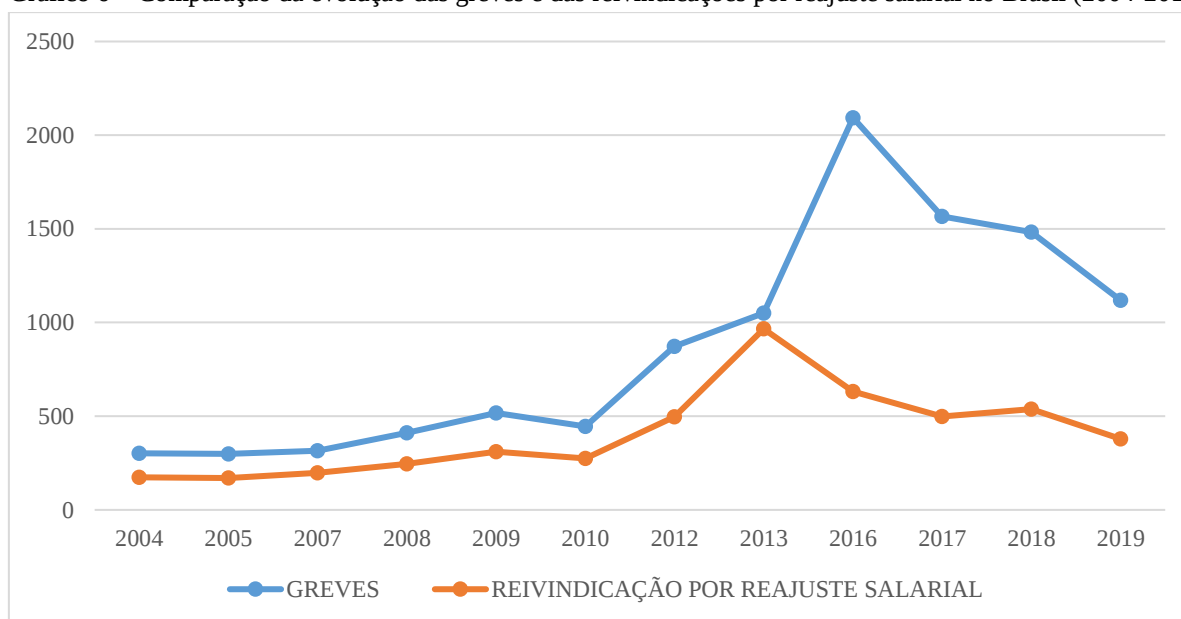
Notas: Dados organizados pela autora.

*Dados do IBGE.

Os dados da tabela demonstram um crescimento no número de greves por reivindicações salariais no Brasil, até 2013. Além disso, a porcentagem de reajustes salariais que aconteceram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é bastante significativa nesse período. Com o auxílio dos dados da tabela, é possível relacionar o alto índice de reajuste com as baixas taxas de desemprego, pois quando sobe a taxa de desemprego em 2016, cai também o índice de reajuste e diminuem as greves e as mobilizações. Importante destacar que essa conjuntura é determinada, como já expusemos anteriormente, pelos ciclos econômicos e pela própria pressão exercida pela luta de classes.

Com base nos dados do gráfico 5, da tabela 2 e do gráfico 6, apresentado a seguir, evidenciamos que houve uma evolução do movimento grevista, que se iniciou com as jornadas de junho de 2013 e teve seu apogeu no ano de 2016 – ano de maior taxa de desemprego desde 2004. Contudo, apesar do crescimento de 2013 a 2016, o sindicalismo recua com as reivindicações salariais, dando lugar a outras reivindicações de caráter mais amplo – devido à “necessidade de apertar os cintos”. Dentre as novas reivindicações, destacamos a luta contra a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, e contra a Emenda Constitucional nº 95 – PEC do teto dos gastos, aprovada em 2016.

Gráfico 6 – Comparação da evolução das greves e das reivindicações por reajuste salarial no Brasil (2004-2019)



Fonte: Balanço das Greves (DIEESE).

Nota: Dados organizados pela autora.

Entendemos que esses dados corroboram como a afirmação de que o crescimento do movimento grevista pode ser conduzido pelas reivindicações salariais, ou seja, pelas demandas econômicas e imediatas da classe trabalhadora – centrada na forma de organização sindical. Nos momentos de crise econômica, a continuidade das greves e das pressões pela manutenção dos empregos e dos salários dependem das estratégias adotadas pelas tendências políticas partidárias que sustentam os principais sindicatos de massas.

No entanto, como já exposto, os partidos de esquerda tendem a impor, na maioria dos casos, as pautas políticas quando consideram o momento desfavorável para as lutas econômicas, desmontando toda a mobilização e unidade construída em torno das reivindicações econômicas da classe.

Entendemos que as mobilizações em defesa dos direitos trabalhistas, da educação e da saúde pública são fundamentais porque refletem os interesses de toda a classe trabalhadora. Contudo, infelizmente, essas reivindicações poderiam e deveriam estar acompanhadas das reivindicações transitórias – *escalas móveis* – contra o desemprego e o aumento do custo de vida. Desse modo, nos questionamos, por que centrais, sindicatos e partidos de esquerda deixaram as pautas “econômicas” de lado, justamente no momento em que o ciclo econômico se torna desfavorável? Seriam os trabalhadores que decidiram abandonar as reivindicações salariais, justo no momento de alta da inflação a partir de 2013?

Se em 2013 temos a menor taxa de desemprego, em 2016 temos a maior desde 2004. A esquerda teria aderido à velha estratégia dicotômica de abandono das reivindicações salariais

– por considerá-las meramente econômicas ou irrealizáveis em momentos de crise –, incorporando apenas as outras pautas e demandas de caráter político? O conjunto da esquerda teria aderido ao programa da social-democracia, de falar em “luta econômica” só em dias de “festa”?

Se levarmos em consideração que, de 2016 para cá, a bandeira que representou a cara da esquerda brasileira foi a luta contra o “Golpe Parlamentar” e a favor do “Lula Livre” – quando deveria estar voltado à construção de uma esquerda verdadeiramente socialista e a favor do “emprego” e da “manutenção das condições de vida” – logo, podemos concluir que a esquerda seguiu o programa da social-democracia.

Na nossa avaliação, baseada em Trótski, só a contínua luta pela manutenção das condições de vida do trabalhador – por meio da reivindicação da escala móvel de salário e escala móvel de horas de trabalho –, poderia ter força de lutar contra o desemprego alarmante dos últimos anos e a desvalorização do trabalho, bem como fazer o enfrentamento das ameaças diversas, direcionadas à população trabalhadora. Só por meio das reivindicações transitórias, poderíamos construir uma alternativa realmente classista para a população brasileira – que, sentindo as contradições do lulismo, voltou-se contra o PT, mas, infelizmente, desembocou na extrema direita do governo Bolsonaro.

A derrota do povo brasileiro frente ao ajuste fiscal e às reformas recentes, trabalhista e previdenciária, demonstra quão falido é a perspectiva reformista da social-democracia. A adesão da esquerda ao encaminhamento ditado pelo PT e pelo lulismo mostra como a ausência de uma perspectiva dialética da luta de classes, aliada aos retrocessos teóricos e estratégicos do estalinismo, tem desperdiçado momentos cruciais da luta da classe trabalhadora.

Os partidos buscam, nesses momentos intensos de luta, impor as palavras de ordem revolucionária, concomitantemente, com o crescimento do desemprego e a desvalorização salarial. Essas palavras aparecem soltas e de modo arbitrário, desacompanhadas das lutas que realmente mobilizam os trabalhadores, mas acompanhadas da bandeira “lula livre”, parecem mais uma imposição partidária do que um projeto político do proletariado – o resultado dessa ausência, de um partido revolucionário independente do PT, é essa confusão ideológica que mistura socialismo com lulismo: o bolsonarismo.

Este, por sua vez, representa uma das maiores tragédias na política brasileira nos últimos anos, pois viabilizou inúmeros ataques à democracia e à classe trabalhadora brasileira, por meio de ações políticas ligadas à economia, à educação, à saúde pública e ao meio ambiente. Sem

falar, da grande máquina de difusão ideológica que este governo representa, contra a ciência, a esquerda e a própria classe trabalhadora.

Nesse sentido, entendemos que a recente crise política da sociedade brasileira é, também, a crise de uma perspectiva política conciliadora afundada em contradições, mediante a mais profunda crise da história do capitalismo. Esse cenário deve ser caracterizado, também, pela crise da esquerda brasileira frente às nossas contradições internas, portanto, Trótski estava correto em afirmar que “a crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária”. (TRÓTSKI, 1980, p. 12).

4.5 CONTRADIÇÕES DO SINDICALISMO (DOCENTE) E PERSPECTIVAS PARA TRANSFORMAÇÃO

A partir de tudo que expusemos ao longo desta tese, procuraremos refletir sobre aquilo que consideramos ser as contradições das particularidades do sindicalismo docente (do magistério público municipal, no âmbito ideológico, organizativo e reivindicativo).

Em relação às particularidades ideológicas do sindicalismo docente (no magistério público municipal), destacamos a presença da concepção meritocrática e individualista que caracteriza o chamado sindicalismo de “classe média”. Contudo, os professores demonstram ter um conhecimento aproximado do que é o papel do sindicato na sociedade capitalista. Com isso, percebemos que há, de modo abstrato, uma noção de classe, coletividade e união, mas que ainda não se desenvolveram concretamente por meio da participação dos professores nas atividades sindicais.

Percebemos, também, os limites ideológicos presentes na mentalidade de alguns dirigentes, que vinculam o sindicato ao assistencialismo e à prestação de serviços, como convênios e confraternizações. Essa contradição de ser o representante oficial dos interesses da categoria, mas, ao mesmo tempo, subordinar-se aos interesses dos governos locais, evidencia a concepção conciliadora que orientada boa parte das direções sindicais.

De certo modo, é possível afirmar que o coronelismo e o clientelismo determinam, ainda, a concepção política nos municípios de pequeno porte, agindo como empecilho na mobilização sindical dos professores, que sentem medo de se organizar para a luta e sofrer represálias.

Em relação às particularidades organizativas, destacamos que o sindicalismo docente do magistério público municipal se caracteriza pela ampliação da fragmentação sindical – herdada da estrutura sindical brasileira, que se amplia devido à municipalização do ensino básico no

Brasil. Em relação às três entidades pesquisadas – sindicato de servidores, sindicato estadual e sindicato próprio regional – podemos evidenciar que, apesar de possuírem formas organizativas diferentes, não resolvem os problemas da fragmentação, já que as lutas travadas pelo sindicato se dão nos contextos locais.

A respeito da estrutura sindical – carta sindical, imposto sindical, unicidade sindical –, compreendemos que essa busca o reconhecimento do sindicato perante o Estado, fortalecendo-o financeiramente. Ambas as entidades pesquisadas demonstraram uma preocupação com o reconhecimento oficial do estado, por meio da carta sindical.

Entretanto, esses três elementos traduzem a estatização dos sindicatos, por meio do poder de burocratização de suas atividades e controle de suas finanças. Por sua vez, a unicidade produz uma falsa unidade, pois impede a disputa sindical de base e fortalece o sindicalismo de cúpula burocratizado. A curto prazo, o imposto sindical enfraquece os sindicatos, mas, a longo prazo, pode minguar os sindicatos pelegos e promover a prática de formação sindical nas campanhas por filiação. (BOITO JR. 1999).

Lutar contra a estrutura sindical é uma tarefa necessária, mas praticamente inexistente no sindicalismo – mesmo nos mais combativos. Para Trótski (2007c), os *sindicatos estatizados* são resultados da própria formação dos países na América Latina e seus governos bonapartistas, porém, segundo ele, são também característicos de um movimento mundial.

La causa de esta tendencia a la estatización es que el capitalismo em su declinación no puede tolerar sindicatos independientes. Si los sindicatos son demasiado independientes, los capitalistas empujan a los fascistas a destruirlos o buscan espantar a sus dirigentes con la amenaza fascista para encarrilarlos. (TRÓTSKI, 2007c, p. 142).

Segundo Trótski (2007c), a dependência dos sindicatos ao Estado está relacionada também com o capitalismo em decadência, que cria um tipo de “capitalismo de Estado” – que nada tem a ver com socialismo – e incorpora sindicalistas nos vários órgãos do governo, exercendo controle não só dos sindicatos, mas dos operários.

Desse modo,

[...] cuando decimos “control de la producción por los obreros”, esto no quiere decir control de la producción por los burócratas de los sindicatos estatizados, sino control por parte de los obreros de la propia burocracia y o combate por la independencia de los sindicatos frente al Estado. (TRÓTSKI, 2007c, p. 143).

Por isso, a palavra de ordem, na perspectiva de Trótski, deve ser “[...] liberar a los sindicatos de la tutela del Estado burgués, liberar a los obreros de la dictadura de los burócratas

sindicales”. (TRÓTSKI, 2007c, p. 143). Contudo, ressalta que essa tarefa somente é possível num processo de transição, ou seja, sob a orientação de um partido e de um programa revolucionário, sendo irrealizável separado de um projeto classista mais amplo.

Mais uma vez, coloca-se o problema da leitura não dialética que separa lutas econômicas das lutas de classe. Para exemplificar, Boito Jr. (2018) compreende que toda luta no interior dos sindicatos de estado é um “conflito distributivo” e que a luta de classes estaria fora das instituições do estado, portanto, teria dimensões revolucionárias. Na perspectiva de Trótski, por sua vez, não se trata de lutar dentro ou fora do Estado, pois as contradições originárias da luta de classes – entre econômico e político, legal e ilegal – seriam colocadas em movimento e superadas no decorrer do processo transitório.

Portanto, a luta contra os sindicatos de estado e toda a burocracia sindical deve ocorrer mediante aplicação do programa político de um partido revolucionário. Acabar com os sindicatos do Estado, desvinculado do processo de transição socialista, é irrealizável nos países periféricos do capitalismo em decadência.

Para Trótski (2007c), na fase decadente do capitalismo e sua crise estrutural, o capital não pode mais dar liberdade aos sindicatos, assim como não pode mais reestabelecer a democracia burguesa, como foi no capitalismo concorrencial. Daí, também, a tarefa dos governos bonapartistas, ora de direita e ora de esquerda, de estabelecer a ordem e controlar as massas, mediante o fetiche do estado protetor e de uma aparente frente popular¹⁵³.

Para Trótski (2007d), no capitalismo monopolista, em que não se baseia pela concorrência entre a livre iniciativa privada, mas pela “centralização de capitais”, o Estado é um grande colaborador. Os sindicatos não mais conseguem aproveitar a concorrência entre os capitalistas, pois esses agora estão centralizados e ligados ao poder estatal. Disso deriva o movimento mundial de estatização dos sindicatos, centralizados em torno do Estado.

Desse modo, Trótski (2007d) alerta que, para a burocracia sindical, trata-se apenas de “liberar” o Estado dos interesses capitalistas, “[...] esta posición armoniza perfectamente con la posición social de la aristocracia y la burocracia obreras, que luchan por obtener unas migajas de las superganancias del imperialismo capitalista”. (TRÓTSKI, 2007d, p. 176-177).

Mediante esse contexto, econômico e político, Trótski (2007d, p. 178) considera que se deve lutar pela “independência total e incondicional de los sindicatos respecto del Estado capitalista”. Além disso, para ele, é necessário transformar os sindicatos em espaços de

¹⁵³ Os burocratas sindicais precisam, de “protetores” e “árbitros” do Estado, constituindo a base social dos governos bonapartistas ou semibonapartistas. (TRÓTSKI, 2007b).

verdadeira democracia sindical, isso significa que devem se tornar organizações do movimento operário revolucionário e não organizações de burocratas do Estado.

A respeito dos tipos de organização do movimento sindical docente, acreditamos que ambas as organizações possuem suas contradições. As pequenas organizações locais, que são resultado da própria heterogeneização da classe trabalhadora, estão mais próximas da realidade dos locais de trabalho, contudo, constituem-se em sindicatos com baixo número de filiados e, portanto, menor poder de luta. Em contrapartida, os sindicatos maiores, vinculados às categorias de funcionários e professores, do governo estadual e municipal, são sindicatos de massa e, por isso, conseguem mobilizar um contingente maior de trabalhadores nos momentos de luta.

No nosso entendimento, o maior desafio do sindicalismo docente é romper com dirigentes e centrais burocratizadas. Desse modo, lutar contra dirigentes burocratizados é fundamental para tornar os sindicatos de massa realmente classistas. Do mesmo modo, vincular os pequenos sindicatos às centrais sindicais combativas pode se constituir uma alternativa importante, desde que o movimento docente local esteja vinculado a um movimento maior.

No que tange às contradições do aspecto reivindicativo, com base em tudo que viemos problematizando, entendemos que as lutas políticas e econômicas devem ser pensadas dialeticamente. Nesse sentido, a característica do sindicalismo docente de estar vinculado às políticas educacionais deve ser vista como uma característica inerente ao sindicalismo docente brasileiro – devido mesmo à sua formação histórica. Contudo, essas pautas de caráter político não podem ser meramente corporativas e devem estar vinculadas às demandas econômicas que unificam os interesses de classe – salário e emprego. Sendo assim, a valorização do professor não deve ser isolada e mediada meramente por políticas do âmbito nacional, mas por um movimento amplo da classe trabalhadora assalariada pelo seu direito de emprego e manutenção das condições de vida.

A respeito do PSPN – que marcou o debate sindical nos últimos anos e que tem sido ameaçado pela Emenda Constitucional nº. 95, de 2016¹⁵⁴ –, o movimento sindical deve ter como objetivo lutar pela aplicabilidade do Piso, mas, mais que isso, é preciso lutar pela *escala móvel de salário* e contra o desemprego. Esse último, por meio da luta contra os cortes de investimentos na educação – visando à ampliação das escolas, da infraestrutura e da melhoria das condições de trabalho –, aumento da hora-atividade e redução no número de alunos por turma. Nesse sentido, mediante o contexto de crise política e econômica, cortes nos

¹⁵⁴ Pois a vinculação do reajuste do PSPN ao financiamento da Educação pode acarretar na desvalorização salarial dos professores, mediante o corte de investimentos na Educação.

investimentos da educação e desvalorização docente, o sindicalismo dos professores deve se articular com as lutas e demandas do movimento de toda a classe trabalhadora assalariada.

Destacamos, ainda, a questão da data-base, pois entendemos que ela contribui para o reconhecimento do conflito do trabalho e da necessidade das campanhas salariais. Porém, por meio dela e seu calendário oficial, o Estado gerencia as lutas sindicais de diversos segmentos da classe trabalhadora e controla os sindicatos e impede a unificação do movimento em torno de uma Greve Geral.

Desse modo, a defesa pela *escala móvel de salários* – reajuste mensal conforme aumento dos preços do mercado – permitiria uma unificação de toda a classe de trabalhadores assalariados e uma atividade sindical que fosse além do período da data-base. Uma data-base nacional unificada para os trabalhadores da educação é um primeiro passo para a unificação da data-base de toda classe trabalhadora e a construção de Greves Gerais.

Desse modo, a partir das particularidades ideológicas, organizativas e reivindicativas, mencionadas nos parágrafos anteriores, evidenciamos a relação contraditória entre o singular (sindicalismo docente) e o universal (classe social trabalhadora), quando, apesar de suas características particulares – sindicalismo meritocrático, assistencialista, municipalizado, fragmentado, legislado, entre outros -, o sindicalismo docente possui elementos que o articulam com a classe social como um todo – concepção de sindicato como representante da união de classe e articulador da luta política e econômica do trabalhador por meio das reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sindicalismo docente foi o tema discutido nesta tese, que tratou das contradições e particularidades do movimento sindical no magistério público municipal e o relacionou com o movimento sindical da classe trabalhadora em geral. Nesse sentido, procuramos alcançar nosso objetivo principal de pesquisa que foi: desvelar em que medida o sindicalismo docente do magistério público municipal, a partir das suas contradições presentes nas suas particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, pode desempenhar uma atuação na perspectiva classista e revolucionária. Alcançar esse objetivo só foi possível por meio da exposição desta tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão sobre a formação política e econômica brasileira, recuperando uma concepção acerca de problemas estruturais do Brasil, que amparou o debate sobre a história do sindicalismo brasileiro. A partir dela, contrapomos questões políticas e estratégias de partidos e sindicatos, dando destaque à leitura dicotômica entre luta política e econômica, que esteve presente em muitos momentos da história do sindicalismo.

Neste momento da exposição, pudemos compreender que a perspectiva marxista revolucionária deve ser pensada sob o ponto de vista da revolução permanente, do internacionalismo revolucionário e das particularidades na formação política e econômica brasileira. E sob a luz de uma concepção materialista dialética da história universal, a esquerda pode ser unificada em torno de um programa político de classe – apresentado e defendido na seção 4.1 e 4.2.

Também vimos no capítulo 1 que, na história do sindicalismo brasileiro, a perspectiva anarcossindicalista foi a que mais se aproximou das lutas econômicas e imediatas da classe trabalhadora, mostrando-se mais combativa, mas a ausência de um programa político se tornou um grande limite para os sindicatos. Por sua vez, o movimento sindical, influenciado pelo partido comunista, tornou-se refém das concepções dicotômica e etapista.

Quanto ao sindicato de Estado, de um lado este veio dar legitimidade aos sindicatos e, de outro lado, parece impor limites à autonomia e à liberdade sindical dos trabalhadores. Possibilitando o controle da luta de classes pelo Estado como, por exemplo, por meio da data-base, que organiza o calendário de lutas das categorias de tal modo que evita a construção de greves-gerais unificadas – diferentemente do sistema de escalas móveis que visa o reajuste mensal.

Por fim, ainda no capítulo 1, compreendemos que, de certo modo, tanto sob influência do PCB, como sob influência do PT, o sindicalismo foi marcado por momentos de conciliação junto aos interesses da burguesia em “desenvolvimento”.

Por sua vez, no segundo capítulo, expusemos alguns aspectos que caracterizam as particularidades do sindicalismo docente no Brasil. Por meio da constituição histórica, mostramos a vinculação do sindicalismo docente com as associações de professores e, na sequência, pudemos observar que o movimento sindical docente possui uma profunda relação com a política educacional, ligada ao financiamento da educação e à remuneração docente.

Nesse momento da exposição, vimos que, diferentemente dos sindicatos operários, os sindicatos de professores públicos já nascem dentro da estrutura sindical do Estado, apesar de sua história estar vinculada também às organizações associativas. Desse modo, a Constituição de 1988, por um lado, representa um avanço quando permite a sindicalização do magistério público, por outro lado, representa um retrocesso nas organizações dos professores, que precisaram se converter em sindicatos do Estado para avançar na luta por melhores condições de carreira e remuneração.

Contraditoriamente, a luta econômica dos professores passa por uma espécie de luta política – no sentido da política educacional, como o exemplo do PSPN e do FUNDEB. Demonstrando que a sindicalização dos professores representa um avanço na disputa por melhores legislações em torno da valorização, bem como a garantia de sua efetividade. Do ponto de vista das legislações, a valorização do magistério está vinculada às políticas nacionais e, contraditoriamente, depende da aprovação de legislações municipais, em outras palavras, temos o PSPN, mas sem leis locais não há o reconhecimento do piso, refletindo, conseqüentemente, na luta sindical que deve ser travada no âmbito nacional e municipal para ser efetivada.

Vale recordar, ainda, que, apesar das lutas se darem em torno da política educacional, estas dizem respeito, também, às questões de remuneração. Nesse sentido, lutar pelas políticas de valorização como o PSPN, mas romper quando esta se torna um limite para a remuneração do professor, é um grande desafio para o sindicalismo docente – desafio que pode ser superado pela adoção das escalas móveis de salários.

Além do mais, uma das contradições discutidas, no capítulo 2, foi o fato de as lutas sindicais do magistério terem uma dimensão nacional, em torno da política educacional, mas se dão em contextos locais, devido a municipalização, sendo um desafio para que as entidades, locais, regionais ou estaduais realizem essa mediação.

No terceiro capítulo, apresentamos os achados da pesquisa empírica, na qual realizamos um recorte de pesquisa no âmbito do magistério público municipal, selecionando três entidades sindicais que correspondem às três formas de organização docente, localizadas na região Sudeste do Estado do Paraná: sindicato regional próprio dos professores (SMMUV), direção sindical vinculada ao sindicato estadual (APP) e sindicato de servidores públicos municipais (SISMI). Com base em materiais estatísticos – sobretudo do Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) –, documentos como estatutos e regimentos das entidades sindicais, entrevistas com a direção das três entidades e respostas de vinte e nove questionários aplicados a professores das redes municipais, identificamos aspectos da particularidade do sindicalismo dessa categoria, relacionados à forma organizativa, à materialidade da consciência sindical docente e ao conteúdo das reivindicações.

No que se refere à materialidade da consciência sindical, os professores que participaram da pesquisa demonstraram ter uma consciência da importância do sindicato na sociedade, vinculando-o com a noção de “união”, “direito”, “coletividade” e “defesa”, porém identificamos que, apesar dessa consciência, um dos grandes empecilhos no sindicalismo desse magistério é a não adesão dos professores nas atividades sindicais.

A própria direção sindical tem uma noção de sindicato como instituição que atende os interesses de classe, porém, contraditoriamente, sua função tem sido muito mais assistencialista, com prestação de serviços jurídicos e convênios. Sendo que, os próprios professores procuram os sindicatos por questões e demandas pessoais e em busca de assistência dessa natureza.

Por fim, entendemos que existe uma heterogeneidade de ideias e concepções no interior da classe trabalhadora, que caracteriza também o sindicalismo docente. No entanto, vimos que ela não é uma condição *a priori* para o desenvolvimento do processo de transformação social na perspectiva da classe social.

Na sequência, expusemos as formas de organização sindical dos professores do magistério municipal, dando destaque a algumas particularidades, contribuições e limites – levando em consideração as três entidades: o de servidores público, o sindicato estadual e o sindicato próprio regional.

Quanto às particularidades organizativas, destacamos os limites apresentados pelas três entidades em relação ao baixo índice de filiados (locais) e o fato de as lutas serem municipalizadas, embora algumas formas organizativas favorecem a ampliação do número de docentes na base (caso do sindicato estadual e regional). O sindicalismo docente do magistério público municipal se caracteriza pela ampliação da fragmentação sindical acentuada pela

municipalização do ensino básico no Brasil. Em relação às três entidades pesquisadas – sindicato de servidores, sindicato estadual e sindicato próprio regional – foi possível evidenciar que, apesar de possuírem formas organizativas diferentes, não resolvem os problemas da fragmentação, já que as lutas travadas pelo sindicato são locais.

Além do mais, o fato de os municípios serem de pequeno porte, aumenta a proximidade dos professores com a gestão municipal, fazendo com que tenham medo de se organizarem sindicalmente e sofrerem represálias. Vimos, em um dos casos investigados, que a secretária de educação participou de uma assembleia inibindo os professores a fazer greve, isso dificilmente aconteceria no âmbito estadual ou federal, em que há maior impessoalidade.

A partir da pesquisa observamos, ainda, que o sindicato de servidores públicos é o que mais se aproxima de um sindicato assistencialista. No caso do sindicato estadual, percebemos que ele é o que mais tem estrutura para amparar os professores municipais, contudo, apesar de sua maior abrangência, a luta se dá ainda no âmbito municipal e, portanto, também depende da organização local dos professores.

Em suma, as três entidades analisadas se diferenciam quanto a forma de organização – sindicato próprio regional, sindicato de servidores públicos e sindicato estadual -, e quanto a vinculação com entidades sindicais superiores – não filiação a nenhuma central ou federação – no caso do sindicato próprio regional -, filiação a confederação (CSPB), federação de servidores públicos (FESMEPAR) e central sindical (UGT) – no caso do sindicato de servidores públicos -, e filiação a federação da educação (CNTE) e central sindical (CUT) – no caso do sindicato estadual (APP).

Contudo, as três entidades analisadas se assemelham do ponto de vista da fragmentação e aproximação com a gestão municipal, já que indiferente da forma de organização, ambas travam lutas locais. Destacamos ainda a semelhança nas pautas de reivindicação, na dificuldade de participação da base nas atividades sindicais e a tendência ao diálogo no momento de negociação.

Vimos, também, que como a remuneração docente depende do financiamento e das condições orçamentárias dos municípios, a estratégia mais utilizada pelos sindicatos é a de diálogo com os gestores municipais. Isso demonstra que se chega a um consenso entre os interesses da categoria e os limites financeiros dos municípios, tendendo a uma aceitação desses limites, já que as greves e paralisações quase não acontecem.

Quanto às particularidades das reivindicações, destacamos a aproximação da luta docente com as políticas educacionais, o que representa um avanço na perspectiva da legislação

da carreira docente e, contraditoriamente, condiciona o sindicalismo ao ritmo das políticas do Estado. Identificamos que, apesar de considerar as reivindicações por políticas para a educação muito importantes, os professores se mobilizam de fato por questões salariais que envolvam a sua remuneração, assim como evidenciado nas falas dos três dirigentes e nos dados do DIEESE.

Apesar do FUNDEB, por exemplo, ser um dos determinantes da valorização docente, a categoria não se mobiliza em torno dele, por não estar imediatamente vinculado à remuneração, como é o caso do tema “reajuste salarial”. Destacamos, ainda, que apesar de possuir demandas particulares – tais como hora-atividade, plano de carreira, licenças – e aderir a pautas políticas mais abrangentes – tais como reforma da previdência e FUNDEB –, a mobilização da categoria tende a acontecer com as reivindicações diretamente ligadas ao salário.

Por fim, mostramos que nem as diferenças ideológicas e organizativas pareciam ser os principais determinantes da aproximação entre sindicalismo docente e movimento sindical da classe trabalhadora como um todo. Chegamos, então, às reivindicações, revelando que a mobilização docente é determinada, sobretudo, por questões salariais.

Com a exposição dessas particularidades, avançamos para o último capítulo, em que defendemos uma perspectiva teórica de transição, que vê nas reivindicações transitórias – pelas escalas móveis – a possibilidade de emancipação da luta sindical (de luta econômica para luta política). A perspectiva de Marx e Trótski supera dialeticamente o debate dicotômico sobre as lutas sindicais e a luta revolucionária, a partir do desenvolvimento dialético das mesmas, este que se inicia com as organizações sindicais e se encerra com organizações políticas mais amplas de tomada de poder da classe trabalhadora. O papel do sindicato nesta perspectiva programática é transitório e está relacionado com a defesa das escalas móveis – por reajustes salariais automáticos e manutenção de empregos.

Neste último capítulo, também retomamos a questão do sindicalismo brasileiro na contemporaneidade, destacando como os problemas da formação política e econômica se fazem presentes na atualidade. Ainda, defendemos que a falta de uma direção política revolucionária na esquerda brasileira desemboca no não aproveitamento de momentos decisivos da luta de classes.

Por fim, destacamos algumas contradições do sindicalismo docente e apontamos para algumas possibilidades e, em meio a tudo isso, procuramos responder à questão: Em que medida o sindicalismo docente – do magistério público municipal –, mediante suas contradições e particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas, pode desempenhar uma atuação articulada com o conjunto da classe trabalhadora no sentido da transição revolucionária?

Tendo em vista as contradições e particularidades expostas, sobretudo no capítulo 2 e 3, entendemos que alguns dados não apontam para uma perspectiva revolucionária, sobretudo porque indicam para a pouca mobilização da categoria docente nas atividades sindicais, para o assistencialismo ainda presente nas entidades e para a dificuldade na negociação e em levar a diante as pautas reivindicativas, muitas vezes esbarrando nos limites orçamentários dos municípios e na aproximação intimidadora com a gestão municipal. Contudo, as reivindicações em torno do salário – elemento central que caracteriza a classe trabalhadora no capitalismo – revelam uma possibilidade de unificação e mobilização classista. Baseando-se nisso, defendemos que existe, enquanto **possibilidade**, uma atuação sindical dos professores em uma perspectiva classista e revolucionária, que se dará por meio da adesão dos sindicatos ao programa político revolucionário da classe trabalhadora – da dialética entre luta econômica e política sintetizado por Trótski. Uma vez que a unidade de classe, que supera a fragmentação das diversas categorias específicas, acontece, prioritariamente, em torno do conteúdo das reivindicações, apesar dos diferentes tipos de organização, da estrutura sindical e da heterogeneidade ideológica que caracterizam a classe em seu conjunto.

Nesse sentido, o sindicalismo docente, incluindo o do magistério público municipal, embora tenha contradições e particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas, possui uma relação com o sindicalismo operário, mediado pela reivindicação por salário e emprego, possibilitando sua aproximação com uma perspectiva de sindicatos que atenda os interesses em comum de toda a classe trabalhadora na perspectiva revolucionária.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGUENA, P. (Org.). **O marxismo e os sindicatos: Marx, Engels, Lenin e Trotsky**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ALTHUSSER, L. Advertência aos leitores do Livro I d'O Capital. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, J. A hybris como a arkhé do capital. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set./dez., 2017.
- ANTUNES, J. Marx diante da ditadura bonapartista. **Mais-Valia (São Paulo)**, v. 6, p. 00-01, 2009.
- ANTUNES, J. Marx e a noção de bonapartismo. **Kalagatos (UECE)**, v. 08, n. 15, p. 101-130, 2017.
- ANTUNES, J. Marxismo, filosofia e Ciências Humanas. In: YANZER, L. C. (Org.). **A filosofia em Curso II**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- ANTUNES, J. Notas (provisórias) sobre a relação Marx-Hegel. **Revista Dialectus**, v. 8, p. 60-76, 2016.
- ANTUNES, J. Marx e a História como luta de classes. **Eleuthería**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 63-75, dez. 2017.
- ANTUNES, J. Marx e o último Engels: o modo de produção asiático e a origem do etapismo na teoria da história marxista. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX - ENGELS, 5, 2007, Campinas. **Anais** [...] Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/Jair_Antunes.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho: Reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**, 2012. Disponível em: < http://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, R. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

APP. Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná. **Estatuto**. Curitiba: APP, 2017.

ARCARY, V. Peculiaridades da história política do Brasil contemporâneo: notas para um balanço do ciclo de supremacia do PT e da CUT. **Lutas Sociais**, n. 19, v. 20, p. 150-162, 2008.

BARBOSA, L. C. P. As Interpretações Marxistas de Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso. **Conexão Política**, Teresina, v. 3, n. 1, p. 95 - 105, jan./jul. 2014.

BAUER, C.; DINIZ, C.; PAULISTA, M. I. O sindicato na sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores da educação no Brasil. In: BAUER, C.; DINIZ, C.; PAULISTA, M. I. **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BENOIT, A. H. R. A crise e a negação da negação: a crise mundial contemporânea. **Mais-Valia (São Paulo)**, v. 7, p. 28-35, 2009.

BENOIT, A. H. R. A crise hoje no Brasil: o fim de um ciclo histórico da dominação burguesa. **Mais-Valia (São Paulo)**, v. 1, p. 31-41, 2007.

BENOIT, A. H. R. A luta de classes como fundamento da história. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Ensaio sobre o Manifesto Comunista**. São Paulo: Xamã, 1998.

BENOIT, A. H. R. Da lógica com um grande L à lógica de O capital. In: BOITO JR., A.; TOLEDO, C. N. de (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

BENOIT, A. H. R. O conceito de transição de Marx ou receita do futuro. In: GALVÃO, A. (Org.). **Marxismo, capitalismo, socialismo**. 1ªed. São Paulo, SP: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda, 2008.

BENOIT, A. H. R. O conceito de transição ou receitas do futuro? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, 4, 2005, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m4c2.PDF>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BENOIT, A. H. R. O negativo em Marx. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, 5, 2007, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/hector_benoit.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BENOIT, A. H. R. O Programa de Transição de Trotsky e a América. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p. 37-64, 2004.

BENOIT, A. H. R. Pensando com (ou contra) Marx? **Crítica Marxista (Roma)**, Editora Xamã, v. n 8, p. 81-92, 1999.

BENOIT, A. H. R. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. **Revista Crítica Marxista**, Editora Brasiliense, v. n 3, p. 14-44, 1996.

BENOIT, A. H. R. Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa. **Crítica Marxista (Roma)**, Editora Xamã, v. n 4, p. 09-44, 1997.

BENOIT, A. H. R. **Sócrates**: o nascimento da razão negativa. São Paulo: Moderna, 1996b.

BENOIT, A. H. R. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. **Outubro**, Editora Xamã, v. n 2, p. 47-61, 1998b.

BENOIT, A. H. R. Uma teoria de transição aquém de qualquer além? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 16, p. 160-166, 2003b.

BENOIT, H.; ANTUNES, J. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. 1ª ed. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2016.

BOITO JR., A. Classe média e o sindicalismo. **Revista Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.

BOITO JR., A. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Crítica às teses de André Singer. **Revista Crítica Marxista**, n. 37, p. 171-181, 2013.

BOITO JR., A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise da estrutura sindical. Campinas: UNICAMP, São Paulo: HUCITC, 1991.

BOITO JR, A. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2005.

BOITO JR., A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BORGES, A.; LEMOS, D. C. de A. O “sangue quente” que anima a classe. A luta dos professores públicos primários da corte imperial. In: ROSSO, S. D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em Educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

BRAGA, R. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado>. Acesso em: 7 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939**. Regula a associação em sindicato. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907.** Cria sindicatos profissionais e cooperativas. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis de Trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.** Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9070.htm>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do Inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm> Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CAMARGO, R.B. et al. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 341-363, mai. /ago. 2009.

CARDOSO, S. R. P.; TAMBARA, E. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: Um caso de associativismo mútuo docente (1929-1979). In: ROSSO, S. D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em Educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

CARISSIMI, A. C. V. **Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP- Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2016.

COGGIOLA, O. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.7, n.2, p. 51-91, dez. 2015.

CRUZ, D. **CUT vira ministério do governo Lula**. PSTU: 2005. Disponível em:<<https://www.pstu.org.br/cut-vira-ministerio-do-governo-lula/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

DARCOLETO. Contribuições de István Mészáros para a educação: uma análise da categoria da mediação. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (Org.) **Marxismos e educação**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Balanco das greves**. (2004-2018). Disponível em:<<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=&comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DILLENBURG, F. A dialética da crise econômica nas seções II e III do livro III d'O Capital de Marx. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 225-250, 2017.

ENGELS, F. Os Sindicatos III. In: AGUENA, P. (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

FARIAS, F. P. de Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, p. 49-65, nov. 2000.

FERRAZ, M.; CARISSIMI, A. C. V. Dimensões da ação sindical: análise descritiva das ações da APP-Sindicato. In: KUNZLE, M. R. C.; FERRAZ, M. (Orgs.) **70 anos de luta e resistência em defesa da educação pública**. Bauru: Canal 6, 2017.

FERRAZ, M.; GOUVEIA, A. **Educação e Conflito**: Luta sindical docente e novos desafios. Curitiba: Apris, 2012.

FERREIRA, M. O. V. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, 2008.

FERREIRA, M. O. V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004.

FERREIRA, M. O. V. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago, 2006.

FERREIRA JR., A. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: ROSSO, S. D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em Educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

GENTILI, P.; SUÁREZ, D.; STUBRIN, F.; GINDIN, J. Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1251-1274, set./dez. 2004.

GINDIN, J. Sindicalismo docente em América Latina: um ensaio sociológico. In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; ROSSO, S. D. (Orgs.). **Associativismo e Sindicalismo em Educação**: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013.

GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

GOUVEIA, A. B. **A Organização sindical de professores das redes municipais de ensino do Paraná**: um mapa da relação entre a representação sindical e a remuneração docente. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 27, n. 92, ago. 2019.

GOUVEIA, A. B. La organización sindical de los docentes em los municipios del Estado de Paraná: um mapa preliminar. **Polifonías Revista de Educación**, ano VI, n. 10, p. 92-115, 2017.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Financiamento da educação e luta sindical. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 285-302, jan./mar., 2016.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Política educacional pública e sindicalismo docente na Região Metropolitana de Curitiba (PR). **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 10, p. 12-27, ago./dez. 2011.

GOUVEIA, A. B.; FERNANDES, M. D. E. Agenda sindical de professores da Educação Básica: desafios postos a partir do Piso Salarial Profissional Nacional. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 1, p. 84-98, jan./abr. 2019.

GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. O magistério no contexto federativo: planos de carreira e regime de colaboração. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 10, p. 185-197, p. 185-197, jan./jun. 2012.

GRAMSCI, A. Democracia Operária. In: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. 1. Lisboa: Serra Nova, 1976.

GRAMSCI, A. Sindicatos e Conselhos. In: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. 2. Lisboa: Serra Nova, 1977.

GROCHOSKA, M. A. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR**. 269f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GUTIERREZ, A. da C. G. **O Trótskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho: Uma análise das campanhas eleitorais de 1998 a 2002**. 141 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da Indústria do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: ática, 1991.

HIRO, C. H. D. **História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)**. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

ILIENKOV, E. V. **A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx**. 1960. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/index.htm>>. Acesso em: 11 Mar. 2019.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2018**. Brasília: INEP, 2018.

KOUTCHIN, A. Lênin e a unidade dialética na teoria do partido e da revolução. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2017.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, M. F.; MASSON, G.; MACHADO, A. L. da F. Vencimentos dos professores das redes municipais das mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental do Paraná. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 3, p. 865 - 885, set./dez. 2018.

LUCAS, E. M. P. Educação inicial primária e sindicalização no Uruguai. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 14, p. 91-100, jan./jun. 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. As teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro. 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K. Papel econômico imediato dos sindicatos. In: AGUENA, P. (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. 1850. Disponível em: <
http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Comite_Central_Liga_Comunista.pdf
 >. Acesso em: 23 mar. 2018.

MASSON, G. A categoria da particularidade como mediação para a produção do conhecimento: contribuições de György Lukács. **Cadernos do Gposshe On-line**, v. 1, p. 29-48, 2018.

MASSON, G. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. In: SCHELESENER, A.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (Orgs.) **Marxismo (s) e educação**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAUES, O. O sindicato da Educação Superior e as políticas Educacionais. **Revista Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, dez. 2015.

MENDONÇA, M. A. de.; MARCELINO, P. R. P. O sindicalismo em São Paulo e sua relação com as manifestações de junho de 2013. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS, 4, 2018, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2018.

MENEGUELLI, J. Entrevista: Negociação e contrato coletivo de trabalho. **Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar**, São Paulo, n.1, 1991.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MOISÉS, J. A. **Greve de massa e crise política** (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54). São Paulo: Polis, 1978.

MULLER, M. L. **Exposição e Método Dialético em O Capital**. Boletim Seaf, n. 2, Belo Horizonte, 1982.

NETO, A. B. dos S. **Capital e Trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

NETTO, J. P. Lukács e a problemática cultural da era stalinista. **Verinotio**, Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 25, n. 1, abr. 2019.

NEVES, L. de A. **CGT no Brasil: 1961-1964**. Belo Horizonte: Veja, 1981.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Revista Teoria & Educação**, Porto alegre: Editora Pannonica, n. 4, p. 109-139, 1991.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1999.

NÚCLEO AMPLIADO DE PROFESSORES (NAP) – PT/SP. Lula: entrevistas e discursos. **O repórter**, São Paulo: 1981.

OLIVEIRA, C. et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, D. A. Regulação Educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, dez. 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. Versão E-BOOK. Disponível em:<file:///D:/Usuario/Downloads/6%20O%20ornitorrinco.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2018.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSM. **As centrais sindicais mundiais**. 2ª ed. São Paulo: OSM, 1986.

PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdos da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRADO JR, C. **Evolução Política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

RÊSES, E. da S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. 308f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2008.

ROCHA, F. M. **Carreira, remuneração e perspectivas das lutas docentes a partir da criação do cargo de educador infantil e da Lei do Piso**. 191 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L., RÊSES, E. da S. Condições de emergência do Sindicalismo Docente. **Pro-Posições**, Campinas, vol.22, n.2, Mai/Ago, 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a09.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ROSSO, S. D. **A Jornada de Trabalho na Sociedade**: o castigo de Prometeu. São Paulo: Editora LTR, 1996.

ROSSO, S. D. Fragmentação Sindical. **Educar em Revista**, Curitiba n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SAMPAIO JR. P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviços Sociais e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAMPAIO JR. P. de A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2007.

SANTANA, M. A. O "Novo" e o "Velho" sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.10/11, p. 19-35, 1998.

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, out. 1999.

SCAFF, E. A. da; GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. dos S. O protagonismo da CNTE nas disputas pelas garantias constitucionais no campo da educação. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 7, n. 2, p. 244-262, mai./ago. 2018.

SILVA, L. I. L. **Entrevista**. In: A CUT e o movimento sindical internacional. São Paulo: CEDI, 1991.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 85, p. 83-102, nov. 2009.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOBRINHO, J. P. de S. **O conceito de classe em O Capital**: o professor como proletário em Marx. 280f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SOBZINSKI, J. S. **Valorização dos professores**: análise dos planos de carreira de municípios do Paraná. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOUZA, M. M. de; RICARTE, T. F.; MARTINS, M. M. A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 65, p. 359-376, out. 2015.

SUPIOT, A. A crise do espírito de serviço público. In: **Adverso**. Revista da Associação de Docentes da UFRGS, ano V, n. 7, Jul. 1995.

TROSTKI, L. **A História da Revolução Russa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TRÓTSKI, L. **A Revolução Permanente**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRÓTSKI, L. [1937]. **Estalinismo e Bolchevismo**: Sobre as Raízes Históricas e Teóricas da IV Internacional. Texto Extraído do CD Escritos de Leon Trotsky, Investigaciones y Publicaciones Leon Trotsky, Buenos Aires, 2001, Livro 1.

TROSTKI, L. **Minha vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

TRÓTSKI, L. **O Programa de Transição**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

TRÓTSKI, L. La política de Roosevelt em América Latina. In: TROTSKI, L. **Escritos Latinoamericanos**. (Compilación). 3ª ed. Buenos Aires: CEIP, 2007a.

TRÓTSKI, L. Las tareas del movimiento sindical em América Latina. In: TROTSKI, L. **Escritos Latinoamericanos**. (Compilación). 3ª ed. Buenos Aires: CEIP, 2007b.

TROTSKI, L. Discusión sobre América Latina. In: TROTSKI, L. **Escritos Latinoamericanos**. (Compilación). 3ª ed. Buenos Aires: CEIP, 2007c.

TRÓTSKI, L. Los sindicatos em la era de la decadência imperialista. In: TROTSKI, L. **Escritos Latinoamericanos**. (Compilación). 3ª ed. Buenos Aires: CEIP, 2007d.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, n. 12, ano VI, out. 2010.

VAZ, M. R. T. **A oferta e a demanda de pedagogos no Paraná (2009-2013)**: análise da relação entre trabalho e formação e suas implicações na (des) valorização profissional. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

VAZ, M. R. T. Antônio Gramsci e a questão dos sindicatos: uma análise com ênfase nos escritos políticos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento educacional**, Curitiba, v. 15, n. 40, p.56-69, mai./ago., 2020.

VAZ, M. R. T. V.; MASSON, G. O trabalho e a formação humana à luz da ontologia do ser social. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v.14, n. 2, p. 310-331, mai./ago. 2019.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: ROSSO, S. D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em Educação**: Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura pós-guerra). **Estudos CEBRAP**, n. 4, p. 66-105, 1973.

ANEXO A - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRADIÇÕES DA ATUAÇÃO DO SINDICALISMO DOCENTE NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Pesquisador: MARTA ROSANI TARAS VAZ

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80199817.6.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.414.047

Apresentação do Projeto:

CONTRADIÇÕES DA ATUAÇÃO DO SINDICALISMO DOCENTE NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES. O sindicalismo docente, como parte do movimento dos trabalhadores, tem como finalidade organizar os mesmos em prol da sua valorização profissional e, por meio dela, sintetizar os seus interesses de classe, pois o sindicalismo tem a função de promover a emancipação política e econômica da classe trabalhadora, bem como é possível observar na história do trabalho assalariado que os sindicatos contribuíram para a conquista de direitos trabalhistas e ganhos salariais. Contudo, contraditoriamente, o sindicalismo docente pode deixar de ser uma organização em prol da valorização da carreira docente e da politização do professor, uma vez que é possível identificar na atuação de determinadas entidades sindicais, que os sindicatos não têm promovido a emancipação política e econômica dos professores. Isso pode dar-se pela institucionalização do sindicato junto ao Estado e pela vinculação partidária de algumas lideranças. Um dos desafios do sindicalismo docente, na atualidade, é romper com as amarras partidárias interesseiras e defender uma organização democrática e autônoma dos trabalhadores, com vistas à ascensão econômica e, sobretudo, política, desses profissionais enquanto classe social.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvelar as contradições presentes na atuação do movimento sindical docente no processo de luta pela valorização dos professores das redes públicas municipais de ensino.

Objetivo Secundário:

- Identificar os principais elementos (vinculações partidárias e centrais sindicais, estatutos, aspectos da valorização docente nas pautas de reivindicações, estratégias de luta – greve e negociações – ações judiciais, ações recreativas, formação política, lideranças, informativos, etc.) do movimento sindical docente em algumas redes públicas municipais de ensino do estado do Paraná;
- Analisar a relação entre a organização sindical e a política de valorização docente nos municípios investigados;
- Discutir os limites e as contribuições do sindicalismo docente das redes públicas municipais de ensino;
- Problematicar os desafios do sindicato (de professores) para a construção do movimento de trabalhadores na perspectiva revolucionária.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos.

Benefícios:

O avanço teórico sobre a atuação dos sindicatos no processo de valorização profissional do professor.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Essa pesquisa objetiva desvelar as contradições da atuação do sindicalismo docente na luta pela valorização dos professores das redes públicas municipais de ensino. Partimos do pressuposto que os sindicatos representam uma força importante perante os interesses do Estado e do Capital e as mobilizações das diferentes categorias de trabalhadores são expressões oriundas do contexto de luta de classes. Desse modo, essa pesquisa se constituirá a partir do referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico Dialético e encontrará o seu material empírico na atuação dos sindicatos de professores das redes públicas municipais de ensino da Região Sudeste e Centro Oriental do Estado do Paraná, buscando identificar, descrever e analisar as principais características desse movimento no que se refere à luta pela valorização docente. Pretendemos analisar os estatutos dessas entidades, as pautas de reivindicações, as vinculações partidárias e centrais sindicais, as formas de negociações e estratégias de luta, as ações judiciais, as ações recreativas e de formação política dos associados e as lideranças sindicais que caracterizam essa atuação e, assim, compreender as contribuições, os limites e as contradições do sindicalismo para a valorização de professores. A partir da realidade investigada

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



pretende-se contribuir para a compreensão do atual momento histórico, com vistas a direcionamentos futuros na luta pela valorização docente, problematizando os desafios do sindicalismo para a construção de um movimento de trabalhadores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012.

Recomendações:

Solicita-se **que, ao final do projeto de pesquisa**, seja enviado o relatório final via on-line pela plataforma Brasil por notificação para evitar pendências com a Propesp ou com o Comitê de Ética.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_994322.pdf	21/11/2017 16:21:26		Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	21/11/2017 16:19:07	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Texto_tcle.pdf	13/11/2017 22:20:25	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito

Continuação do Parecer: 2.414.047

Outros	Texto_Termoconsentimento.pdf	01/11/2017 10:30:04	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito
Outros	Texto_Cartadeapresenta.pdf	01/11/2017 10:28:56	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Texto_termodecompro.pdf	01/11/2017 10:27:55	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito
Outros	Texto_instrumentoDePesquisa.docx	25/10/2017 17:37:24	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Texto_Projeto.docx	25/10/2017 17:36:16	MARTA ROSANI TARAS VAZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 04 de dezembro de 2017

Assinado por: ULISSES COELHO
(Coordenador)

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os sindicatos



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O _____, está sendo convidado a participar da pesquisa “Contradições da atuação do sindicalismo docente na luta pela valorização dos professores” tendo como pesquisador responsável Marta Rosani Taras Vaz, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo da pesquisa é desvelar as contribuições do movimento sindicalista docente no processo de luta pela valorização dos professores das redes públicas municipais de ensino.

A participação do sindicato no estudo consistirá em fornecer documentos da entidade a respeito do tema de pesquisa. Os dados fornecidos são de uso exclusivo da pesquisa.

Após as análises o sindicato será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto, não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e elucidação de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. O sindicato poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também, todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Nome do pesquisador

Marta Rosani Taras Vaz

Rua Júlio Vieira Lisboa, 447, Bairro Fósforo, Irati-PR.

Telefone: (42) 99935-3448

E-mail: martarosanni@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa

UEPG Campus Uvaranas, Bloco M, sala 100

Telefone: (42) 3220-3108.

Assinatura do presidente do sindicato

Assinatura pesquisador responsável

Ponta Grossa, ____ de _____ de ____.

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os entrevistados



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoop@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O senhor (a) _____, está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Contradições da atuação do sindicalismo docente na luta pela valorização dos professores” tendo como pesquisador responsável Marta Rosani Taras Vaz, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo da pesquisa é desvelar as contribuições do movimento sindicalista docente no processo de luta pela valorização dos professores das redes públicas municipais de ensino.

A participação do sindicato no estudo consistirá em conceder uma entrevista a respeito do tema de pesquisa. Os dados fornecidos são de uso exclusivo da pesquisa. Os nomes dos participantes serão alterados para siglas, de forma a manter o anonimato dos mesmos.

Após as análises, o senhor (a) será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto, não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e elucidação de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. O senhor (a) poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também, todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Nome do pesquisador

Marta Rosani Taras Vaz

Rua Júlio Vieira Lisboa, 447, Bairro Fósforo, Irati-PR.

Telefone: (42) 99935-3448

E-mail: martarosanni@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa

UEPG Campus Uvaranas, Bloco M, sala 100

Telefone: (42) 3220-3108.

Assinatura do presidente do sindicato

Assinatura pesquisador responsável

Ponta Grossa, ____ de _____ de ____.

ANEXO D – Termo de Uso de Som e Imagem

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, seus riscos e benefícios e, após reflexão, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados nesse documento obtenham gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas, relacionadas à minha pessoa, possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade do pesquisador responsável e sob sua guarda.

Nome completo: _____

RG: _____ Telefone: _____

Assinatura: _____

Eu, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível as questões formuladas.

Nome do pesquisador: _____

Assinatura: _____

Data e local: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar poderão se comunicar com Marta Rosani Taras Vaz via **martarosanni@hotmail.com** ou telefone **(42)999353448**.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o presidente do Sindicato dos Servidores
Públicos Municipais de Irati**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
2019
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati

- Qual é a sua formação profissional?
- O senhor (a) é filiado em algum partido?
- Qual é a sua função no sindicato dos servidores e há quanto tempo atua na direção sindical?
- Já tinha vínculo com a diretoria há mais tempo?
- O que o senhor entende por sindicato e qual é o papel dessa instituição na sociedade?
- Quais são os serviços prestados pelo sindicato e qual é a importância deles?
- Tem bastante processos? Convênios?
- Qual é o percentual dos filiados que participam das atividades sindicais – assembleias, por exemplo?
- E os professores, participam?
- Quais são as formas de atuação mais utilizadas pelo sindicato (negociação, paralização ou greve)? Quais são mais eficientes e por quê?
- Quais pautas e demandas reivindicativas o senhor considera mais relevantes – reajuste salarial, plano de carreira, hora-atividade?
- E no caso inclui a questão dos reajustes salariais?
- E quais reivindicações possuem maior poder de mobilização?
- A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional refletiu no movimento sindical dos professores de Irati?
- Qual é a importância do PSPN para os professores do magistério municipal?
- Então, essa questão esbarra na questão financeira dos municípios?
- Mas o senhor considera importante a Lei do Piso?

- Essa questão, de certa forma, o senhor já respondeu, mas para ficar mais claro, o município tem cumprido a Lei do Piso?
- Na sua opinião, qual é a importância das greves e como os professores se relacionam com essa forma de mobilização?
- O sindicato busca desenvolver ações que promovam a formação e a consciência sindical dos seus filiados?
- Essa, de certo modo o senhor já respondeu, os professores buscam o sindicato para se inteirar de questões particulares, mas em relação às questões trabalhistas gerais?
- E quais são os principais desafios a respeito da participação dos professores no movimento sindical?
- Há, além das pautas específicas da categoria, outras mais abrangentes que englobassem todos os servidores? Já tiveram essa experiência?
- Diante do atual contexto das reformas – de reforma trabalhista, teto dos gastos com a educação e reforma da previdência – e das mobilizações em outros lugares, nós vemos que há greves e paralizações. Esse contexto geral atual, o senhor acha que representa ou influencia alguma coisa no âmbito no município?
- Mas, no caso a Emenda Nº 95, do teto dos gastos, pode influenciar no financiamento e nos reajustes do piso?
- Caso se tenha esse cenário, de não ter o reajuste do piso federal ou o limite prudencial do município, quais seriam os desafios do sindicato para enfrentar essa realidade?
- E o senhor acha que essa situação, limita ou condiciona o sindicato?
- Em relação aos locais de trabalho, há representantes da categoria?
- Na direção, tem professores?
- Sabemos que em outros municípios, os professores se organizam sindicalmente de forma diferente - APP e sindicato próprio -, tendo em vista essas três formas – e no caso aqui, de servidores públicos – como o senhor entende? Quais são as vantagens, se for para defender o modelo de sindicato dos servidores públicos?
- O senhor (a) gostaria de fazer algum comentário final? Comentar, tendo em vista sua experiência no sindicato, das dificuldades que vocês têm e da expectativa de como deveria ser o sindicato ideal.

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o presidente do Sindicato do Magistério
Municipal de União da Vitória**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**2019****Sindicato do Magistério Municipal de União da Vitória**

- *Para nós iniciarmos, gostaria que o senhor falasse sobre sua formação profissional, sua função no sindicato dos professores e há quanto tempo atua na direção sindical?*
- *O senhor (a) é filiado a algum partido?*
- *O que o senhor (a) entende por sindicato e qual é o papel dessa instituição na sociedade?*
- *O sindicato de União da Vitória é filiado em alguma federação ou central?*
- *Em relação a essa independência de vocês, de não estarem filiados a nenhuma central e federação, vocês consideram isso positivo? O senhor poderia explicar melhor porque vocês consideram que essa independência pode ter um resultado mais positivo em relação a outros sindicatos que têm essa filiação ou aparelhamento, poderíamos assim dizer?*
- *Em relação ao perfil dos filiados, vocês têm [filiados] concursados, ativos, aposentados? E os professores que são contratados temporariamente, eles também podem se filiar? O sindicato é do magistério e representa professores e funcionários ou somente professores?*
- *Quais são os serviços prestados pelo sindicato – assessoria jurídica, convênios, etc. – e qual é a importância de cada um deles?*
- *Os professores participam das atividades do sindicato, principalmente em relação às assembleias? Quando vocês fazem assembleias os professores buscam essa participação ou são indiferentes? Em relação à porcentagem, é possível dizer que a maioria participa?*
- *Quais as formas de atuação do sindicato – fazem greves; buscam negociar, conversar com a gestão municipal; buscam assegurar direito e demanda pela via judicial? Como é esse processo? Como acontece a atuação do sindicato?*
- *Qual a forma de atuação tem se demonstrado mais eficiente, no âmbito do magistério municipal?*
- *Quais reivindicações e demandas o sindicato considera mais relevantes, urgentes ou está em primeiro plano? A partir da experiência do sindicato, quais reivindicações possuem maior poder de mobilização dos professores?*

- *E quais reivindicações e demandas são mais difíceis de serem conquistadas frente ao poder público municipal?*
- *Sabemos que em outros municípios, os professores se organizam sindicalmente de forma diferente (APP e servidores públicos). Tendo em vista a forma que se organizam aqui, em comparação com outras organizações, quais são as vantagens e as dificuldades encontradas?*
- *Quais são as contribuições e os desafios de uma entidade intermunicipal?*
- *Como o sindicato se posiciona frente à questão do Imposto Sindical?*
- *Qual é a importância da Lei do Piso para os professores do magistério municipal? Essa Lei refletiu no movimento sindical de União da Vitória? E as prefeituras têm cumprido essa lei, atualizando as tabelas salariais?*
- *Há, além das pautas específicas da categoria, outras mais abrangentes a toda a classe trabalhadora no movimento sindical? Já tiveram alguma experiência que uniu os profissionais do magistério municipal com outra categoria?*
- *Na sua opinião, qual é o papel e a importância das greves e, a partir de sua experiência, como os professores se relacionam com essa forma de mobilização?*
- *O sindicato busca desenvolver ações que promovam a formação e a consciência sindical dos seus filiados?*
- *O atual contexto – de reforma trabalhista, teto dos gastos com a educação e a reforma previdenciária – poderá refletir na valorização dos professores do magistério municipal? Qual será o desafio do sindicato nesse cenário?*
- *Nos últimos anos, quais foram as principais lutas travadas pelo sindicato do magistério de União da Vitória, como foi a adesão da base nessas lutas e quais foram os resultados desses processos – conquistas ou derrotas?*

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a secretária de assuntos municipais da APP –
Sindicato a respeito da Direção Municipal de Prudentópolis**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
2019
APP – Sindicato

- *Qual é sua formação profissional?*
- *E você é filiada em algum partido?*
- *Qual é a sua função no sindicato da APP?*
- *Aqui do núcleo de Irati? E todo núcleo tem uma secretária?*
- *E quanto tempo você atua no sindicato?*
- *E qual é a função da secretária de assuntos municipais?*
- *Aqui do núcleo de Irati, quantos municípios têm professores filiados [da rede municipal]?*
- *E como ocorre esse processo de filiação? O professor pode ser filiado na APP e ter uma direção municipal ou por meio da associação?*
- *E no caso do município, tem uma direção?*
- *E a direção municipal, ela tem algum outro documento que a rege, além do Estatuto [da APP]?*
- *E essa forma de atuação de vocês, ela tem um reconhecimento?*
- *Mas em relação à carta sindical, tem o reconhecimento jurídico?*
- *No caso de Prudentópolis, tem professores que estão filiados ainda em outro sindicato?*
- *Sobre isso eu também gostaria de perguntar. Vocês são um sindicato grande, possui bastante material de divulgação, informação e formação. Tem alguma ação específica voltada para a formação sindical desses professores do magistério municipal?*
- *E a partir da sua experiência, tanto com os professores da rede estadual como da rede municipal, qual seria a maior diferença entre esses dois professorados? Teria uma diferença significativa em termos de consciência sindical?*
- *Desde quando a APP começou com este trabalho de filiação nos municípios?*

- *Essa questão é mais pessoal: o que você entende por sindicato, e qual é o papel dessa instituição na sociedade?*
- *E quais são as atividades e serviços que a APP presta e qual é a importância de cada um deles? De certa forma, você já respondeu que os convênios são segundo plano.*
- *Os filiados de Prudentópolis têm a assessoria jurídica da APP?*
- *A partir da sua experiência na secretaria de assuntos municipais, qual é o percentual de filiados que participam de assembleia, por exemplo?*
- *E quais as reivindicações e pautas que têm maior capacidade de mobilizar os professores?*
- *E as questões mais abrangentes, reforma previdenciária, enfim, outras que abrangem mais, despertam o interesse?*
- *E no teu entendimento, se você pudesse falar pela APP também, quais são as reivindicações e as pautas mais relevantes?*
- *Em virtude de sermos do setor público, a luta pelas suas reivindicações é muito ligada à política?*
- *E quais as reivindicações que são mais difíceis de serem atendidas pelo poder público municipal?*
- *Então, isso tem a ver com a questão orçamentária, mas também com o perfil do gestor?*
- *Na rede estadual, os professores têm um certo distanciamento do governo, mas no município, principalmente na nossa região, eles são muito próximos. Você sente que os professores têm esse medo?*
- *Gostaria que você falasse como ocorre a negociação, que caminho se percorre até chegar a uma greve, por exemplo?*
- *Como você percebe a participação dos professores na greve, como eles encaram, no caso dos professores do município, como eles se relacionam com a greve?*
- *Quais são os principais desafios da participação dos professores no movimento sindical?*
- *Os professores buscam o sindicato para se inteirar de questões mais gerais ou é mais para resolver suas demandas pessoais?*

- *Em relação à Lei do piso, ela refletiu no movimento sindical de Prudentópolis? É possível perceber que a Lei do Piso fomenta o movimento lá?*
- *E o município de Prudentópolis, tem cumprido?*
- *Nós sabemos que estamos vivendo um contexto bem difícil, tanto no âmbito nacional como estadual. Você entende que todas essas mudanças vão refletir no âmbito municipal?*
- *O FUNDEB seria um exemplo disso?*
- *E o sindicato está se preparando para enfrentar esses desafios? De que forma o sindicato está se preparando?*
- *Em relação à organização, nós temos a organização sindical via servidores públicos, os sindicatos próprios de professores do magistério municipal e via APP. Tendo em vista essas três formas, como você entende a contribuição principal da APP e que talvez os outros não consigam oferecer?*
- *E quais são os desafios da APP na construção do movimento sindical nos municípios?*
- *Em relação ao imposto sindical, que é um tema em pauta, como o sindicato interpreta isso?*

APÊNDICE D – Questionário para coleta de dados com os professores

SINDICALISMO DOCENTE

Caro (a) Professor (a), estamos realizando uma pesquisa para conhecer as opiniões e experiências dos professores a respeito do Sindicalismo Docente. Este é um questionário para ser respondido anônimo e voluntariamente por professores do magistério público municipal. Nos comprometemos com o sigilo sobre a sua identidade. Essas informações contribuirão para ampliar nosso conhecimento sobre o sindicalismo no âmbito do magistério.

1. Sexo:

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Feminino
☐ Masculino

2. Qual é sua idade?

3. Em que cidade reside?

4. Assinale as alternativas que correspondem a sua formação profissional:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Formação em nível Médio, modalidade normal;
☐ Formação em nível Superior, em Pedagogia;
☐ Formação em nível Superior, em outra licenciatura;
☐ Especialização em nível de Pós-Graduação;
☐ Mestrado;
☐ Doutorado.

5. Há quanto tempo atua como professor (a) da rede pública municipal de ensino?

6. Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Menos de 1 ano;
☐ De 1 a 5 anos;
☐ De 5 a 10 anos;
☐ De 10 a 15 anos;
☐ De 15 a 20 anos;
☐ Mais de 20 anos.

7. Em que cidade o (a) Senhor (a) atua como professor (a) do magistério municipal?

7 A escola municipal que o (a) Senhor (a) trabalha fica na área:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Urbana - centro;
☐ Urbana - bairro;
☐ Rural.

8. Qual é a sua carga horária semanal na rede pública municipal?

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ 20h
☐ 40h
☐ Outro: _____

9. O (a) Senhor (a) atua como professor em qual etapa do ensino municipal?

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Educação Infantil;
☐ Anos iniciais do Ensino Fundamental;
☐ Ambas as etapas.

10. O (a) Senhor (a) possui outro trabalho, formal ou informal, além da docência no magistério municipal?

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Sim
☐ Não

11. Se a resposta for sim, qual?

12. A respeito de sua contratação na rede pública municipal de ensino, o (a) Senhor (a) é:

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Efetivo(a), via concurso público
☐ Temporário(a), via teste seletivo
☐ Outro: _____

13. A sua remuneração individual fica entre:

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Até 954,00 reais
- ☐ De 954,00 a 1.908,00 reais
- ☐ De 1.908,00 a 2.862,00 reais
- ☐ De 2.862,00 a 3.816,00 reais
- ☐ De 3.816,00 a 4.770,00 reais
- ☐ Mais de 4.770,00 reais

14 A sua remuneração familiar fica entre:

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 954,00 reais
- ☐ De 954,00 a 1.908,00 reais
- ☐ De 1.908,00 a 2.862,00 reais
- ☐ De 2.862,00 a 3.816,00 reais
- ☐ De 3.816,00 a 4.770,00 reais
- ☐ Mais de 4.770,00 reais

15. Com quantas pessoas você divide o mesmo lar?

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Nenhuma;
- ☐ Uma;
- ☐ Duas;
- ☐ Três;
- ☐ Quatro ou mais.

16. O (a) Senhor (a) é filiado (a) a alguma entidade Sindical?

Marcar apenas uma alternativa.

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. Se a resposta for sim, há quanto tempo?

18. Por que o (a) Senhor (a) optou (ou não) pela filiação sindical?

19. O que o (a) Senhor (a) entende por sindicato e o seu papel social?

20 O sindicato que o (a) Senhor (a) participa oferece atividades recreativas, de formação ou assembleias?

Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Desconheço;
- ☐ Não sou filiado (a) ao sindicato.

21. Se a resposta for sim, quais e com que frequência?

22. O (a) Senhor (a) participa das atividades anteriormente elencadas?

Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Nunca;
- ☐ Às vezes;
- ☐ Sempre.

23. As decisões tomadas pelo sindicato que o (a) Senhor (a) participa são discutidas em Assembleia docente?

Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Nunca;
- ☐ Às vezes;
- ☐ Sempre;
- ☐ Desconheço.

24. Sobre o seu Plano de Carreira profissional, o (a) Senhor (a):

Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Conheço bem;
- ☐ Conheço pouco;
- ☐ Desconheço.

25. Sobre Reajuste Salarial, assinale as alternativas que o (a) Senhor (a) considera corretas:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Fundamental, mas em tempos de crise temos que entender que não é possível ter reajuste;
- ☐ Desnecessário, pois o professor deve trabalhar em amor à profissão;
- ☐ Fundamental, pois os trabalhadores precisam ter condições de vida dignas **e, por isso**, o reajuste deve acontecer;
- ☐ Desnecessário, pois o salário atual já é suficiente;
- ☐ Outro:

26 Assinale as alternativas que correspondem ao modo de como o (a) Senhor (a) fica ciente dos reajustes salariais, hora-atividade, avanços na carreira e outros direitos da categoria?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Não fico ciente;
- ☐ Por meio dos informativos do sindicato;
- ☐ Por meio de colegas;
- ☐ Pelas redes sociais;
- ☐ Outro: _____

27. Quais são as reivindicações do sindicato acerca da valorização dos professores da sua rede pública municipal?

28. Na sua opinião, quais assuntos deveriam ser incorporados nas pautas de reivindicações?

29. Analise a seguinte situação hipotética: “Você não terá reajuste salarial nos próximos anos, sob a justificativa de crise e contenção de gastos, além do aumento da jornada de trabalho em sala de aula e diminuição da hora-atividade”. Assinale as alternativas que melhor contemplam a forma como você reagiria a essa situação:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Aceita a situação porque entende que o momento é de “crise e contenção de gastos”;
- ☐ Aceita a situação porque teme sofrer retaliações, caso participe de protestos;
- ☐ Não aceita, mas não vê alternativa de luta contra essa situação;
- ☐ Não aceita e procura o sindicato para obter mais informações e orientações de como agir;
- ☐ Não aceita, mas acredita que o sindicato não pode contribuir contra essa situação;
- ☐ Participa das atividades de mobilizações propostas pelo sindicato;
- ☐ _____ Outro:

30 Analise a seguinte situação hipotética: “Os seus colegas votam em assembleia sindical pela greve ou paralisação contra medidas que prejudicam a valorização docente”.

Assinale as alternativas que contemplam a forma como você reagiria a essa situação:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Apoio a greve e fico em casa esperando a volta às aulas, pois os meus direitos estão em jogo;
- ☐ Entendo a importância da greve, mas não a apoio, porque considero que os alunos não podem ficar sem aula;
- ☐ Participo ativamente da greve com os colegas, sem medo de sofrer retaliações, afinal o direito de greve é constitucional;
- ☐ Não apoio greves e paralisações porque são ações que só prejudicam o sistema de ensino;
- ☐ Apoio a greve, mas não participo por medo de sofrer retaliações.
- ☐

Outro:

31. **Na sua opinião, como o seu sindicato reagiria se houvesse a necessidade de reivindicar por uma demanda dos professores ou fazer resistência contra ataques aos seus direitos:**
Marque todas que se aplicam.

- ☐ Mobiliza os professores para uma assembleia e indica a necessidade de greve ou paralisação, opondo-se ao governo;
- ☐ Mobiliza os professores para uma assembleia e pede que os professores compreendam a necessidade de tais medidas, aliando-se ao governo;
- ☐ Se dirige à gestão municipal e busca negociação;
- ☐ Não se mobiliza;
- ☐ Desconheço.

32. **Indique algumas formas de atuação do sindicato que você gostaria que acontecessem, mas que não são realizadas:**

33. **Assinale a alternativa que melhor caracteriza o seu sindicato:**

*Marcar apenas **uma alternativa**.*

- ☐ Combativo - com estratégias de greves, paralisações, resistência e enfrentamento;
- ☐ Negociação - com estratégia de reuniões e acordos com o governo municipal;
- ☐ Ambas as estratégias anteriores;
- ☐ Sem nenhuma atuação;
- ☐ Desconheço.

- 34 **Como que o (a) Senhor (a) gostaria que fosse o seu sindicato:**

*Marcar apenas **uma alternativa**.*

- ☐ Combativo - com estratégias de greves, paralisações, resistência e enfrentamento;
- ☐ Negociação – com estratégia de reuniões e acordos com o governo municipal;
- ☐ Ambas as estratégias.
- ☐

 Outro:

35. O (a) Senhor (a) considera que o seu sindicato possui tendências políticas mais voltada à:

Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Direita;
- ☐ Esquerda;
- ☐ Desconheço.

36. O (a) Senhor (a) já teve experiência de organização de professores nos locais de trabalho, sem vinculação com o sindicato?

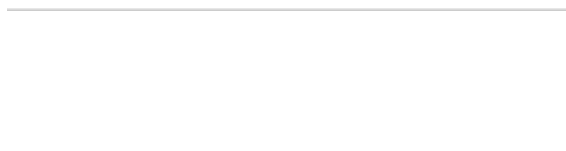
Marcar apenas **uma alternativa**.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

37. Dentre as seguintes pautas de reivindicação, avalie o grau de importância de cada uma delas:

Marcar apenas **uma alternativa** por linha.

	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Reajuste Salarial	☐	☐	☐
Redução da Jornada de Trabalho	☐	☐	☐
Ampliação de Empregos	☐	☐	☐
Aumento da Hora-Atividade	☐	☐	☐
Licenças	☐	☐	☐
Avanços na Carreira Docente	☐	☐	☐
Políticas para a Educação	☐	☐	☐



APÊNDICE E – Relação de referências das teses, dissertações e artigos da revisão da produção acadêmica

Artigos
Referências dos trabalhos
BAUER, C; MATOS, A. R. Marx, Engels e o sindicalismo docente. Revista Espaço acadêmico , v. 10, n. 114, p. 154-164, 2010.
FERREIRA, M. O. V. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. Educação em Revista , Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, 2008.
FERREIRA, M. O. V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004.
FERREIRA, M. O. V. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. Educação & Sociedade , Campinas, v. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007.
FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago, 2006.
GENTILI, P.; SUÁREZ, D.; STUBRIN, F.; GINDIN, J. Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. Educação & Sociedade , Campinas, v. 25, n. 89, p. 1251-1274, set./dez. 2004.
GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). Educar em Revista , Curitiba, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.
GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Financiamento da educação e luta sindical: conflitos em uma grande rede de ensino. Educação & Sociedade , Campinas, v. 37, nº. 134, p. 285-302, jan./mar. 2016.
GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Política educacional pública e sindicalismo docente na Região Metropolitana de Curitiba (PR). Jornal de Políticas Educacionais , n. 10, p. 12-27, ago./dez. 2011.
GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. Educar em Revista , Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.
LUCAS, E. M. P. Educação inicial primária e sindicalização no Uruguai. Revista Retratos da Escola , Brasília, v. 8, n. 14, p. 91-100, jan./jun. 2014.
MAUES, O. O sindicato da Educação Superior e as políticas Educacionais. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate , Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, dez. 2015.
MELO, S. D. G. Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. Educar em Revista , Curitiba, Brasil, n. 48, p. 93-110, abr./jun. 2013.
RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. Educar em Revista , Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013.
ROSSO, S. D. Fragmentação Sindical. Educar em Revista , Curitiba n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013.
ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L., RÊSES, E. da S. Condições de emergência do Sindicalismo Docente. Pro-Posições , Campinas, v. 22, n. 2, mai/ago, 2011.
SOBREIRA, H. G. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980). Educação & Sociedade , Campinas, v. 22, n. 77, p. 131-160, dez. 2001.
SOUZA, K. R. de; BRITO, J. C. de. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. Revista Ciência & Saúde coletiva , Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 379-388, jan./fev. 2012.

Artigos
Referências dos trabalhos
SOUZA, M. M. de; RICARTE, T. F.; MARTINS, M. M. A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação. Revista HISTEDBR On-line , Campinas, n. 65, p. 359-376, out. 2015.
STOER, S. R. A revolução de abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. Revista Educação, Sociedade & Culturas , Porto, n. 26, p. 49-70, 2008.
TELLO, C. Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años. Educación em Revista , Curitiba, n. 48, p. 149-166, abr./jun. 2013.
WEINER, L. Sindicalismo docente renascido. Revista Educação , Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 469-482, set./dez. 2013.

DISSERTAÇÕES
Referências dos Trabalhos
BOHN, R. M. Organização sindical e precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior de Rondônia . 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: UNIR, 2015.
BRAGA, V. L. F. Entre a Honra e o mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934 - 1964) . 2006. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora; UFJF, 2006.
BRANCO, J. F. M. Movimento Docente, Insurreição Popular e Propostas Coletivas de Educação Alternativa em Oaxaca . 2015. 216f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2015.
CAVALCANTE, J. B. Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática . 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
COELHO, D. A APP-Sindicato e a formação política das/os educadoras/es na abrangência do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão (2007-2014) . 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015.
CORONEL, M. C. V. K. Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação . 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: UFPEL, 2014.
DANTAS, V. A. Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989) . 2016. 268f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.
FANTINATTI, M. M. G. M. Sindicalismo de classe média e meritocracia: o Movimento docente na Universidade Pública . 1998. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1998.
FAUST, J. M. Propostas internacionais para a carreira docente: repercussões nas políticas nacionais e resistências locais . 2015. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2015.
GINDIN, J. J. Sindicalismo docente e Estado: as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina . 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

DISSERTAÇÕES
Referências dos Trabalhos
HIDAKA, R. K. As políticas neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília: UNESP, 2012.
HIRO, C. H. D. História e consciência de classe na educação brasileira lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 1983). 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2012.
LANÇA, H. O jornal sindical e a formação política: o caso da UDEMO junto aos diretores de escola da rede estadual paulista. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2013.
MATOS, A. R. de. Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): 1986 - 2004. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2010.
MIRANDA, K. A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPEES e do SEPE-RJ. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2005.
NASCIMENTO, C. de J. do. Sindicato dos professores da rede pública de educação do Estado de São Paulo: Como vai o movimento na era neoliberal? 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.
OLIVEIRA, J. C. de. Professores e o sindicalismo público municipal: algumas experiências em destaque: São Leopoldo e Bagé, RS (1988- 2005). 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
PAIVA, L. R. B. de. Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina - História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). 2016. 682 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.
PESSOA, M. K. M. A crise do sindicalismo e o caso do Sindicato APEOC: uma análise a partir da greve de 2011. 2015. 215f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2015.
RAMOS, D. S. A UPPEES e sua relação com a Ditadura Militar. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo: UERJ, 2015.
REIS, R. R. O movimento docente e o debate sobre financiamento educacional: o caso da APEOESP (1995-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo: PUC, 2006.
SANTOS, P. T. M. Espaço representacional do sindicalismo docente das universidades. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
SILVA, J. C. da. A Política Educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2013.

DISSERTAÇÕES
Referências dos Trabalhos
SILVA, R. G. da. Educação: campo de luta - um estudo sobre os congressos do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP (1997-2006) . 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC/SP, 2008.
SOUSA, A. L. H. Mercantilização da Educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do sindicato dos professores e professoras de Guarulhos . 2015. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2015.
TRINDADE, H. J. G. Histórias de vida de docentes que se tornaram sindicalistas . 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2016.

TESES
Referências dos Trabalhos
ALMEIDA, D. M. Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962- 1992): A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE . 2015. 381 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFScar, 2015.
ASSUNÇÃO, R. Sindicalismo e memória da vivência docente superior no estado do Piauí . 2017. 247 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2017.
BATISTA, M. S. X. A reforma do Estado, a reforma da universidade e o movimento docente . 2000. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFP, 2000
BIAVATTI, V. T. Sindicalismo docente e modos de subjetivação na contemporaneidade . 2006. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais-Políticas)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 2006.
BÚFALO, J. M. P. Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001) . 2009. 179f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2009.
CARISSIMI, A. C. V. Ação sindical na construção da Agenda Política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015 . 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2016.
CRUZ, H. L. Condições de construção histórica do sindicalismo docente na Educação Básica . 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2008.
DONATONI, A. R. Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES . 1999. 299f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1999.
GRANZOTTO, T. M. O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas . 2010. 460 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2010.

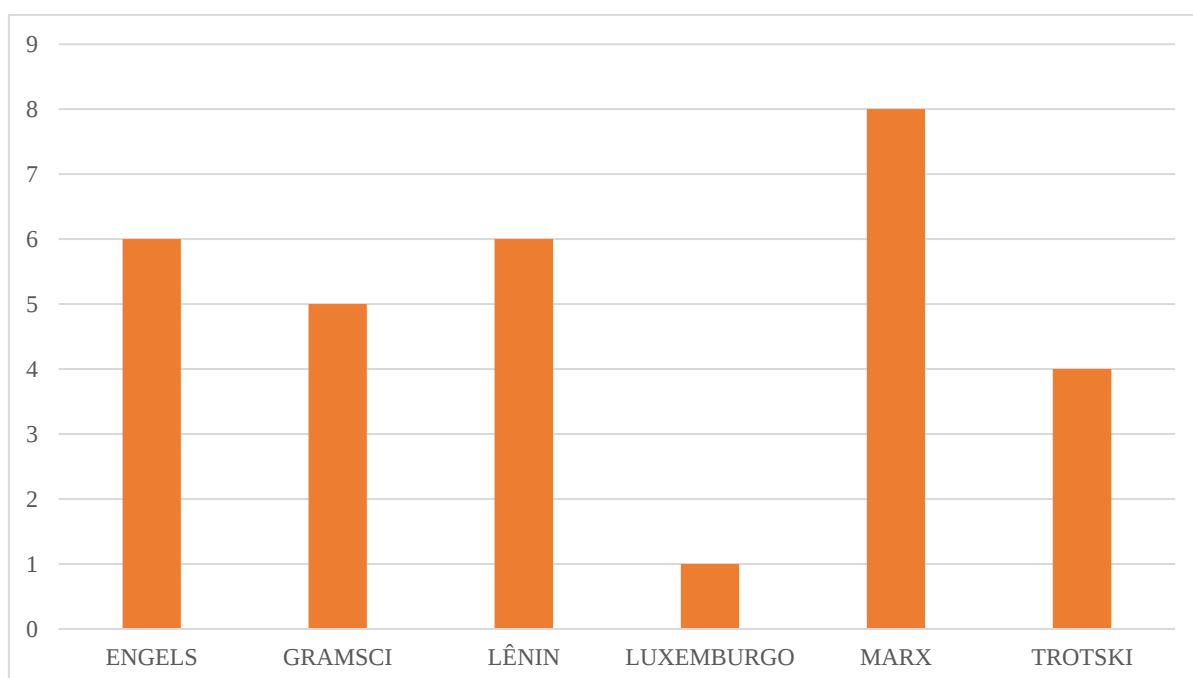
TESES
Referências dos Trabalhos
LEMOS, D. C. de A. Professores em movimento: A Emergência do associativismo docente na Corte Imperial . 2011. 545f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2011.
MIGUEL, M. M. B. História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992) . 2016. 458 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.
MIRANDA, K.A. As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT . 2011. 400f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2011.
OLIVEIRA, W. de. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE . 2006. 411f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2006.
PAULA, R. P. de. Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989) . 2007. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis: UNESP, 2007.
PITON, I. M. Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na Educação Básica paranaense . 2004. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2004.
RAPOSO, D. M. V. A. Identidade profissional e participação sindical . 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2015.
RÊSES, E. da S. De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor . 2008. 308f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2008.
RUIZ, M. J. F. Lutas populares e democratização da escola pública no Estado do Paraná (1983-2010) . 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília: UNESP, 2013.
SILVA, R. S. C. O sindicalismo docente na educação básica do Maranhão: da associação à emergência do sindicato . 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2013.
VIEIRA, J. N. O sindicato como espaço de construção da Vieira . 2009. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRG, 2009.

**APÊNDICE F – Palavras-chave utilizadas nos artigos acadêmicos sobre sindicalismo
docente (2001-2016)**

Palavras-chave
Docência e Relações de Gênero; Trabalho Docente; Sindicalismo Docente.
Identidade docente; Sindicalismo docente; América Latina.
Sindicalismo docente; Sindicalismo Operário; Associativismo; Condições Objetivas; Condições Subjetivas.
Sindicalismo; Diálogo; Concertação.
Política educacional; Piso Salarial Profissional Nacional; Sindicalismo docente.
Sindicalismo docente; Central Única dos Trabalhadores.
Política Pública; Financiamento da educação; Sindicalismo docente.
Trabalho docente; Sindicalismo Docente; Identidade Docente; Trabalhadores em Educação.
Política educacional; Sindicalismo docente; Corporativismo.
Marx; Engels; Sindicalismo; Sindicalismo Docente; Contra-ideologia.
Sindicalismo Docente; Reformas Educativas; Conflito Educativo; Conflito Social; Neoliberalismo; Lutas Docentes; América Latina.
Sindicalismo Docente; Trabalho Docente.
Política educacional; Sindicalismo Docente; Mato Grosso do Sul.
Sindicato em Educação; Unicidade Sindical; Liberdade Sindical; Heterogeneidade; Fragmentação.
Sindicalismo Docente; Teoria Política; Educação dos Educadores; Hegemonia; Greves.
Saúde do Trabalhador; Trabalho em Escolas; Saúde dos Profissionais da educação.
Políticas Docentes; Sindicalismo Docente; Cenários Políticos.
Relações de Gênero; Sindicato dos Professores; Professor.
Sindicalismo Docente; Resistência; Docentes.
Sindicalismo Docente; Políticas Educacionais; Educação Superior.
Imperialismo; Capitalismo Burocrático; Corporativismo sindical.

Fonte: Scielo e Google Acadêmico, organizado pela autora.

**APÊNDICE G - Utilização de autores clássicos do marxismo nos artigos acadêmicos
sobre sindicalismo docente (2001-2016)**

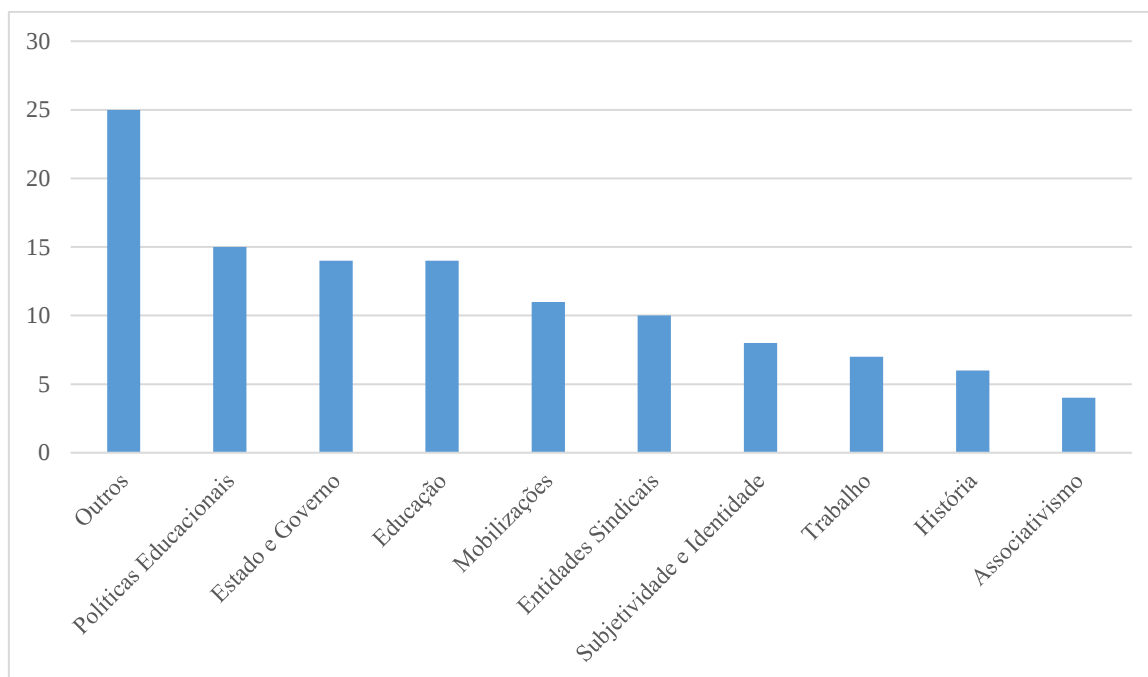


Fonte: Scielo e Google Acadêmico, organizado pela autora.

**APÊNDICE H – Palavras-chave utilizadas por teses e dissertações sobre sindicalismo
docente (1998-2017)**

PALAVRAS-CHAVE – TESES
Associativismo docente; sindicalismo docente; política educacional.
Movimento Sindical Docente; Reforma Universitária; Reforma do Estado.
Educação infantil; formação de professoras e professores; crianças pequeninhas; classes sociais; resistência cultural; relações de gênero.
Sindicalismo docente; APP- Sindicato; Agenda política; Ação sindical; Relações de Poder.
Sindicalismo; Sindicalismo docente; Sindicalismo tardio; Educação, Subjetividade docente.
Ensino superior; História; Professores; Movimentos sindicais; ANDES.
Universidades; Sindicalismo; Ensino superior; Movimento docente; Funcionários públicos.
AFUSE; Associativismo; Sindicalismo; História da Educação Brasileira.
Movimentos sociais; Movimento docente; História da educação.
Educação; Política e educação; Sindicalismo; Greves e lockouts – Professores; Reforma do ensino
Sindicalismo; Sindicalismo docente; Trabalho docente; Identidade social; Identidade profissional.
Lutas populares; Democratização; Escola pública; Gestão democrática; Políticas educacionais.
Sindicato Movimento sindical; Profissão docente; Profissionalização; Professores.
Sindicalismo Docente; Sindicalismo; Luta de classes; Estado; Políticas Educacionais.
Apeoesp; Sindicalismo Docente; Associação de professores; Greve de professores; Campo Educacional.
Sindicalismo Docente; Greves; Educação Superior; Estado.
Sindicalismo Docente; História; Sociologia da Educação; Trabalho Docente.
Sindicato docente; Participação; Identidade Profissional.
PALAVRAS-CHAVE – DISSERTAÇÕES
Precarização; Ensino Superior; Organização Sindical.
Democracia Direta; Insurreição Popular; Terror de Estado; Poder Político; Comunidade; Autonomia e Autodeterminação; Movimento Docente; Educação Alternativa; Direitos Humanos; Diversidade.
Professores; Reivindicações; Ditadura.
Gênero; Sindicalismo Docente; Trabalho Docente; CAPES; Produção Discente.
Associativismo; História da Educação; Maranhão; Sindicalismo Docente.
Reforma da carreira docente; Política educacional; Greve do magistério; Organismos Multilaterais.
APEOESP; Sindicalismo docente; Política educacional; Neoliberalismo.
História social da educação; Lutas sindicais; Sindicalismo docente; UTE-MG
Formação política; Sindicalismo docente; Imprensa sindical.
Sindicalismo docente; SINPEEM; Sindicato.
Trabalho e educação; Educação e movimentos sindicais; Sindicalismo Docente; Trabalho Docente na acumulação flexível; Natureza do trabalho docente.
Professores; Movimento sindical; Neoliberalismo.
Sindicalismo dos servidores públicos municipais; Organização dos professores; Identidade docente.
Universidade pública latino-americana; Contrarreforma universitária; sindicalismo docente universitário; estudo comparativo ensino superior: Argentina, Brasil, Colômbia e México.
Sindicalismo; APEOC; Crise de representatividade; Burocratização sindical; Conflito.
Financiamento; Sindicalismo docente; Política educacional.
Andes-SN; CUT; Filiação; Desfiliação.
APEOESP; Política educacional; Sindicalismo docente; Neoliberalismo.
Neoliberalismo; Ensino superior; Precarização; Sindicalismo; Reforma do ensino.
Sindicalismo Docente; Propaganda; Ufanismo.
APEOESP; Sindicalismo Docente; Políticas Educacionais; Professores Paulistas; Congressos educacionais.
Sindicalismo; Classe média; Universidades; Ideologia.
Sindicalismo; Movimento docente; Juiz de Fora.
Educação; Sindicalismo; Individualização; Relação de Interdependência; Habitus Social.
Formação Política e Sindical; Organização das/os trabalhadoras/es em Educação; APP-Sindicato.

**APÊNDICE I – Ênfases temáticas nas teses e dissertações sobre sindicalismo docente
(1998-2017)**



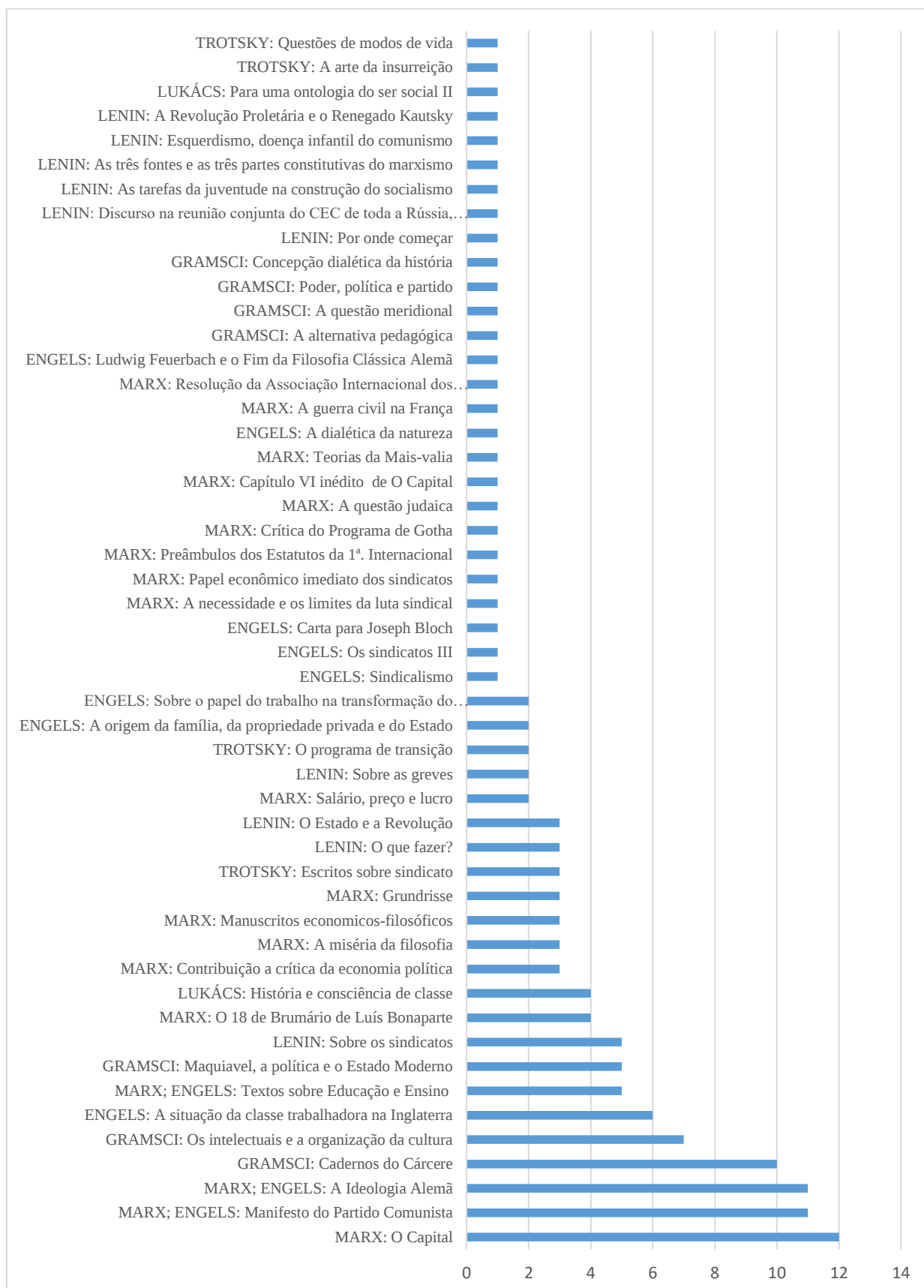
Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD, organizado pela autora.

**APÊNDICE J – Contextos analisados nas teses e dissertações sobre sindicalismo docente
(1998-2017)**

TESES			
INTERNACIONAL	NACIONAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
-----	BATISTA, 2000 CRUZ, 2008 DONATONI, 1999 LEMONS, 2011	ALMEIDA, 2015 ASSUNÇÃO, 2017 CARISSIMI, 2016 GRANZOTTO, 2010 MIGUEL, 2016 MIRANDA, 2011 OLIVEIRA, 2006 PAULA, 2007 PITON, 2004 RÊSES, 2008 RUIZ, 2013 SILVA, 2013	BIAVATTI, 2006 BÚFALO, 2009 VIEIRA, 2005 RAPOSO, 2015
DISSERTAÇÕES			
INTERNACIONAL	NACIONAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
BRANCO, 2015 GINDIN, 2006 PAIVA, 2016	SANTOS, 2007	BOHN, 2015 CAVALCANTE, 2012 COELHO, 2015 DANTAS, 2016 FANTINATI, 1998 FAUST, 2015 HIDAKA, 2012 HIRA, 2012 LANÇA, 2013 MIRANDA, 2005 NASCIMENTO, 2010 PESSOA, 2015 RAMOS, 2015 REIS, 2006 SILVA, 2008 SILVA, 2013 TRINDADE, 2016	BRAGA, 2006 MATOS, 2010 OLIVEIRA, 2012 SOUZA, 2015

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD, organizado pela autora.

**APÊNDICE K – Autores e textos clássicos do marxismo nas teses e dissertações sobre
sindicalismo docente (1998-2017)**



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD, organizado pela autora.

APÊNDICE L - MARCOS HISTÓRICOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO

Período	Ano	Governo	Marcos históricos do Sindicalismo brasileiro
Período Imperial	Até 1888	-	As lutas dos trabalhadores giravam em torno da escravidão, muito embora já houvessem trabalhadores assalariados no Brasil. Surgimento das ligas e associações mutualistas.
	1858		Primeira greve no Brasil (dos gráficos de três jornais).
República Velha (1889-1930)	Início do século XX	Deodoro da Fonseca/ Floriano Peixoto	Surgem os primeiros sindicatos.
	1905	Prudente de Moraes	Criação do Sindicato dos trabalhadores de trapiches de café.
	1906		Organizou-se o 1º Congresso Operário Brasileiro, com participação majoritária de anarquistas.
	1908	Afonso Pena	Confederação Operária Brasileira.
	1913	Hermes da Fonseca	Organizou-se o 2º Congresso Operário Brasileiro.
	1917	Venceslau Brás	Primeira greve geral no Brasil, em São Paulo.
	1918		Greve geral no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul
	1920	Epitácio Pessoa	Declínio das influências anarquistas no sindicalismo brasileiro, por meio da repressão do Estado.
	1920		Organizou-se o 3º Congresso Operário Brasileiro.
	1922		Fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fortalecimento de lideranças comunistas e socialistas no meio sindical.
	1925 a 1927	-	O sindicalismo brasileiro é influenciado pela Coluna Prestes.
	1927	Washington Luís	Lei celerada coloca o PCB na ilegalidade.
	1928		Criação do Bloco Operário e Camponês (BOC). Ocorre a Greve Geral dos marítimos.
	1929		Fundação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) no Congresso Sindical Nacional (CSN). Ocorre a greve de 72 dias dos trabalhadores gráficos.
Era Vargas (1930-1945)	1930	Getúlio Vargas	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).
	1931		Decreto nº 19.770 cria o sindicato oficial.
	1931		Os anarquistas escrevem o Manifesto da Federação Operária de São Paulo contra o sindicato oficial.
	1931		Criação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), primeira organização Trótskista brasileira.
	1932		Trótskistas também denunciam o caráter autoritário do Ministério do Trabalho.
	1932		É conquistada a jornada de 8 horas, a lei de férias, a lei do salário mínimo, a regulamentação do trabalho infantil e da mulher.
	1934		Decreto estabelece que só é possível tirar férias quem estiver filiado aos sindicatos oficiais.
	1934		Lideranças do PCB se manifestam contra a lei da sindicalização e a proposta controladora da Justiça do Trabalho.
	1934		Sob a pressão das bases e da possibilidade de participar da Assembleia Constituinte, muitos sindicalistas combativos consideraram a possibilidade de buscar a Carta Sindical junto ao sindicato oficial.
	1934		Criação da Frente Única Sindical (FUS), liderada por comunistas.
	1935		Criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), organizada pela FUS.
	1935		Crescimento de mobilizações e greves lideradas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

	1935 a 1942		Fase de desmobilização, com dirigentes sindicais submissos ao Ministério do Trabalho.
	1937		Os integralistas convocam a Convenção Sindical Nacionalista, de caráter unitário, anticomunista e antisemita.
	1939		Decretada a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional, reafirmando a submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.
	1942		Intensificação do discurso getulista de aproximar o Estado aos trabalhadores.
	1943		Institui-se o Decreto nº 5.452 que cria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
República Populista (1945-1964)	1945 até 1964	-	Fase de redemocratização e de mobilização sindical crescente. Lideranças comunistas buscam aliados fora do PCB para a criação de uma instituição intersindical.
	1945	-	Surge o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)
	1946	Eurico Gaspar Dutra	O Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a qual defendia a autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, porém sem romper com a CLT.
	1946		Greve Nacional dos bancários.
	1946		Decreto nº 9.070, conhecido como Lei antigreves.
	1947		Governo Dutra coloca o PCB na ilegalidade e promove o fechamento da CGTB.
	1947-1950		Fase de repressão aos sindicatos. Fortalecimento dos sindicatos oficiais.
	1948		Várias categorias entram em greve. Operários se organizam na clandestinidade em sindicatos e comissões de fábrica.
	1951	Getúlio Vargas	Vargas é eleito e promove a política da paz social e colaboração entre as classes. Vargas defende os sindicatos oficiais e pede por mais sindicalização.
	1951		Retomada das lideranças mais combativas e intensificação das greves.
	1951		Reajuste de 100% do salário mínimo.
	1953		Greve dos 100 mil em São Paulo, um marco na retomada da organização dos trabalhadores. Fortalecimento dos intersindicais no país.
	1954		Greve Geral dos 300 mil.
	1954	-	Getúlio Vargas se suicida.
	1955 - 1964	-	Fase de ascensão dos sindicatos. Crescimento no número de greves, participação na formulação de pautas políticas, opinião pública favorável, etc. Fase também de renovação das lideranças sindicais. Crescimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial, intersindicais e sindicatos de cúpula.
	1955	-	Aumento dos salários e de empregos. Os sindicatos dão conteúdo político às greves.
	1960	Juscelino Kubitschek	Realização do 3º Congresso Sindical Nacional no Rio de Janeiro.
	1962	João Goulart	Realização do IV Encontro Sindical Nacional realizado em São Paulo. Criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).
	1962		Greves e lutas conquistam o 13º salário para os trabalhadores.
	1963		Jango se alia aos setores conservadores e abala sua relação com a CGT.
	1964		Setores conservadores marcham pela família e queimam a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

			Defendem o golpe de estado.
	1964		CGT promove Greve Geral, mas é fracassada. Classe trabalhadora fica sem direção política.
Ditadura Militar	1964-1985	-	Fase de grande repressão ao movimento dos trabalhadores, por parte do governo e com o auxílio de empresários (nacionais e estrangeiros). Fase de arrocho salarial.
	1964	Humberto Castelo Branco	Decreto nº 4.330 proíbe as greves.
	1964		Intervenção em 433 entidades sindicais.
	1964-1967		Utilização da máquina sindical para caçar os “perigosos subversivos”, por parte do governo e dos sindicalistas aliados com a ditadura.
	1964		Realização da Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, aliada aos interesses do governo.
	1967		Os operários se organizam na clandestinidade, por meio das comissões de fábrica.
	1968-1970	-	Fase de relativa abertura política e fortalecimento das lutas. O surgimento do Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA), oposição à política salarial e às entidades oficiais.
	1968-1978	-	Fase de forte concentração de renda.
	1968	Artur da Costa e Silva	Forte mobilização estudantil.
	1968		Decretação do Ato Institucional nº 5 (AI – 5), intensificando a repressão aos sindicatos.
	1969		Surge uma oposição armada (PCB) contra o governo, mas é massacrada.
	1970	Emílio Garrastazu Médici	O governo buscou a valorização de um “novo” modelo de atuação sindical, vinculado aos interesses de crescimento econômico e assistencialista (planos de saúde, colônia de férias, prestação de serviços), vendo o sindicato como um aliado ao governo.
	1970 - 1985	-	Início da transição gradual do poder dos militares aos civis.
	1977	Ernesto Geisel	Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, é reconhecido nacionalmente como uma das principais lideranças sindicais do país.
	1978-1979		Primeiro ciclo de crescimento de greves.
	1978		Fim do AI-5. Greves do ABC paulista. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se destacou como o pioneiro da onda grevista do final da década de 70. Marco do surgimento do “Novo Sindicalismo”.
	1979	João Figueiredo	Busca pela Unidade Sindical (PCB, PCdoB e pelegos).
	1979		3 milhões e 700 mil trabalhadores entram em greve.
	1980		Criação do Partido dos Trabalhadores (PT).
	1980		Governo assume a crise econômica.
	1981		Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (comissão pró-CUT).
	1983		Pró-Cut se divide: CONCLAT e CUT.
	1983		Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo ciclo de crescimento de greves. Intensificação da atividade sindical no país. Os sindicalistas “autênticos” como Lula e os opositores ao governo e ao sindicato oficial uniram-se a CUT. Criação da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).
	1984		Diretas Já. 1º Congresso da CUT.
	1985	José Sarney	Greves nacionais dos bancários.

Redemocratização Política	1988		Constituinte de 1988. O fim da proibição de sindicalização do funcionalismo público.
	1989		Greve Geral com participação de 20 milhões de trabalhadores.
	1990	Fernando Collor	A partir da década de 90 os sindicatos enfrentam uma dificuldade de mobilização, devido ao desemprego, à reestruturação produtiva e à estrutura sindical corporativista. A CUT passa a assumir acordos com o governo e dificultar a democratização de decisões, afastando-se da base. A Justiça do Trabalho passa a ter o poder sobre as negociações coletivas.
	1991		Surgimento da Força Sindical, central aliada ao governo e ao empresariado.
	1992		CUT se filia à Central Sindical Internacional (CIOSL), de orientação social-democrática.
	1996	Fernando Henrique Cardoso	O 6º Congresso da CUT destitui o caderno de tendências e substitui por uma única tese da Direção Nacional. A partir de então, a CUT só reforçou seus acordos com o governo e com o capital. O combate deixou de ser contra os lucros da indústria e passou a se reivindicar a diminuição do imposto sobre os produtos. Um acordo que buscava conciliar interesses entre o sindicato nacional e o empresariado.
	2002	Luís Inácio Lula da Silva	A Carta ao povo do presidente Lula firma seu pacto com os setores da burguesia.
	2003		O comportamento da CUT se mantém, porém agora se volta contra greves organizadas pela base e passa a apoiar as reformas (conciliadoras entre capital e trabalho) do governo.
	2005		Lula nomeia Luiz Marinho, presidente da CUT para Ministério do Trabalho.

Fonte: Organizado pela autora.

**APÊNDICE M – EVOLUÇÃO DAS GREVES NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL,
POR ESFERA ADMINISTRATIVA (1988-2017)**

ANO	ESFERA				
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
1988	1	29	21	9	60
1989	0	23	27	29	79
1990	0	33	22	37	92
1991	0	32	21	17	70
1992	1	20	25	1	47
1993	0	22	18	3	43
1994	0	15	18	11	44
1995	0	19	18	2	39
1996	0	27	50	5	82
1997	1	16	7	2	26
1998	1	17	12	3	33
1999	0	11	16	5	32
2000	1	22	32	10	65
2001	0	16	17	4	37
2002	1	13	21	6	41
2003	0	16	27	5	48
2004	0	22	18	4	44
2005	0	14	14	3	31
2006	0	11	23	2	36
2007	0	13	24	3	40
2008	0	14	9	4	27
2009	0	14	22	3	39
2010	1	22	61	1	85
2011	7	27	32	4	70
2012	0	25	118	13	156
2013	1	46	198	18	263
2014	7	28	243	4	282
2015	1	29	124	2	156
2016	4	47	232	4	287
2017	2	33	205	1	241

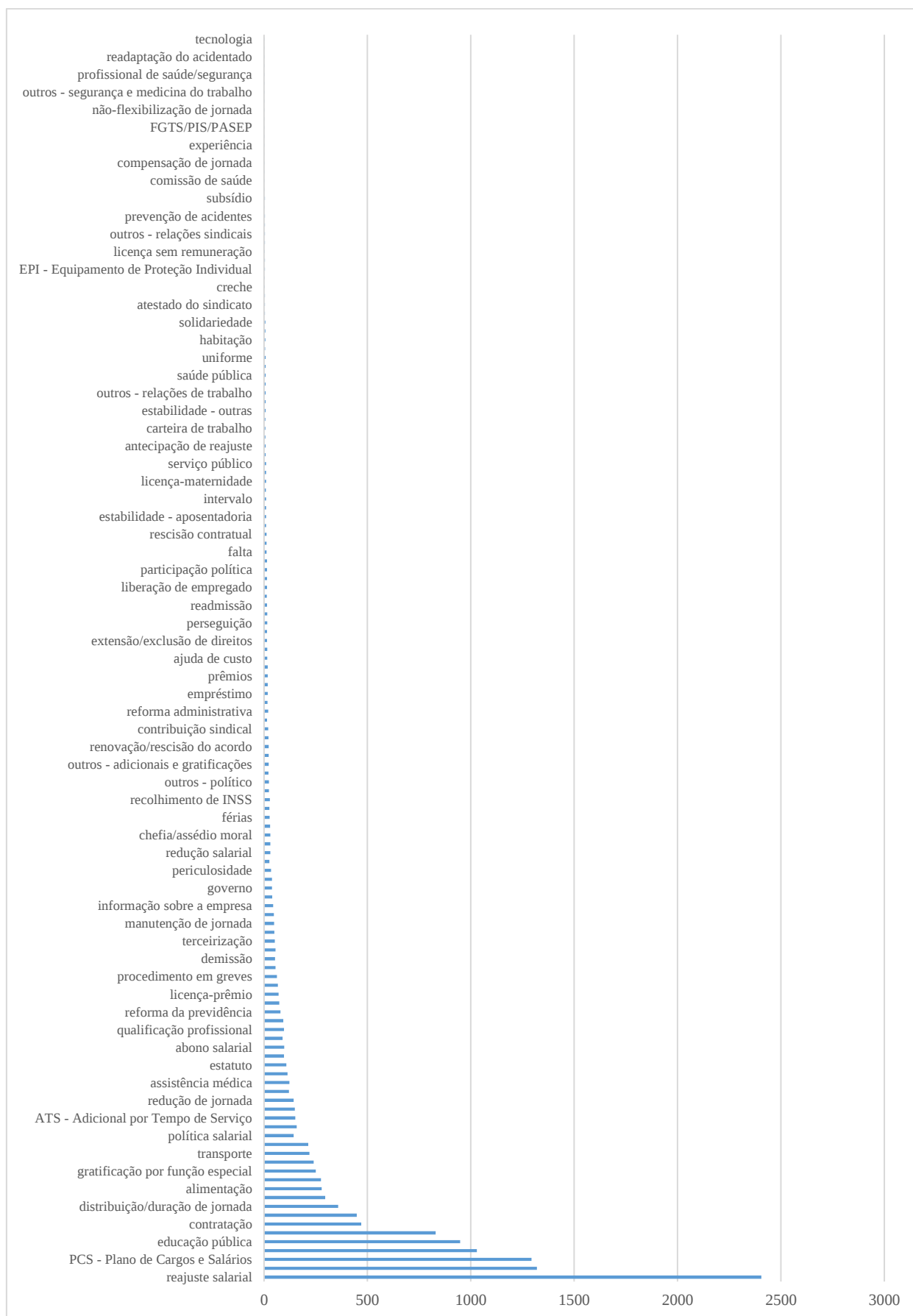
Fonte: DIEESE, disponibilizados por e-mail, organizado pela autora.

**APÊNDICE N – CARÁTER DAS GREVES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL
(1988-2017)**

ANO	CARÁTER				
	PROPOSITIVO	DEFENSIVO	Manutenção das condições vigentes	Descumprimento de direitos	PROTESTO
1988	47	18	2	16	2
1989	72	20	1	19	2
1990	77	26	5	22	11
1991	57	20	1	20	2
1992	39	10	1	9	3
1993	40	3	0	3	2
1994	40	10	1	10	1
1995	28	13	2	12	3
1996	40	57	4	54	8
1997	17	14	3	13	1
1998	22	18	3	15	4
1999	15	28	8	26	11
2000	41	43	14	34	18
2001	31	12	3	9	3
2002	36	10	1	9	7
2003	39	15	2	14	6
2004	37	17	5	12	3
2005	24	13	8	5	9
2006	33	16	9	10	12
2007	35	13	4	9	10
2008	22	8	4	5	12
2009	26	21	6	16	9
2010	72	47	12	39	15
2011	56	42	20	35	27
2012	79	125	47	115	38
2013	167	210	130	154	85
2014	170	207	117	150	76
2015	85	120	84	83	46
2016	122	244	137	183	88
2017	99	199	100	138	52

Fonte: DIEESE, disponibilizados por e-mail, organizado pela autora.

**APÊNDICE O - NÚMERO DE REIVINDICAÇÕES DAS GREVES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA (1988-2017)**



Fonte: DIEESE, disponibilizados por e-mail, organizado pela autora.